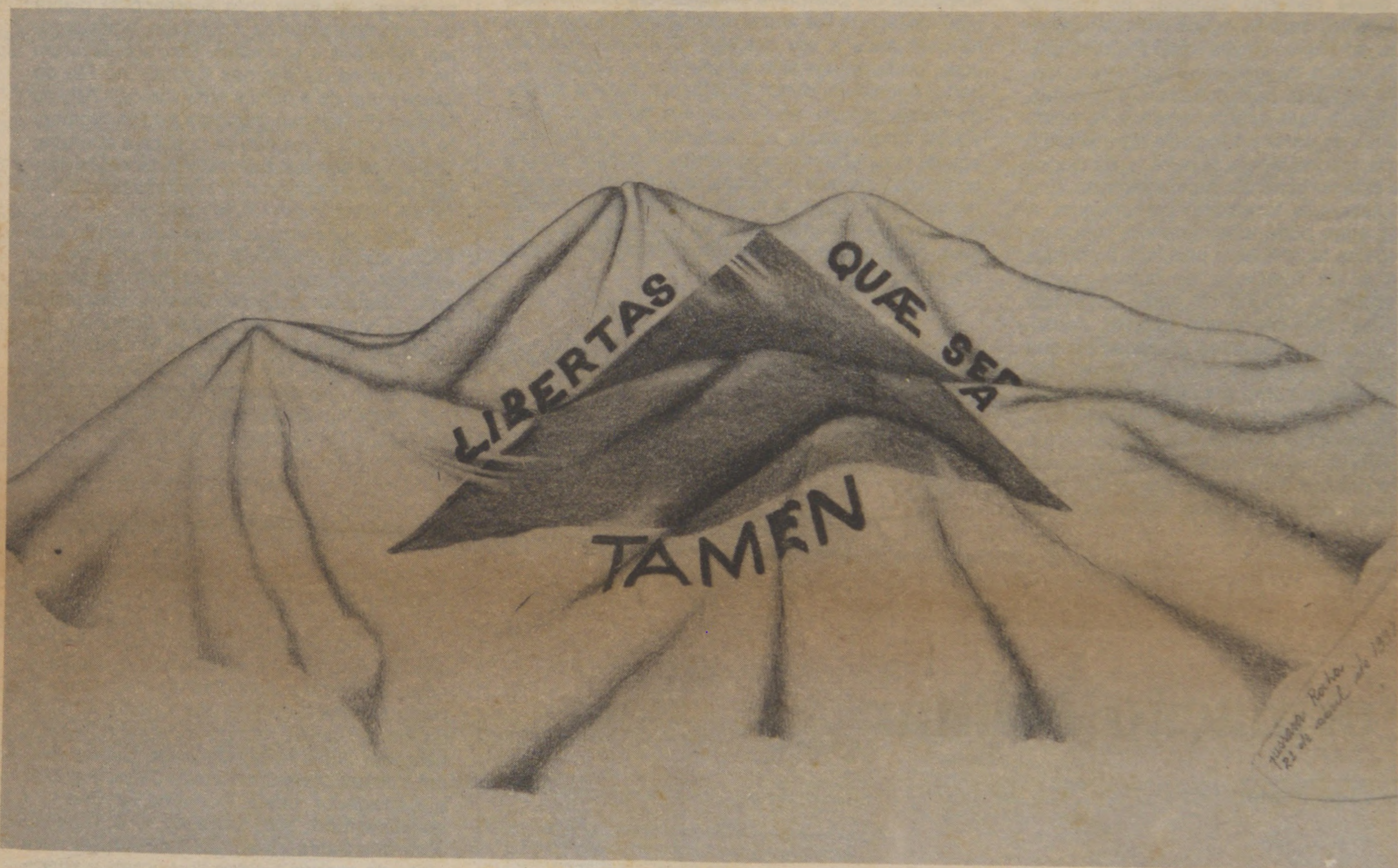


# Joaquim José da Silva Xavier TIRADENTES



# 2000 ANOS

Edição especial comemorativa do bicentenário de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, por Pascoal Motta e colaboração especial de Waldemar de Almeida Barbosa.

*Joaquim José da Silva Xavier  
Alfai como de honra*

Suplemento  
MINAS GERAIS Literário

Capa de João Gonçalves, composição de letras: Max Figueiredo, desenho: Jussara Rocha



# Tiradentes: Liberdade e Cidadania

A história da Conjuração Mineira, descoberta em Ouro Preto, no ano de 1789, e sufocada no Rio de Janeiro, em 1792, com o enforcamento do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, continua em aberto no quadro da conformação de uma brasilidade independente. E é assim que a publicação deste caderno especial, ao mesmo tempo que celebra, literária, crítica e historicamente, o sacrifício do Alferes Xavier, quer também participar da discussão daquele acontecimento, reunindo, dentro de suas características e possibilidades editoriais, o que possa constituir-se numa amostra seletiva de vasta bibliografia de e sobre o movimento da Inconfidência Mineira e da época geradora de seu surgimento, permanecendo Tiradentes com seu mais focalizado personagem. A Inconfidência, entre outros motivos, vinha sendo insuflada por idéias filosóficas e políticas, e notícias de movimentos de libertação de outros povos, como dos Estados Unidos, a então chamada América Inglesa. Daquele grupo mineiro, constituído de pessoas de diferentes atuações na sua sociedade, acaba formando vulto o Alferes Joaquim José, apontado como principal personagem na campanha de erigir a República Brasileira, desligando-a da Metrópole Portuguesa. Por fim, é julgado e condenado por crime de lesa-majestade a enforcamento público. Tiradentes, por muitos e diferentes motivos, continua sendo, na questão da

insubordinação ao poder absolutista, uma narrativa a ser mais exaustivamente decifrada em sua amplitude de postura e atuação. Ele mesmo afirmou, aliás, que iria armar uma tal meada que levaria cem anos a ser desfeita. O Alferes Joaquim José, pode até ter sido aquele louco, aquele afobado, aquele vendedor ambulante, aquele tirador de dente, aquele raizeiro, aquele de língua solta, aquele freqüentador de intelectual e magistrado, aquele freqüentador de taberna e bordel, aquele cortavento, na sua vida comum e na sua pregação revolucionária. Dele já ficou definido, na sinceridade com que assumiu todas as acusações a si e a seus companheiros: uma consciência de cidadania e liberdade.

As ilustrações, ao longo das páginas, são pormenores de fotos sobre pinturas de Yara Tupinambá e Cândido Portinari



## A Formação Militar

Augusto de Lima Júnior

Quando se fixam os observadores na psicologia do povo mineiro, ressalta-lhe, desde logo, como principais características, os sentimentos de disciplina e de ordem, que constituem as dominantes mais sensíveis da gloriosa Província do ouro.

Além disso, não é de segundo plano, notar na mentalidade de Minas um largo espírito nacional, cujas manifestações enchem as páginas da História do Brasil, desde os alvares do século do ouro, quando os primeiros mineradores se fizeram soldados, sob o comando de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para socorrer o Rio de Janeiro, ocupado pelos franceses de Duguay-Trouin. Nem haveria que estranhar a existência desse espírito guerreiro, numa capitania que acabava de se constituir entre ferozes combates de paulistas e emboabas, não faltando mesmo uma primorosa batalha como a da Cachoeira do Campo, que aguarda um técnico militar para a crítica de suas admiráveis manobras, onde se jogaram massas de infantaria e cavalaria, ao estilo das guerras peninsulares na época.

É que o ouro atraiu para o novo território, grandes levas de emigrados, a fina flor do espírito aventureiro de todo o Brasil e do reino de Portugal.

Não é aqui próprio para repetir as estatísticas que já apresentei, da espantosa incursão de portugueses que, em pouco mais de vinte anos, duplicava o que havíamos recebido da metrópole nos dois séculos anteriores.

Dentro dessa imensa avalanche humana, predominavam antigos oficiais e soldados de El-Rei, gente avezada nas guerras de Espanha, e

que, por isso mesmo, teria na nova capitania todos os postos e mercês, ocupando as posições de mando, imprimindo à fisionomia do povo mineiro aquela típica formação militar a que me referi ao estudar-lhe a sociogenia.

Cada localidade nascia com sua Companhia de Ordenanças, organizada segundo as leis do Reino. A Irmandade Religiosa e o Têrço de Auxiliares, constituíam o sistema social, sendo que as próprias dessemelhanças de cor e de fortuna, marcantes no começo das instituições, tiveram como elemento educativo, para seu desaparecimento com o tempo, primeiro as fileiras das milícias e muito mais tarde as confrarias religiosas.

É curioso observar que, muitos anos depois do desaparecimento, nos Corpos Auxiliares, das distinções pela cor, as Irmandades ainda as guardavam.

Explica-se. As Confrarias tinham cada uma sua capela ou templo próprio. As milícias, pelas necessidades militares, eram elementos de concentrações de massas.

Historicamente, a distinção entre os Terços de Ordenanças, nobreza, brancos, pardos e pretos, sempre foi de certo modo mais teórica e econômica. Se em relação aos oficiais superiores se man-

teve um certo rigor na classificação pela cor, nos demais postos, pelos motivos que em outra ocasião apresentei, a mistura sempre foi completa. A nobreza, por exemplo, era produto da abundância. E como esta era numerosa, chegou a haver uma superprodução de Terços Auxiliares de nobreza, tão grande que chegou a escandalizar o Conselho Ultramarino.

## Autos de Devassa da Inconfidência Mineira

### As onze inquirições ao Tiradentes

Do dia 22 de maio de 1789, doze dias após sua prisão no sótão de uma casa na Rua dos Latoeiros, à noite, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi confocado a onze inquirições (algumas com acareações) diante de desembargadores, ouvidores, corregedores, tabeliões e escrivães. Dez aconteceram na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, sendo a última, em julho de 1791, na Cadeia da Relação, também no Rio. Somente a primeira inquirição se publica a abertura, ficando as demais, por motivos técnicos desta edição comemorativa suprimidas, conforme vai indicado por sinais gráficos.

Vale registrar que essa nova edição dos *Autos*, abaixo creditada, contou com revisão editorial, e anotações de Ivo Porto de Menezes, Tarquínio J. B. de Oliveira, Herculano Gomes Matias e José Seixas Sobrinho. As notas das onze inquirições ao Tiradentes foram todas feitas por Herculano Gomes Matias (HGM). As anotações foram copidescadas, para se enquadrarem em normas do Formulário Ortográfico em vigor. (PM)

JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER

#### 1.ª Inquirição - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras - 22-05-1789

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e nove, aos vinte e dois dias do mês de maio, nesta Fortaleza da Ilha das Cobras, Cidade do Rio de Janeiro, aonde foi vindo o Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, comigo Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor desta Comarca, e Escrivão nomeado para esta Devassa, e o Tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo, para efeito de assistir a estas perguntas, e sendo aí se procedeu a elas na forma seguinte, de que tudo para constar fiz auto. E eu Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor desta Comarca, e Escrivão nomeado o escrevi.

E sendo perguntado como se chamava, de quem era filho, donde era natural, se tinha algumas ordens, se era casado, ou solteiro, e que ocupação tinha.

Respondeu que se chamava Joaquim José da Silva Xavier, (1) filho de Domingos da Silva dos Santos e de sua mulher Antônia da Encarnação Xavier, natural do Pombal, termo da Vila de S. João del-Rei, Capitania de Minas Gerais, que tinha quarenta e um anos de idade, que era solteiro (2) que não tinha ordens algumas, e com efeito, vendo-lhe eu o alto da cabeça, vi que não tinha tonsura alguma, e que era Alferes do Regimento de Cavalaria paga de Minas Gerais.

E sendo-lhe perguntado se sabia a causa da sua prisão ou a suspeitava.

Respondeu que não.

E sendo instado, que dissesse a verdade, porquanto se ele respondente se tinha refugiado, e posto em circunstâncias de fugir, era sinal evidente de que tinha crime, pelo qual receava ser preso, e chegando a sê-lo, devia desconfiar, que era por esse crime.

Respondeu, que não tinha crime algum, de que receasse, nem pelo qual fugisse, como com efeito não fugiu, e só o que fez foi esconder-se em casa de Domingos Fernandes, torneiro assistente na Rua dos Latoeiros, o que fez no dia seis de maio do presente ano, e a razão que para isso teve foi por



# Tiradentes: a família

Jorge Flamarion

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nasceu em 1746 na Fazenda Pombal que ficava à margem do Rio das Mortes, no município de S. João Del Rei. Foi batizado a 12 de novembro desse mesmo ano na Capela de S. Sebastião do Rio Abaixo pelo padre João Gonçalves Chaves, sendo seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão, cirurgião licenciado que morava em S. José. Não teve madrinha pois foi decicado a Nossa Senhora da Ajuda, da ermida de sua casa. Não se sabe por que os pais lhe deram o prenome Joaquim nem como adquiriu o José.

Os pais de Tiradentes foram Domingos da Silva dos Santos e Antônia da Encarnação Xavier. Domingos era natural de Portugal, da Freguesia de Santo André, no Salto de Basto, Vila Nova do Freixo, comarca da Vila de Guimarães, sendo desconhecida a data de seu nascimento. Veio para o Brasil atraído pelo mesmo motivo de seus compatriotas: o ouro. Já Antônia da Encarnação era brasileira, tendo nascido em 12 de abril de 1721 na Freguesia de Santo Antônio, Vila de S. José, comarca do Rio das Mortes.

Os avós de Tiradentes foram, por parte de pai: André da Silva e Mariana da Mota Silva, portugueses; por parte da mãe: Domingos Xavier Fernandes, português, e Maria de Oliveira Sá, brasileira de São Paulo.

Uma das tias de Tiradentes, por parte da mãe, foi Rita de Jesus Xavier, casada com José Veloso do Carmo. Um dos filhos do casal foi um cientista conhecido, frei José Mariano da Conceição Veloso, autor da *Flora Fluminense*.

O casal Domingos e Antônia teve os seguintes filhos por ordem cronológica:

o padre Domingos da Silva Xavier que depois do triste fim do irmão foi para Mato Grosso e, depois, segundo consta, para Portugal onde morreu;

Maria Vitória de Jesus Xavier que faleceu de desgosto após a morte e esquartejamento de Tiradentes, sendo um de seus netos Antônio Felisberto da Silva Xavier, morto em 1887, aos 87 anos de idade, abandonado na Santa Casa do Rio;

o padre Antônio da Silva dos Santos que morreu em Barbacena em 6 de dezembro de 1805, aos 60 anos de idade;

Joaquim José da Silva Xavier;

o capitão José da Silva dos Santos, ainda vivo em 1805 e mencionado no testamento do padre Antônio;

Eufrásia Maria da Assunção;

Antônia Rita de Jesus Xavier, que se casou com Amador da Silva Godinho, em S. João, com quem teve um filho, o padre José da Silva Xavier, ainda vivo em 1807.

Conforme Domingos da Silva declarou em seu testamento, além desses filhos legítimos, havia também uma filha natural, Clara, que tivera "enquanto solteiro".

## A Fazenda Pombal

A Fazenda Pombal ficava a 12 km de São João, ao Sul; a Nordeste, a uma distância um pouco maior, existia a cidade de S. José. Havia duas estradas ligando a fazenda a ambas as cidades. Provavelmente deviam ser como as demais estradas do Brasil Colonial: de péssima qualidade, sem nenhuma conservação, intransitáveis nos períodos de chuvas devido aos atoleiros.

A casa principal da fazenda tinha dois pavimentos, dando vista para o Rio das Mortes. Elegante, espaçosa, acolhedora, tinha alpendre e teto de quatro águas. Em cima ficavam os aposentos da família; embaixo, recintos com diversas finalidades, uma das quais seria a de guarda das ferramentas de 35 escravos. Ao lado esquerdo da casa, ficavam a senzala e as cozinhas coletivas. Do lado direito, uma construção de pedra e barro, simultaneamente senzala, moinho e acomodações para os animais. Para banhos e limpeza de utensílios domésticos, o pessoal servia-se de uma água que vinha de uma serra aos fundos da casa.

Uma das atividades dos escravos da propriedade era trabalhar em mineração nas terras às margens do Rio das Mortes. O pai Domingos dirigia os trabalhos enquanto a mãe cuidava da casa.



Antes de dedicar-se a esta atividade tão comum na época, Domingos foi Almotacé, cargo de responsabilidade facultado a pessoas de confiança, pois sua função era conferir pesos e medidas, taxar e fixar os preços dos gêneros e distribuí-los na região de sua competência.

Se a família de Tiradentes não chegou a ser rica, foi ao menos de gente *arranjada* que não dependia dos favores de ninguém para sobreviver. A casa, a terra e mais os escravos valiam cerca de 10 contos, importância apreciável naqueles tempos.

Segundo alguns, Tiradentes aprendeu as primeiras letras com os irmãos Domingos e Antônio que já se haviam ordenado padres; segundo outros, com a própria mãe, algo um tanto surpreendente, pois eram raras as mulheres alfabetizadas no Brasil Colonial. Também dizem que Tiradentes freqüentou escola e teria uma instrução equivalente ao que hoje em dia chamamos de instrução primária. Existem documentos por ele firmados na época em que era Alferes. Revelam uma letra boa, segura, legível, sem erros de ortografia e sintaxe.

A infância de Tiradentes foi passada entre a fazenda e a cidade de S. José onde, além de Almotacé, o pai exerceu a função de vereador em 1755-1756.

O menino Tiradentes deve ter sido como os outros meninos da época. Se não foi travesso, brincando com os escravos e seus filhos, depois dos dez anos de idade deve ter adquirido os modos e fisionomia que muito chamaram a atenção dos viajantes estrangeiros que estiveram em nos-

sa terra por aquela época. Os meninos não eram alegres, não tinham vivacidade. A educação que recebiam não fazia outra coisa que não tirarem deles todo e qualquer traço de espontaneidade.

Quanto à escola, se Tiradentes realmente a freqüentou, deve ter-se deparado com um professor carrancudo, chefe absoluto dentro da sala de aula e que, por qualquer motivo, distribuía castigos a seus alunos. Um renomado sociólogo descreve esses professores como "todos fedendo a rapé, assoando-se de vez em quando em grandes lenços encarnados; todos de palmatória e de vara de marre!o na mão; no polegar ou no indicador da mão direita, uma unha enorme, de mandarim chinês".<sup>3</sup>

Em 6 de dezembro de 1755, quando Tiradentes tinha 9 anos de idade, sua mãe faleceu. O patrimônio da família foi dividido entre Domingos e os filhos. Parte da escravaria foi vendida para pagar as custas e emolumentos exigidos para a execução do inventário, pois a justiça cobrava a peso de ouro seus preciosos serviços.

Dois anos depois, não resistindo à dor da separação, Domingos faleceu em 12 de dezembro de 1757.

Não se sabe ao certo quem assumiu a direção da família, porém não resta dúvida de que Tiradentes ficou sob a proteção de seu padrinho.

Extraído de *Tiradentes, um Sonho de Liberdade*, Jorge Flamarion, Editora Cátedra, 1982, Rio de Janeiro.

lhe fazerem repetidos aviso, (3) de que o Ilustríssimo, e Excelentíssimo Vice-Rei o mandava prender, e ter visto que atás dele andavam continuamente dois inferiores, observando-lhe os passos.

E sendo instado, que dissesse a verdade porque não era razão bastante o andarem, como ele presumiu, espias atrás dele, nem os avisos, que diz se lhe fizeram, de que Sua Excelência o queria prender, ao mesmo tempo em que não declara as pessoas que lhos fizeram; pois se ele não tivesse culpa, nem devia esperar prisão, nem devia temê-la, de sorte que se prepar. Com um bacamarte carregado, que lhe foi achado no ato da prisão, estando carregado, e demais com cartas que lhe foram ahcadas, de favor, para ser auxiliado na sua pretendida fugida; com cujos fatos vinha a fazer-se criminoso, o que não era natural, senão para se livrar de algum procedimento, que merecesse por outro crime maior.

Respondeu, que como tem dito, não tinha crime algum, e que se escondera para ver o que se passava, em razão das antecedências; e quer era verdade, que fora achado com o bacamarte, e também que tinha as cartas de favor para ser auxiliado na sua fugida, as quais lhe eram uma, o Capitão Manuel Joaquim Forte, (4) que é do Regimento de Voluntários de S. Paulo, e se achava nesta cidade para embarcar para a Corte, e assistia nesta cidade nas casas do Mestre de Campo Inácio de Andrade, (5) e outra, de Manuel José, (6) que também assistia nas mesmas casas, e a quem o dito Capitão Fortes pediu que escrevesse ao Mestre de Campo Inácio de Andrade, recomendando desse passagem a ele respondente, porque se via aqui perseguido por dizer as verdades, e com efeito ele respondentes recebeu as ditas duas cartas, que sendo-lhe mostradas neste ato reconheceu serem as próprias, que se acham a folhas trinta e sete, e folhas trinta e nove da Devassa, uma de Manuel José, que está assinada por ele, e outra do Capitão Manuel Joaquim, que está por assinar,

do que dou fé; porém que tanto o bacamarte, (7) como as cartas, foram diligenciados por ele respondente, depois que viu, que tendo-se ele ocultado, se tinha ido à sua casa, e se tinha prendido um mulato, que nela deixou, ainda que já estava vendido ao Sargento-Mor Manuel Caetano, mas sempre o conservava em casa; porque tinha justo não o entregar senão quatro dias depois da venda, e que só depois que viu o procedimento da prisão do mulato é que se resolveu à fugida para a sua praça, e para isso se preparou com o bacamarte, para não ir pelos matos sem arma.

E sendo instado, que por isso mesmo, que ele respondente diz que vendera o mulato no dia que se refugiara, com a condição de o conservar por quatro dias, bem manifestava a tenção que ele tinha de fugir nesse tempo; porque de outra forma, ou o não venderia, ou a tê-lo vendido o entregaria logo, ou aliás pondo-lhe a cláusula de o entregar daí a tantos dias aumentaria mais tempo para se utilizar do seu serviço no tempo que pretendia estar nesta cidade.

Respondeu, que a razão por que pedira os quatro dias para conservar o mulato em sua casa fora para observar, se havia algum procedimento no tempo que ele estava escondido; porque se neste tempo o não houvesse, fazia ele Respondente tenção de tornar a aparecer; mas como com efeito o houve, o que ele Respondente soube por via do dono da casa onde ele estava escondido, ao qual mandou averiguar o que se passava.

E sendo mais instado, que tanto fazia conta de fugir, que logo que saiu de casa tirou dela em uma mala os trastes do seu uso, como ele Respondente não negaria.

Respondeu, que era verdade ter tirado a mala com os trastes do seu uso na mesma noite em que se tinha retirado de casa, que foi a seis do presente mês, e que a dita mala a pusera na casa do Mestre de Campo Inácio de Andrade, entregue ao Capitão Manuel Joaquim Fortes.

E sendo mais perguntado, a que veio a esta cidade, quais são as pessoas mais da sua amizade nela.



# A formação militar

Augusto de Lima Júnior

Em 1778, em plena segunda metade do século dezoito, nas instruções a D. Antônio de Noronha, Capitão-General de Minas, encontra-se:

"Não se entende aqui em Minas Gerais haja tantos nobres que possam formar cinco regimentos. E, além disto, semelhantes distinções, sendo geralmente muito nocivas ao serviço, parece muito mais conforme a ele, que as pessoas mais abonadas e de maior estimação e crédito (que pode ser que sejam as denominadas nobres se empreguem, segundo o seu merecimento, nos postos dos Auxiliares, sem ser preciso fazerem-se Corpos separados, com estranha e incompetente distinção entre nobres e plebeus."

Grave erro de visão, esse dos Srs. Conselheiros de Marinha e Ultramar, que ignoravam a absoluta identificação entre a hierarquia militar e a social, numa capitania de homens ricos.

Era justamente, (e já ficou dito) a vaidade desses poderosos, que os governadores exploravam, fazendo-os fardar e armar à custa essas forças que "tinham como missão em tempo de guerra defenderem os seus bens, as suas famílias, de hostilidade e invasão inimigas."

Em todo o Brasil, aliás, durante o período colonial, ninguém se julgava feliz sem ter um posto nessas milícias de Auxiliares. Depois da Independência, no Império e na República, elas foram a Guarda Nacional, supremo ideal da gente importante do interior. A milícia, tropa irregular, era contudo dotada da instrução de campo, possuía uniforme e armamentos, superintendida, a parte militar, pelos *sargentos-mores*, antigos oficiais do Exército Português, ou dos Regimentos Regulares da Tropa Paga. Cobia às câmaras municipais, promover os soldados desses sargentos-mores, o que às vezes dava pretexto a pitorescos dissídios.

Em 1785, a Câmara de Sabará, alegando ser excessivo o soldo, que era obrigada a pagar ao sargento-mor e seu ajudante, "homens tão inúteis que justificam a contínua inação em que se acham", recusou-lhes a propina.

O truculento e boçal Governador Luís da Cunha Meneses, resolveu o incidente segundo a feição que havia de celebrar o herói das "Cartas Chilenas", meteu a Câmara Municipal na cadeia e fez o trêmulo tesoureiro, pagar ao sargento-mor e seu ajudante, os respectivos vencimentos.

Numa representação ao Rei, a Câmara queixou-se da violência, alegando que o Governador Meneses, a obrigara a esse pagamento sem atender à incivildade do meio e à impossibilidade das forças, deixando a Câmara de atender às pontes, caminhos, enfeitados etc...

É certo, entretanto, que constituíram essas milícias, uma forte base de organização paramilitar em todo o Brasil, formando os verdadeiros elementos de defesa de Colônia, conforme foi reconhecido pelas próprias autoridades da Metrópole.

Na carta de instruções a D. Antônio de Noronha, já estava consignada uma verdade histórica, em que muito pouco temos atentado, isto é, que o grande Brasil é a resultante de um grande esforço próprio. Nesse documento a que me refiro encontra-se o seguinte:

"O pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos, muito distantes e muitos separados uns dos outros, quais são os seus domínios ultramarinos, nas quatro partes do mundo, não pode ter meios nem forças com que se defenda a si próprio, e ainda, ao mesmo tempo, a preservação e segurança de cada um deles. Nenhuma potência do Universo, por mais formidável que seja, pode, nem intentou até agora, defender as suas colônias com as únicas forças do seu próprio continente."

"O único meio que até hoje se tem descoberto e praticado para ocorrer a sobredita impossibilidade, foi a de fazer servir as mesmas colônias, para a própria e natural defesa delas. E, na inteligência deste inalterável princípio, as mesmas forças que são de defender o Brasil, são as do mesmo Brasil."

"Com elas, foram os holandeses lançados fora da Capitania de Pernambuco; com elas se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses, com elas, foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro e com elas, enfim, destruíram, os paulistas, as missões do Paraguai."

Muito maior pois, do que geralmente se tem atribuído foi o papel dessas milícias, que, além da função hierarquizadora da turbulenta e complexa sociedade em formação daqueles tempos, conti-



tuíram apreciáveis forças de guerra, às quais se devem, em relação aos Auxiliares mineiros, a conquista e posse definitiva das terras do Sul, desde os começos de governo de Gomes Freire de Andrada, até a incorporação definitiva, já sob o reinado de D. João VI.

Foi esse, sem dúvida, o período mais intenso com que a Capitania de Minas, a mais populosa e rica, contribuiu para as Guerras do Prata, fornecendo os Corpos de Auxiliares de Minas, grandes levadas de soldados adestrados e valente, de que muitos foram troncos de gloriosas famílias riograndenses. Excluíamos desses gloriosos serviços, o mineiro desertor que, fugindo para o Paraguai, foi ser o pai do Dr. Francia...

Nos Arquivos Públicos Nacional e de Minas, encontram-se abundantes documentos das freqüentes mobilizações de Auxiliares, com destino ao Rio Grande, obtidas por formas cruéis de recrutamento, denominado voluntariado a pau e corda, conforme já descrevi em outro capítulo. Ainda hoje, recordação desse tráfego intenso de homens, entre o centro e o extremo Sul, encontram-se em Minas, vários lugares com o nome de Montevideo.

Tão importantes serviços prestaram essas milícias e tão eficientes se mostraram, que sobre elas repousou o principal dos recursos bélicos da Colônia.

Cuidando de ressarcir os desastres da Colônia do Sacramento, e para facilitar seu deslocamento até os campos de batalha da fronteira, em marchas que hoje ainda despertariam espanto, entre Minas e o Rio Grande, através da estrada de Sorocaba e Laguna, determinou a carta-régia de 22 de março de 1766 que imediatamente se mandasse "alistar todos os moradores desta Capitania, sem distinção de cores e classe, que pudessem pegar em armas e formar, por classe Terços Auxiliares e Ordenanças de ambas as armas, criando os oficiais precisos e mandados disciplinar cada um dos Terços por Sargento-mor tirado das Tropas regulares desta Capitania, pagas pelos rendimentos das Câmaras." A mesma carta-régia dispunha sobre promoções e respectivos uniformes, determinando que cada soldado de cavalaria, tivesse à sua custa um cavalo e um escravo para tratá-lo.

Conseqüente a essa carta-régia, organizaram-se, prestamente, treze Regimentos de Cavalaria, assim distribuídos:

**COMARCA DO OURO PRETO:** quatro Regimentos de Cavalaria, dois deles com a denominação de Regimentos da Nobreza. O Regimento de Vila Rica e seu Termo não tinha Coronel. Dois Regimentos de Infantaria.

**COMARCA DO RIO DAS VELHAS:** quatro Regimentos, dois deles denominados da Nobreza. O Regimento da Vila de Sabará e seu Termo não tinha Coronel. Dois Regimentos de Infantaria Auxiliar.

**COMARCA DO SERRO DO FRIO:** dois Regimentos sendo um da Nobreza. Um Regimento de Infantaria.

**COMARCA DO RIO DAS MORTES:** Três Regimentos, sendo um da Nobreza. O Regimento da Vila de São José e seu Termo não tinha Coronel. Um Regimento de Infantaria.

Com esses Corpos de Cavalaria Auxiliar e com os numerosos terços de Corpos irregulares de Infantaria de pardos e pretos, é fácil avaliar a soma de forças militares de que dispunha a Coroa Portuguesa sem que lhe custasse um real.

Respondeu que viera a esta cidade para a informação de três requerimentos (8) um a respeito de umas águas, outro de um trapiche, e outro sobre o embarque e desembarque de gados, e que não tinha nesta cidade pessoas de particular amizade, porque se as tivesse não estaria em casas alugadas; porém, que conhecia muita gente em razão da prenda de pôr e tirar dentes.

E sendo perguntado se conhecia o Ajudante do Regimento da Artilharia João José (9) e o Alferes do Regimento de Cavalaria Auxiliar Jerônimo de Castro e Sousa, se os tinha procurado nas suas casas, quantas vezes, e se tinha tido com eles conversações sobre matérias de ponderação; e quais.

Respondeu, que conhecia tanto a um, como a outro, e que ao Ajudante João José visitara uma única vez, por ocasião de estar molestado, e que outra vez o procurara, mas então lhe não falou, e que dessa vez, que esteve com ele conversaram a respeito de Minas, porém que não lhe lembrava o que; e a respeito do Alferes Jerônimo de Castro e Sousa, ia várias vezes à sua casa, para que ele lhe cobrasse do Sargento-Mor José Correia o dinheiro de uma madeira, que lhe tinha vendido; e quanto a conversações com ele só lhe lembra, ter falado a respeito do pouco que os povos de Minas estavam satisfeitos com a derrama, que se dizia, se lançava, e que era impossível a eles pagá-la, de sorte que ou haviam de fugir, ou ficarem sem nada, entregando tudo o que tivessem.

E sendo instalado, que dissesse a verdade, porquanto era afetação o dizer que se não lembrava da conversação que tinha tido com o Ajudante João José ao mesmo tempo, que ela foi de tal qualidade, que por si se fazia muito recomendável à memória, assim como igualmente a que tivera na presença do Alferes Jerônimo de Castro e Sousa, em casa de Valentim Lopes da Cunha, e sua irmã Mônica Antônia.

Respondeu com o mesmo, que já tinha dito a este respeito, que se não lembrava de nada a respeito da conversação com o Ajudante João José, nem a respeito das mais, e nisto insistiu.

E sendo-lhe mais instado, que dissesse a verdade, porque se sabia, que ele Respondente tinha dito, que os cariocas eram uns patifes, vis, que era bem feito que levassem com um bacalhau, visto que queriam suportar o jugo, que tinham do governo da Europa, do qual se podiam bem livrar, como fizeram os americanos ingleses, e que se todos tivessem o seu ânimo já estaria isso executado, pois ele se achava com valor de ir atacar o próprio vice-rei no seu palácio, e que nas Minas certamente se levantavam com o governo, e que seria bom, que o Rio de Janeiro e S. Paulo dessem as mãos para a mesma empresa.

Respondeu que era inteiramente faltar à verdade, o dizerem que ele Respondente tinha dito semelhantes proposições; pois só se ele estivesse bêbado ou doído poderia tal proferir, e que as demais pessoas indicadas não eram capazes para se lhes comunicarem tais intentos, quando os houvesse, o que não houve.

E sendo-lhe instado, que não faltasse à verdade, porque se sabia muito bem, que ele tinha trabalhado sobre este ponto, de forma que em Minas já era sabido pela maior parte das gentes, ainda mesmo sem serem pessoas da escolha, por ter grassado o projeto em razão das persuasões, e falatórios dele Respondente, e por isso indubitavelmente certo, que ele Respondente sabe perfeitamente deste caso, e das pessoas, que nele fazem a principal figura, pelas quais é perguntado neste auto para que haja de as nomear e descobrir.

Respondeu, que tal não há, que tudo é uma quimera, que ele não é pessoa, que tenha figura, nem valimento, nem riqueza, para poder persuadir um povo tão grande a semelhante asneira.

E sendo instado, que dissesse a verdade, porque sem que ele tivesse as qualidades, que julga necessárias para este intento podia entrar nele, seguindo o partido de alguns cabeças, que o tivessem intentado.

Respondeu, que nem tinha entrado em





Não deveria ser tão pequeno o ônus imposto aos mineiros, fardando-se e armando-se à sua custa, embora pareça compensação a eterna sedução da farda e a parcela de autoridade que ela parece atribuir a quem a usa, o que no interior se manifesta nos elementos mais rústicos, por uma irritante arrogância no falar e nas maneiras. Havia vistosos uniformes que terão sido um grande atrativo às vaidades e que constituem uma velha e incurável fraqueza nacional.

Até o final do século consistia a farda das forças mineiras no seguinte: jaqueta preta, colete, calções pretos e curtos, meias compridas, sapatos, chapéu capacete com plumas, dragonas, peitilho e gravata. Variavam as meias, as plumas, os frisos e o colete. Examinemos alguns para dar uma idéia de como deveriam ser pitorescas essas paradas de antanho.

Terço dos homens pretos de Vila Rica, também chamados os Henriques: vivos vermelhos, golas e punhos vermelhos, colete branco, gravata preta, dragonas prateadas, pluma vermelha curvada para a frente, meias brancas.

Homens pardos da cidade de Mariana: Pluma amarela curvada para a frente, colete, calções, punhos, gravata e meias amarelas; faixa vermelha.

Homens pardos do Termo do Inficionado: Penacho amarelo por trás em lugar de plumas; colete amarelo, calça preta, debrum vermelho na túnica, forro amarelo, faixa vermelha, punhos amarelos.

Regimento de Infantaria Auxiliar do Guarapiranga: Colete branco, gola amarela, punhos amarelos, faixa vermelha, pluma amarela.

Terço dos homens pardos do Sabará: Colete, forro, plumas, punhos, faixa e meias vermelhas. Os Regimentos de Cavalaria de Nobreza usavam com pequena alteração o uniforme dos Dragões.

E assim iam variando dentro desses curiosos padrões, que poriam tanto de confusão a um Intendente de Guerra em nossos dias... Isto para a Cavalaria, o que nos pareceria hoje pouco próprio. A Infantaria, com as mesmas variações de cores, vestia casaco azul revirado, com o forro vermelho, peitilho, colete, gola e punhos vermelhos, faixa vermelha e talabarte.

Os tambores davam a nota sensacional; usavam um uniforme todo vermelho com os vivos azuis. Devia ser lindo para a época... Que dirão os futuros brasileiros, daqui a um século, dos nossos uniformes atuais? Encontrarão neles os motivos de sorriso com que vemos os do século atrasado nas milícias mineiras?

Além dessas forças, existiam mais três companhias irregulares de "pedestres", duas servindo à Intendência dos diamantes, no Tijuco, e uma em Vila Rica.

Uma peculiaridade curiosa dessa pequena força é que, conforme se vê na carta de Martinho de Melo e Castro ao Visconde de Barbacena, era formada na maior parte de escravos de funcionários da Intendência e do Governo e seus protegidos. Os soldos eram recebidos pelos senhores e a reputação dessa tropa era má, conforme foi declarado em documento público. Diz o documento citado que ela não servia nas poucas patrulhas que fazia, para outra coisa que não fosse encobrir e concorrer para o extravio dos diamantes...

Dessa sucinta exposição que ficou feita das Tropas Auxiliares de Minas Gerais, verifica-se a importância que elas representaram durante todo o século XVIII na organização social e administrativa de Minas, constituindo um sistema de hierarquia e segurança, neutralizando, por uma natural ação aglutinante, o espírito individualista de isolamento, natural numa população escassa, disseminada em vastas extensões de terra.

Com as festas religiosas, as paradas e revistas militares dessas Tropas, que a muitos podem parecer meros temas para humorismo, se desenvolveram nas populações o hábito de se reunirem e a idéia de solidariedade.

Reservas úteis, os Corpos de Auxiliares foram a grande escola de preparação militar que o Brasil conheceu em todos tempos. Tornaram familiar e corrente o uso da nomenclatura militar e prepararam, embora elementarmente, grandes massas mobilizáveis em ocasiões de guerra, como se verificou muitas vezes. Nas velhas localidades mineiras, ainda hoje se encontram logradouros com os

nomes de Praia do Manejo, Campo de Manejo, onde depois do trabalho iam os auxiliares adestrar-se em militanças.

O Brasil foi formado dentro desse admirável sistema de hierarquia e de cooperação, e os resultados sociológicos que dele decorreram, bem merecem mais minucioso estudo, por parte dos responsáveis por nossas instituições militares.

Lembremos, embora rapidamente, alguns dos grandes serviços dos Corpos Auxiliares de Minas, não já como fornecedores de reservas às Companhias ou ao Regimento Regular de Cavalaria, para as campanhas do Sul, mas diretamente, com sua própria organização, nos incertos tempos do começo do século XIX.

Nas inquietações da primeira hora, em 1808, necessitando o Príncipe-Regente de fortalecer a guarnição do Rio de Janeiro, fez tirar, por carta régia de 1º de setembro, dirigida ao capitão-general de Minas, dois mil soldados dos Regimentos Auxiliares Mineiros, os quais serviram oito anos na praça da Corte. O que custou esse quase levantamento em massa, lançado sobre uma capitania a braços com uma crise econômica, apavorada pelo flagelo de uma seca excepcional, como a dos anos de 1808-1809, diz bem o aviso do governador de Minas, mandando suspender o recrutamento a que se vinha procedendo com inomináveis violências, provocando verdadeiro pânico.

Os atentados e perversidades cometidas nessa e em outras ocasiões, as injustiças e falsidades com que se estenderam as redes para a famosa captura militar de 1808, deixaram amarga recordação no espírito do povo mineiro. Durante muitos anos as leis de serviço militar foram olhadas com fundada desconfiança e hostilidade pelos vítimas do flagelo de 1808. Ao chamado da Pátria, que se constituía, recalçavam-se mágoas, apaziguavam-se ódios e o pânico desses recrutamentos selvagens converteu-se num grande e unânime movimento de vibração cívica pela independência do Brasil, que se processava entre ameaças e perigos de um fracasso.

Em janeiro de 1822, depois do Fico, o General Jorge de Avilez assumiu atitude hostil à frente das tropas portuguesas, ameaçando embarcar o então Infante D. Pedro para Lisboa, reduzindo-se o Brasil, novamente, ao estado colonial. Só restava ao jovem príncipe submeter-se ou reagir. Como no tempo de Albuquerque, a um apelo do Príncipe-Regente, galopou das montanhas mineiras um Regimento de Cavalaria de Milicianos, mobilizados fulminantemente e, com a presença de outros reforços que se seguiram e foram muito tempo a segurança fundamental das novas instituições, desistiu Avilez de enfrentar a autoridade de D. Pedro.

É de lembrar, ainda, que foi um médico mineiro, o mais tarde Conselheiro Joaquim Cândido Soares de Meireles, quem evitou, com sua atitude decisiva e patriótica, a prisão do Príncipe D. Pedro, que se achava no teatro na histórica noite. Foi isso que na carta régia, ao governador de Minas Gerais, em 12 de março de 1822, agradecendo os recursos de forças e determinando fosse sustada a remessa de novos, por desnecessários, D. Pedro pôde declarar a terra mineira "heróica e briosa Província". Enquanto no Rio de Janeiro os milicianos mineiros montavam sentilela ao Brasil independente, proclamado a 7 de setembro de 1822, em março de 1823 o Regimento de Infantaria Auxi-

semelhante projeto, nem dele tinha notícia alguma.

E insistindo nisto, por mais instâncias que se lhe fizeram mandou ele Desembargador vir a testemunha do número 2º, o Ajudante João José Nunes Carneiro, e lendo ao Respondente o depoimento desta testemunha, não teve que lhe responder, mais que uma simples e fria negação, e só confessou que lhe tinha dito, que se se lançasse a derrama, os povos não queriam pagar; porém reconhecidamente se vê a falta de verdade, com que ele Respondente nega os fatos, que tanto a dita testemunha, o Ajudante João José Nunes Carneiro, como o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, os quais animosamente na sua presença asseverara, o que tinham dito nos seus depoimentos, ao que ele Respondente só respondeu, que eram coisas que lhe andavam armando; e quanto ao passo de ter dito ao Coronel Joaquim Silvério dos Reis, quando se encontrou com ele no caminho de Minas, que fosse, que ele vinha trabalhar para ele, respondeu, que se não lembrava desse dito, e que se o disse foi sem consequência, nem fim algum; o que mais convence da sua falta de verdade; porque as coisas, se não dizem sem consequência nem fim algum. E por este modo houve o dito Desembargador estas perguntas por findas, e acabadas, dando o juramento ao Respondente de haver falado a verdade nelas pelo que respeitava a direito de terceiro, e assinou com o Respondente, e testemunhas depois deste lhe ser lido, e o acharem na verdade, e assinou também o Tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo, que a tudo esteve presente: E eu Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor desta Comarca, e Escrivão nomeado para esta Devassa o escrevi. Diz a emenda no princípio destas perguntas, ou entrelinha, filho de Domingos da Silva dos Santos. E eu sobredito o escrevi e assinei.

Torres

Marcelino Pereira Cleto

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

João José Nunes Carn.<sup>o</sup>

Joaq.<sup>m</sup> Silvério dos Reis

José dos Santos Roiz! e Ar.<sup>o</sup>

(1) O assento de batismo do Joaquim José da Silva Xavier foi lavrado nos termos seguintes:

Aos doze dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta e seis anos, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, o Reverendo Padre João Gonçalves Chaves, capelão da dita Capela batizou o pôs os Santos Óleos a Joaquim, filho legítimo de Domingos da Silva dos Santos e de Antônia da Encarnação Xavier; foram padrinhos Sebastião Ferreira Leitão e não teve madrinha; do que fiz este assento.

O coadjutor Jerônimo da Fonseca Álvares (Livro para servir de assentos dos batizados da freguesia de N.S. do Pilar da Vila de São João del-Rei - 1742/1749, fls. 151 rº).

Sobre a questão da naturalidade de Tiradentes, objeto de muitas polêmicas, publicou Eduardo Canabrava Barreiros excelente estudo, com o título de *As Vilas del-Rei e a Cidadania de Tiradentes*, que faz parte da coleção *Documentos Brasileiros* (nº 172), editada pela Livraria José Olímpio Editora - Rio de Janeiro, 1976. Contém uma apreciação escrita pelo autor desta nota. (HGM)

(2) Era solteiro mas possuía uma filha, cujo assento de batismo revela o seguinte: "Aos 31 dias do mês de agosto de 1786, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, de Vila Rica do Ouro Preto, com licença paroquial, o Pe. Pantaleão da Silva Ramos, presbítero secular, batizou e pôs os santos óleos a Joaquina, filha natural de Antônia Maria do Espírito Santo e do pai que diz ser o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, todos desta freguesia; foi padrinho o Capitão Domingos de Abreu Vieira, solteiro, morador na Freguesia de Antônio Dias desta vila, de que fiz este assento. O Coadjutor Antônio Ribeiro Azevedo."

No Recenseamento de 1804, em Vila Rica, não consta o nome de Joaquim nem de sua mãe (V. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*, de Herculano Gomes Mathias, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1969. (HGM)

(3) Avisado por Simão Pires Sardinha e por Joaquim Silvério dos Reis. (HGM)

(4) Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes. (HGM)

(5) Inácio de Andrade Sotomaior Rendon. (HGM)

(6) Manuel José de Miranda. (HGM)

(7) O bacamarte pertencia a Mathias Sanches Brandão. No depoimento prestado a 14 de abril de 1791, declarou Tiradentes que o bacamarte era de Francisco Xavier Machado. (HGM)



liar de Vila Nova da Rainha, (Caeté), com 482 homens, varava os sertões e ia juntar-se na Bahia às tropas que se opunha às do General Madeira, tomando parte nas escaramuças e forçando a solução de 2 de julho.

Tão eficientes foram esses soldados milicianos no Rio e na Bahia que, somente em 1829, puderam regressar a seus lares, em Minas, e isso mesmo, depois de uma veemente representação que o Conselho Geral da Província dirigiu ao Imperador em 20 de fevereiro de 1829.

Considerados forças de segunda linha, desde a criação do Exército Brasileiro pelo Príncipe Regente D. João, em 7 de fevereiro de 1831 foram os Corpos Auxiliares e de Ordenanças formalmente desorganizados pela lei que estabeleceu Guardas Provinciais, rapidamente substituídas pelos Corpos de Permanentes, ou Policiais, que continuaram ainda, por longos anos, as tradições e serviços das beneméritas forças auxiliares, que tinham surgido com o Brasil e ajudado a sua construção e defesa.

Façamos afinal, justiça a esses beneméritos milicianos mineiros. Nas guerras do Sul, durante todo o século XVIII e nos começos do XIX, nas lutas pela independência, no Rio de Janeiro e na Bahia, foi dessas milícias que se formou a base das mobilizações e com elas puderam os chefes militares e políticos construir e defender o nosso grande Brasil.

As figuras do coronel, do sargento-mor, do oficial miliciano, enfim, longe de merecerem o escárnio com que temos ultrajado suas memórias, são dignas, pelo contrário, de nossas reverências, porque constituem expressões de uma instituição benemerita. Elas tiveram em nossa História uma grande tarefa de que agora nos vamos apercebendo, no exame lento e difícil que a pesquisa e a crítica contemporânea mais esclarecida vão exercendo sobre o nosso passado. Desse exame é que havemos de retirar elementos para restaurar o Brasil em si mesmo, livrando-o de adaptações mal dirigidas que, contrárias às leis fatais que presidem à nossa evolução, constituirão sempre estrondosos fracassos.

Examinemos agora a Tropa Regular da Capitania de Minas, o glorioso Regimento de Cavalaria, de tantos e tão grandes serviços ao Brasil, infelizmente esquecidos ou não identificados como lhe pertencendo.

Em 1710, para atender às necessidades de ordem pública no agitado território onde a *aura sacra fames* atraía forte massa de população, criou o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho um terço de quinhentos soldados e oficiais, tendo duas companhias pagas.

A carta-régia de 24 de junho de 1711 regulou a organização dessas companhias e transformou-as em "Companhias de Cavalos", sediando-as na Vila Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, onde se achava o governo.

Não tardou que as necessidades impusessem uma melhor organização a esse embrião das forças militares de Minas. tanto mais que a rapidez com que se constituíam novos povoados criava para o governo local premência de medidas de segurança geral e própria além das que cabiam à Fazenda Real, cujos cofres eram alojados em frágeis edifícios onde se recolhiam fortes quantidades do ouro dos Reais Quintos.

Em 9 de fevereiro de 1719, uma carta-régia estabeleceu as Companhias Regulares de Dragões, regidas pelas leis militares do Reino de Portugal.

Recebia também a investidura de comandá-las o Capitão João de Almeida de Vasconcelos, soldado de ofício, que trazia uma longa folha de serviços nas guerras de Espanha, onde servira sob as ordens de D. Pedro de Almeida, com quem viera para as Minas, quando este recebera o encargo do governo de tão importante território.

Os fundamentos do ato real estão expressos na Exposição de 18 de janeiro de 1719, feita pelo Conselho de Marinha e Ultramar onde se lê:

"Essa cavalaria não é para em campo aberto pelejar com o inimigo, que não há nem haverá naqueles sertões, mas para guarda dos governadores e para comboiar a Fazenda de Sua Majestade e para acudir alguns insultos ou levantamentos que façam algumas pessoas poderosas, fazendo-se fortes com seus escravos; e nalguns lugares intricados, para o que tudo são mais convenientes;

tes; e o manejo de infantaria, parece será conveniente que nessa oposição sejam admitidos os oficiais reformados de infantaria". (Carta-Régia de 1719).

"Também em semelhantes Companhias, eretas de novo, costuma S.M. fazer o primeiro provimento do Tenente e Alferes; nestas duas companhias parece ser assim nessessário, porque neste Reino há oficiais reformados muito idôneos para estes postos, para os quais se requer ciência e prática da disciplina militar, tanto para o de Capitão, os quais de certo que os não há nas Minas."

Ficaram assim criadas as Companhias de Dragões, cujo uniforme foi igual ao dos Soldados do Reino e armados regularmente de clavinhas grandes, espadas e pistolas.

Em 1729, por carta-régia de 8 de dezembro, atendendo às necessidades da guarda e segurança da estrada da Bahia, por onde mais intenso se fazia o tráfego entre o mar e a Capitania do Ouro, foi criada uma terceira Companhia de Dragões, com parada na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado, sob o comando do Sargento-Mor Belchior dos Reis Melo.

Em 1757 era removida essa companhia para Vila Rica, onde juntando-se as duas existentes anteriormente passaram a constituir um corpo de cerca de 242 praças, de que Gomes Freire de Andrada tirou, durante todo o tempo de seu governo, os elementos que enquadravam as levas de milicianos que lutaram nas guerras do Sul. Pouco lisonjeiro, sem dúvida, é sobre esses militares na famosa carta escrita pelo sisudo Conde Bobadela a seu irmão José Antônio, dando-lhe instruções sobre o governo das Minas, ao passar-lhe, numa interinidade: "Os oficiais militares são poucos e malcriados; nasce a discórdia de dois princípios: o da ignorância do ofício, o que suscita dúvidas em toda a Tropa que é inscientel o segundo, da elevação que o pó das Minas mete nos narizes dos habitantes que a pobreza traz nus e descalços. Não há cabo que se presume alferes e todos duplicam em si graduações tais."

Foi somente em 1775 que o Capitão-General D. Antônio de Noronha, Coronel da Cavalaria Real, deu à tropa paga da capitania uma organização definitiva em moldes rigorosamente militares, de acordo com o Regulamento de 1768.

Com as três companhias existentes, formou D. Antônio de Noronha um regimento, que se desdobrou em oito companhias de quatrocentos e setenta e seis soldados, regularizou e padronizou uniformes, armamento, equipamento, selas e arreios, construindo ainda, em 1779, o magnífico Quartel da Cachoeira do Campo, nas vizinhanças de Vila Rica, onde ainda hoje, em grande escudo encimado pelas armas e pela coroa do Rei, se vê em pedra sabão o nome do grande Governador que foi D. Antônio de Noronha.

Desse regimento era Coronel o Governador e, tropa de elite, mantinha sempre três companhias aquarteladas e prontas para ação militar e permanentemente quarenta cavalos de argola dia e noite. Com oficina de armeiro, foi durante longo tempo o fornecedor de fechos de espingardas dos batalhões do Rio, artífices militares a eles pertencentes fabricaram as primeiras espingardas inteiramente confeccionadas no Brasil.

Quando se fundou no Rio de Janeiro a primeira fábrica de armas, na Casa do Trem, foi com pessoal inteiramente requisitado ao referido corpo, importando numa verdadeira transferência total da manufatura instalada nos quartéis de Minas.



(8) No volume VIII desta edição estão transcritos alguns documentos a este respeito (n<sup>os</sup> 19 e 22). (HGM)

(9) João José Nunes Carneiro. (HGM)

## 2ª Inquirição – Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras – 27-05-1789

E sendo-lhe lidas as perguntas, que se lhe haviam feito, e perguntando-se-lhe se eram as mesmas, e de novo as ratificava.

Respondeu, que eram as mesmas, e de novo as ratificava.

E sendo-lhe perguntado, se era verdade ter tido a conversação com o Ajudante João Nunes Carneiro, conforme ele declara no seu juramento.

Respondeu, que fazendo reflexão sobre a conversação, que tinha tido com ele lhe lembrava ser verdade ter conversado com o dito Ajudante sobre as matérias, que ele diz no seu juramento; porém que não fora com o ânimo, nem com o veneno que a dita testemunha se persuade, e se quer imputar a ele Respondente; pois o modo por que falou nisso foi, dizendo que o povo de Minas estava em desesperação, por lhe quererem lançar a derrama, e que era muito má política o vexar os povos; porque poderiam fazer, como fizeram os ingleses, muito principalmente se se chegassem a unir as Capitânicas do Rio de Janeiro, e S. Paulo, e que se houvesse pessoas animosas poderia até atacar o Ilustríssimo, e Excelentíssimo Vice-Rei no seu palácio; mas que nada disto ele Respondente disse, não convidando a ninguém para que o fizesse, nem dizendo que o queria fazer; mas tão somente em matéria de conversação, referindo e considerando o perigo, e as conseqüências, que podiam seguir-se se não houvesse cuidado em contentar o povo, e que se ele acrescentou – se fossem animosas, como ele respondente, – foi por encarecer o seu ânimo, e por basófia, mas não porque intentasse tal coisa.

E sendo-lhe mais perguntado, se ele sabia quais eram as pessoas, que estavam dispostas para se levantarem no caso que se lançassem a derrama, ou ao menos quais eram as principais.

Respondeu, que geralmente todas as pessoas, da maior até a mais pequena, diziam, que se se pusesse a derrama, a não pagavam, e que saíam da Capitania; porém que ele Respondente não sabia, que se houvessem de levantar com violência, nem que tivessem cabeças, ou capatazes para isso, a quem se acostassem.

E sendo-lhe instado, que dissesse a verdade, porquanto se sabia que havia cabeças no projeto do levante, e que tanto intentavam fazê-lo por força, que destinavam tirar a cabeça ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Visconde Governador, e Capitão General e mais a outros, que não seguissem o partido.

Respondeu, que ele não sabia de cabeças algumas neste partido, nem de que se intentassem fazer os delitos das mortes, que se diz, e só ouviu dizer ao Coronel Joaquim Silvério dos Reis, quando aqui chegou, falando ambos a respeito de Minas, e como estavam lá os negócios a respeito da derrama, referiu o dito Coronel, que o povo estava impaciente, e principalmente os que deviam à Fazenda Real, e disse que os que estavam mais levantados eram o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, o Coronel Inácio José de Alvarenga, o Vigário de S. José, Padre Carlos e outros mais de que se não lembra. (1)

E sendo instado, que dissesse a verdade, que bem mostrava faltar a ela; porque nas perguntas, que antecedentemente se lhe tinham feito, não declarou nada disto, antes absolutamente negou, e só disse a respeito de ter dito ao dito Coronel – que vinha trabalhar para ele –, fora expressão que proferira à toa.

Respondeu, que então não dissera o que agora diz, porque não estava lembrado, e o que agora lhe sucede de se lembrar melhor é em razão de estar examinando com mais miudeza as conversações, que teve a este respeito.

E sendo mais perguntado, que visto ele ter examinado melhor as conversações, que tinha tido a respeito desta matéria, lhe havia



A folha de serviços desse corpo de tropa é variada e extensa. Dele partiam continuamente contingentes para o Sul do Brasil, e de 1800 em diante a sua atividade foi verdadeiramente espantosa como viveiro de oficiais e soldados.

Em 1822, duas companhias suas correm a São Paulo para escoltar o Príncipe D. Pedro, assistem ao ato do Ipiranga e acompanham o Príncipe em sua viagem para o Rio.

Desde o governo de D. João VI passara o Regimento de Minas a denominar-se Regimento de Cavalaria de Linha, e, em dezembro de 1824 constituía o 2º Regimento de Cavalaria do Exército. Afinal em 1831 passava a constituir o 1º Corpo de Cavalaria ligeira.

Foi sob esse número que em fevereiro de 1835 deixaram os soldados da Tropa Regular de Minas o seu quartel em Ouro Preto, partindo para o Rio de Janeiro onde foram constituir o 1º Corpo de Cavalaria do Exército, de onde jamais regressariam às suas pedregosas montanhas.

Ficaria gravada sua lembrança, menos na memória dos homens que no austero e mal assombrado casarão de seu quartel, do alto da colina, no contraforte da Serra do Funil, na derruída construção do Campo das Flores.

E o seu fantasma, o cavaleiro branco, que galopa na serra, tirando fogo nas pedras com as feraduras do seu cavalo brandindo uma luzente espada ao luar, é um assombramento que ninguém sabe explicar!

Desgraçadamente, ainda, nos fastos dessa unidade que é hoje o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, ficaria esquecido ou ignorado que das suas fileiras saíram duas figuras empolgantes de heróis e mártires. Esses dois precursores da Independência e da República foram o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, seu comandante, glorioso Inconfidente, e o mártir sagrado do civismo, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Nascendo entre as armas desse Regimento a idéia redentora do Brasil, quis a Providência Divina, por singular ironia, que, quando o neto de D. Maria I se rebelou contra a Metrópole para executar os desígnios da Inconfidência de Minas Gerais,



tivesse a seu lado garantindo-lhe a eficiência do gesto, os soldados dos esquadrões de Tiradentes.

Essa escolta foi de soldados de Minas, outra comandados por Paula Freire e Tiradentes, a quem Deus destinara a tarefa gloriosa de primeiro fixar as cores de sua nova Pátria, independente.

Ao reivindicar para o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, essas tradições que ele possui e que se encontravam esquecidas, eu pretendia ainda lembrar que Minas Gerais não merece a acusação, que algumas vezes se lhe fez, de traição e antimilitar, tendo, pelo contrário, uma larga contribuição de sangue ao Brasil.

Outros narrarão a história das instituições militares de Minas Gerais daqui por diante. A tarefa será mais fácil e os arquivos mais acessíveis.

Extraído de *A Capitania das Minas Gerais*, Augusto de Lima Júnior, Editora Universidade de São Paulo - Livraria Itatiaia Editora, Belo Horizonte, 1978.

de lembrar muito bem, o que disse a respeito de um soldado, que pretendia baixa, e se lastimava de a não ter conseguido, a que ele Respondente saiu, dizendo que era bem feito, visto que os cariocas eram uns vis, patifes e fracos, que estavam sofrendo o jugo da Europa, podendo viver dela independentes, cujo dito ouviram Valentim Lopes da Cunha, e Jerônimo de Castro e Sousa.

Respondente que tal não dissera, e que somente usara da expressão, de que tivesse paciência, porque também eles em Minas sofriam o mesmo.

E sendo instado, que dissesse a verdade, e persistindo no mesmo, mandou o dito desembargador vir as testemunhas do número terceiro a folhas dezessete, Jerônimo de Castro e Sousa, e a testemunha referida a folhas dezoito, Valetim Lopes da Cunha, e sendo perguntados na presença dele Respondente para que referissem as palavras, que tinham ouvido, eles as referiram constantemente do mesmo modo, que tinham jurado, e sendo então perguntado ao Respondente, o que dizia àquilo, não se atreveu a negar, mas disse que lhe não lembrava de tal ter dito, que eles testemunhas poderiam estar mais certos disso; porém que ainda caso o dissesse, não era com o mau ânimo que se presume. E por este modo houve ele dito desembargador por agora estas perguntas por findas, e acabadas, dando o juramento ao Respondente de haver falado verdade nelas pelo que respeitava o direito de terceiro, e assinou com o Respondente, e testemunhas depois deste lhe ser lido, e o acharem na verdade, e assinou também o Tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo, que a tudo esteve presente, de que dou fé. E eu Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor desta Comarca, e Escrivão nomeado para esta Devassa o escrevi, e assinei.

Torres

Marcelino Pereira Cleto

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

Jerônimo de Castro e Sz.<sup>a</sup>

Valentim Lopes da Cunha

José dos Santos Roizl, e Ar.<sup>or</sup>

(1) As relações entre Tiradentes e Joaquim Silvério dos Reis eram bem antigas. No Arquivo da Casa dos Contos, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi encontrada pelo pesquisador José Afonso Mendonça de Azevedo uma carta em que delator se refere expressamente ao alferes. O documento em questão tem o seguinte trecho inicial: "Snr. Miguel Fernandes Guimarães. Agora recebi a de VM. de 19 de outubro, pelo Alferes Joaquim José da Silva, veio a dizer-me que os senhores...". Datada do Registro do Caminho Novo, a 6 de setembro de 1782.

O Visconde de Barbacena explorou habilmente a situação: "e resolvi-me também a mandar à presença de V. Exa. (O Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa), o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, auto das ditas notícias, com carta minha de 19 do mês passado, com o fim principalmente de servir a V. Exa. para o exame do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, particular amigo dele, e para averiguação dos sócios que têm nessa cidade..." (Ofício do Visconde de Barbacena ao Vice-Rei, de 11 de maio de 1789. ADIM, vol. nº 3, da edição de 1936/38, p. 265. (HGM)

**3ª Inquirição - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras - 30-05-1789**

(.....)  
E sendo-lhe lidas as perguntas, que se lhe haviam feito, e perguntando-se-lhe se eram as mesmas, e se de novo as ratificava.

Respondente, que eram as mesmas, e que de novo as ratificava.

E sendo-lhe instado, que ele Respondente não tinha falado com sinceridade, nem nas primeiras perguntas, nem nas segundas; porquanto nas primeiras tinha faltado a dizer o que nas segundas declarou, e nestas se houve ainda com diminuição, não dizendo tudo o que sabia; pois não tem declarado os projetos da sublevação, em que ele tinha entrado, como ele havia declarado a algumas testemunhas, nem igualmente disse aos sócios deste projeto, sem os quais ele se não podia fazer, nem do mesmo modo manifestou que Manuel Joaquim Fortes, e Manuel José, e Domingos Fernandes, em casa de quem ele Respondente se ocultou, sabiam dos seus projetos; pois que um lhe ocultou a mala, outro lhe chamava patrício, e lhe deu a carta de favor, e outro lhe consentiu que se ocultasse em sua casa, coisas estas que

## Tal dia é o batizado

Gilberto de Alencar

Ao saber que os companheiros haviam confirmado a tentativa de sedição, rompendo assim o ajuste convencionado, resolveu confessar a seu turno. E confessou com toda a dignidade e altivez.

Tinha negado tudo até aquela hora porque assim ficara estabelecido e não por querer desculpar-se ou inocentar-se.

Encarou os juízes, cabeça erguida, olhos centelhantes, gestos largos e enérgicos, sem sombra de qualquer temor ou hesitação.

Deu com o punho fechado no peito e exclamou:

— O único responsável sou eu! Eu é que tive a idéia, mais ninguém!

Explanou que não chegara a tanto por interesse pessoal, embora, desde muito, viesse sofrendo injustiças, umas após outras, na sua carreira militar. Quando se precisava de alguém para missões delicadas e milindrosas, a ele é que recorriam, dele é que se lembravam. Na hora, porém, das promoções e benefícios, achavam outros, que campavam de mais bonitos e acaso tinham comadres poderosas a protegê-los. Soldados e furiéis que havia tido sob o seu comando chegaram a tenentes e capitães, enquanto ele ia continuando como simples alferes.

— Mas não foi isto o que me moveu. Muito antes de assentar praça no Regimento de Dragões, vinha sonhando com a emancipação das Minas, com a liberdade do Brasil, com a derrubada do despotismo.

Chegou a interpelar os juízes.

— E sabem por quê?

Concentrou-se um momento e prosseguiu:

— Porque percorri toda a capitania das Minas, cruzando e recruzando os seus caminhos, e o que vi por todos os lugares foi a opressão, o atraso, a miséria... Os brancos oprimidos pelas leis de archo não vivem menos escravizados do que os negros e os índios. O ouro não é livre, os diamantes não são livres. Quem os encontra no meio da terra ou no leito dos rios, à custa de muito sacrifício e de muito suor, é obrigado a entregar grande parte à Fazenda insaciável.

Voltou a perguntar:

— E que é que se dá em troca aos povos subjugados?

Respondente ele mesmo:

— Nada! Nada de nada! Não há estradas nem podem ser construídas, porque por elas o ouro é capaz de fugir... Não há escolas, para que os povos não saiam da ignorância... Não há indústria, não se pode fiar nem tecer, não se pode fundir o ferro, não se pode fabricar o açúcar, para que tudo venha do reino... E os capitães-generais e os seus fâmulos, que se ensoam de riquezas, no meio da pobreza geral? Protestar é impossível, porque o medo causado pelos opressores amordaça todas as bocas!

Os juízes, atônitos, não faziam mais perguntas, contentavam-se de ouvir o discurso torrential...





- Vendo tudo isso, comecei a pensar na emancipação, acalentando esse projeto durante muitos e muitos anos. Quando estive no Rio de Janeiro pela penúltima vez, encontrei-me com o Doutor José Álvares Maciel, recém-chegado da Europa. Sendo ele cunhado do tenente-coronel Freire de Andrade, comandante do meu Regimento, fui visitá-lo. Pediu-me notícias da capitania e eu expus-lhe a triste situação da mesma. Disse-me ele então que o Brasil possuía muitas riquezas a serem exploradas e que nos países europeus por onde andara todos se admiravam muito de que ainda não houvésssemos seguido o exemplo dado pelos americanos-ingleses, proclamando a independência. Partindo de um homem ilustrado e viajado, as suas palavras fizeram-me grande impressão. Resolvi, por essa ocasião, que o levante deveria ser feito sem mais tardança. Parti imediatamente para Vila Rica e já em caminho fui falando a diversas pessoas sobre o assunto, mas não fui feliz, porque todas se amedrontaram e mal quiseram ouvir-me. Em Vila Rica falei ao meu comandante, que a princípio relutou em aceitar a idéia, mas acabou cedendo, por lhe haver eu dito que seria um dos maiores da república.

Os juizes ouviam, calados, e Tiradentes parou por um instante, a fim de tomar fôlego, tanto o fadiga a rapidez com que vinha falando.

Depois continuou:

- Procurei a adesão dos principais da terra, obtendo a de alguns. Houve então muitas reuniões, na casa do tenente-coronel Freire de Andrade e em outras. Exigi logo, para mim, o papel mais arriscado. Eu é que, no dia escolhido, me colocaria à frente do povo e percorreria as ruas de Vila Rica, dando vivas à liberdade. O tenente-coronel acudiria à frente do Regimento de Dragões para reprimir a sedição, mas, em lugar disso, daria apoio ao movimento, declarando ser o mesmo muito justo. Eu iria em seguida à Cachoeira do Campo, para prender o Visconde de Barbacena, que seria posto para fora da capitania com a viscondessa e os filhos. A bandeira da república foi escolhida. Fiz questão de que nela figurasse um triângulo, em honra da Santíssima Trindade. Os poetas escolheram um dístico latino. As leis estavam sendo preparadas. Foi quando eu disse que Deus se achava conosco e que, se todos quissem, fariamos uma grande nação...

Cessou, afinal, de falar, como se já houvesse dito tudo.

Então os juizes recomeçaram as perguntas, sem dar-lhe descanso.

- Disse muitas vezes que os americanos-ingleses iam auxiliar o levante. Por que vias soube disso e qual seria o auxílio?

- Invenstei isso para mais facilmente obter o concurso das pessoas a quem me dirigia. Cheguei até a dizer que a frota já se achava em caminho... Uma frota carregada de tropa e munição.

- E os negociantes ricos do Rio de Janeiro, que haviam tomado o partido do levante?

- Invenção minha também. Para animar os generalistas, lá em cima, dizia-lhes que o Rio de Janeiro se levantaria igualmente, bem como S. Paulo, a Bahia, Pernambuco. Tudo idéias...

- Quando subia para as Minas, falou ao coronel José Aires Gomes e ao padre Manoel Rodrigues da Costa. Aprovaram o movimento?

- Nada! Já disse que todos tinham muito medo. O coronel José Aires Gomes disse-me que o levante era uma asneira muito grande. O padre Manoel Rodrigues da Costa, falando-lhe eu no estabelecimento da república, respondeu-me que panela de muitos era bem comida e mal mexida.

- Quem ia dar a pólvora e fabricá-la?

Muitos se comprometeram a dá-la. Não me recordo direito.

- O desembargador Gonzaga foi encarregado de fazer as leis?

- Não sei. Ele ia casar-se e deixar as Minas.

- Mas não já disse que os poetas tinham escolhido um dístico para a bandeira? Ele é um dos poetas.

- O que sei do desembargador Gonzaga é que, uma vez, estando nós tratando do movimento em casa do tenente-coronel Freire de Andrade, e entrando ele de repente, todos se calaram, para que não soubesse de nada.

- E o doutor Cláudio Manuel?

- O doutor Cláudio levava tudo em ar de graça. Chamava-me de Corta-Vento...

- E o coronel Alvarenga? O padre Rolim? O vigário Toledo?

- Concordaram com o movimento, porque eu apelei para eles. O único responsável sou eu! Fui eu que tive primeiro a idéia!

- Falou-se em cortar a cabeça do Visconde de Barbacena...

- Houve quem falasse, mas eu me opus na mesma hora. Disse que bastava botá-lo Paraibuna abaixo com a família e que fosse dizer em Portugal que já não precisávamos cá de generais.

- Mas quem falou em cortar a cabeça?

- Não me lembro bem. Ora penso que foi um, ora que foi outro. Não posso dizer ao certo quem foi.

- Comunicou a muita gente que havia um doutor do rio das Mortes e um homem importante de Sabará metidos no levante.

Tornou a sorrir o alferes, dizendo que tudo eram idéias dele, para conquistar adeptos. Não havia doutor do rio das Mortes, nem homem importante de Sabará. Tudo idéias dele.

- E a senha para o levante?

- Ah! a senha! "Tal dia é o batizado"...

O sorriso tornou-se amargo e ele disse, baixando a voz, tristemente:

- O batizado gorou...

Ajuntou em seguida:

- Mas um dia...

- Um dia o quê?

- Nada. Já disse tudo quanto tinha a dizer. A idéia foi minha, o único responsável sou eu! Os outros... Os outros fui eu que desencaminhei!

Não acusou a ninguém, a ninguém transferiu a própria culpa, de ninguém se queixou. Sereno e altivo, mas sem arrogância, reivindicou o papel de chefe e de instigador em tudo quanto se passara.

De novo bateu no peito com o punho fechado.

- Sou o único responsável!

De *Tal Dia É o Batizado*, Gilberto de Alencar, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1987.

bem mostram ser verossímil, que ele Respondente lhes tivesse comunicado os seus projetos, e que neles tivessem parte.

Respondente, que nas segundas perguntas tinha dito tudo quanto era verdade, e que a elas se reportava; pois nem tinha entrado em projeto de sublevação, e as suas falas a este respeito eram sem malícia, nem sabia de sócios, que para ela houvesse, nem tão pouco aos sobreditos disse coisa alguma, porque não sabia, que a este respeito a houvesse; porque a mala foi ter à casa do Capitão Manuel Joaquim por engano; pois que ele Respondente a mandava para casa de Domingos Fernandes; e que a Manuel José nunca o tinha visto, senão na noite em que lhe deu a carta, e que o tratava de patrício, porque ele lhe dissera ser também filho de Minas, e que quanto a Domingos Fernandes, a este só pediu que o deixasse ocultar em sua casa, pelo receio em que ele Respondente estava, de que o prendessem.

E sendo-lhe instado, que dissesse a verdade, do que soubesse a respeito da sublevação de Minas que nesta cidade falou nela a certa pessoa, declarando-lhe quem eram os cabeças dela.

Respondente, insistindo que não sabia nada; pelo que mandou ele Desembargador vir o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, o qual com efeito vindo, lhe mandou que repetisse o que tinha passado com o Respondente na escada de Antônio de Oliveira Pinto, e com efeito repetiu, dizendo que o Respondente lhe perguntara logo que ele dito coronel chegara de Minas, como estavam as coisas, em que lhe falara o Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo, irmão do Vigário de S. José, que vinha a ser a sublevação, que se intentava em Minas, o modo de se fazer, as pessoas que nela entravam, entre as quais era uma ele Respondente, o qual dizia estar arrependido de cá vir; porque não achava as coisas em figura; porque todos eram uns bananas com muito medo do Ilmo. e Exmo. Vice-Rei, e que voltava logo para Minas para ver se lá se efetuava, antes que viessem os quintos, que sempre lá serviam para muito, e que desconfiava do Ajudante João José, de quem ele se tinha fiado, por ser patrício, mas que era um cachorro, que certamente o tinha vendido, e declarado a Sua Excelência a prática, que tinha havido entre eles. E suposto o Respondente só confessou, o que tinha dito o Coronel Joaquim Silvério dos Reis a respeito do Ajudante João José, negando o mais, claramente se conhece a verdade do dito Coronel, e a tibieza da negativa do Respondente, do que eu, e o dito tabelião damos fé: E por este modo houve o dito Desembargador estas perguntas por findas, e acabadas, dando juramento ao Respondente de haver falado nelas a verdade pelo que respeitava o direito de terceiro, e assinou com o Respondente, e o Tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo, e o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, depois de tudo lhes ser lido, e o acharem na verdade. E eu Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor desta Comarca, e Escrivão nomeado para este Devassa o escrevi e assinei.

Torres

Marcelino Pereira Cleto

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

Joaq.<sup>m</sup> Silvério dos Reis

José dos Santos Roizl e Ar.<sup>o</sup>

#### 4ª Inquirição - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras - 18-01-1790

(.....)

E sendo-lhes lidas as perguntas, que se lhe haviam feito, e perguntando-se-lhe se eram as mesmas, e de novo as ratificava.

Respondente que eram as mesmas, e de novo as ratificava.

E sendo-lhe instado, que dissesse a verdade, à qual tinha faltado em todo o sentido; pois negava o levante, que se premeditava fazer na Capitania de Minas Gerais, quando ele era o cabeça do motim, que convidava a todos quantos podia tão alucinadamente, que nem escolhia pessoas nem ocasião, e por isso deve dizer todas as pessoas que entravam no dito levante, e sedição, ou prestavam para ela o seu consentimento, e que



# Nasce um Revolucionário

Oiliam José



O atrativo das minas de ouro e pedrarias, irresistível por natureza em seus acenos, levava, no ocaso do Século XVII, até o vasto território do Vale do Rio das Mortes, migrações sucessivas de reinóis, paulistas, indígenas, escravos, enfim, gente das mais variadas castas e procedências. Eram homens audaciosos que, unindo-se em torno de objetivo comum, o da busca de riqueza fácil, deixavam seus bens na orla litorânea ou os vendiam a preço vil e, avançando pelos tenebrosos caminhos de São Paulo até as Minas, vinham a elas para, paradoxalmente, padecer dificuldades, como jamais tiveram em seus pousos de origem, e sentir, por experiência própria, que não é das pedras ou metais que nasce a felicidade dos povos.

Formando essa coletividade em marcha, chegavam às terras vizinhas do Rio das Mortes militares, mineradores, desertores do serviço das armas, religiosos bons e maus, mascates habilidosos, agricultores, mulheres de vida airada e homens de variados ofícios. Alguns enriqueciam-se e voltavam arrogantes. Eram poucos. A maioria acabava pobre e, na impossibilidade de regressar às longínquas terras de origem, aceitava permanecer onde estava, para lamentar as desilusões ou viver, por necessidade, da agricultura e da pecuária. O ouro, não há duvidar, amplia a ostentação de alguns e reduz ou elimina a felicidade de muitos.

Assim, ao lado do encontro de poucos cascalhos auríferos rendosos ou compensadores, operava-se o fenômeno bem mais importante da fixação dos primeiros núcleos humanos, com suas fazendas de cultura e de criação nas vizinhanças. E, justamente desses agrupamentos iniciais mínimos, surgiram São João del-Rei, e, mais ao norte, São José del-Rei, chamados então, respectivamente, Arraiais Novo e Velho do Rio das Mortes.

Ao primeiro desses núcleos, ligaram-se, sem demora, as figuras de dois audazes taubateanos, Thomé Portes del-Rei e Antonio Garcia da Cunha<sup>2</sup>, e desses viera seu crescimento inicial, para que pudesse ser elevado a Vila já em 8 de julho de 1713. São José del-Rei, Tiradentes hoje, desenvolveu-se em ritmo um pouco mais lento. Contudo, no segundo quartel do Século XVIII, já possuía rica e bela matriz, trezentas casas de regular construção, primeiras autoridades e vigário. Como complemento, surgiram e cresceram, em torno dessa florescente localidade, sítios, fazendas e lavras, com suas ermidas e capelas destinadas a testemunhar a fé dos que lá viviam e a lembrá-lhes que, no meio das dádivas da rica natureza, não deveriam esquecer seus deveres para com o autor dessas mercês, Deus.

Precisamente, num desses sítios vizinhos, o do Pombal<sup>3</sup>, localizado à margem direita do Rio das Mortes, mas então incluído no território de Vila de São João del-Rei, fora residir o jovem casal de agricultores, Domingos da Silva Santos e Antonia da Encarnação Xavier.

O primeiro descendia de pais portugueses, André da Silva e Mariana da Motta<sup>4</sup>, nascidos no Arcebispado de Braga, onde viveram e faleceram. D. Antonia era de São João del-Rei e teve pai luso, Domingos Xavier Fernandes, e mãe paulista, Maria de Oliveira Cozassa ou Colasso. E ambos possuíam dois elementos reclamados para gozarem da consideração social: sangue de brancos nas veias e ligações a troncos de cristãos velhos. Além disso, Domingos, o marido, aceitava, no triênio de 1755-1757, ser Vereador à Câmara da Vila de São José del-Rei, para colaborar mais diretamente no progresso dela e dar continuidade às tradições de uma família servidora da Monarquia e, assim, digna de benefícios políticos. Prova dessa presença familiar na vida pública da Vila havia sido dada, em 1746, pelo sogro dele, Domingos Xavier Fernandes, que foi Juiz Almotacel do Senado da Câmara.

Domingos da Silva Santos, mais prudente que a maioria de seus contemporâneos da região, compreendeu cedo que não devia confiar no ouro, pois quem o busca tem o sofrimento como companheiro. E não era só. Preocupava-o a manutenção da família que aumentava. Passou, por isso, a revolver com escravos a terra e cultivar, nela, o necessário para os seus e, também, para a troca, na Vila, com os negociantes de sal, azeite, panos e utensílios. Outras vezes, o excesso de produção ia para compra de *mezinhas* receitas pelos boticários ou pelo vulgo. O pagamento de tributos ou as doações ao culto da nascente paróquia de São José também exigiam parte do resultado das vendas dos produtos agrícolas. D. Antonia, que viveu até 2 de dezembro de 1755, buscava, no seio do lar, atender a tudo quanto se exigia dela, como boa esposa e mãe de sete filhos. Ainda lhe cabia orientar os escravos que se encarregavam dos trabalhos da cozinha. Marido e mulher viviam cristãmente, sem se contaminarem da franca e progressiva delinqüência que avassalava a Capitania.

A vida no Pombal impunha serviço a todos, desde o chefe de família até os filhos menores e passando pelos poucos escravos adquiridos para os misteres agrícolas e domésticos. Na Capela do sítio, o sacerdote-capelão vinha celebrar aos domingos e dias santificados e nas festas preferidas pela devoção da família. Aos filhos, dava-se formação moral e religiosa digna do nome cristão e algo diferente daquela que predominava no ambiente. Domingos e D. Antonia não se deixavam abater pelas críticas, que alguns lhes faziam por isso, já que, na qualidade de cristãos, deveriam ser diferentes da multidão de casais e testemunhar valores que esses não compreendiam ou não ousavam aceitar. Os amigos e conhecidos do casal encontravam da parte dele cordial acolhida no Pombal, onde o dever de hospitalidade só não se cumpria em relação aos assassinos, salteadores ou desordeiros conhecidos. Os gastos com vestuário, alimentação e folguedos conheciam, nesse lar, justas restrições.

Nessa família de rudes, mas honrados devassadores da terra mineira, nasceram, primeiramente, três filhos que mereciam dos pais os melhores cuidados:

*Domingos da Silva Xavier*, natural do Pombal, nascido em 1738, batizado em 25 de junho desse ano, ordenado sacerdote no Rio de Janeiro, no dia 25 de março de 1765, e vigário de algumas paróquias mineiras, inclusive dos "descobertos" do Cuité, Peçanha e zonas vizinhas e, mais tarde, Vigário da Vara de Pitangui (1755);

*Maria Victoria de Jesus Xavier*, nascida em 1742 e casada, em 1759, com o Alferes Domingos Gonçalves de Carvalho;

*Antonio da Silva Santos*, nascido no Pombal, em 1745, igualmente sacerdote e falecido, com testamento, na Fazenda do Castelo, situada na Serra da Mantiqueira, freguesia de Barbacena, no mês de dezembro de 1805, depois de haver sido Capelão na Ressaca, da Paróquia de Prados.

O nascimento do quarto filho veio com pequeno intervalo e foi saudado, como os anteriores, com cristãos sentimentos de júbilo<sup>5</sup> e naturais esperanças. O menino recebeu os nomes de Joaquim José, para que, no peregrinar terrestre, ti-

comunicações havia para as potências estrangeiras, e por que vias, e também quem eram as pessoas do Rio de Janeiro, que favoreciam, ou premeditavam o mesmo levante, o que tudo ele Respondente asseverava às pessoas que queria persuadir.

Respondente, que ele até agora negou por querer encobrir a sua culpa, e não querer perder ninguém; porém que à vista das fortíssimas instâncias com que se vê atacado, e a que não pode responder corretamente senão faltando clara, e conhecidamente à verdade, se resolve a dizê-la, como ela é: que é verdade, que se premeditava o levante, que ele Respondente confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse coisa alguma, e que tendo projetado o dito levante, o que fizera desesperado, por ter sido preterido quatro vezes parecendo a ele Respondente, que tinha sido muito exato no serviço, e que achando-o para as diligências mais arriscadas, para as promoções e aumento de postos achavam a outros, que só podiam campar por mais bonitos, ou por terem comadres, que servissem de empenho, porque o seu Furreil está feito Tenente, Valeriano Manso, (1) que foi soldado da Companhia dele Respondente perto de seis anos está feito Tenente da mesma companhia, Fernando de Vasconcelos, (2) que foi cadete seis anos, sendo ele Respondente já Alferes, está feito Tenente, Antônio José de Araújo, que era Furreil, sendo ele Respondente Alferes, está feito Capitão, e Tomás Joaquim, (3) que foi Alferes ao mesmo tempo que ele Respondente, está feito Capitão da sua mesma companhia, que a primeira pessoa a quem falou, propondo-lhe o intento da sublevação, e motim foi nesta cidade a José Álvares Maciel, filho do Capitão-Mor da Vila Rica, o qual aprovou o projeto da premeditada sublevação, e motim, e nesta Cidade do Rio de Janeiro, onde nesta ocasião se encontrou com o dito José Álvares Maciel não falou a pessoa alguma mais, e o modo por que falou ao dito José Álvares Maciel foi; porque tendo ele chegado da Inglaterra, e indo ele Respondente visitá-lo em razão de ser cunhado do seu tenente-coronel, falaram sobre os conhecimentos, que o dito José Álvares Maciel tinha adquirido a respeito de manufaturas e mineralogia, dizendo que os nacionais desta América não sabiam os tesouros que tinham, e que podiam aqui ter tudo se soubessem fabricar, passou depois o Respondente a falar dos governos, e como vexavam os povos, e que também ele era um dos queixosos, ao que o dito José Álvares Maciel disse, que pelas nações estrangeiras por onde tinha andado, ouvira falar com admiração de não terem seguido o exemplo da América inglesa; com este dito entrou o Respondente a lembrar-se da independência, que este País podia ter, entrou a desejá-la, e ultimamente a cuidar no modo, por que poderia isso efetuar-se, e como estava para partir para Vila Rica, e de fato partiu (4) no caminho perguntou ao Coronel José Aires Gomes em casa de quem pousou, como se davam os povos com o novo General, o Ilustríssimo, e Excelentíssimo Visconde de Barbacena, e dizendo-lhe o dito coronel, que muito bem, que ele era belíssimo, disse o Respondente, que no princípio todos eram bons, que antes ele fosse um diabo pior que o antecessor o Ilustríssimo, e Excelentíssimo Luís da Cunha Meneses; porque poderia assim suceder, que esta terra se fizesse uma República, e ficasse livre dos governos, que só vêm cá ensopear-se em riquezas de três em três anos, e quando eles são desinteressados, sempre têm uns criados, que são uns ladrões, e que as potências estrangeiras se admiravam, de que a América portuguesa se não subtraísse da sujeição de Portugal, e que elas haviam de favorecer este intento, ao que o dito coronel respondeu, que este projeto era uma asneira, e que sempre havia de haver um que nos governasse, lembrando-se do ditado, — quando neste vale estou, outro melhor parece, — e não se avançou mais a conversação com o dito Cornoel José Aires Gomes, nem ele Respondente pretendia por entrada mais do que fazer lembrar este projeto, e por isso chegando mais adiante à fazenda do Regis-





vesse como patronos o pai da Virgem Maria e o esposo dela, José, o Carpinteiro de Nazaré. Nada, porém, de especial ocorreu para anunciar essa chegada ao mundo. O parto foi normal, o menino era como os demais e comuns se mostraram as circunstâncias que, na época, marcavam a família. Nem ao menos tiveram os pais e vizinhos a curiosidade de registrar a data da chegada de Joaquim José.

Festa houve apenas no batizado da criança. Os pais aproveitaram-se de solenidade realizada na Capela de sua propriedade, a Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, filial da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, de São João del-Rei, para batizar o menino pelas mãos do Padre João Gonçalves Chaves.

Da administração do sacramento inicial ficariam para a posteridade esse registro, que está à fls. 151 v. do "Livro para servir de Assentos dos batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Villa de S. João del-Rey", de 1742 a 1749, arquivado, na Biblioteca Nacional, segundo o historiador são-joanense Augusto das Chagas Viagas, em "Notícia de São João del-Rei", Belo Horizonte, 1953:

"Aos doze dias do mez de Novembro de mil sete centos e quarenta e seis anno, na Capella de S. Sebastião do Rio Abaixo, o Reverendo Padre João Gonçalves Xaves, Capellão da dita Capella, baptisou e pôs os Sanctos Oleos a Joaquim, filho legitimo de Domingos da Silva Santos e de Antonia da Encarnação Xavier; foi padrinho Sebastião Ferreira Leytão e não teve madrinha; do que fiz este assento. O coadjutor. - Jeronymo da Fonseca Alz."

Nascia, dessa maneira, para a vida cristã o revolucionário que, pouco antes, viera ao mundo, no qual seria motivo para fundas contradições e extremados julgamentos.

Joaquim José gozou pouco da assistência materna e da paterna. A primeira faltou-lhe com o falecimento da mãe, quando tinha ele apenas nove anos de idade; um ano depois, morria-lhe o pai. Pelo temperamento dispersivo que possuía, foi dos irmãos o que menos sentiu a morte prematura dos pais, mas aquele que mais perdeu com a falta da assistência deles. Estava justamente numa idade pouco favorável e, pelo gênio possuído, re-

clamava maiores desvelos que os irmãos. Resultado da ausência dos genitores foi, pouco depois, a inquietação de Joaquim José e sua rebeldia contra os irmãos mais velhos, que, em vão, procuraram mantê-lo no Pombal e orientá-lo para o estudo, para serena convivência com a família.

2 - Para os nomes de pessoa, conserva-se, na medida do possível, a ortografia original.

3 - O exato local do sítio do Pombal, cuja casa de moradia foi demolida em 1884, por Emygdio de Mendonça, que a havia adquirido, ficava, de fato, à direita do curso superior do Rio das Mortes e à vasante da foz do Rio Santo Antônio, numa pequena ondulação de terreno, colocada sobre um dos lados de extensa vargem cortada por dois córregos. Existe ali, agora, um Posto Agropecuário, que foi instalado em 1950 e recebeu a denominação "Tiradentes". A área pertence, atualmente, ao município de Ritópolis.

4 - Consulte-se o trabalho "Ascendentes e Colaterais de Tiradentes", de Cº Raymundo Trindade, 1944.

5 - Os demais irmãos de Joaquim José, todos mais novos que ele, foram: José da Silva Santos, nascido em 1748, Capitão da Tropa Paga de Minas, e, em 1775, único senhor da propriedade deixada pelos pais; Catharina Euphrasia e Antonia Rita.

De Tiradentes, Olliam José, Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

## A sombra do Tiradentes

Eduardo Frieiro

Na historiografia do Tiradentes, o tom apoiogênico é a inflação verbal, exaltadamente patrióticos, próprios para despertar emoções em adolescentes, tornaram quase temerário o ponto de vista dos que consideram o drama da Inconfidência Mineira com certo frio objetivismo. Não têm faltado, entretanto, vozes autorizadas que subestimam a importância histórica da conjura larvar de 1789 e reduzem a proporções modestas o papel do homem afoito que pagou com a vida por falar demais e deitou a perder poetas, padres, doutores e militares, pelo único crime de terem externado o seu inconformismo político.

Houve, na realidade, uma tentativa séria de levante? Foi o Tiradentes, verdadeiramente, o chefe dessa tentativa? É o que muitos contestam. A principiar de Joaquim Norberto de Sousa Silva, o ponderado autor de *História da Conjuração Mineira*.

Quando li a obra de Norberto pela primeira vez, restavam ainda certas prevenções contra ela, oriundas de extemporâneos melindres chauvinistas. E contra ele, como escritor. Norberto, um dos instituidores da história da literatura brasileira, investigador escrupuloso de fatos dessa mesma história, havia entrado, depois de sua morte, numa zona de relativo desfavor e esquecimento, da qual só agora começa a emergir. Muito contribuíram para isso certos juízos ligeiros de Sílvio Romero e

Veríssimo, que logo encontraram amplificado eco na *Pequena História da Literatura Brasileira* de Ronald de Carvalho, manual ainda hoje divulgado, mas há muito inservível.

Depois que pude conhecer os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, publicados pela Biblioteca Nacional, voltei a ler a *História da Conjuração Mineira* de Norberto Silva e convenci-me de que o historiador fluminense, ao inverso do que diziam alguns críticos apaixonados, realizara aquela obra com honesto e seguro critério. Achei-a excelente, de ponta a ponta, e inatacável em suas linhas gerais.

Norberto Silva, como não era para menos, lastimou a sorte infausta do pobre Tiradentes. Não o tratou, porém, como herói. Nem simpatizou com os propósitos que moviam os conjurados mineiros. Ao contrário, não os aprovava. A Conjuração, a seu ver, não passava duma idéia generosa quanto à intenção e mesquinha quanto à forma. Não negava a sublimidade do pensamento da independência nacional; mas o projeto de se instituir uma, duas ou, quando muito, três províncias (Minas, Rio de Janeiro e São Paulo) em república, desmembrando-as do resto do País, eis o que parecia condenável. Essa idéia feria o princípio da unidade nacional, realizada alguns anos depois pelo Império.

tro Velho, procurou o mesmo método de conversação com o Padre Manuel Rodrigues da Costa, o qual depois de ouvir, lhe disse que ele Respondente não sabia bem o melindre da matéria em que falava, que se deixasse de falar nela, que lhe podia suceder mal.

Chegando depois a Vila Rica, passados três meses pouco mais ou menos, porque ele Respondente estava doente de um pé, e vendo que o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada se opunha, a que ele Respondente cobrasse os seus soldos, lhe meteu por empenho a seu cunhado José Álvares Maciel, e juntamente para que o dito tenente-coronel não fosse seu inimigo, posteriormente tornando a falar com o dito José Álvares Maciel, tornaram a renovar o projeto, de que a América podia ser uma República, e viver independente de Portugal, e assentaram de fazer a diligência, a ver se se conseguia, para o que ajustaram, que o dito José Álvares Maciel, seu cunhado, lhe falasse primeiro nesta matéria, e o dispusesse, e que depois disso ele Respondente lhe falaria, como fez propondo-lhe este negócio em uma ocasião, que o dito tenente-coronel estava doente, ao que o dito tenente-coronel a princípio respondeu, estranhando e dizendo - Vossa Mercê fala-me nisso? - e procurando o Respondente persuadi-lo melhor, lhe disse que o negócio só dependia da sua vontade; porque no Rio de Janeiro estavam dispostos, e só desejavam saber da determinação dele dito tenente-coronel, e do partido que ele tomaria, sobre o que ele mascou, e disse a ele Respondente, que já outro sujeito lhe tinha falado na mesma matéria, e que não fiasse em tal, e perguntando-lhe ele Respondente quem era o sujeito, que já lhe tinha falado na mesma matéria, está em dúvida se ele lhe disse que era o Padre Carlos Correia de Toledo, Vigário da Vila de S. José, ou seu cunhado, José Álvares Maciel.

Depois passados dias sucedeu passar ele Respondente por causa do dito Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, e nela achou a seu cunhado, José Álvares Maciel, e ao Vigário da Vila de S. José, Carlos Correia, e aproveitou-se da ocasião, como também o dito José Álvares Maciel, tornaram a falar no mesmo negócio, e a persuadir ao dito tenente-coronel, que ele podia efetuar-se, e ultimamente todos convieram em que se fizesse a sedição, e levante, fundamentados na derrama, a qual causava um desgosto geral aos povos, e os achava dispostos para entrarem na dita sedição; em outro dia se tornaram, ele Respondente, e os sobreditos a ajuntar em casa do dito tenente-coronel, assistindo mais o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, entre os quais se entrou a traçar, e ajustar o modo por que se havia de fazer a dita sublevação, e motim; e o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada disse que, visto ele Respondente ter assegurado, que no Rio de Janeiro havia um grande partido, que favorecia a sublevação, e motim, e a seguir, viesse ele Respondente ao Rio de Janeiro, e conduzisse para Minas aquelas pessoas, que o seguiam, e procurasse persuadir a outras; porque indo esta gente para a Capitania de Minas já como em motim, ele dito tenente-coronel, como chefe da tropa, havia de vir ao caminho a rebatê-los, e opor-se-lhes, e em lugar de o fazer se uniria à dita gente, e com ela iria a Vila Rica a dar princípio à sublevação, e motim, ao que ele Respondente disse que não podia ser assim; porquanto se ele sáisse com gente do Rio de Janeiro para favorecerem, e ajudarem o partido da sedição, e levante, antes deste se efetuar na Capitania de Minas, poderia vir maior partido do povo da dita Capitania, e oporem-se à gente, que ele Respondente levasse, e ficar sem efeito este socorro, com cujo voto concordou o Coronel Inácio José de Alvarenga, que suposto não estivesse desde o princípio presente a esta conversa, contudo foi chamado por um escrito, que lhe escreveu o Vigário da Vila de S. José, Carlos Correia de Toledo, e vindo, foi-lhe recontada toda a conversação, e acrescentou, que primeiro que tudo se devia fazer o levante em Minas Gerais, e depois procurarem-se os socorros do Rio de Janeiro.



Reacionário! esbravejaram os nativistas lusófobos e os republicanos jacobinos. E logo contra quem? Norberto, um dos primeiros românticos brasileiros, era dos que se ufavam exaltadamente de tudo o que era do País, como os patriotas da primeira geração da Independência. Como crítico, notadamente dos poetas do grupo de Minas, foi censurado mais tarde por "sacrificar demais ao preconceito nacionalista" (opinião de Veríssimo) ou por se inspirar "em um patriotismo tolo, canhestro e desarrazoado (opinião de Ronald de Carvalho). Agora, era o reacionário, anti-patriota.

Sívio Romero foi injusto a vários respeitos com o velho confrade da geração anterior. Elogiou todavia a *História da Conjuração* e justificou-a por ter contribuído para "reduzir as proporções assustadoras que vai tomando entre nós o mito de Tiradentes", como se expressa na sua *História da Literatura Brasileira*, e diz a seguir:

"Não contesto aos brasileiros o direito de fantasiar heróis e encher de semideuses o céu de sua história; se lhes apraz criar uma mitologia política, criem-na como lhes bem aprouver. Estão no seu direito e, quanto a Tiradentes, nas páginas mesmas deste livro já tive ensejo de manifestar a minha simpatia. O que não posso tolerar é a pretensão estólida e brutalizante de se querer impedir os direitos da crítica. Ainda hoje não posso compreender os selvagens ataques de que foi vítima Norberto Silva por haver tocado de leve na figura de Tiradentes!"

Tal como se debuxa nas páginas objetivas e bem documentadas da obra de Norberto, a figura de Tiradentes é simplesmente lamentável e inclina à piedade, antes que à admiração. E o historiador não fez mais, ao gizá-la, do que recolher e coordenar os depoimentos prestados no processo de inconfiência. Réus e testemunhas, todos fazem carga sobre o miliciano conspirador. Todos o desprezam. É o "homem de olhar espantado", declara Alvarenga. Seu colega de armas, Matias Sanches Brandão, diz tê-lo em pouca conta e o considera "rústico e atroado". O sargento-mor Pires Sardinha recomendava a toda a gente que fugisse dele, porque era "doido e endemoninhado". Era doido, doido varrido, repetiam outros depoentes. Andava em Ouro Preto, declarou um deles, "por casa de meretrizes a prometer prêmios para o futuro, quando se formase nesta terra uma república". Todos, à uma, o deixam mal.

Norberto Silva refere-se aos seus últimos passos, no Rio de Janeiro, como conspirador desasado. Sua tagarelice e levandade já o haviam comprometido, e não só a ele, mas a todos os imprudentes que em sua presença haviam falado de um vago levante na capitania das Minas e ainda àqueles que apenas tiveram a infelicidade de ouvi-lo dar com a língua nos dentes acerca de tão perigoso assunto. A sombra sinistra do delator Joaquim Silvêrio acompanhava a sua presa. O Vice-Rei, a par de tudo, mandara vigiá-lo por dois esbirros. Mas o Alferes, apesar do aviso e conselho de pessoas conhecidas, prosseguia, na sua propaganda, sem método, sem tino e sem qualquer esperança de resultado. Não tinha amigos, nem mesmo entre os companheiros de milícia. Não era procurado por pessoa alguma de consideração. Era pobre, desvalido e sem crédito. Onde e como fazia, então, a sua propaganda? Sem No que respeita a Tiradentes, "atinha-se ao último depoimento do réu e à sentença: nem naquele, nem nesta, achara a matéria-prima de um grande homem".

Por essa razão o suprimira. Sua maneira de escrever a História não era a habitual, elaborada em torno de nomes de donatários, governadores, soberanos, ministros, generais, sombras de heróis e personalidades míticas. Ocupava-se com a história da nossa formação, com a nossa terra, a nossa gente, a nossa civilização. "Não havia lugar - comentou Afrânio Peixoto - para os símbolos pessoais, com que falsificamos a História, nomeando responsáveis por grandes acontecimentos coletivos a miúdos sujeitos, que foram, se tanto, somente comparsas. Às vezes, apenas, moscas do coche."

Martim Francisco, o publicista, entendia também que tudo não teria passado de conversas de letrados. Nada mais natural que discutissem a marcha e o desdobramento dos destinos huma-



nos e, com especialidade, as fundas repercussões universais da independência da grande colônia inglesa da América do Norte.

"*Extraír, porém, daí o desígnio de imediata independência do Brasil - disse em Contribuindo - é desordenar a verdade histórica com importunas abundâncias de imaginação*". E no mesmo lugar escreveu: "Não é esquisito que, por um atraso de setecentas arrobas no imposto do ouro, o contribuinte mineiro promovesse a independência do Brasil sem o Brasil ser ouvido?" Não lhe entrava na cabeça que num minúsculo povoado do interior do País, e com a discutível convivência de três ou quatro ainda menores, um alferes decidisse definitivamente dos destinos nacionais. A Inconfidência fora uma "comoção regional; simpática, atraente, interessantíssima por mais dum aspecto; mas regional, manifestamente regional".

Nem simpática, nem atraente, nem interessante, na opinião de Alberto Rangel. Fizemos da nossa História - lastimou-se o escritor de *No Rolar do Tempo* - "o maciço relato da administração colonial, ao termo de cujo monumento de tédio acendemos as girândolas a tudo quanto foi pregador ou futor de desordens públicas". Profligou a turba de "ideólogos nefastos, instrumentos de aruaças, Espártacos de ladeira abaixo, farsantes das novas idéias, libertadores famélicos", todos os agitadores e sonhadores que inconscientemente trabalhavam pela secessão do País. A Independência, com a unidade nacional, chegou em seu devido tempo, amadurecida por obra do Império. A História, entretanto, disse Rangel, tem-se ajoelhado aos pés de falsos ídolos:

"*Antes de exaltar o raid inacreditável de Antônio Raposo e identificar o seu autor, babamo-nos de entusiasmo pelos padres jacobinos de 1817; à face hipotética do Alferes discutível, encontrado atrás da cama, num sotãozinho da Rua dos Latoeiros, tendo nas mãos "em termos de dar fogo" um bacamarte com o cano do comprimento de um palmo e com armas e sem dinheiro, que diabo de revolta era a que tramava? Limitava-se, pois - diz Norberto Silva - a conviver com pessoas de pequena esfera, passando os dias pelas lojas de negócio, e casas de mulheres perdidas, onde, em altas vozes e sempre gesticulando, ou falava nos seus projetos de meter as águas da Tijuca ou do Andaraí na cidade, e de estabelecer armazéns na praia da Saúde e barcas de passagens, ou punha-se a declamar com azedume, segundo o seu estilo, a favor de seus planos de república, atraindo a atenção pública e promovendo cenas de escândalo.*"

Todos os seus ditos e todos os seus atos eram levados ao conhecimento do Vice-Rei, que acreditava piamente na horrorosa conflagração de que tanto se arreceava o Visconde de Barbacena, exagerando enormemente os fatos. O Vice-Rei queria fazer os seus serviços perante a Metrópole. Faria a coisa com estrondo. Não havia pressa de prender o Tiradentes, "quando sabia que era um pobre doido e que nenhum séquito tinha na cidade".

Vigiado dia e noite por dois sujeitos, sabendo que mais hora menos hora seria preso, pensou o Tiradentes em fugir. "Ah, se eu me apanho em Minas!", dizia. Fugir, como? Não fez senão comprometer pessoas bondosas que generosamente o recomendaram à hospitalidade de gente amiga.

Na conversação cada um dos assistentes disse o que lhe pareceu, lembrando o método, e modo, como se deveria fazer o levante, o que era encontrado pelos outros conforme as razões de dificuldade, que lembravam, o que ele Respondente não expõe com toda a individuação; porque não está totalmente certo dessas miudezas, e só conservou, e conserva na memória as coisas principais, em que se assentou, como foi, o ir ele Respondente a Cachoeira prender o general, e fazê-lo conduzir com a sua família para fora do Distrito de Minas, dizendo que se fosse embora, e dissesse em Portugal, que já cá se não carecia de governadores; esta foi a última resolução, não obstante haver quem lembrasse, que não havia levante sem cabeça fora, que segundo a lembrança dele Respondente, foi ou José Álvares Maciel, ou o Padre José da Silva e Oliveira Rolim; mas ele Respondente não assevera com toda a certeza, que não fosse algum outro fora dos que acima disse, e só está certo, que ele, Respondente não conveio na proposição, e disse, que a matar-se algum, fosse o Cabeça de Escova, denominando assim ao Ajudante de Ordens Antônio Xavier de Resende, por andar com setecentos negócios logo que chegou. (5) Que tirado o governo ao general, se deitaria um bando em nome da República, para que todos concordassem, e seguissem o partido dela, isto era em lugar da fala, que se havia de fazer ao povo; porque tendo-se falado, em que era necessário haver um cabeça, respondeu o Coronel Inácio José de Alvarenga, que se não queria naquela ação cabeça; mas sim serem todos cabeças, e um corpo unido.

O Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada disse que falaria ao Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira para dar a pólvora, que pudesse; o Padre José da Silva e Oliveira Rolim também disse que mandaria vir alguma pela Bahia, e assentou-se, em que seria necessária a pólvora; porque o Respondente, suposto lhes facilitava o partido do Rio de Janeiro, contudo não os enganava, nem lhes assegurava, que ele estava certo; porque não sabia se na dita cidade se quereria, ou não, seguir este partido.

Assentou-se mais na dita conversação, que José Álvares Maciel faria a pólvora, e estabeleceria algumas manufaturas pelo tempo adiante, que o Vigário da Vila de S. José capacitaria gente para entrar na sedição, e motim, e o mesmo havia de fazer ele Respondente por onde pudesse, que o Coronel Inácio José de Alvarenga daria gente da Campanha, e o Padre José da Silva e Oliveira Rolim do Serro do Frio, no que convieram os sobreditos: E falando ele Respondente, em que a nova República que se estabelecesse devia ter bandeira, disse que como Portugal tinha nas suas por armas as cinco chagas, deviam as da nova República ter um triângulo, significando as três pessoas da Santíssima Trindade; (6) ao que o Coronel Inácio José de Alvarenga disse que não, e que as armas para a bandeira da nova República deviam ser um índio desatando as correntes com uma letra latina, da qual ele Respondente se não se lembra, e que tudo ficasse sopito, e em suspenso até se lançar a derrama, se achassem, que com ela ficava o povo disposto para seguir a sedição, e motim; estando ele Respondente, e os sobreditos nesta conversação chegou o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, e com a sua vinda todos se calaram, e se foram embora.

Em consequência do ajuste, de que ele Respondente capacitasse, e seduzisse as pessoas que pudesse, para entrarem na sublevação, e motim, procurou ele Respondente falar a algumas pessoas, usando da arte, que lhe parecia necessária conforme os caracteres delas, e aproveitando as ocasiões, que se lhe ofereciam para isso: Uma das pessoas a quem falou foi ao Capitão Vicente Vieira da Mota, não tanto por ele, como para ver se reduzia a João Rodrigues de Macedo, de quem é caixeiro, por ser este benquista, e ser devedor de uma grande soma de dinheiro à Fazenda Real, o que o poderia fazer convir no intento; mas o dito Capitão Vicente Vieira da Mota, nem conveio, nem consentiu que se procurasse os meios de falar a João





Antes de poder escapular-se, foi localizado e preso por uma aparatosa escolta na Rua dos Latoeiros.

Como viu o povo a prisão do Alferes conspirador? Teceram-se desencontrados comentários a respeito do fato. Contrabando de ouro, diziam uns. Extravio de diamantes, diziam outros. Críticas aos atos do Vice-Rei, glosavam alguns, mais perto da verdade. E poucos, asseverou, Norberto, falavam em conjuração, que era quase desconhecida.

A opinião de Capistrano de Abreu acerca da Conjuração Mineira é muito conhecida. Afrânio Peixoto\* contou que, amigo e admirador de Capistrano, este lhe dera a ler, ainda em provas tipográficas, os seus *Capítulos de História Colonial*, exigindo-lhe a sua opinião, como para aferir a dos seus leitores mais qualificados. Afrânio deu-lha, enumerando, uma por uma, as excelências que achara naquela obra magistral. Capistrano abanava a cabeça, meio irônico e meio despeitado. Certa intenção especial da obra escapara à perspicácia daquele leitor de boa vontade. Que esperar dos outros?!

O caso era que Capistrano, intencionalmente, não se referira à Inconfidência Mineira. Não escreveu uma só palavra sobre "aquele sargento parolheiro do Tiradentes, com que a ênfase republicana, havia tantos anos, nos clamava, por toda parte, atroadoramente". E a alguém que sobre o caso o interpelara, respondera o sábio historiador "que a conjuração mineira (assim, com minúsculas) não passava de conversa fiada, como evidenciava a sentença alinhavada, depois de quatro anos laboriosos": boca de trombeta larga e escorva prontas, emprestamos a santidade, o desinteresse, a resignação do próprio Cristo..."

Na gênese da Conjuração Mineira reconhece-se como principal motor o temor da derrama para a cobrança dos quintos atrasados. Estava em jogo o interesse de uma fração de mineiros endividados e insolúveis. Além desse móvel, de ordem econômica, local e atual, havia outro, mais complexo e antigo, de ordem geral: o sentimento nativista, o ódio ao português, que vinha das primeiras gerações de caribocas e mulatos e também de brancos nascidos no País. A idéia de separação da Metrópole, a exemplo do que sucedera nas colônias inglesas da América do Norte, idéia ventilada num reduzido círculo de pessoas ilustradas, era mais acadêmica do que outra coisa. Em sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, o sr. Caio Prado Júnior faz ver, com acerto, que o pensamento de se estabelecer no Brasil um regime político independente nunca saíra "de pequenas rodas e conciliábulos secretos", e diz, categoricamente: - "Até as vésperas da Independência, e entre aqueles mesmos que seriam seus principais autores, nada havia que indicasse um pensamento separatista claro e definido. O próprio José Bonifácio, que seria o Patriarca da Independência, o foi apesar dele mesmo, pois sua idéia sempre fora a de uma monarquia dual, uma espécie de federação luso-brasileira." Cita a opinião de Martius: "era a ralé que hostilizava os portugueses", aduzindo por sua conta: "Aliás os portugueses individualmente, muito mais que o regime, noção abstrata que a maioria não alcançava."

Alberto Rangel (*No Rolar do Tempo*) não simpatizava com os movimentos insurreccionais de 1789, 17, 24, 35, 42, 48 e 89. Todos, na sua opinião, haviam posto em perigo a unidade nacional. E não lhes reconhecia propósitos verdadeiramente democráticos e patrióticos. "As populações brasileiras - escreveu - levantaram-se de maneira extensa e consciente, no correr de sua história, mas sempre por questões de fanatismo religioso, causas econômicas ou simples questões de campanário."

O Tiradentes pensou seriamente na instauração de uma república e acreditou no triunfo de uma revolução impossível? Parece que sim. Místico agitado, tinha a massa do herói das liberdades pátrias - ou do criminoso contra a segurança do Estado. Era mestiço, ao que parece: quis casar com uma moça de São João del-Rei, filha de portugueses abastados, mas estes se opuseram, por ser ele "colono e de cor morena". E sabemos que pertencia a uma classe sub-média, intermediária entre a dos senhores e a dos pés-rapados, classe em que eram naturais os descontentamentos e ressentimentos.

Pagou por falar demais. Pagou mais que os outros, porque era pobre, de classe modesta e o mais humilde dos indiciados na devassa. Sua mente inflamada, típica do indivíduo impulsivo e exaltado que está sempre pronto a fazer justiça por seu próprio arbítrio, comprometeu irremediavelmente as personagens do tenebroso drama urdido pela polícia política da Metrópole, cavilosa, truculenta e feroz, como costuma ser nestes casos toda justiça política. Mas a dignidade que conservou na provação, em contraste com a pusilanidade de quase todos os indiciados, o holocausto de sua vida, exigido pelo absolutismo liberticida, seu fim exemplarmente cristão, chegada a hora terrível em que nada mais importa no mundo, o redimiram de todas as imprudências e leviandades. Sua sombra legendária de vítima do despotismo merece o respeito que a História lhe consagra.

Foi o Alferes Silva Xavier o perfeito contrário do Cônego Luís Vieira da Silva\*, que dele não disse também boa cousa, como tantos outros réus e c'poentes do processo de Inconfidência. Irrequieto e agitado, tinha a alma do conspirador, a psique do criminoso político ou do herói das liberdades públicas, consoante as circunstâncias. Estas mudaram, decorridos poucos anos, e o mais humilhado passou a ser o mais exaltado, como aconteceu tantas vezes.

O Tiradentes beneficiou-se da principal glória, primeiro "convertendo a leviandade em confissão heróica", segundo as palavras de Norberto Silva, e, por fim, padecendo morte iníqua no patíbulo. O martírio assegurou-lhe o primeiro lugar no panteão dos heróis da formação da pátria. O historiador Norberto tratou-o com certa frieza? Negaram-lhe outros todo mérito?

A mitologia do herói principiava apenas a configurar-se. Mas a História, como a Vida (o símile é de J. Ortega y Gasset), desenvolve-se como gerúndio e não como participio, é um *facieundum* e não um *factum*. As circunstâncias gerundiais do espantado Alferes Joaquim José eram as mais grávidas de futuro e, assim, vimos como a sua personalidade histórica em elaboração se adensou e enriqueceu através do tempo, até atingir a máxima expressão simbólica como Protomártir da República.

\* *Pepitas* (Novos ensaios de Crítica e de História). São Paulo, 1942, p. 100-101.

De *O Diabo na Livraria do Cônego*, Eduardo Frieiro, Editora Itatiaia, Editora Universidade de São Paulo, 2ª edição, revista e aumentada, Belo Horizonte, 1981.

Rodrigues de Macedo; também falou a José Joaquim da Rocha, que igualmente disse que nem queria saber de semelhante negócio, e a ocasião que teve de lhe falar, foi ter conversado com ele, por ser muito curioso de mapas, quantas almas teria a Capitania de Minas Gerais, e depois seguiu o discurso, dizendo que se podiam governar melhor, passando a América a ser República. Falou a Salvador do Amaral Gurgel na ocasião que este lhe contou ter ido para cima da Comarca do Rio de Janeiro, por ser perseguido pelo Ouvidor da Comarca, Francisco Luís Álvares da Rocha, e dizendo-lhe ele Respondente o pensamento, em que andava, lhe pediu algumas cartas para sujeitos do Rio de Janeiro, que visse que eram azados para o intento, o qual as prometeu, porém não as deu. Também falou ao Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira, em ocasião que ele foi visitar ao Respondente; porém logo que lhe falou se benzeu, dizendo, meu compadre, Vossa Mercê está doído, e foi saindo, contudo depois soube ele Respondente, que foi capacitado para entrar no levante pelo Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, e pelo Padre José da Silva e Oliveira Rolim, metendo-lhe na cabeça, que na derrama lhe haviam de tocar seis mil cruzados.

Depois disse a ele Respondente o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, que o Coronel Inácio José de Alvarenga dissera que o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada mandava dizer a ele Respondente, que não falasse mais a pessoa alguma, e que às que tinha falado, se pudesse as desvanecesse; porque podia não ter efeito a sublevação, e motim, e que só depois de posta a derrama se havia de ver, se a dita sublevação se fazia.

Passados alguns dias veio o Respondente para o Rio de Janeiro, por causa de lhe terem chegado uns requerimentos de Lisboa a respeito de umas águas, e no caminho não deixou de falar, quando se lhe ofereceu ocasião, e se falava em derrama. Uma das pessoas a quem falou, foi ao Capitão João Dias da Mota, o qual respondeu que o estabelecimento da República não seria mau; porém que ele nem se metia nisso, nem de tal queria saber. Também falou na derrama, e no modo por que a América se podia fazer República no sítio da Varginha, em casa do estalajadeiro João da Costa, estando presente um viandante fraca-roupa chamado Antônio de Oliveira Lopes, o qual pareceu abraçar o sistema que o Respondente seguia; porque disse que em ele Respondente tendo onze, que abraçassem o seu partido, fizesse conta com ele, que eram doze, e beberam à saúde dos novos governos; mas não sabe ele Respondente se isto era com ânimo verdadeiro, ou se seria por convir com ele Respondente em razão deste lhe ir pagando os gastos até Vila Rica, e é certo que o dito estalajadeiro ouviu toda a conversação, mas não lhe lembra a ele Respondente coisa por onde possa dizer se ele abraçou o partido. No Sítio das Cebolas, falou o mesmo perante o Furriel de Artilharia desta cidade, Manuel Luiz Pereira, o qual não deu assenso ao partido, que ele Respondente propunha.

Chegou a esta cidade, e nela falou ao Ajudante do Regimento de Artilharia, João José Nunes Carneiro, o qual o despersuadiu, dizendo-lhe que não sabia no que se metia, que o que lhe propunha eram coisas, em que se não falava. Também falou perante Valentim Lopes da Cunha, e sua irmã, Mônica Maria do Sacramento, e Jerônimo de Castro e Sousa, por ocasião de se queixar um soldado, que não podia conseguir a sua baixa; mas também nenhum aprovou o discurso, e proposição dele Respondente, e que isto é tudo quanto se passou nesta matéria, e que poderia alguma pessoa ouvir falar a ele Respondente nesta matéria; porém que dela se não recorda, antes se admira de ter visto que não tem escapado o mínimo passo, que o Respondente desse, que não tenha sido sabido pelo juiz desta Devassa, e por isso se perdurou que assim queria Deus, que se soubesse; pelo que se resolveu a dizer toda a verdade ingenuamente.



## Independência ou morte? Inconfidência Mineira: a luta dos poetas e ricos

Júlio José Chiavenato

A história do Brasil tem muitos acontecimentos semelhantes, mas em nada iguais. Por fora as pessoas são parecidas, vivem em ambientes quase idênticos, usam formalmente a mesma linguagem. Mas quando agem, os caminhos são muito distintos, as propostas diferenciam-se. E no entanto, o destino é geralmente um só: derrota, cadeia e forca.

No século XVIII a incipiente indústria brasileira fornecia aos colonos principalmente tecidos e produtos de couro. Alguns ferreiros fabricavam ferramentas, moendas e armas brancas. Dona Maria I, (a louca) rainha de Portugal, por um alvará de 1785 proibiu quaisquer manufaturas no Brasil. Daquele momento em diante tudo seria importado de Portugal, que, por sua vez, comprava da Inglaterra, obedecendo ao Tratado de Methuen, de 1750. Esse tratado condicionava Portugal a comprar os produtos industriais, principalmente tecidos, da Inglaterra, matando as manufaturas portuguesas. Em troca os ingleses comprariam vinhos de Portugal sem cobrar direitos alfandegários.

Foi um grande golpe, especialmente para os mineiros das Gerais. Teriam de pagar pelas mercadorias muito mais do que custavam quando fabricadas no Brasil. Além disso, vinham sofrendo a elevação de impostos. Desde 1731 a exploração de diamantes era monopólio da Coroa. Como a extração de ouro baixou, com o esgotamento das minas e superação das técnicas empregadas, o quinto pago ao governo caiu. Então, em 1750, o marquês de Pombal, primeiro-ministro, decreta que Minas teria que pagar o mínimo de uma tonelada e meia de ouro anualmente.

Se a produção não atingisse as cem arrobas (a medida da época), o governo obrigaria a população a pagar o faltante. Assim, quando se arrecadassem apenas noventa arrobas, as dez restantes seriam pagas pelo povo, não importando se os cidadãos fossem ou não mineradores, ricos ou pobres – todos pagariam. Isto era chamado de derrama, que começou a ser cobrada a partir de 1763.

Por causa do ouro e dos impostos, está começando a Inconfidência Mineira. Embora com nuances libertárias, quase sempre por conta do visionarismo de Tiradentes, foi na verdade uma rebelião de gente rica que não queria pagar impostos extorsivos. Gente culta, fina, de punhos de renda, que estudou na Europa e aprendeu superficialmente o pensamento liberal da época, misturando Montesquieu e Diderot, Rousseau e Voltaire.

Na Vila Rica, pressionada pelos impostos abusivos, com estrangulamento da indústria, corrupção administrativa, inépcia do capital e uma ignorância das autoridades que se traduzia em prepotência, era de esperar que os ricos senhores intelectualizados e oprimidos pelo ambiente se rebelassem.

Não deixa de ser sintomático que os grandes inconfidentes tenham sido homens como Cláudio Manuel da Costa, de família nobre, minerador e formado em Coimbra, ótimo poeta e escritor.

Alvarenga Peixoto era minerador e latifundiário, tendo vivido em Portugal. Tomás Antônio Gonzaga, o Dirceu de Marília, era português do Porto, formado em Coimbra e foi juiz de fora em Portugal antes de assumir no Brasil o cargo de ouvidor de Vila Rica.

O padre Toledo e Melo acumulava o ofício de vigário de São João Del Rei ao título de um dos maiores mineradores da época. E assim os demais conspiradores, menos um: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, simples, alferes, depois de ter sido quase tudo na vida: dentista ambulante,

mascate, garimpeiro, caçador de bandidos e uma espécie rara de tribuno nas ruas de Vila Rica, onde passeava com um dicionário de francês debaixo do braço, a exaltar a república como forma de governo.

Aos grandes mineradores uniram-se os latifundiários, todos contra os impostos. Claro, eram os ricos que mais sofriam a opressão fiscal – “do couro saem as correias” – o refrão lusitano explica bem; se eles tinham o ouro, teriam que pagar mais impostos. Essa classe rica e oprimida pensava que libertando-se de Portugal teriam afrouxadas suas rédeas.

Os pobres não se interessam nem são convidados. Não se interessam porque tanto faz ser escravizado por lusos ou brasileiros. E não os convidam porque se trata de uma briga de senhores; entrando o povo, os “ideais” iluministas dos sábios europeus podem degenerar-se na eterna mania que os escravos têm de romper os grilhões...

É característico que na única reunião em que debateram o escravismo apenas Tiradentes tenha sido a favor da liberdade dos negros. Voto vencido, calou-se e não mais voltaram ao assunto.

Concordaram em implantar a república, se vencessem, mas as estruturas sociais permaneceriam intactas, a base econômica sendo o trabalho escravo.

As novidades seriam uma Casa da Moeda, o estabelecimento de forjas de ferro, fábricas de pólvora, tecidos e, vagamente, a criação de uma universidade. Mulheres com muitos filhos teriam prêmio do Estado e, evidentemente – eis por que conspiravam –, o Estado não cobraria dízimos e os particulares poderiam catar diamantes.

As idéias iluministas deram nisso ou, quando muito, serviram para entusiasmar ingênuos como o Tiradentes.

É justamente ele o encarregado de “inaugurar” a revolta. Decidem que cada inconfidente teria que convencer alguns seguidores e no dia da derrama, usando a senha “tal dia é o batizado”, Tiradentes sairia à rua dando vivas à república – o que vez por outra ele já fizera nos botecos de Vila Rica, mas os historiadores não gostam de falar dessas indiscrições regadas a vinho.

Gritaria “Viva a República!” e em seguida iria a Cachoeira do Campo matar o governador. Voltaria com a cabeça do tirano e, então, o tenente-coronel Paula Freire não poderia deixar de aderir, apoiado pela tropa. A independência seria proclamada; a república instaurada.

Não deu certo.



E sendo instado, que dissesse a verdade, pois ainda que tinha dito algumas coisas, não tinha dito tudo, como devia; porque sabendo ele Respondente, que tinha entrado nesta conjuração o Doutor Cláudio Manuel da Costa, e o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, não o tinha declarado, e também tendo dito que o Rio de Janeiro todo, principalmente os homens de negócio eram deste partido, e que as nações estrangeiras davam auxílio, não declarou nada a este respeito, o que agora deve fazer com todas as circunstâncias e individualização.

Respondendo, que a respeito do Doutor Cláudio Manuel da Costa, é certo que ele Respondente falara; mas ele não admitiu o convite, antes disse que ele Respondente andava procurando perder alguém, e que não sabia, no que se metia, e não ter declarado isto na sua antecedente resposta foi por esquecimento; porque agora, como já disse, não oculta a mais leve coisa da verdade, que a faltar a ela, seria para se desculpar, o que não faz.

Quanto ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, sobre o qual lhe têm feitas tantas instâncias, declara que absolutamente não sabe, que ele fosse entrado, e nunca ele Respondente lhe falou em tal pelo temer, e lhe parecer que ele não era entrado em razão de ver, como já disse, que quando ele entrou em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada na ocasião que se tinha estado a falar nesta matéria, todos se calaram, e a ele se não contou coisa alguma, e que ele Respondente não tem razão nenhuma de o favorecer; porque sabe que o dito desembargador era seu inimigo, (7) por uma queixa, que o Respondente fez dele ao Ilmo. e Exmo. General Luís da Cunha, não obstante o que ele Respondente confessa, que todos o aclamavam por bom Ministro, e ele mesmo Respondente assim o diz, e assim o disse várias vezes até ao seu mesmo sucessor: E que quanto ao Rio de Janeiro, e ao socorro das nações estrangeiras, confessa ele Respondente tê-lo dito a algumas pessoas, mas era idéia para melhor persuadir àquelas a quem falava; porque na realidade nem tinha nesta cidade partido, nem falou mais que às pessoas que já disse, e tanto conheceu que não podia fazer nada pelo respeito, que todos tinham ao ilustríssimo, e excelentíssimo vice-rei, e que qualquer coisa, que se falasse, ele o saberia logo, que assim mesmo o disse ao Coronel Joaquim Silvério dos Reis, desvanecendo-o, quando o dito coronel disse a ele Respondente nesta cidade, que vinha ajudá-lo a fazer partido.

E sendo instado, que dissesse as mais pessoas, a quem tinha comunicado o intento, como era a Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, Manuel José de Miranda, que lhe tinham dado cartas para ser auxiliado na fugida que pretendia fazer, pelo Mestre de Campo Inácio de Andrade, e a Domingos Fernandes Cruz, que o ocultou em casa.

Respondendo, que nenhum deles sabia nada; porque nem ele Respondente já tratava de semelhante negócio, nem cuidava senão em se retirar; e só pediu a carta a Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes com fundamento de ter dito mal do ilustríssimo e excelentíssimo vice-rei, e com o mesmo fundamento pediu outra a Manuel José de Miranda, o dito Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, para ele Respondente ser auxiliado na fugida; e Domingos Fernandes Cruz ocultou a ele Respondente em sua casa por empenho, que lhe meteu, e que esta era toda a verdade. E por esta forma houve o dito Desembargador por ora estas perguntas por findas, e acabadas, e assinou com o Tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo, e o Respondente depois destas lhe serem lidas e as achar na verdade, como tinha respondido, e o dito Desembargador deu o juramento ao Respondente de haver nestas perguntas falado a verdade pelo que respeita a direito de terceiro.

E declaro que o Respondente esteve a estas perguntas livre de ferros, e em liberdade: E eu Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor, e Corregedor da Comarca do Rio de Janeiro, e Escrivão nomeado para este Devassa o escrevi, e assinei.





Porque não havia tropa nem povo a apoiar esse golpe conspirativo. Porque os senhores ricos eram pusilânimes. E porque Tiradentes era indiscreto: na ânsia de convencer as pessoas, falava nas tavernas e logo foi denunciado. Como a coisa partia dele, um cidadão falido e de moral abalada por ter deflorado uma menor de 16 anos, com que teve que se casar, e além do mais com os apelidos de Gramaticão (por causa do dicionário inseparável) e de Repúblico (por seus costumeiros vivas à república), as autoridades não levaram o caso a sério. Tanto que o coronel Malheiro do Lago, advertido de que o dentista falava em um levante, despachou o delator, afirmando:

— Só se for um levante de putas.

Isso está nos documentos, mas como não fica bem denegrir os heróis, quase nunca é citado. Quando uma rebelião mitificada como a Inconfidência Mineira não dá certo, a historiografia interessada na mitificação procura outros motivos para explicar o fracasso. Por isso, a culpa cai toda em cima do traidor Joaquim Silvério dos Reis, e nesse o caso a historiografia esquece-se de analisar a própria fragilidade da conspiração.

Uma das fragilidades constantes em movimentos de grandes senhores é que, no desenvolvimento da sua conspiração, percebem que as coisas podem ficar perigosas e ocasionar a perda de privilégios. Nesse ponto é comum que repensem e duvidem; estão a um passo da negociação e para isso alguém tem que ser dado em holocausto.

A traição fez, realmente, o governo andar mais depressa que um provável recuo dos conspiradores. Quando Silvério dos Reis delata, Tiradentes está no Rio de Janeiro, fazendo quase às claras a propaganda da revolta.

Silvério dos Reis aderiu à conspiração desesperado por dever à Coroa e não poder pagar. Com a independência, claro, ficaria livre da dívida, mas temeroso de que a ação de Tiradentes fizesse abortar o movimento e ele passasse de devedor a criminoso, antecipa-se e em 15 de março de 1789 conta tudo ao visconde de Barbacena. Entrega todos.

O visconde, astuto, suspende a derrama. Sem a derrama os inconfidentes perdem o maior motivo para sensibilizar o povo e estimular o apoio à revolta. Percebendo-se descobertos, embora ainda não sabendo a gravidade, os inconfidentes dão o primeiro passo. Vão ao palácio de Barbacena e cumprimentam-no pela suspensão da derrama, na tentativa de eliminar suspeitas, ignorando que ele já conhecia o papel de cada um na conspiração.

O resultado foi a prisão de Tiradentes em 10 de maio de 1789, no Rio. Os outros foram presos em Minas, dias após. Cláudio Manuel da Costa apareceu morto na sua cela em julho de 1789, dois dias após ser interrogado. As autoridades dizem que foi suicídio, mas é bem provável que tenha sido assassinado. O padre Correia de Toledo foi o primeiro a confessar, depois todos eles. O único que resistiu a implicar seus companheiros foi Tiradentes. Só deu nomes quando soube que os próprios já tinham confessado.

Onze dos implicados foram condenados à força. Seis, degredados. Só Tiradentes morreu: o único de todos eles que não era um grande senhor. Apenas um homem honesto, idealista e visionário. Ou seja, um demônio em 1792 — um santo hoje.

A sentença contra Tiradentes cumpriu-se integralmente:

“... que com barço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da força e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada para Vila Rica aonde em o lugar mais público dela seja pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas no sítio da Varginha e das Cebolas aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também o consuma.”

Não havendo povo a exterminar, como na repressão da Balaiada, era preciso alguém que o simbolizasse. Por isso a cabeça de Tiradentes apodreceu em Vila Rica (hoje Ouro Preto) e partes do seu corpo foram comidas pelos urubus. É preciso dar o exemplo, o que o poder sabe fazer muito bem.

Extraído de *As Lutas do Povo Brasileiro*, Júlio José Chiavenato, Editora Moderna Ltda; 1989, São Paulo.

## Quem tem medo de Tiradentes?

Joel Rufino dos Santos

Quando o interrogatório estava mais duro, o desembargador perguntou se esperava levantar o povo sozinho. “Não”, respondeu. “O povo é grande e eu não estaria em condições de riqueza e poder para arrastá-lo presentemente a uma quimera.” Noutra ocasião, declarou que, “se dez vidas tivesse, dez vidas daria” pelo seu ideal. Como surgiu a lenda de que o Tiradentes era um tolo falador? Talvez do que Gonzaga escreveu sobre ele para agradar aos carcereiros: que tinha pouca inteligência e falava demais. Talvez do recurso usado pelo seu advogado, dr. Fagundes, para despertar a pena dos juizes: não passa de um pobre coitado...

No tempo do Império (até 1889) era proibido por lei pronunciar o seu nome. Por isso, os agitadores republicanos o berravam nos comícios. Instalada a República, os historiadores fugaram sua vida, descobrindo que fez de tudo: conduziu mulas pelos caminhos vazios do sertão, inventou objetos úteis, curou feridas e arrancou dentes. Promovido, hoje a patrono da Polícia Militar, é herói nacional. Mas ainda incomoda. Seu rosto magro, suas mãos de operário, sua pobreza, sua crença no povo (“O povo é grande...”).

Extraído de *História do Brasil*, Joel Rufino dos Santos, Editora FTD S.A. São Paulo, s.d.

Torres (8)  
Marcelino Pereira Cleto  
Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup>x.  
José dos Santos Roizl e Ar.<sup>o</sup>

(1) Valeriano Manso da Costa Reis, que se casaria com Ana Ricarda Marcelina de Seixas, irmã de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu) a noiva de Tomás Antônio Gonzaga. (HGM)

(2) Fernando de Vasconcelos e Sousa. (HGM)

(3) Tomás Joaquim de Almeida Trant. (HGM)

(4) Sugestão de José Álvares Maciel. (HGM)

(5) Antônio Xavier de Resende, apelidado *Cabeça de Escova* era alferes do Regimento de Cavalaria de Alcântara, na Cidade de Lisboa, quando foi nomeado, em 3 de setembro de 1787, para o posto de Ajudante de Ordens do Visconde de Barbacena. Este fidalgo havia sido designado pela Rainha D. Maria I para exercer o cargo de Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, em substituição a Luís da Cunha Meneses. De acordo com o decreto de nomeação, Antônio Xavier de Resende exerceria as novas funções com a patente de “Capitão de Cavalos”.

Em Minas tornou-se impopular. Regressou a Portugal em 1791. Um contratador de Entradas, José Pereira Marques, dele se queixou ao Ministro Martinho de Melo e Castro em carta datada de 20 de abril de 1791, dias depois da partida do oficial: “Este homem, abusando da autoridade de seu cargo, vexava os povos da Capitania extorquindo dinheiro a título de empréstimo e querendo ao depois compensar com uma obrigação”. A “obrigação não passava de um vale que ele dava a quem lhe tivesse adiantado dinheiro. Os documentos de onde foram tirados estes dados fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. (HGM)

(6) Não foi feita qualquer menção à cor do triângulo da bandeira. O Governo de Minas Gerais oficializou a cor vermelha na bandeira do Estado. (HGM)

(7) Nobreza de caráter do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, inocentando o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, seu inimigo, que, no entanto, em uma de suas líras (Doc. nº 13, vol. 9 desta edição), assim se referiu a Tiradentes:

“Ama a gente assisada

A honra, a vida, o cabedal tão puco,

Que ponha uma ação destas

Nas mãos dum pobre, sem respeito e louco?”

(HGM)

(8) O Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, foi citado por Tomás Antônio Gonzaga em uma das líras de *Marília de Dirceu*, escritas durante o período em que esteve preso na Cidade do Rio de Janeiro, antes da condenação ao degredo em Moçambique. Lira nº 22:

“Já Torres se assenta;

Carrega-me o rosto;

do crime suposto

com mil artificios

indaga a razão.

Mas ah! que não treme,

não treme de susto

o meu coração” (HGM)

5ª Inquirição — Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras — 04-02-1790

(.....)  
E sendo-lhe lidas as perguntas retro e perguntado se eram as mesmas e as ratificava.

Respondeu que sim, ratificava o que ultimamente tinha dito no que tinha falado inteiramente a verdade.

E sendo instado que dissesse a verdade mais completamente, pois ainda tinha deixado de declarar quem era um clérigo a quem chamavam doutor e outro sujeito do Rio das Mortes, que estavam em casa do estalajadeiro João da Costa Rodrigues, morador na Varginha, com quem o Respondente teve conversas sediciosas a respeito do levante, dizendo que tinha pessoa muito grande e de caráter que agora deve declarar quem era e quem eram os mais sujeitos, que se achavam na dita conversação, tudo com individual clareza.

Respondeu que já tinha dito que a conversação, que tivera naquele sítio da Varginha fora unicamente com o piloto Antônio de Oliveira Lopes, que era um pobre homem a quem ele Respondente favorecia e lhe fazia os gastos na jornada e o estalajadeiro dono da casa, o dito João da Costa, sem que ali estivesse mais pessoa alguma e que ele Respondente, sim, falou nessa ocasião em um doutor e outras pessoas do Rio das Mortes contando como um caso, que lhe tinha sucedido de se quererem opor ao que ele Respondente dizia sobre a derrama e o levante e que depois ficaram convencidos, confessando que ele Respondente tinha razão e que eles estavam pelo mesmo, porém tal não tinha sucedido, era só figura e idéia armada para persuadir, o que ele Respondente fazia pelos modos que lhe pare-



# Ah! se me apanho em Minas!

Dimas Perrin

TIRADENTES chega ao Rio e começa logo a trabalhar, depois de alugar uma casa na rua São Pedro, de sociedade com o alferes Matias Sanches Brandão, que encontrara no Ribeirão, de onde continuaram juntos a viagem.

Imediatamente, procurou o ajudante de artilharia João José Nunes Carneiro, que conhecera em Sabará, o qual lhe perguntou assim que o viu:

- Como vai o governador?

- Está bem. Passa o tempo divertindo-se na Cachoeira com criações de vacas e galinhas. No palácio de Vila Rica quem reside agora é o ajudante de ordens Antônio Xavier.

- E o cel. Francisco de Paula?

- Também vai bem, mas um tanto desgostoso porque o governador não o atende. O cel. João Carlos está viajando na diligência de reduzir os corpos auxiliares ao mesmo estado em que estavam antes do Sr. Luís da Cunha. O pagamento dos soldados está atrasado e o povo muito contrariado por causa da derrama que vai ser lançada e pelos direitos do registro de Matias Barbosa, onde tudo é pago à vista.

Em seguida, Tiradentes pediu ao artilheiro uma conversa em particular. Entraram para um quarto e sentaram-se numa cama.

- Como vai a sua saúde? - perguntou-lhe o Alferes.

- Tenho tomado todos os remédios que me aconselham, mas alimento pouca esperança de melhora.

Tiradentes, então, lhe disse:

- Vamos para Minas, que logo você fica bom. Os ares de lá são benéficos. A terra é rica e nos dá confiança no futuro.

Nunes Carneiro disse-lhe que era impossível, no momento, fazer essa viagem, pois tinha algumas obrigações a cumprir.

Ao que lhe tornou o Alferes, dizendo:

- É pena, porque lá você seria de muita utilidade. Presentemente, a situação dos povos de Minas é de desgraça. Se todos tivessem a resolução dos americanos ingleses e o meu ânimo, há muito tempo o povo estaria feliz e as tropas seriam bem pagas. Temos tudo o que é necessário para a comodidade da vida, porque nossa terra não é fértil só em ouro e pedras preciosas. Podemos montar uma grande indústria, pois temos matéria-prima e gente para isso.

Olhou para o artilheiro e disse:

- Seria tão bom se o Rio e São Paulo se dessem as mãos e lutassem ao lado de Minas. Você já pensou como será quando formos livres? Eu estou pronto, se tiver tropas, a ir ao Palácio prender o vice-rei...

Um dia, desse mesmo mês de março, o cabo de esquadra do Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, Pedro de Oliveira e Silva, saiu de Vila Rica para o Rio de Janeiro, conduzindo o ouro para a permuta. Chegando a Irajá, foi detido pelo sargento-mor Joaquim de Almeida, que, por ordem do vice-rei, tomou-lhe as cartas que conduzia e prendeu-o, juntamente com seus soldados e demais acompanhantes. Ao ser libertado, recebeu a visita dos alferes Joaquim José e Matias Sanches Brandão. Como retribuição, foi visitá-los, pouco depois, à casa da rua São Pedro.

Tiradentes, que se encontrava deitado na sala, levantou-se e lhe disse:

- Olhe, Pedro, o que acontece: O furriel Manuel José Dias tem posto você por terra, onde quer que chega, e como o maior contrabandista que há. E que lhe parece, agora, o general mandar de lá ordem para o desatenderem e desacreditarem com uma busca? E isto a um cabo que serve há tantos anos e com tanta honra como você e talvez por uma leve informação de algum invejoso? Eis aí como eles pagam.

Conformado, respondeu o cabo:

- Eles são senhores, podem fazer o que querem.

Ao que retrucou o Alferes:

- Que o diabo os levem, que nós muito bem podemos passar sem eles. Diga-me: Se você fosse convidado para ajudar a pô-los no inferno, o que faria?

O cabo não chegou a responder porque, nesse momento, o alferes Sanches Brandão tomou-o pelo braço e conduziu-o para a cozinha, dizendo:

- Venha tomar café.

Aconselhando-o logo depois:

- Cuidado com as idéias de Tiradentes.

Um dia, Tiradentes entrou na loja de ourives de Valentim Lopes da Cunha, na rua do Ouvidor, e com o mesmo começou a conversar. Estavam presentes o alferes Jerônimo de Castro e Souza, do Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, e Mônica Maria do Sacramento, irmã do dono da casa.

Num dado momento, chega o soldado Manuel Correia Vasques, queixando-se de não ter obtido a baixa de que necessitava.

Disse-lhe Tiradentes:

- É bem feito que isto aconteça porque estamos sofrendo o jugo da Europa por fraqueza de nossa parte, quando podemos bem viver independentes dela.

E ainda acrescentou:

- O povo podia revoltar-se, mas tolera tudo. Em Minas, no entanto, estamos preparando um levante para logo que se lançar a derrama.

Dias depois, foi à casa de Francisco Xavier Machado, português, porta-estandarte do Regimento de Vila Rica, e que falava francês. E lhe pediu:

- Gostaria, Machado, que me traduzisse um capítulo desta obra.

Era o "Recueil des Lois", em que se encontravam a Declaração de Filadélfia e algumas Constituições estaduais norte-americanas, impressas em francês. O capítulo que pedia fosse traduzido era a seção oitava que fala sobre a forma de eleição do Conselho Privado.

O porta-estandarte leu-o prontamente.

Tiradentes, depois de folhear o livro, deu-o ao colega, dizendo:

- Machado, fique com ele por alguns dias. Depois eu o procuro.

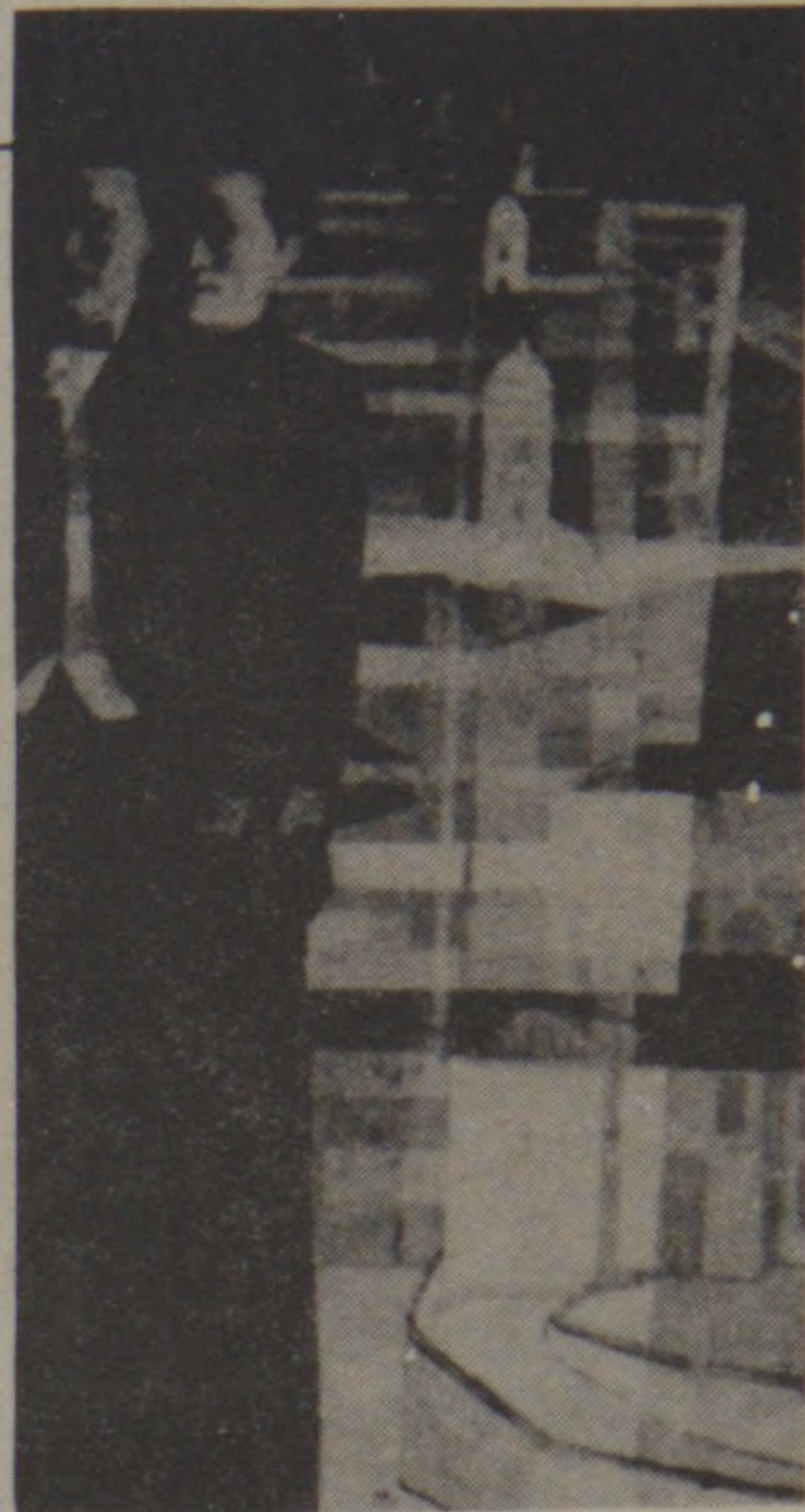
Dali foi à casa do sargento-mor Simão Pires Sardinha, natural de Diamantina, levando-lhe algumas obras em inglês.

E pediu:

- Sardinha, meu amigo, peço-lhe que me leia alguns trechos destes impressos.

Tiradentes freqüentava assiduamente as livrarias do Rio. O padre José Lopes, ao depor, em Vila Rica, a 30 de junho de 1789, disse que os viandantes que iam do Rio para Minas, diziam-lhe "que o alferes Tiradentes andava buscando pelas livrarias uns livros que tratavam do levante dos ingleses".

Tiradentes desenvolveu uma grande atividade no Rio. A fim de que se faça uma idéia da mesma, basta dizer que, só naquela cidade, foram ouvidas no inquérito contra os inconfidentes nada menos de 56 pessoas, entre trabalhadores, bacharéis, soldados e oficiais, inclusive alguns coronéis, todos metidos no movimento, alguns dispostos a



ciam mais próprios, conforme as pessoas com quem falava e que se algumas vezes dizia ele Respondente, que tinha pessoa grande de caráter, era na inteligência dele Respondente, por ser entrado o seu Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire, que ele reputava por pessoa grande.

E sendo mais instado para que dissesse quem era o cabeça, porque a sublevação não havia de ser feita sem isso e quem havia de fazer as leis, que constava tinham sido encarregadas ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga; e também quais eram as pessoas que se havia de matar, e de que modo.

Respondeu que já tinha dito que não havia cabeça algum, que o réu Respondente fora sim o primeiro que falara na matéria conversando a respeito da derrama, os mais foram seguindo, e aprovando mas sem nenhum se fazer cabeça e na realidade sempre a coisa ficou como meio feita no ar, ainda depois no adjunto, que tiveram os sócios na casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, de forma que nem completamente se asentou que pessoas se haviam ou não de matar, ainda mesmo a respeito do Excelentíssimo General Governador, que alguns temiam que não sendo ele morto se unisse o povo ao seu partido e ele Respondente disse que estava pronto para a ação mais arriscada, mas que sem o matar se obrigava a pô-lo fora da Capitania e se quisessem, depois de lhe tirarem o governo não havia que temer e podiam conservar indo para uma das sesmarias dele Respondente, que lhe andaria porque naturalmente ele temeria ir para Portugal tendo cá tido tão mau sucesso. Que quanto às leis falou-se que se havia de fazer depois, mas não sabe que se encarregasse a pessoa alguma e menos ao Desembargador Gonzaga, no qual nunca ouvia falar e se persuade que de tal não sabia porque quando entrou em casa de Francisco de Paula se interrompeu a conversa em que se estava, de levante, e se não falou mais nele o que não sucederia se ele fosse sabedor; é verdade que Joaquim Silvério nesta cidade disse a ele Respondente que o dito Desembargador Gonzaga era entrado, do que ele Respondente se admirou e ainda hoje mesmo se não capacita e é certo que nem o encobre por amizade porque era seu inimigo, nem pelo respeito porque a ser por isso, encobriria ao seu tenente-coronel a quem tributa maior respeito e o mesmo Joaquim Silvério dos Reis dirá se o Respondente alguma vez lhe falou no dito Desembargador Gonzaga, sendo certo que ele Respondente lhe falava com franqueza e sinceridade.

E sendo mais instado para que dissesse a verdade que ocultava a respeito do partido que tinha nesta Cidade do Rio de Janeiro, e das correspondências que havia para as potências estrangeiras e que socorros se esperavam de lá, o que ele havia de saber muito bem, e deve declarar.

Respondeu que como já tinha dito, se a algumas pessoas ele falava em partido que tinha nesta Cidade do Rio de Janeiro e em socorros estrangeiros que se esperavam, era idéia para persuadir a algumas pessoas e tanto é isto assim, que aos mesmos sócios ele falou mais desenganado, dizendo que não tinha partido, mas que o havia de buscar ao que houve quem respondesse, que ao certo não sabe quem foi (mas se persuade que foi o Coronel Alvarenga), que era enganado vir a esta cidade buscar o partido porque o excelentíssimo vice-rei não era para graças e assim que tem dito tudo quanto sabe, como já declarou nem oculta coisa alguma depois de se ter resolvido a dizer a verdade e por mais instâncias que lhe foram feitas, sempre persistiu no mesmo.

E por esta forma houve ele Desembargador estas perguntas por feitas e sendo-lhe lidas as achou estarem conformes depois de deferido o juramento que recebeu, pelo que respondeu a respeito de terceiro e de tudo mandou fazer este auto que assinou com ele Ministro e o Tabelião e eu Manuel da Costa Couto, Escrivão nomeado que o escrevi e assinei.

Torres  
M.<sup>o</sup> da Costa Couto





seguiu-o, outros apenas impressionados com o que dizia.

E teria trabalhado mais não fosse a traição de Joaquim Silvério dos Reis que o perseguia implacavelmente.

De fato, esse miserável chegou ao Rio a primeiro de maio. Imediatamente, procurou o vice-rei, a quem apresentou a seguinte carta do visconde de Barbacena:

"Ilmo. Sr. meu tio e amigo, muito do meu coração. - Suponho que terás recebido a minha carta de 25 do mês passado, posto que não tenha ainda tido resposta, mas, sempre a falta dela me deve grande cuidado, pelo receio que pudesse desencaminhar-se. O coronel Joaquim Silvério dos Reis, portador desta é a pessoa que te disse em outra de 15 do corrente, devia ir falar-te, ao que ele condescendeu com a melhor vontade, não só ao bem do negócio que tem a comunicar-te, mais, pelo desejo que tinha e tenção que já fazia de ir despedir-se, porque se te confessa obrigado. E se a minha recomendação pode acrescentar alguma coisa a seu favor, peço-te que lhe faça tudo o que ele merece. Uma dor de dentes que me tem perseguido há três dias e agora me está molestando bem, é causa de eu não acrescentar nesta, alguma coisa que o dito coronel suprirá de palavras e fico esperando notícias com o maior desejo. Deus te guarde muitos anos. Cachoeira do Campo, 19 de abril de 1789. Teu sobrinho e amigo, fiel e cativo, Visconde de Barbacena"

Assim que o vice-rei acabou de ler a carta, Silvério relatou-lhe o que sabia. Assustado, Luís de Vasconcelos encarregou-o de vigiar Tiradentes. E já no desempenho dessa função é que o traidor foi morar bem em frente à casa que Tiradentes alugara, ao qual disse logo que o viu:

- Vim ajudá-lo a organizar o partido.

- Aqui não é fácil porque o vice-rei tem muitos espíões - respondeu-lhe o Alferes.

No dia seguinte, o vice-rei já se preparava para enfrentar uma possível sublevação popular. Determinou que só os portugueses ficassem encarregados de guardar o palácio. Mandou construir cubículos tanto nos porões do palácio, como nas Ilhas das Cobras e Villegaignon, nos morros do Castelo e da Conceição e no Hospital da Ordem da Penitência. Promoveu transferências. Preparou-se para substituir o regimento da Capitania de Minas Gerais por um do Rio de Janeiro e escreveu à Rainha anunciando que grandes desgraças ameaçavam seus domínios na América.

E mandou dois granadeiros, à paisana, vigiar Tiradentes.

Certa vez, o cabo de esquadrão Pedro de Oliveira e Silva encontrou-se, no centro da cidade, com Simão Pires Sardinha. E estavam conversando, quando viram o Alferes Tiradentes que vinha da rua da Quitanda.

- Venha cá - disse-lhe Sardinha. - Evitemos Tiradentes porque está sendo observado.

E, depois de entrarem numa botica, acrescentou:

- Não se incomode porque a busca que lhe deram não era por sua causa. Queriam apenas as cartas porque o governador de Minas e o vice-rei andam desconfiados de uma sublevação que Tiradentes deseja intentar, juntamente com outros. Tiradentes um dia destes levou-me um diário escrito em inglês contando como se fez o levante da América Inglesa. Quería que eu o traduzisse.

E era verdade. A busca fora efetivamente por causa da revolução que Tiradentes e seus amigos preparavam.

Tiradentes estava mesmo sendo seguido.

O porta-estandarte Francisco Xavier Machado não era inimigo de Tiradentes, apesar de temê-lo. Depôs que, em uma manhã, encontrou-se na rua dos Ourives, com Simão Pires Sardinha, o qual, chamando-o à parte, pediu-lhe que procurasse Tiradentes e o avisasse de "que pusesse uma grande vigilância em seus passos, porque era espiado por duas sentinelas, que de dia e de noite o observavam".

- Por que será? - perguntou.

- Não sei. Só lhe peço que o avise sem demora.

- Mas vossa mercê não tem alguma idéia, algum indício que nos dê causa de semelhante procedimento? - insistiu Machado.

Mas o outro lhe respondeu apenas:

- Avise-o porque talvez saiba a razão.

Então o porta-estandarte disse com firmeza?

- Se for por causa de extravio de ouro e diamantes certamente ele está inocente. disso tenho certeza. Entrando na casa dele muitas vezes e repentinamente jamais percebi qualquer coisa a esse respeito.

Pires Sardinha, encerrando o assunto, disse:

- Não adianta ficarmos pensando. Avise-o.

Então o porta-estandarte foi direto à casa de Tiradentes, a quem perguntou:

- Que desordem andou fazendo para justificar que ande sendo vigiado por dois sujeitos?

Ao que Tiradentes lhe respondeu:

- Eu já andava desconfiado disso. Quem foi que mandou avisar-me?

- O Sardinha.

- Está bem. Hei de procurá-lo para saber melhor o assunto.

Dois dias depois, o Alferes procurou Francisco Xavier Machado, dizendo-lhe:

- Vocês têm razão. Estou mesmo sendo vigiado por dois vultos de capote. São granadeiros que, para melhor se disfarçarem, cortaram os bigodes.

- O que significa que o caso é grave, pois tal não se pode fazer sem ordem superior, retrucou o porta-estandarte.

Ao que lhe tornou o Alferes:

- Acabo perdendo a paciência e parto esses indivíduos em pedaços.

Conhecendo a coragem do Alferes, disse-lhe o outro:

- Tenha cuidado porque devem estar a serviço do vice-rei. Talvez fosse melhor dirigir-se a ele para saber o que está acontecendo.

Em carta que escreveu ao visconde de Barbacena, datada de 19 de julho de 1789, disse Francisco Xavier Machado que todas as vezes que se encontrava com Tiradentes "a sua conversação era queixar-se que as malditas vigias o não deixavam e que várias vezes lhe tinha lembrado encaminhar-se para algum sítio mais remoto, e lá partir a eles com a Espada e fazê-los em quartos".

Em seguida, o porta-estandarte informa ao governador de Minas Gerais que, diante dessa ameaça, procurou logo acalmar Tiradentes, aconselhando-o a não fazer aquilo, pois "conhecia que era muito capaz de o fazer, não só pelo seu desbaração como pela pouca Religião e más Entranhas, de que por muitas vezes tinha dado evidéssimas provas".

O alferes Joaquim José da Silva Xavier decidiu regressar imediatamente a Minas. Já estava pensando nisto há vários dias. ERA preciso voltar e desencadear a insurreição.

A Joaquim Silvério dos Reis e a outras pessoas chegou a dizer:

- Tenho muita precisão de voltar logo para Vila Rica porque está para chegar a esta cidade a fragata que vai conduzir os quintos para Portugal e é necessário apresá-los como ficou combinado. Se o vice-rei me der licença para ir, melhor para mim; em caso contrário, fugirei.

Parece que tinha pouca confiança no coronel Francisco de Paula porque, dele, chegou a dizer, segundo depôs o traidor Silvério dos Reis.

- Ele é um banana. Se não fosse a sua frouxidão já tudo estaria feito.

Em busca de licença para regressar a Minas,

Joaq.m José da S.ª X.ª  
José dos Santos Roiz. Ar.º

6ª Inquirição (1) - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras - 14-04-1791

E perguntado se era o próprio Joaquim José da Silva Xavier, a quem se tinham feito as perguntas, que constam deste auto.

Respondeu, que era o mesmo.

E sendo-lhe lidas as perguntas acima do auto precedente, ou anterior ao termo imediato, e perguntado se eram as mesmas as respostas que a elas tinha dado, e se as ratificava.

Respondeu, que são as mesmas, e as ratifica, porém, que tem algumas declarações que fazer.

E perguntado, que declarações tinha que fazer.

Respondeu, que na parte em que dizia que recolhendo-se desta cidade para Minas, falara, passados três meses a José Álvares Maciel, para que reduzisse seu cunhado Francisco de Paula Freire de Andrada para que abraçasse o projeto de estabelecimento da República da dita Capitania de Minas, fora equivocação e perturbação dele Respondente; porquanto refletindo depois melhor, no que tinha passado; se lembra que não falara ao dito José Álvares só, mas que lhe tinha falado na verdade a primeira vez depois que se recolheu desta cidade a Minas, em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, estando este presente, e o Vigário de S. José, Carlos Correia de Toledo; e nesta ocasião entre todos os que estavam, foi a primeira vez, que em Minas se falou no projeto do estabelecimento da República, e nos meios que para isso poderia haver; e que agora lhe não lembrava mais declaração alguma, que fizesse sobre as perguntas e respostas que deu acima ditas, e as ratificava.

E sendo perguntado pelas palavras, e forma da prática, que teve com as pessoas, a quem diz, que falara a respeito do estabelecimento da República, como foi a José Aires Gomes, ao Padre Manuel Rodrigues da Costa, a José Joaquim da Rocha, e a Salvador do Amaral Gurgel.

Respondeu, que a José Aires Gomes falara recolhendo-se desta cidade para Minas, pouco mais ou menos segundo sua lembrança pelo modo seguinte; que lhe perguntara como se davam como novo Governador de Minas, o Visconde de Barbacena; e que o dito José Aires lhe dissera que se davam com ele muito bem, e que era muito bom; ao que ele Respondente replicou, que antes ele fosse um demônio; porque se disporem as coisas ao estabelecimento de uma República; e que agora com a nova derrama se desesperariam os povos para fazer algum levante, ou o poderiam fazer; e que nas nações estrangeiras se admiravam do sossego desta América, vendo o exemplo da América Inglesa; referindo o mesmo, que tinha ouvido nesta cidade a José Álvares Maciel; e que fazendo-se a República, talvez ficaria melhor o país de Minas; ao que o dito José Aires Gomes respondeu, o que fica dito nas perguntas antecedentes. E que ao Padre Manuel Rodrigues da Costa falara pouco mais ou menos por esta mesma forma, e com as mesmas palavras; ao que o dito Padre lhe respondeu, que não falasse em tal, que não sabia em que se metia, nem eram coisas que tivessem caminho, que ele Respondente replicou que bem podia fazer-se uma República; ao que o dito padre respondeu que panela de muitos era bem comida, e mal mexida, e com o dito padre não teve mais prática alguma. E que, estas conversas, que teve com esses dois sujeitos, foi recolhendo-se desta cidade por dias do mês de agosto. Que a José Joaquim da Rocha falou em dias do mês de março estando para vir para esta cidade, e sabendo que ele era muito curioso de mapas, lhe perguntou quantas almas teria a Capitania de Minas; e respondendo-lhe o dito José Joaquim da Rocha, que teria trezentas e tantas mil almas; ele Respondente lhe replicou, que com tanta gente bem se podia fazer uma República, ao que o dito José Joaquim lhe respondeu que não falasse em tal, que não eram coisas que se disses-



Tiradentes foi ao palácio, mas o vice-rei, dizendo-se seu amigo, pediu-lhe que ficasse mais um pouco. Então compreendeu que era preciso agir depressa. Ao sair, encontrou-se com Silvério que, dando prosseguimento à tática que adotara de passar por partidário, segredou-lhe ao ouvido:

— Tome cuidado porque o vice-rei quer prendê-lo.

Esse aviso, que confirmava as suas apreensões, fez com que Tiradentes julgasse sincero o traidor.

Depois o porta-estandarte Xavier Machado, em Vila Rica, a 26 de fevereiro de 1789, que Tiradentes saiu muito preocupado do palácio do vice-rei, e que, em face disso, tomou tais cuidados que "até se recatava de entrar em algumas casas do seu conhecimento e amizade, vigiando-se de todos os lados, tanto na entrada como na saída".

Possivelmente, nesse mesmo dia em que dizia a Tiradentes ser seu companheiro de partido e amigo pessoal, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, enviou ao visconde de Barbacena a seguinte carta:

"Ill<sup>mo</sup>. Senhor.

Meu Senhor. Cheguei a esta Cid.<sup>e</sup> no dia Sábado prim.<sup>o</sup> do corrente a 2 me procurei, o Çujeito e meyo espantado. dizendome que julgava que o Snr. Vize Rey. teria alguã notícia do Seu. Intento. porque p.<sup>a</sup> aonde quer que se Viraua. se Via Çercado de Cintinelas de Noute e de dia. e que O mesmo Snr. l'he haviã Negado a dispensa, porem que emfalivment.<sup>o</sup> hia fugido, ainda que o Seu. gosto hera hir. Com dispensa, p.<sup>a</sup> melhor puder fazer. O que tem tratado. e mais todos os seus parçiais. que São os mesmos q' eu fis Çerto a V. Exc.ca; Çertificandome o d<sup>o</sup> que nada haueria q. suspendeçe a deligência, dizendome q.<sup>o</sup> no Cazo, desta semana ficar dezenganado q.<sup>o</sup> S. Ex.<sup>ca</sup> l'he negaua dispensa q. sempre hia fugido, p.<sup>a</sup> o que la ontem mandou hum seu Escravo, e Otro alugado. a fazer. huma Canoa no Çitio chamado o Piabanha p.<sup>a</sup> paçar os Rios, e que logo que chegaçe, se aluntava com Alguns. que puçuelmt.<sup>o</sup> hia dar. Exzicução a Seu Intento, sendo V. Ex.<sup>ca</sup> o primeir.<sup>o</sup> &<sup>o</sup>.

Nesta Çid.<sup>e</sup> naõ. tem partido porq. alguns que me dis Contatua Com eles na prim.<sup>a</sup> Viage q. Cá esteue. que agora l'he dizem que estimaõ que se faça porem q. temem O S.r Vize Rey.

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> eu Conçidero este homem louco, e todos os mais que O segirem porque Saõ Catelos armados no Ar, e isto mesmo tem asentado O Snr. Vize Rey. ainda que naõ duuido. que fizeçem O prim.<sup>o</sup> Rompimt.<sup>o</sup>; porem naõ podia ter a sua Cusistencia.

Ficou na deligencia de Colher mais alguma Couza e p.<sup>a</sup> ter melhor. OCazião moro defronte do Çujeito. e logo que elle se aVzentar, farey aVizo. sem demora, no Cazo que por cá esCape, o que duuido pois O S.<sup>r</sup> Vice Rey he mt.<sup>o</sup> atiuo, e la esta percatado.

Espero em V. S.<sup>a</sup> que nada hade puder Comçegir. e que tudo hade ficar, supito. sem perdição de Ninguem, que aSim o espero. em D.<sup>o</sup> q. Gd.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>ca</sup> p.<sup>a</sup> meu amparo. e dos pouos de toda a Capitania. q. tem a honrra de estarem deBaxo das Bandeiras. de V. Ex.<sup>ca</sup> a q.<sup>m</sup> O Ceo Gd.<sup>e</sup>

Rio de Jan.<sup>o</sup> 5 de Mayo de 1789

Beja os Pes a V. Ex.<sup>ca</sup>

O mais Umilde Subdito

Joaquim Silverio dos Reis:"

Essa carta, que mostra a quanto ia a maldade do traidor, serve, também, para mostrar a disposição de Tiradentes em regressar a Minas e dar execução a seu intento, isto é, desencadear a revolução libertadora.

Desenganado, convencido de que o vice-rei desejava mesmo prendê-lo, o Alferes Joaquim José deliberou sair, clandestinamente, do Rio de Janeiro. Não havia outro remédio. E elaborou o plano de fuga. Para evitar as patrulhas que certamente seriam mandadas à sua procura, resolveu viajar através das matas.

Era o dia 6 de maio. Pediu um bacamarte emprestado ao porta-estandarte Francisco Xavier Machado e algum dinheiro a Silvério dos Reis. Aquele arranjou-lhe a arma, mas este negou-lhe o dinheiro. À noite, procurou o capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, oficial da Legião de Voluntários Reais de São Paulo, que se encontrava no Rio à espera de embarcação que o levas-



se a Lisboa, e solicitou-lhe uma carta de apresentação para o mestre de campo Inácio de Andrade Souto Maior Rendon, que possuía uma fazenda em Marapicu, de onde com sua ajuda, pretendia alcançar a terra mineira. Alegou que precisava regressar com urgência e por caminhos diferentes por que, por haver falado que o vice-rei e o governador de Minas vexavam os povos, desconfiava que seria perseguido, preso ou excluído de seu regimento, achando mesmo que Luís de Vasconcelos e Sousa, segurando-o na Capital, como vinha fazendo, queria era que se excedesse o prazo de sua licença a fim de existir razão de l'he ser dada baixa.

Com o capitão, encontrava-se conversando o mineiro Manuel José de Miranda, lavrador, parece que administrador da fazenda do mestre de campo Rendon. A este, Tiradentes também pediu uma carta para o mesmo, além de um guia que o levasse até Marapicu.

— E disse a ambos:

— "Ah! se me apanho em Minas!"

O capitão Manuel Joaquim, nascera em São Paulo, onde residia com seus pais, o dr. Antônio Fortes de Bustamante Sá e Leme e Ana Maria Xavier Pinto da Silva, pois era solteiro. Conhecia Tiradentes desde sete anos passados, quando fora o mesmo apresentado na Rocinha da Negra, sendo o Alferes já comandante do destacamento da Mantiqueira. Manuel José de Miranda, embora natural de Minas, ainda não conhecia Tiradentes. Era filho do sargento-mor Manuel dos Santos e Antônio Joana de Miranda e Costa, residindo no Engenho de Mato Grosso, no Rio de Janeiro, com sua família.

O certo é que ambos tinham razões para confiar em Tiradentes, pois nas cartas que escreveram ao mestre de campo, fizeram-lhe referências elogiosas. O capitão disse que era *homem de bem* e pediu-lhe que o pusesse em *terra salva*, e o lavrador, que era natural de Caeté, afirmou que o alferes era um homem *desembaraçado e perseguido por falar as verdades*, razão por que se interessava na sua felicidade".

O plano era bom. Um guia o levaria até Marapicu. Daí iria até Piabanha de canoa, de onde chegaria ao lugar desejado. Certo de que tudo sairia bem, mandou sua mala para a casa do capitão. Mas, no momento da fuga, verificou que se havia fiado em quem não devia. Manuel Miranda, amedrontado, desapareceu, sem deixar o guia que l'he ensinaria o caminho.

Vendo-se nessa situação, Tiradentes não teve outra solução a não ser esconder-se até que encontrasse uma possibilidade de alcançar o território mineiro. Sem dinheiro para empreender uma nova fuga, pois o pouco que possuía certamente gastaria enquanto estivesse escondido, vendeu o escravo que o acompanhava ao sargento-mor Manuel Caetano, que prometeu pagá-lo daí a quatro dias, quando o receberia. Não tendo lugar onde ocultar-se, já previamente estabelecido, dirigiu-se à casa de Inácia Gertrudes de Almeida, viúva de Francisco da Silva Braga, porteiro da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, e sua amiga desde quando l'he curara uma filha que tinha uma chaga cancerosa no pé. Lá chegando, rogou-lhe que l'he arranjasse um lugar onde pudesse esconder-se com segurança. A filha de Gertrudes era moça e solteira. E como a viúva não achou bem ter, por causa disso, um homem em sua casa, resolveu pe-

sem. (2) Que a João Dias da Mota falara vindo já de caminho para esta cidade com o motivo de tratarem a respeito da derrama; e então ele Respondente l'he disse que iam apertando tanto com o povo, que ainda este desesperado havia de fazer algum levante, e estabelecer a República; ao que o dito João Dias respondeu que isso não seria mau; e replicando ele Respondente, que se no caso que se fizesse, quereria ele entrar; respondeu que se não metia em tal, que Deus o livrasse; e com o dito João Dias da Mota não teve mais conversação alguma. E que com Salvador do Amaral Gurgel falou poucos dias antes de partir para esta cidade; por ocasião de l'he ir pedir um dicionário francês; porque antes disso o não conhecia; e dizendo-lhe o dito Salvador do Amaral que era do Rio, donde tinha ido perseguido pelo Ouvidor desta Comarca; ele Respondente então aproveitando a ocasião, vendo que ele era dos escandalizados, l'he disse que todos faziam o que queriam, e que tanto haviam de apertar com a gente, que desesperados haviam de fazer algum levante, e estabelecer uma República; e repondendo-lhe o dito Salvador do Amaral, que não seria mau, ele Respondente aproveitando-se da ocasião, e vendo que era do Rio, l'he disse que podia dar-lhe cartas para algumas pessoas, daquelas que julgasse mais azadas para entrar neste negócio; e suposto que o dito Salvador l'he respondeu que l'he daria as ditas cartas, contudo nem as deu, nem ele Respondente l'has pediu nem tornou a vê-lo. — E esta é a forma das práticas que teve com os sobreditos.

E constando das perguntas antecedentes, que ele Respondente tinha dito, que se tinha recolhido uma noite em casa de Domingos Fernandes temendo ser preso, por empenho, que l'he meteu, e não constando da pessoa, que fez esse empenho, foi perguntado para que declarasse quem era a pessoa que se empenhou com dito Domingos Fernandes para que o ocultasse, e o motivo, que disse a mesma pessoa e que tinha para se ocultar.

Respondendo, que a pessoa a quem falou para que o escondesse uma noite foi uma viúva chamada Inácia de tal, que morava ao pé da Igreja da Mãe dos Homens, porém que esta o não recolhera em sua casa, por ser viúva; porém que por sua conta tornou a falar ao dito Domingos Fernandes, que o recolheu; que a razão que teve para se valer da dita Inácia, foi por l'he ter curado uma filha de uma moléstia, que teve em um pé, por ter alguma inteligência de curativo, e julgando que ela l'he estaria obrigada por este motivo, foi a razão porque se valeu dela; e a causa que l'he assinou para querer esconder-se, foi por se ter feito uma morte em Minas, na qual entendia que estava culpado, e que por esse motivo o queriam prender; e esta figura, que levantou, foi o mesmo que também disse ao mesmo Domingos Fernandes.

Foi mais perguntado qual fora a razão, por que se escondera; porque se retirava com armas, que pediu emprestadas, e com ânimo de se meter pelos matos.

Respondendo que estando nesta terra também Joaquim Silvério dos Reis, que sabia dos ajustes feitos em Minas entre ele Respondente e os mais conjurados, conversava francamente com o dito Joaquim Silvério, e que este l'he dissera, que o vice-rei deste Estado andava com grande cuidado sobre ele Respondente, que tivesse conta em si, que se retirasse, porque mais dia, menos dia, se ele Respondente se não retirasse seria preso; pois se persuadia que o vice-rei sabia da matéria dos ajustes feitos em Minas; e que por esta razão ele Respondente se escondera, e tratara de se retirar pelos matos, armado com um bacamarte, que pederia ao porta-estandarte Francisco Xavier Machado.

E por ora l'he não fez mais perguntas, e sendo-lhe lidas as acima ditas, as achou estarem na verdade, como respondido tinha, e l'he deferiu juramento, pelo que respeita a terceiro, o dito Ministro, que as assinou com o réu e o Ouvidor da Comarca, Marcelino Pereira Cleto; e declaro com este que o dito réu, esteve a estas perguntas livre de ferros;





dir auxílio ao seu compadre Domingos Fernandes da Cruz, ourives, natural de Mogi das Cruzes, estabelecido no edifício onde hoje se encontra a Associação dos Empregados do Comércio, na rua Gonçalves Dias, naquele tempo rua dos Lateiros.

Certa de que este não negaria abrigo a Tiradentes, pediu ao padre Inácio Nogueira Lima, seu sobrinho e afilhado, que o levasse até lá, o que foi feito, às 10 horas, do mesmo dia 6 de maio.

Quando se sabe que foi exatamente nesse dia 7 que o vice-rei deu ordens para prender Tiradentes, tem-se a impressão de que ele deve ter sido informado de que isso iria ocorrer, razão pela qual, não podendo fugir, escondeu-se.

Realmente, com base nas informações que vinha obtendo e principalmente nas comunicações do visconde de Barbacena, o vice-rei determinou, em 7 de maio de 1789, que fosse aberta uma devassa com a finalidade de encontrar os responsáveis pela revolução que se pretendia fazer. Como juiz devassante nomeou o desembargador José Pedro Machado Coelho Tôrres e, como escrivão, o ouvidor e corregedor da comarca do Rio de Janeiro, Marcelino Pereira Cleto, ambos pessoas de sua inteira confiança, às quais delegou poderes para prender, intimar, requisitar força militar, examinar presos, interrogá-los, etc.

E logo em seguida um dragão batia à porta da casa de Tiradentes, com um convite para apresentar-se ao vice-rei, que escolhera essa tática a fim de evitar que o povo tomasse conhecimento de sua prisão e sumiço, o que não conseguiria se agisse de outro modo.

Mas, com o que ele não contava é com a vigilância revolucionária do Alferes, que não tinha ilusões com os detentores do poder.

Assim, mal o portador do convite acabou de falar, respondeu-lhe o escravo de Tiradentes:

— Não sei onde ele está não senhor.

A notícia de que Joaquim José não fora encontrado alarmou o governo. Foi um corre-corre danado. Luís de Vasconcelos mandou chamar os mais graduados funcionários de sua polícia.

E lhes disse, aos gritos:

— Então, esse indivíduo, sozinho, conseguiu enganar a todos nós? A mim e aos espias que pusemos atrás dele? Isso é uma vergonha. Tratem de procurá-lo até achar. Revistem todas as casas, prendam todo mundo, mas encontrem esse homem.

Na mesma carta que escreveu ao visconde de Barbacena, em 19 de julho, disse o porta-estandarte Xavier Machado que observou que "a fugida do Alferes era o universal objeto de falatório que por todas as ruas e lojas se percebia, ainda que muito bem se deixava ver que todos falavam a este respeito com tal ou qual recato".

O vice-rei mandou patrulhas a todos os lugares e avisos a todos os destacamentos. A correspondência destinada a Minas ou proveniente dela foi apreendida. Inúmeras casas foram invadidas e revistas. Foram sem conta as detenções e prisões de pessoas.

A caça a Tiradentes, encontravam-se todos os agentes da reação portuguesa no Rio de Janeiro.

O cabo de esquadra Pedro de Oliveira e Silva, depondo a 20 de março de 1790, em Vila Rica, informou que, no momento em que iniciava o seu regresso a Minas, foi procurado pelo sargento-mor que o prendera, o qual, desculpando-se do que lhe fizera, disse-lhe:

— Pedro, não se incomode com o que aconteceu porque a busca foi por causa de Tiradentes e Joaquim Silvério que andam fulminando um levante.

— Está bem — respondeu-lhe o cabo.

Então, o sargento-mor, deu-lhe uma notícia que confirma o que acima ficou dito:

— Tiradentes fugiu, mas eu vou prendê-lo no Paraíba ou Paraíba.

E saiu acompanhado de um cabo e seis soldados, que haviam chegado com ele.

Apesar dos recursos e pessoal de que dispôs e da violência que empregou, não foi fácil ao governo prender Tiradentes.

Inicialmente, buscaram o mulato que o Alferes deixara em casa. Apertaram-no. Quase o mataram de pancadas. Mas ele não disse uma só palavra que prejudicasse seu senhor e amigo.

O vice-rei estava desorientado. Não sabia o que fazer. Tremia só de pensar que a revolução, enquanto Tiradentes estivesse em liberdade, poderia eclodir a qualquer momento.

A situação estava nesse pé, quando, dia nove, o padre Nogueira, indo visitar o Alferes, recebe dele a missão de verificar como iam as coisas.

Precisava saber se ainda o estavam procurando. Se já haviam ido à sua casa e o que dizia o povo.

— Como devo fazer para saber isso? — perguntou-lhe o padre.

Observe pela vizinhança — disse-lhe o Alferes.

— Não tem uma pessoa a quem pudesse me dirigir?

Tiradentes pensou. O colega que morava com ele já havia se retirado para Minas. A solução só podia ser uma. Disse, então, ao padre:

— Procure o cel. Joaquim Silvério, mas não lhe diga onde estou.

Joaquim José não errou ao agir desse modo. Os acontecimentos tendiam a confirmar a sinceridade do traidor. Não fora ele que o avisara de que ia ser preso? E realmente a ordem para isso não fora dada?

É que Tiradentes não estava acostumado a lidar com homens de duas caras.

Joaquim Silvério possuía uma habilidade nata para a espionagem e a traição. Só se crê no que fez para descobrir o paradeiro de Tiradentes porque é ele mesmo quem o conta. Do contrário, não se poderia acreditar como esse indivíduo pode abusar tanto da palavra *amigo*, que só se usa em casos especiais.

Em documento assinado no dia 17 de junho de 1791 e dirigido ao ouvidor Marcelino Pereira Cleto, o próprio Silvério conta como ajudou o vice-rei a encontrar e prender Tiradentes.

Corrigidos alguns erros ortográficos e colocadas algumas vírgulas, é o seguinte esse documento que o miserável escreveu com a sua própria mão:

"No dia 9 pela manhã me entrou o dito padre pela porta adentro e me disse: Eu já ontem à noite o procurei, venho a mando do Alferes Joaquim José da Silva saber o que tem havido de novo. Perguntei-lhe: aonde ele está? Respondeu-me: Não é da sua conta. Disse-lhe brandamente: Ora, senhor padre, vossa mercê não é mais amigo do Alferes do que eu, diga-me aonde está que preciso comunicar-me com ele para seu benefício. Mas nada pude conseguir desse padre. Perguntei-lhe o seu nome e o seu endereço, mas tudo me ocultou. Só me disse: Eu lhe prometo fazê-lo comunicar com vossa mercê porque ele me falou nestas coisas de Minas. Neste momento estava na escada outro padre (chegava o padre José de Bessa), filho do ourives Paulo Lourenço a quem eu devia certa quantia de resto de um adereço de diamante que eu tinha comprado a seu pai. Logo percebi que aquele que estava comigo não gostou que o visse o outro e para que não lhe dissesse nada me não separei deles logo. Fui despedir o primeiro dizendo-lhe: Passe bem, senhor padre, fico-lhe muito obrigado pela sua atenção. Logo que se despediu, perguntei ao outro padre que ficou comigo: Diga-me quem é esse padre e como se chama e aonde mora porque lhe quero pagar a visita. Disse-me: Ele é o padre Inácio Nogueira e mora na rua da Senhora Mãe dos Homens. Logo no mesmo instante fui dar parte ao ilmo. e exmo. vice-rei

E eu Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, que o escrevi e assinei.

Vasconcelos  
Francisco Luís Álvares da Rocha  
Marcelino Pereira Cleto  
Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>  
Joaq.<sup>m</sup> Silvério dos Reis

(1) Primeiro interrogatório a que foi submetido Tiradentes pelos juizes vindos de Lisboa. (HGM)

(2) José Joaquim da Rocha, além de excelente cartógrafo, foi autor de uma *Memória* — histórico-geográfica — da Capitania de Minas Gerais, impressa em edição fac-similar sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores quando era detentor da pasta o Dr. Afrânio de Melo Franco. Supomos ser ele o personagem *Roquério* das "Cartas Chilenas". Em carta dirigida ao Ministro Martinho de Melo e Castro, em 1º de abril de 1786, solicitava especial recomendação ao Governador da Capitania, Luís da Cunha Meneses, ou a seu sucessor, tendo em vista a sua fé-de-ofício: "Ilmo. e Exmo. Senhor". Os grandes heróis devem como tais proteger os desvalidos que procuram o seu amparo e proteção. Eu, Exmo. Sr., sou o mais infeliz de todos os viventes, porquanto servindo a S. Majestade Fidelíssima nesse Reino, donde vim por ordem da mesma Majestade para este novo mundo, nele tenho dado provas de meu zelo e agilidade na fatura de diferentes petrechos de prevenção para a defesa desta Capitania na descrição dela em carta corográfica e, ultimamente, em história, com a notícia do seu descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesa por ano; obra esta tão útil como interessante pela individual notícia que dá da Capitania de Minas Gerais, das suas produções, costumes e haveres. Todas estas obras ou parte dela tem sido remetidas a V. Exa. pelos Governadores que têm governado a mesma Capitania. Nunca fui contemplado senão para atropelar riscos, expondo muitas vezes a vida a ser devorada pelas feras na penetração dos densíssimos sertões, sem mais interesse que a utilidade do serviço da Soberana; e por isso indigente, sem amparo, nem estabilidade para poder passar o resto dos anos como homem de bem. Estes estímulos me levam à presença de V. Exa. (pois não posso fazer da outra sorte) a rogar-lhe com as mais ternas e submissas persuasões se compadeça das minhas misérias, recomendando-me ao atual governador das Minas, ou ao futuro sucessor, na certeza de que favoreça uma alma sincera, que nunca vendeu as suas obras e por isso digna da proteção de um esclarecido herói como V. Excia. que Deus Guarde como de mister por muitos anos. Vila Rica, o primeiro de abril de 1786. De V. Excia. O mais atento criado — José Joaquim da Rocha". (HGM)

Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa.

7ª Inquirição — Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras — 20-06-1791

(.....)

E sendo-lhe lidas as perguntas imediatas, e as outras antecedentes, e perguntado se as ratificava?

Respondeu, que eram as mesmas, umas e outras, e que as ratificava do mesmo modo, que então disse, e respondeu.

E perguntado, se no tempo que esteve oculto em casa de Domingos Fernandes nesta cidade, onde foi preso, tinha mandado chamar alguma pessoa para que aí lhe fosse falar, e se com efeito falou a alguém, fora do dito Domingos Fernandes, em casa de quem estava?

Respondeu que não tem lembrança de ter mandado chamar pessoa alguma, nem de ter falado com alguém fora do dito Domingos Fernandes.

E sendo instado que dissesse a verdade a que parecia ter faltado; porquanto constava por pessoas verdadeiras, que ele Respondente tinha mandado chamar pelo dito Domingos Fernandes, certo sujeito, que lhe foi falar à casa, em que estava oculto, e com efeito pelo mesmo sujeito mandara um recado a Joaquim Silvério?

Respondeu, que com efeito recordando-se melhor lhe lembra, que estando escondido em casa do dito Domingos Fernandes, lhe fora falar um clérigo, parente da mesma viúva Inácia, que tinha intercedido com o dito Fernandes para que recolhesse a ele Respondente; porém que lhe não lembra, se mandou pelo dito padre, ou pelo mesmo Domingos Fernandes, informar-se de Joaquim Silvério, e pela vizinhança donde ele Respondente assistia, se a seu respeito havia alguma novidade; e que ou o dito Fernandes, ou o dito padre lhe trouxe a resposta, de que tendo falado a Joaquim Silvério, este lhe mandara dizer que queria falar-lhe, e que no dia seguinte, logo depois que ele Respondente se ocultara, tinha ido um soldado de cavalo a sua casa, e que não o achando, dera parte ao vice-rei, de que resultara mandar prender um escravo, que estava





do Estado Luís de Vasconcelos e Souza, que ficou agoniado porque eu não havia prendido o dito padre Inácio Nogueira em minha casa. Respondi: Para bem da diligência, entendia o não devia fazer. No dia dez pela manhã fui ter com Sua Excia. e assentamos que se devia mandar buscar preso aquele padre que lhe dissesse aonde estava o dito Alferes Joaquim José e dizia mais que a mim me não conhecia e que nem tinha ido a minha casa. Fui chamado a sua presença e fez-se desconhecido, e com isto ficou Sua Excia. acelerado, dizendo-lhe que o havia de consumir se lhe não desse conta do Alferes Joaquim José da Silva, e temendo a fúria de Sua Excia. logo se resolveu a declarar onde estava o dito Alferes que logo se foi buscar preso. Eu não assisti a esta declaração porque Sua Excia. me mandou sair para fora”.

Aí estão os perfis morais do traidor e do tirano, feitos pelo primeiro. Cinismo igual não se encontra com facilidade.

Ninguém soube jamais o quanto sofreu o padre Inácio, arrancado violentamente do altar de sua igreja e levado preso à presença do representante do despotismo português e por este e seus carrascos torturado física e moralmente até revelar o esconderijo do Alferes seu amigo. Nem Silvério pôde assistir ao seu martírio porque os tiranos, embora se utilizem dos traidores, não confiam neles. O certo é que o padre Inácio deve ter sofrido muito, pois a resistência que demonstrara possuir não se vergaria com pouca coisa.

Tempo depois, ao morrer, esse padre deixaria um documento escrito, no qual dizia a respeito daquele por quem sofrera tantos maltratos e não conseguirá manter oculto até o fim: “O alferes Tiradentes era um homem nobilíssimo, digno, noutro país, das atenções do Governo; o único crime que tinha era amar a pátria e querer vê-la livre do despotismo das metrópoles”.

A prisão de Tiradentes foi uma operação ruidosa, apesar de não ser esta a intenção do vice-rei. O medo que o dominara, no entanto, fez com que isso acontecesse.

Logo que conseguiu arrancar do padre Inácio o endereço do seu esconderijo, mandou uma poderosa escolta do regimento de Extremoz, sob o comando do Alferes Francisco Pereira Vidigal invadir a rua dos Latoeiros, cercar a casa de Domingos Fernandes da Cruz e tirar ela vivo ou morto Joaquim José da Silva Xavier.

Eram exatamente oito horas da noite do dia 10 de maio de 1789 quando a escolta chegou à casa indicada.

O seu comandante, batendo na porta, gritou:

— Abram em nome do vice-rei!

Domingos Fernandes não se encontrava em casa. Por isto, a porta foi aberta por dois escravos, que, imediatamente, foram ameaçados pelas armas de Pereira Vidigal e seus soldados:

— Digam onde está o alferes Joaquim José!

Um dos coitados, tremendo, apontou para o pequeno cômodo que ficava no sótão da casa.

A essa altura, Tiradentes, que vira a escolta chegar, havia se levantado e se enriqueirado atrás da cama, na posição de fazer fogo, pois pretendia vender caro a sua vida.

Mas, um soldado o viu e gritou:

— Comandante, ali está ele.

O alferes Francisco Pereira, primeiro, se perturbou. Olhou para cima sem saber o que fazer. Depois reuniu os seus soldados, que eram dezenas, e caminhou para cima. Quando chegaram ao sótão, encontraram Tiradentes, parado, tranqüilo, com um bacamarte na mão.

— O que pretendia fazer com essa arma? — perguntou-lhe o comandante.

Ao que lhe respondeu Tiradentes?

— Resistir, mas como eram muitos...

Diz o auto do exame a que foi submetida a arma encontrada na mão de Tiradentes, que ela estava “carregada com 107 grãos de chumbo grosso, pederneira e escorva pronta, e em termos de dar fogo”.

E foi assim que prenderam e levaram para o cárcere o homem que lutava pela liberdade de nossa Pátria e que haveria de morrer por ela. Era só e os seus aprisionadores eram muitos. No en-

tanto, caminhava de cabeça erguida, enquanto os outros, de cabeças abaixadas, como se tivessem vergonha do que estavam fazendo.

Guardado na prisão que ficava nos porões do palácio, Tiradentes aí ficou até que foi transferido para o presídio da Ilha das Cobras, dias depois.

Após a prisão de Tiradentes, foram presos também Joaquim Silvério dos Reis, Domingos Fernandes da Cruz, Manuel José de Miranda e Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes.

O vice-rei, no dia seguinte, mandou uma carta ao visconde de Barbacena, comunicando-lhe as providências que havia tomado.

O cabo Pedro de Oliveira e Silva relatou, em seu depoimento, que, chegando ao Engenho Chapéu d’Uvas, foi alcançado por um soldado do Esquadrão de Guardas do vice-rei, que, depois se apurou, tratar-se de Antônio Ferreira, que lhe disse levar carta de Luís de Vasconcelos para o visconde de Barbacena, comunicando-lhe as prisões de Tiradentes e Joaquim Silvério, o que foi confirmado por Caetano Mendes, soldado do Regimento de Vila Rica, que viajava em companhia do mesmo.

Após dar essa notícia a Pedro de Oliveira, o correio do vice-rei saiu em disparada, e assim foi até Vila Rica, só parando nos povoados, ocasião em que fazia as mesmas e tristes comunicações.

Aberta a devassa e lavrado o auto de corpo de delito, o que foi feito a 11 de maio e do qual são as principais peças as cartas que Joaquim Silvério dos Reis e João José Nunes Carneiro escreveram ao vice-rei, respectivamente em 5 e 10 de maio, foram ouvidos, além desses, Domingos Fernandes, Manuel José de Miranda, Manuel Joaquim de Sá Pinto, Jerônimo de Castro e Souza, Valentim Lopes da Cunha, Manuel Luís Pereira, Antônio de Moraes, Mônica Antônia do Sacramento, Luis Manuel e Manuel Corrêa Vasques. E concluíram logo que o principal culpado era Tiradentes e, como tal, passou a ser tratado.

Em carta que enviou, a 16 de julho de 1789, a Martinho de Melo e Castro, ministro ultramarino da rainha Maria I, Luís de Vasconcelos, depois de informar que em tudo agia de comum acordo com o governador de Minas Gerais, escreveu: “O referido governador me pediu duas companhias de infantaria, que fiz destacar de oficiais e gente escolhida, e também me pareceu mandar mais uma das companhias do Esquadrão de minha guarda com a mesma escolha porque havendo justo receio de estar algum tanto contaminada das mesmas idéias a tropa regular de Minas, lhe pode ser muito útil esta para qualquer diligência mais pronta”.

E terminou a mesma carta com as seguintes palavras: “Tenho por certo que com estas providências, e com a grande vigilância, com que o visconde de Barbacena emprega os seus conhecidos talentos em acautelhar tudo, não há que recear quanto ao presente; mas sim que prevenir para o futuro porque o modo de pensar na Capitania de Minas é quase o mesmo em todos os que de algum modo nela figuram”.

Conclusão? A Inconfidência Mineira foi um movimento tão sério que até os próprios tiranos tiveram de reconhecer que todo o povo, de um modo ou de outro, participava dela.

(De Inconfidência Mineira - Causas e Conseqüências, Dimas Perim, 2ª edição, Edições Júpiter, Belo Horizonte, 1985.

na casa dele Respondente; porém que o dito Joaquim Silvério não lhe falara, porque nem ele Respondente o procurou, nem lhe mandou dizer a casa onde estava oculto.

E sendo perguntado, se tinha amizade e conhecimento com o dito padre, que diz lhe fora falar à casa do dito Domingos Fernandes; donde lhe viera esse conhecimento ou amizade; se antes que se ocultasse, ou depois que se ocultou, quando o dito padre lhe foi falar, se lhe comunicou alguma coisa sobre a sublevação de Minas; ou se lhe assinou outra coisa por que estava oculto?

Respondou, que conhecia o dito padre de casa da dita viúva Inácia, pelo ter aí visto algumas vezes, quando ia curar sua filha, que julgava ser o dito parente daquela viúva; porém que não tinha com o mesmo padre amizade alguma particular; e que nem antes que ele Respondente se escondesse, nem depois de oculto, quando o dito padre foi falar-lhe, lhe contou nada a respeito da sublevação de Minas, e só lhe parece, segundo sua lembrança, no que não está bem certo, ter dito ao mesmo padre, que a causa de se ocultar era por temer estar culpado em uma morte, que se fizera em Minas, que era aquilo mesmo que tinha dito à dita viúva Inácia, e ao dito Domingos Fernandes, em casa de quem estava.

Foi mais perguntado, se entre as pessoas, a quem tinha falado sobre o estabelecimento da nova República, que pretendiam estabelecer, falou a algum soldado ou oficial, seu camarada do regimento de Cavalaria de Minas, em que servia, encarecendo-lhe as riquezas do país e utilidade do levante, como costumava praticar com as mais pessoas a quem falava?

Respondou, que nunca falou a nenhum soldado, nem oficial do seu Regimento, convidando-os, para que entrassem na sublevação, nem dando-lhes parte das práticas que havia entre os conjurados; porque o seu Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada lhe dissera que não falasse a nenhum dos oficiais; e só tem lembrança, que perante alguns dissera, que se lançava a derrama, e que poderia o povo desgostoso fazer algum levante; ao que, ou não davam assenso, ou diziam a ele Respondente que não falasse em tal.

Foi mais perguntado, se quando o dito seu Tenente-Coronel Francisco de Paula dizia a ele Respondente, que não falasse a nenhum dos oficiais, era por reservar para si essa diligência, como pessoa mais autorizada, que podia resolvê-los, ou se lhe dava outra razão?

Respondou, que quando o dito tenente-coronel lhe dizia, que não falasse a nenhum dos oficiais do Regimento, a razão que lhe dava, era porque a sublevação poderia não ter efeito, e que aquelas coisas eram melindrosas para se tratarem.

E sendo instado, que dissesse a verdade, a que parecia ter faltado; porquanto constava por pessoas verídicas, que ele Respondente tinha falado a muitos oficiais do Regimento, expressamente, para que entrassem na sublevação, e que alguns deles estavam firmes em ajudar a mesma sublevação, unindo-se aos conjurados, quando fosse tempo, e que perante um dos mesmos oficiais se tratara entre os conjurados alguma prática em casa do dito Tenente-Coronel Francisco de Paula, em cuja prática estavam, quando entrou o dito oficial; e que parando a conversação, depois continuara, por dizer o dito Tenente-Coronel Francisco de Paula — podemos continuar, que este é dos nossos — nem parece verossímil, que falando ele Respondente a tantas pessoas sobre a nova República, com as quais tinha pouca amizade, e eram pouco hábeis para ajudar o seu projeto de sublevação, deixasse de falar aos seus camaradas, com os quais devia ter amizade particular e eram os mais capazes e inábeis para ajudar a ele Respondente na empresa, que tinha tomado.

Respondou insistindo no mesmo, que já disse, que a nenhum dos oficiais do seu Regimento tinha falado na conjuração nem tinha amizade particular com nenhum, com quem falasse nessas matérias, porque ordinariamente os militares são inimigos uns dos



# Tiradentes em pessoa

Adorno Dias

O MINAS GERAIS de 19 de novembro de 1892, editado em Ouro Preto, publicou interessante reportagem sobre um macróbio, residente na cidade mineira de Lima Duarte. Segundo a aludida reportagem, Severino Francisco Pacheco, natural de S. Miguel do Piracicaba, com 115 anos de idade, fora praça do 2º Regimento de Cavalaria de Vila Rica. Deixara o regimento em 1822, no posto de cabo. Era casado em terceiras núpcias com "uma menina de 60 anos". Em Lima Duarte ainda trabalhava como seleiro. Severino conheceu Tiradentes de perto e o descreveu assim: "Homem alto, simpático, bonito, de gênio alegre." O Alferes tinha 31 anos e Severino, 14, quando este viu Tiradentes pela primeira vez, a tocar violão e cantar modinhas, numa casa de família de Vila Rica. Acrescenta a notícia do MINAS GERAIS que O País, do Rio, e alguns jornais de São Paulo já publicaram notícia sobre o macróbio de Lima Duarte. E o Barão Homem de Melo, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era presidente, escrevera ao Juiz de Direito da comarca, Dr. Virgílio Cerqueira Cardoso, pedindo pormenores de Severino sobre o mártir da Inconfidência Mineira.<sup>1</sup>

Augusto de Lima Júnior descreveu o Alferes como um homem de estatura acima do normal, de raça branca e pura, "sem mistura de mouro, judeu, ou mulato, ou outra infecta nação" conforme se verifica no processo de habilitação de seus irmãos, para receber a ordenação sacerdotal.<sup>2</sup>

Pe. Joaquim Camilo de Brito, vigário colado de Barbacena, conviveu com o Pe. Manuel Rodrigues da Costa, durante os últimos cinco anos de vida deste. Pe. Joaquim Camilo de Brito, nome respeitado em toda a província de Minas, escreveu ter ouvido do Pe. Manuel Rodrigues da Costa que Tiradentes se hospedava com frequência na sua casa, principalmente quando viajava para o Rio, ou de lá regressava. Segundo o vigário colado de Barbacena, assim o Pe. Manuel Rodrigues da Costa descrevia o Alferes: "O Xavier (assim o tratava ele) era um rapaz simpático e, posto que não houvesse afinidade entre a farda e a sotaina, era-lhe sempre agradável a sua presença".<sup>3</sup>

O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, edição de 21 de abril de 1899, publicou extensa reportagem, assinada por R. Vila Lobos. A certa altura, foi transcrito um artigo da lavra do Dr. Melo Moraes, extraído do Correio Mercantil, de maio de 1860, no qual o Autor narra o seguinte: Antônio Dias Barbosa Ferreira, Capitão das Ordenanças, "no posto de Tenente de Milícias", assistiu com seu regimento à execução de Tiradentes. Com a idade de 107 anos, foi levado à presença de D. Pedro II, a quem descreveu a figura de Tiradentes: "de cabelos louros, claro e bem parecido." O jornalista R. Vila Lobos transcreveu palavras de Alvarenga Peixoto no segundo interrogatório, ao referir-se ao Alferes: "oficial feio e espantado." "Como concluir dessas incongruências?" pergunta o jornalista.

A resposta é fácil: o informe de Alvarenga foi obtido num interrogatório, "o que já o torna deformado", na opinião de E. Mira Y Lopez.<sup>4</sup>

Para demonstrar o valor histórico das declarações de Alvarenga, em seus depoimentos, basta dizer o seguinte: tendo-se atrasado para a primeira reunião dos conspiradores, realizada em 26 de dezembro de 1788, foi Alvarenga chamado por um bilhete do Pe. Carlos de Toledo. Eis o bilhete: "Alvarenga, estamos juntos, venha vmcê já. Amigo Toledo." Alvarenga descreveu a reunião como "cena depravada" e disse que fora chamado por um bilhete do Pe. Toledo, que dizia "que chegasse lá, que o esperavam se quisesse rir um pouco".<sup>5</sup>

Pe. Martinho de Freitas Guimarães, colega de seminário de dois irmãos de Tiradentes, em Mariana, conheceu bem o protomártir e deixou escrito: "Joaquim José era homem enérgico e obstinado em suas crenças, mas generoso até descuidar-se de si próprio, franco e leal. Tinha a infinita bondade de se compadecer dos males do próximo."<sup>6</sup>

O Pe. Joaquim Viegas de Meneses, criador da imprensa em Minas Gerais, contemporâneo de Ti-



radentes, deixou este testemunho: "Era inteligente e ativo, de conversa agradável, tinha uma bela alma e excelente coração".

Francisco Antônio Lopes assim descreveu o Alferes: "De fisionomia simpática, de conversa agradável, eloqüente nas suas prédicas", testemunha frei Raimundo Penafort que Silva Xavier "foi um daqueles indivíduos da espécie humana que põe em espanto a mesma natureza. Entusiasmado com o afero de um Quaker, empreendedor com o fogo de um D. Quixote, habilidoso com um desinteresse filosófico, afuto e destemido, sem prudência às vezes, e outras, temeroso do ruído da caída de uma folha, mas seu coração era bem formado".

Joaquim Norberto, num livro de finalidade mais ideológica do que histórica, refere-se mais de uma vez à falta de instrução do Alferes: "Não tinha instrução alguma."<sup>8</sup>

Na mesma página: "Sem elegância, nem atrativos, resultado de sua educação pouco esmerada..."<sup>9</sup>

Já em 1921, escrevia Augusto de Lima: "A lenda de sua rudeza intelectual e de sua ignorância vem sendo, pouco a pouco, desfeita pelos cronistas que buscam nos arquivos..."<sup>10</sup>

Está nos Autos: Tiradentes era uma das pouquíssimas pessoas da Capitania a possuir um dicionário francês. Sabemos que ele estudou as primeiras letras com o Pe. Gonçalves Chaves. Desenvolveu seus conhecimentos com o irmão mais velho Pe. Domingos da Silva Xavier. É sabido também que ele recebeu lições de seu primo em 1º grau, frei Veloso (Frei José Mariano da Conceição Veloso, no século: José Veloso Xavier)

Circunstância curiosa, para a qual Lúcio dos Santos chama a atenção: tinha caligrafia melhor que a de qualquer dos inconfidentes, inclusive os diplomados. Sua escrita era mais desembaraçada que a de José Álvares Maciel.

O Cônego Soares de Araújo, professor no Seminário de Mariana, conheceu bem Tiradentes e nas suas Memórias Históricas da Capitania de Minas Gerais, escreveu: "Revelou desde a infância viveza intelectual."

Pe. Inácio Nogueira preso e torturado para revelar o esconderijo de Tiradentes, confessou e Tiradentes foi imediatamente preso. No seu depoimento, narrou que o Alferes havia curado uma doença no pé da filha de sua tia e madrinha, doença antes tratada inutilmente por professores de Medicina. Anos mais tarde, escrevia o Pe. Inácio Nogueira: "Era homem nobilíssimo, digno noutro país das atenções do governo."

As inúmeras missões que o Alferes recebeu do governador e da rainha (quantas pessoas, em Minas Gerais, receberam carta de Sua Majestade?) podem dar idéia de sua capacidade.

Com data de 24 de dezembro de 1781, recebe carta de Sua Majestade, que lhe confiou o comando da Patrulha da Mantiqueira.<sup>11</sup>

A situação era gravíssima. Duas quadrilhas, com grupos armados, estavam assaltando e matando os viajantes que vinham do Rio, ou iam de Minas para o Rio. A Alferes desbaratou as quadrilhas e se encheram as cadeias de São João del-Rei e de Vila Rica.<sup>12</sup>

outros; e que ele Respondente antes se fariaria de um paisano do que de um militar seu camarada.

E sendo mais instado, que dissesse a verdade, porquanto constava que ele Respondente com alguns oficiais tinha amizade particular, assim como com um, com quem veio de camarada para esta cidade, e com quem assistiu todo o tempo que aqui esteve, até que se ocultou em casa de Domingos Fernandes, e de uma camaradagem de viver familiarmente na mesma casa se prova infalivelmente a boa e particular amizade, que ele Respondente nega.

Respondente, que era verdade ter vindo para esta cidade de camarada com o Alferes Matias Sanches Brandão, ao qual encontrou no sítio, chamado Ribeirão, que com ele viveu na mesma casa nesta cidade todo o tempo que aqui esteve, até que o dito Alferes se foi embora, quatro ou cinco dias antes de ele Respondente se ocultar; porém sem embargo da dita camaradagem e assistência não tinha amizade particular com o dito Alferes, nem dele se confiou em semelhante matéria.

E por ora lhe não fez o dito ministro mais perguntas, as quais sendo por mim lidas a ele Respondente, as achou conformes, como respondido tinha; e deferindo-lhe o juramento pelo que respeitava a terceiro, debaixo dele declarou ter dito a verdade; e declaro que neste ato esteve o Respondente livre de ferros, de que dou fé com o escrivão assistente; e de tudo mandou o mesmo ministro fazer este auto em que assinou com o Respondente, e dito escrivão assistente; e eu Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão que o escrevi e assinei.

Francisco Luís Álvares da Rocha  
José Caetano César Manitti  
Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

**8ª Inquirição - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras - Acareação com: Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Domingos de Abreu Vieira - 22-06-1791**

(.....)  
E sendo-lhe lidas as perguntas próximas antecedentes, e perguntado se eram as mesmas, que a ele Respondente Joaquim José da Silva Xavier tinham sido feitas, e se as suas respostas eram as mesmas, que então tinha dado, e se as ratificava.

Respondente, que eram as mesmas respostas, que ele Respondente tinha dado, e que as ratificava.

E sendo perguntado se depois da prática, e conversação, que tivera em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, em que se assentou, que se faria o levante na ocasião da derrama, declarando-se a diligência e parte, que cada um devia ter naquela ação; como era falar o vigário de São José à gente; o Coronel Alvarenga e homens na Campanha do Rio Verde; o Padre José da Silva e Oliveira Rolim à gente no Serro do Frio; assim como ele Respondente havia de falar a quem pudesse, se com efeito cada um dos sobreditos fez a diligência, que se tinha assentado; e se deram parte da gente que tinham pronta, tanto a ele Respondente, como aos mais, que estiveram na dita conversação.

Respondente, que nenhum daqueles, que se tinham obrigado a falar à gente, deu parte a ele Respondente de ter feito diligência alguma naquela matéria, nem lhe consta que com efeito o fizessem nem desse parte, aos que estiveram presentes na dita conversação.

E sendo instado, que dissesse a verdade, pois assim como ele Respondente satisfez a sua parte, falando a todas as pessoas, que lhe pareceu, na forma que se tinha assentado na dita conversação, assim os mais, é crível, que falariam na forma, que se tinha tratado.

Respondente, insistindo no mesmo, que tem dito, que não sabe, nem lhe consta, que nenhum dos sobreditos falasse a pessoa alguma.

E sendo instado, a que dissesse a ver-





Construiu o Caminho de Meneses e o Porto de Meneses. O caminho ia até o Registro da Paraíba. A estrada foi calçada de pedras, a exceção do trecho entre a Rocinha da Negra e o Paraíba. O Alferes construiu três atalhos, todos sem morro algum, como, por exemplo, o trecho entre Chapéu d'Uvas e os Tabuões. A estrada ficou como "a palma da mão".

Numa carta encontrada no Arquivo Público Mineiro, transcrita na íntegra no livro *A Verdade Sobre Tiradentes*, o Alferes faz referência a uma estrada que construiu na Mantiqueira.<sup>13</sup>

Tiradentes construiu ainda o Caminho de Paracatu, fazendo atalhos na antiga Picada de Goiás. No Arquivo Público Mineiro encontram-se várias cartas de D. Rodrigo José de Meneses sobre o Caminho de Paracatu.

Mas a missão mais importante, missão típica de engenheiro, recebeu o Alferes do governador Luís da Cunha Meneses, o Fanfarrão Minésio das Cartas Chilenas. Luís da Cunha Meneses, seis meses depois de sua posse, ainda não conhecia bem a Capitania. Mas recebeu três cartas do Cel. Manuel Rodrigues da Costa sobre o mesmo assunto: a riqueza e o grande futuro da região leste da Capitania, terras denominadas "áreas proibidas". Na terceira carta o Coronel fazia referência a "inteligência mineralógica" do Alferes Joaquim José da Silva Xavier.

O Capitão-General designou o Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho para chefiar a expedição exploradora. E por portaria de 16 de abril de 1784, ordenou que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por sua "inteligência mineralógica", acompanhasse o Sargento-mor com finalidade determinada na mesma portaria.<sup>14</sup>

Os termos da portaria indicam a importância da missão confiada ao Alferes: "Em primeiro lugar ordeno ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier que o acompanhe com os homens precisos, para as diligências de examinar se as formações dos ditos sertões podem dar ouro de conta e a quantidade de gente que poderão acomodar. 2º Pedir os homens precisos para referidas diligências ao Coronel Manuel Rodrigues da Costa. 3º Averiguar se as campanhas dos ditos sertões são dilatadas e abundantes de matos gerais, capazes de se fazerem nelas novos estabelecimentos. 4º Se são muito cortadas de rios e, destes, quais dão vau, ou são de canoa. 5º Tirará a configuração cosmográfica e geográfica dos mesmo sertões. 6º O número dos povoadores que se acham estabelecidos nos ditos sertões, suas forças e de que se ocupam. 7º A distância em que se acham os ditos povoadores dos confins dos ditos sertões, com os da Capitania do Rio de Janeiro. 8º Os rios ou montanhas que dividem estas duas capitânicas e as situações que tiverem mais próprias para se estabelecerem Registros, Rondas ou Patrulhas. 9º As estradas ou caminhos, por onde se tem seguido, tanto desta capitania para a do Rio de Janeiro, como daquela para esta..."

M. Rodrigues Lapa, em belíssimo artigo publicado no *Suplemento Literário* do MINAS GERAIS, anunciou a descoberta de dois requerimentos do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, em que pedia licença à Sua Majestade para uma viagem a Portugal.<sup>15</sup>

Camilo Castelo Branco, no seu livro *Demônio do Ouro*, publicado em 1873, com revisão do próprio Camilo, coloca o Alferes Joaquim José em um navio vindo de Portugal, falando correntemente diversas línguas. Textualmente: "Entre os passageiros distinguia-se um brasileiro de Minas, chamado Joaquim José da Silva Xavier, mais notório pela alcunha de Tiradentes. Trajava insígnia militar, falava com diversos passageiros em suas línguas, revelava cópia de conhecimentos auridos em prolongadas viagens à Europa e aos Estados Unidos. Conversava em correto inglês..."

Isso, todavia é ficção, e Camilo nem testemunhou tal viagem.

## NOTAS

- 1 - MINAS GERAIS, ed. de 19 de novembro de 1892, p. 1,217.
- 2 - Júnior, Augusto de Lima - HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO DE MINAS GERAIS, Itatiaia, B.H.; 1968, p. 71.
- 3 - In: ARQUIDIOCESE DE MARIANA, do Cônego Raimundo Trindade, 2ª ed; vol. 2, Impr. Of; p. 68 a 69
- 4 - PSICOLOGIA JURÍDICA, de E. Mira Y Lopez. Apud.: TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL, de José Honório Rodrigues, Ed. Nac; S. Paulo, 2º vol.
- 5 - AUTOS, vol. IV, Rio, p. 1.076.
- 6 - Rev. do A.P.M., vol. IV, p. 1.076.
- 7 - Lopes, Francisco Antônio - PERSONAGENS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Belo Horizonte, 1965, p. 50.
- 8 - Silva, Joaquim Norberto de Souza - HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO MINEIRA, GARNIER, 1873, p. 74.
- 9 - Norberto - Idem, p. 94
- 10 - In: MINAS GERAIS, ed. de 21 de abril de 1921.
- 11 - Livro 2º de Registro de Ordens e Cartas Régias da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, A.P.M.
- 12 - MINAS POLICIAL, nº 1, Ano 1, janeiro de 1962, Belo Horizonte, p. 48/51.
- 13 - A VERDADE SOBRE TIRADENTES, B.H.; 1961, p. 1-3-175.
- 14 - Cod. 241, S.G; fl. 12, A.P.M.
- 15 - In: Suplemento Literário do MINAS GERAIS, ed. de 9-3-68.

## Tiradentes visto por um russo

## Una denuncia a nombre del gobernador

Oleg Ignátiev

El 15 de marzo por la mañana, el ayudante del gobernador Antonio Xavier entró en el despacho de Su Excelencia y dijo:

- Señor vizconde, desea verle... - y llamó por su nombre y apellido al visitante que insistía en ser recibido por el gobernador.

Barbaçena, malhumorado, dejó a un lado un papel.

- Ya es hora de que todos los visitantes sepan las horas de recepción. Estoy revisando el correo matutino.

Pero pide que Usted lo reciba inmediatamente. Dice que se trata de un asunto de Estado y tan importante que no puede ser aplazado.

- Todo el que quiere verme, piensa que se trata de asuntos de Estado muy urgentes - gruñó Barbaçena, pero ordenó dejar pasar al visitante.

dade, a que parecia ter faltado, porquanto consta com certeza, que o vigário de São José, Carlos Correia de Toledo, avisando ao Tenente-Coronel Francisco de Paula, de que tinha cento e tantos cavalos prontos e gordos, no que se entendia muito bem, que eram outros tantos homens para a ocasião do levante.

Respondeu, que do mesmo modo não sabia, que o dito vigário tivesse feito esse aviso, nem o Tenente-Coronel Francisco de Paula lhe comunicou a ele Respondente coisa alguma, se acaso teve aquele aviso.

Foi mais perguntado, que declarasse a forma com que determinava prender o general da Capitania de Minas; porque tendo na conversação reservado para ele Respondente esta ação devia ter ideado a forma de a executar.

Respondeu, que então, quando se tratou aquela matéria, não discorreu o modo de prender o general; e que tendo gente do seu partido, era fácil fazer a dita prisão, estando o general na Cachoeira.

E sendo instado que dissesse a verdade, a que parece ter faltado; porquanto, sendo aquela ação a mais importante, ele Respondente não devia arriscar-se nela se não tivesse induzido ao seu partido alguns oficiais ou soldados, que devessem estar na Cachoeira para ajudar a ele Respondente no seu projeto?

Respondeu, que não tinha induzido para o levante nenhum soldado, nem oficial do Regimento.

E sendo instado, que dissesse a verdade, porquanto constava, que ele Respondente tinha falado a muitos oficiais do Regimento, que estavam firmes em seguir o seu partido.

Respondeu insistindo que não tinha falado no levante a oficial algum, nem na prisão do general.

E logo o dito ministro mandou vir à sua presença o Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o Coronel Inácio José de Alvarenga e o Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira, para serem acareados com o sobredito Respondente, e mais ao Vigário de São José, Carlos Correia, e estando presentes, primeiramente este dito Vigário Carlos Correia e Francisco Antônio de Oliveira Lopes, os quais mutuamente se reconheceram pelos próprios, de que dou fé, com o outro escrivão assistente; e lendo ao Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes o seu juramento, que deu na Devassa tirada pelo Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, na parte em que repetiu que lhe havia dito o dito Vigário Carlos Correia na casa deste, que encontrando-se na rua com o Tenente-Coronel Francisco de Paula, convidando-o para ir à sua casa, ali achara, tendo ido, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Doutor José Álvares Maciel, o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, e um doutor pequenino, cujo nome não sabia, das partes do Sabará, e outro doutor de Minas Novas, cujo nome também ignorava; e juntos todos entraram a tratar que se devia fazer um levante, quando se lançasse a derrama, para ficar este país feito uma República.

E deferindo-lhe novamente juramento, para que dissesse a verdade, persistiram firmes o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, e o Vigário de São José, Carlos Correia, em que naquela ocasião não estiveram presentes à conversação, que tiveram em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, nem o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, nem o doutor pequenino do Sabará, nem o doutor das Minas Novas; nem sabem quem sejam estes dois últimos; porém o Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes persistiu firme e certo em que o Vigário Carlos Correia de Toledo lhe dissera, o que depôs no seu juramento, na parte que agora lhe foi lida, e o dito Vigário Carlos Correia de Toledo persistiu também firme, em que não tinha dito ao tal Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que estivessem presentes naquela ocasião à prática, que tiveram sobre o levante em casa de Francisco de Paula Freire de Andrada; e por mais que foram instados para que dissessem a verdade, e tendo conferido, e disputado entre si sobre esta matéria, não declararam





- Buenos días, amigo -saludó al hombre que entró en su despacho-. ¿A qué se debe su visita a esta hora tan intempestiva? ¿Qué asunto de Estado le hizo interrumpir su sueño para venir tan temprano a ver a este modesto vasallo de la Reina, el gobernador de la capitania de Minas?

- Señor vizconde, créame que no me atravesaría a molestarlo tan temprano si no se tratara de algo extraordinario. He tenido que armarme de valor antes de presentarme en el palacio y hablar de asuntos que atañen a los intereses de Su Majestad, la Reina, de los conjurados, pero no les hacían caso, seguros de que cualquier paso que diera el poeta era sensato.

Un día se parecía a otro como dos gotas de agua y se diría que nada podía perturbar la monótona existencia de los vecinos de Vila Rica. Pero llegó el día 15 de marzo.

Barbaçena frunció el ceño.

- Es un preámbulo demasiado largo y prometedor. Haga el favor de ser más lacónico y vaya al grano.

El visitante, no se sabía por qué, se acercó de puntillas al gobernador y, bajando la voz, pronunció:

- Señor vizconde, en el virreino existe un complot y su centro está en Vila Rica, capital de la capitania de Minas.

Barbaçena se anubarró y retrocedió un paso.

- ¿Se da cuenta de las consecuencias que puede tener semejante acusación a los súbditos brasileños de Su Majestad, la Reina?

- Sí, Excelencia. Conozco todos los detalles del complot y estoy seguro de que mi información es absolutamente cierta. Le puedo decir los nombres de todos os cabecillas y conspiradores.

- ¡Hable! - ordenó Barbaçena.

- Al frente del complot está el alferez Tiradentes.

- Puedo demostrar que miente + le interrumpió Barbaçena-. Hace unos días firmé el permiso que di al alferez Tiradentes para hacer un viaje de dos meses a la capital del virreino con objeto de arreglar asuntos personales y aclarar el destino de los proyectos que presentó al virrey.

- Es cierto, Excelencia, el Tiradentes está camino de Río de Janeiro, pero no va a la capital para saber lo que ha sido de los proyectos presentados al virrey, sino cumpliendo la misión encomendada por el centro de la conspiración en Vila Rica. La insurrección empezará el día de la proclamación de la derrama. Los conspiradores ya tienen preparados los proyectos de la nueva Constitución y las leyes de la futura república del Brasil. Los hicieron Claudio Manoel da Costa y Tomás Antonio Gonzaga.

- ¡Qué disparate! lo volvió a interrumpir el gobernador-. Estos días Gonzaga ha estado varias veces en el palacio, pidiéndome suspender la derrama.

La cara del visitante se cubrió de manchas rojas por el miedo y la emoción.

- Le ruego, señor gobernador, que me escuche hasta el fin. Es un paso táctico de Gonzaga para ganarse su confianza y no provocar sospechas. Lo que le digo es la pura verdad. Los centros de la conspiración están diseminados por toda la capitania -y el delator empezó a enumerar ciudades y poblados donde vivían los complotados.

El vizconde de Barbaçena arrugó la nariz desdeñoso.

- Sus conspiradores son unos ilusos o están locos. Todos sus planes son pura quimera. En la capitania de Minas hay suficientes tropas fieles a la Corona portuguesa para matar en embrión el más mínimo descontento.

- Señor gobernador, el caso es que muchos altos oficiales de la capitania están comprometidos en el complot -y el denunciante mencionó varios nombres de jefes militares de la conspiración.

Barbaçena sintió que las piernas le flaqueaban, se dominó con un violento esfuerzo para que el delator no comprendiera que estaba horrorizado por la noticia.

- Bien - pronunció el gobernador-, le agradezco la lealtad a Su Majestad, la Reina, y haré todo lo posible para recompensar a tan fiel vasallo de la Corona. Pero ahora tiene que tener sumo cuidado para no despertar sospechas en los

conspiradores. Observe con atención todo lo que pasa en Vila Rica. Puede entrar en el palacio a cualquier hora del día y de la noche. Daré instrucciones al respecto. Le advierto: no diga ni una palabra a nadie. Puede retirar-se -Barbaçena se llevó las manos a la espalda, dando a entender que no deseaba estrechar la del denunciante.

El visitante hizo una profunda reverencia y se dirigió a la puerta.

- ¡Espere! -le llamó Barbaçena-. Escriba todo lo que ha dicho en una carta a mi nombre y tráigala sin demora al palacio.

- ¡A sus órdenes! -pronunció el delator y, tras encorvarse otra vez en profunda reverencia, salió del despacho, reculando.

- ¡Xavier! - gritó Barbaçena a su ayudante -. ¡Tráigame una copa de vino tinto!

- Perdóneme, señor gobernador, ¿he oído bien: una copa de tinto a estas horas?

- Sí, sí, rápido, apúrese - Barbaçena dió vuelta al escritorio y, apartando el sillón, se dejó caer, agotado-. Vizconde - musitó-, debes haver nacido de pie.

Pasados varios días, el delator se presentó en el palacio Cachoeira do Campo con la denuncia. Y el 23 de marzo Barbaçena mandó a la cámara de la capitania un bando donde se exponía la decisión de suspender la derrama. "La considerable disminución de la debida cuota de cien arrobas de oro que esta Capitania paga anualmente del quinto a S.M. exige las más eficaces averiguaciones y medidas -señalaba el documento-. La primera de todas debería ser la derrama... Pero después de conocer las diversas circunstancias y teniendo en cuenta que la Real Hacienda es susceptible al mejoramiento no sólo en beneficio del regio erario, sino también de los pueblos, cuya conservación y prosperidad es el objeto principal del esclarecido gobierno de Nuestra Señora, la Reina... he resuelto suspender el lanzamiento de la derrama, que la Junta administrativa de la Real Hacienda estaba obligada a promover, hasta nueva disposición de S.M.; a quien envié un informe al respecto.

Vizconde de Barbaçena.  
Vila Rica, 23 de marzo de 1789."

Cabe mencionar que el vizconde de Barbaçena, al oír que se tramaba el complot, aquel mismo día envió una carta al virrey, a Río de Janeiro. A propósito, el vizconde era sobrino del virrey. Suspendió por su cuenta y riesgo la derrama, y el 25 de marzo envió otra carta a Luis Vasconcelos pidiéndole mandar a Minas por si acaso tropas de refuerzo para aplastar la posible sublevación.

Por aquel entonces Barbaçena ya conocía en todos los detalles las acciones de los conspiradores, pues el delator lo visitaba con regularidad en su palacio, informándole de cada paso de los revolucionarios.

En Vila Rica cundió el pánico. Los conjurados, desconcertados, no sabían qué hacer y todos sus intentos de aclarar los motivos de la suspensión de la derrama fallaron. Varios jefes del movimiento ardían en deseos de empezar a actuar, pero, lamentablemente, eran minoría. Más aún, algunos decidieron en secreto tomar precauciones y algunos pusilánimes pensaban ya en traicionar y descubrir a sus compañeros. Entretanto, el alma del movimiento estaba ausente: el Tiradentes se en-

mais coisa alguma; ainda que pareceu que o dito Francisco Antônio de Oliveira Lopes afirmava a verdade, do que tinha jurado, vacilando algum tanto. E por esta forma houve ele ministro esta acareação por feita, e sendo lida a todos no mesmo ato, acharam escritas as suas respostas, como dito tinham; e de como assim foram perguntados, e responderam, assinou o dito ministro com o Respondente, e acareados, e o escrivão assistente; e eu Francisco Luís Álvares da Rocha, que o escrevi, e também assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

Franc.<sup>o</sup> An.<sup>o</sup> de Oliv.<sup>a</sup> Lopes

Carlos Correia de Toledo

E logo imediatamente acabado este ato, apareceu o Coronel Inácio José de Alvarenga presente, para haver de ser acareado sobre o que respondeu nas perguntas, que lhe foram feitas na parte, que lhe foi lida, e em que diz que não acreditara no respondente Joaquim José da Silva que dizia haver pessoas dispostas para o levante no Rio de Janeiro, sem que lhe nomeasse algumas delas, tendo-lhe nomeado em Minas alguns sujeitos, a que tinha falado, como eram o Capitão Manuel da Silva Brandão, e o Tenente Antônio Agostinho, o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, de quem estava certo ter-lhe dito o respondente Joaquim José da Silva, que falando-lhe a primeira vez, prestara o seu consentimento; mas que sendo nomeado posteriormente Comandante do Destacamento da Serra, e tornando a falar-lhe, lhe dissera que não fosse louco, que não tornasse a falar-lhe em semelhante matéria, ao que o dito Alferes Respondente disse que respondera ao dito Capitão, que como agora estava feito Grão-Turco da Serra, que por isso não queria entrar na sublevação; e não falara mais com o dito Alferes, porque seguira viagem para o Rio de Janeiro.

E depois de conferirem um com o outro, disse o Coronel Alvarenga que tinha espécies, mas não certeza, de ouvir dizer ao Alferes Joaquim José que tinha falado nas matérias do levante com o Capitão Manuel da Silva Brandão e o Tenente Antônio Agostinho; e que só tinha certeza de que o dito Alferes Joaquim José lhe dissera, que tinha falado ao Capitão Maximiano, e que este respondeu que não fosse louco, e que ele Alferes lhe disse que, como agora estava feito Grão-Turco da Serra, não queria; e demais, a respeito da resposta, que se declara ter dado o dito Capitão Maximiano ao Alferes acareado, da primeira vez que lhe falou, dizendo que lhe prestar o seu consentimento, declara ele acareante, que sem embargo de ter dito, que estava certo em que o dito Alferes lhe dissera a dita resposta, contudo agora, pensando no que o dito Alferes lhe disse, entra na dúvida de que com efeito se explicasse por estes termos.

E o dito Alferes Joaquim José da Silva, à vista da declaração do acareante Inácio José de Alvarenga, persistiu firme em que não tinha dito ao acareante Inácio José de Alvarenga, que tinha falado ao Capitão Brandão e ao Tenente Antônio Agostinho; e só concordou e confessou que tinha falado ao Capitão Maximiano, porém discordou do dito acareante Inácio José de Alvarenga, em quanto este declara, que o dito Alferes lhe dissera ter falado ao Capitão Maximiano, duas vezes; e ele acareado Alferes, persistiu em que só falara uma vez ao dito Capitão Maximiano, em matéria de estabelecimento de República; e cada um persistiu firme no que havia dito.

E por esta forma houve o dito Ministro esta acareação por feita, reservando, à falta de tempo, para outra vez ao tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira; e sendo a que fica feita lida ao acareado e acareante, acharam estar as suas respostas escritas bem, e verdadeiramente como respondido tinham, e debaixo do juramento, que se lhes prestou, haviam dito a verdade; e de como assim disseram e responderam, mandou fazer este auto, em que assinou com o Respondente e





contraba camino de Río, sin sospechar absolutamente nada de lo sucedido en la capitania de Minas.

Al enterarse de la suspensión de la derrama, el vicario Luis Vieira se trasladó a Vila Rica, donde se encontró con Gonzaga, tratando de aclarar el destino del movimiento. El poeta se mostraba muy tranquilo, no compartía las inquietudes de Luis Vieira y dijo que era preciso desistir de la lucha.

Según Gonzaga, debido al último acto del gobierno ya se podía prescindir de la revolución y en adelante lo mejor sería olvidar todos los planes y no pensar más en el movimiento ni en sublevarse contra las autoridades portuguesas. Tras hablar un poco de otros temas que no se referían a la conspiración, el poeta se despidió de Luis Vieira y se apresuró a retirarse a su casa para componer otra oda en honor de María Doroteia. Al día siguiente Gonzaga visitó al gobernador. Hablando con el vizconde de Barbaçena Gonzaga dijo:

— Excelencia, el vecindario de Vila Rica está muy contento por la suspensión de la derrama. Si la gente tuviera dinero, no me cabe la menor duda de que todos los vecinos de la capitania erigirían un monumento a Su Excelencia. Es una orden muy oportuna. Como Su Excelencia señala en el bando, la situación económica de la capitania es bastante grave. Perdóne mi impaciencia, pero quería verlo para felicitarle por tan sabio y trascendental paso.

Barbaçena sonreía escuchando el ampuloso discurso de Gonzaga y a cada frase asentía con la cabeza. Pero en cuanto el poeta salió del palacio, el gobernador se puso a escribir una carta urgente al virrey, pidiéndole de nuevo mandar cuanto antes tropas a Minas para defender el poder de Portugal. En la carta el vizconde subrayaba que no se fiaba de las tropas a su mando por estar compuestas casi totalmente de brasileños, añadiendo que en esta situación sería una locura confiar en los nativos.

Barbaçena cerró la carta y se quedó pensativo: "Hay que llevar esta carta urgentemente al palacio del virrey. El correo ordinario no sirve para el caso. El mensajero debe ser un hombre profundamente interesado en entregarla cuanto antes".

Barbaçena llamó al ayudante, le dió instrucciones y éste salió. Al quedarse solo, el vizconde se levantó impulsivamente del sillón y empezó a pasearse por el despacho, frotándose las manos de contento: "Ni mi propio tío habría inventado nada mejor. Sospecha que quiero sustituirlo en el trono de virrey y seguramente ya habrá escrito a la Reina quejándose de mi insubordinación por la suspensión de la derrama. Pero yo con este ardid le desbarataré el juego. Demostraré que mis temores son fundados. Y allá él si demora en tomar precauciones. Yo le advertí a tiempo".

Llegó el mes de abril. La población de Vila Rica estaba sobresaltada. En la capital de la capitania de Minas corrían rumores contradictorios. El 15 de abril, en el palacio Cachoeira do Campo se presentó un nuevo delator: el teniente coronel Basilio de Brito Malheiro, enemigo jurado de Tomás Antonio Gonzaga. Por aquel entonces en Vila Rica ya se había propagado el rumor de las verdaderas causas de la suspensión de la derrama. Los vecinos las comentaban manteniendo riguroso secreto. Muchos creían que el jefe del movimiento era el juez Tomás Antonio Gonzaga. Y el teniente coronel Basilio de Brito Malheiro pensó que se le ofrecía una magnífica oportunidad para vengarse. Primero fue al palacio Cachoeira do Campo e hizo una denuncia oral. El vizconde de Barbaçena empleó con él la misma táctica que con el primer delator y le ordenó presentar su informe por escrito. Brito Malheiro cumplió la orden.

Alguien vio al teniente coronel salir del palacio y comprendió en seguida los motivos de su visita al gobernador. Y pronto a los dos delatores se unió otro más: Ignacio Correa Pamplona, quien también entregó una denuncia por escrito a Barbaçena, describiendo detalladamente su conversación con Carlos Correia, vicario de San José.

Entretanto, el Tiradentes iba acercándose a Río, ganando por el camino nuevos partidarios del movimiento y sin sospechar que la insurrección que preparaba con tanto cuidado estaba en peligro. Por el camino paraba en villas y pueblos y en

la hacienda Cebolas se encontró con un viejo conocido suyo — el soldado de primera Manoel Luís Pereira —, que servía en la guarnición de Río y se dirigía también a la capital del virreino. Resolvieron viajar juntos y el Tiradentes entabló conversación con Pereira, tratando de ver si podía atraerlo a su bando. Cuando el Tiradentes empezó a hablar de las ventajas que obtendría el Brasil en caso de liberarse del yugo portugués, Pereira lo miró receloso y respondió:

— Te pido, alférez, no me hables más de eso, pues no quiero verme envuelto en asuntos turbios. En el Brasil la vida no puede ser mejor y no deseo ningún cambio.

El Tiradentes, indignado, exclamó:

— ¡Ah, conque eres de los que se acobardan y se arrastran ante los portugueses! — pegó un latigazo al caballo y echó delante callado.

Al comprender que podía sacar provecho de esta conversación con el Tiradentes, Pereira lo dejó atrás y se apresuró a llegar a Río sin hacer altos por el camino, presentándose en seguida en el palacio del virrey. Luis de Vasconcelos conocía ya las últimas noticias de la organización del complot en Vila Rica, que le había comunicado por carta su sobrino, el vizconde de Barbaçena. La denuncia de Pereira corroboraba que estas informaciones eran ciertas.

Tras recomendarle que no dijera ni una palabra de su visita al palacio, Luis de Vasconcelos le ordenó que tratara de intimar con el Tiradentes, de sonsacarle sus intenciones e informale diariamente de todo lo que tuviera alguna relación con el alzamiento tramado.

Pereira hizo su visita urgente al virrey el 24 de abril y aquel mismo día el Tiradentes, pasado el pueblecito de Ribeiras, se encontró con el alférez Matías Canches Brandón. Matías, a sus cincuenta años, ya había perdido toda esperanza de ascender. El alférez Matías era medio sordo y por eso no

le gustaba conversar. Ambos alféreces hicieron juntos el resto del camino y al llegar a Río, Matías, que no quería gastar en vano sus ahorros, propuso al Tiradentes alquilar un cuarto para los dos. Así lo hicieron, alojándose el 25 de abril en un cuarto de la calle de São Pedro. Pasados unos días se despidieron: el Tiradentes se quedó en Río de Janeiro para reclutar nuevos partidarios del movimiento y estudiar la situación en la capital, y el alférez Matías el 1 de mayo emprendió el viaje de vuelta. Cuando salía de la ciudad por una angosta calle, tuvo que hacer a un lado a su caballo, dejando pasar a un jinete que corría a galope tendido, cubierto de polvo de los pies a la cabeza. Seguramente tenía algún asunto urgente y venía de lejos.

Extraído de *Tiradentes*, Oleg Ignátiev, Editorial Profreso, Moscou, traducido do Russo por Isabel Pozo Sandoval, redação literária por Angel Pozo Sandoval, 1966.

acareantes, e Escrivão assistente, e com este dou fé, estarem uns e outros neste ato livres de ferros, e eu o Desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, que o escrevi e assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Inácio José de Alvar.<sup>a</sup> Peix.<sup>to</sup>

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

E logo que se recolheu à sua prisão o dito Inácio José de Alvarenga, continuou o dito Conselheiro as perguntas ao Respondente, Alferes Joaquim José da Silva Xavier, pela maneira seguinte.

Foi perguntado, visto ter confessado que tinha falado ao Capitão Maximiano, por ser convencido de Inácio José de Alvarenga, com quem for acareado, devia agora declarar, em que ocasião, de que modo e quantas vezes tinha falado ao dito Capitão Maximiano.

Respondou, que lhe não lembra com certeza o tempo em que falou ao Capitão Maximiano, e só lhe lembrava, e tem certeza, de que indo uma vez à sua casa, lhe falara no estabelecimento da nova República, dizendo-lhe que na ocasião da derrama se podia fazer; e perguntando-lhe o dito Capitão Maximiano como podia ser isso, lhe disse ele Respondente que levantando-se o povo, e ficando o dito Maximiano, pensativo, lhe tornou a dizer, que não seria mau; e então ele Respondente lhe disse que sobre esta matéria tinha falado com o Tenente-Coronel Francisco de Paula, e que ele se não desagradara da proposta, e não estava fora disso; e duvidando o dito Maximiano de que ele Respondente tivesse falado naquela matéria ao dito tenente-coronel, o Respondente lhe assegurara que era verdade, e o dito Capitão Maximiano então lhe disse que não falasse em tal, que não fosse doido, que se soubera que ele Respondente falara verdade, que o iria acusar; e então lhe pediu o Respondente que não falasse naquela matéria ao Tenente-Coronel Francisco de Paula; e que ele dito capitão não queria entrar naquele projeto, porque estava feito Grão-Turco da Serra ou Governador de Marmantil, por estar então o dito capitão nomeado para aquele Destacamento; e que nada mais se passara na dita conversa.

E sendo instado que dissesse a verdade, porquanto antes desta ocasião já ele Respondente tinha falado ao dito Capitão Maximiano mais alguma vez sobre o estabelecimento da nova República, e o dito capitão lhe tinha prestado o seu consentimento, o que se convence até da mesma resposta, que acima deu; pois só podia servir de reparo a ele Respondente não querer o dito capitão entrar no projeto do estabelecimento da nova República, por estar feito Grão-Turco da Serra, pelo motivo de ter dado antes o seu consentimento; pois se isso não fora, não podia servir de reparo a ele Respondente, que o dito capitão não quisesse entrar no mesmo, nem tinha lugar o dar-lhe ele Respondente aquela resposta.

Respondou que nem antes, nem depois, falou mais ao dito capitão no estabelecimento da nova República; que deu ao dito capitão a resposta, de que não queria entrar no estabelecimento da nova República, por estar feito Grão-Turco da Serra, porque no princípio, em que lhe falou naquela matéria, o viu pensativo e duvidoso, e depois o repreendeu a ele Respondente; que é verdade que a resposta, que deu de estar o dito capitão feito Grão Turco, por isso não queria, parece significar que se o dito capitão não estivesse nomeado para o destacamento, que não havia de ter dúvida, e que ele Respondente tinha disso alguma certeza, mas sem embargo de que assim pareça, e que ele Respondente reconheça a força da instância, contudo é verdade que não tinha falado em outra ocasião ao dito capitão, nem quando deu aquela resposta, foi por fazer semelhante reflexão, mas só sim pelo motivo, que tem dito, de o ver no princípio pensativo, e depois resoluto na repugnância.



## Tiradentes Face a Face

## s i n o p s e

L. Helena Brans

O texto Tiradentes Face a Face propõe o início, em 1992, de um amplo processo de reexame e Reavaliação da Inconfidência. Com esse projeto, visa-se marcar o ano do Bicentenário da Execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier e do Degredo de vários Conjurados, com iniciativas (palestras, seminários, publicações) que divulguem fatos pouco estudados relativos à vida e obra daqueles patriotas que, há dois séculos, pensaram dar um sentido de Nação a um povo colonizado e oprimido. No texto em pauta colocam-se, em 5 sub-títulos, as seguintes informações:

1. *Tiradentes na Europa, em 1787*: Em sete documentos e registros existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (quatro dos quais citados por M. Rodrigues Lapa, em seu artigo Tiradentes em Lisboa? – *Supl. Lit.*, 14/12/68), bem como em um documento tríplice (Requerimento de Tiradentes ao Vice-Rei, Despacho do Ouvidor-Geral Pereira Cleto à Câmara do Rio de Janeiro e Certidão de inteiro teor, extraída pelo escrivão dessa Câmara em 19 de junho de 1786) – existem indícios da presença do Alferes Xavier na Corte, no referido ano.

Já a Certidão do escrivão da Câmara permite datar o seu retorno à Colônia (Rev. Arq. Publ. Min., II, 1897, fls. 365): O requerimento refere-se a tumulto havido no Rio, após a chegada de uma carta de Dona Maria I ao Vice-Rei, ordenando a emissão de um Parecer sobre um projeto de captação de águas, apresentado pelo Alferes em Lisboa. Três semanas antes, aportara ao Rio a nau-de-guerra N<sup>o</sup> Sr<sup>a</sup> de Belém e São João Batista, tendo zarpado de Lisboa em 7 de fevereiro de 1788. Nela, viajaram 3 novos Governadores: o da Bahia, de S. Paulo e o Visconde de Barbacena, sobrinho do Vice-Rei, nomeado para o Governo de Minas. Na bagagem destes, viajara a correspondência real, com a Ordem que irritaria Dom Luiz de Vasconcelos (por ver ferida a hierarquia), e aos vendedores de água em pipas (por verem ameaçado seu lucrativo negócio).

Em noite na Ópera, ocorrida após a chegada da citada Carta real, deu-se a chamada pateada ou vaia a Tiradentes. Inconformado, o Alferes redige o Requerimento acima referido. Com clareza e lógica, argumenta que seu projeto não fere quaisquer interesses, refere-se ao fato de ter peticionado diretamente à Rainha e, discretamente, apressa a emissão do Parecer ordenado.

À essa seqüência de 10 documentos que contém indícios, anexa-se uma prova documental que os ratifica. Trata-se do Rascunho dos 1<sup>os</sup>. Embargos de Defesa, elaborados pelo advogado dativo dos Réus (29), Dr. José de Oliveira Fagundes. Tal Rascunho, necessariamente feito à Vista dos Autos (2/11/1791), foi lançado às últimas folhas, do último caderno, de um volume (então em branco), no Tribunal. Cinco meses mais tarde, talvez inadvertidamente, um escrivão copia, nas 33 primeiras folhas do mesmo volume, o longo texto da Sentença (18/4/1792), sem perceber que ficam esquecidas, providencialmente, as anotações do Rascunho; os lembretes, colocados ao lado da lista de nomes dos réus, comparecem no texto definitivo da Defesa.

À margem do nome do 1<sup>o</sup> Réu, Alferes Xavier, consta o seguinte:

"Tiradentes, inimigo de Gonzaga / Auctor e Cabeça / fallador / preterido 4 vezes sendo bom militar / pobre / tudo confessou / entusiasta pela América Inglesa, chegara da Europa e occupava-se em um trapiche em Andaray." (N.: trapiche = armazém)

Rodrigues Lapa, no artigo já citado, transcreve esse texto, denominando-o de



"curioso documento". Não identificou, porém, nesta e noutras notas à margem os argumentos de Defesa utilizados por Oliveira Fagundes. Esse trabalho comparativo está minuciosamente registrado no texto Tiradentes Face a Face, item 1.

2. *Os estudantes, Jefferson e a missão Vendek*: Em 6 de julho de 1785, José Álvares Maciel, de Vila Rica, obtém seu Diploma em Ciências Naturais, na Universidade de Coimbra. De lá, segundo declarou nos Autos de Devassa, transferiu-se a Londres e Birmingham, para estudar Química. Na realidade, estagiou em fábricas e metalúrgicas, buscando conhecimentos de ordem técnica que o capacitassem a, futuramente, instalá-las na Colônia natal. Acompanhava-o, nessa visita à revolução industrial inglesa, o ex-colega e parente José de Sá Bittencourt Accioli.

Em artigo publicado no século passado (*Jornal do Comércio do R. Janeiro*, 27/11/1872), Felisberto Caldeira Brant, membro do IHGB e assinando com seu título nobiliárquico, Visconde de Barbacena, filho do Marquês de Barbacena, faz revelações surpreendentes sobre o Inconfidente José A. Maciel.

O aristocrático redator insurge-se contra um movimento popular que angariava subscrições para erguer um monumento ao republicano Tiradentes, e-isso em 1872, sob as vistas do Imperador Pedro II. Protestando, narra que seu pai estivera em Angola, em prolongado contato com os degredados Maciel e Freire Andrade. Destes, ouvira detalhes da ação precursora da Inconfidência, junto a Thomas Jefferson. Maciel primo-irmão da mãe do Marquês de Barbacena, revelara ter sido o primeiro a entrar em contato com o embaixador norte-americano. Defendendo, para o seu parente Maciel, a primazia da idéia da Independência, o autor do artigo busca diminuir a importância da atuação de Tiradentes. Ao tentar fazê-lo, porém, fornece uma preciosa informação: diz ele que o Alferes, merecendo a confiança de seu Comandante Freire Andrade e "de outros" (sic), fora escolhido "...para servir de correio e transmitir certas informações..." (sic).

Com isso, dispomos de um testemunho fidedigno de que foi Tiradentes o emissário e portador de informações, pedidas, certamente, por Maciel ao seu cunhado Freire Andrade. Tais informações foram transmitidas por Jefferson ao seu Governo, em longa carta-relatório sobre o Brasil, datada em Marselha, 4/5/1787 (mas expedida de Le Havre pelo secretário W. Short, que recebera instruções para enviar um mensageiro que viajasse "dia e noite" – tal a urgência e importância atribuídas por Jefferson ao projeto revolucionário do Brasil).

Mas o interesse do estadista pela sofrida Colônia tivera início dois anos antes.

E por esta forma houve o dito Ministro Conselheiro estas perguntas por ora por acabadas, as quais sendo lidas ao Respondente as achou conformes com o que respondido tinha, e debaixo do juramento, que recebido tinha, declarou ter dito a verdade pelo que respeita a terceiro; e declarou que sempre esteve livre de ferros; de tudo mandou o sobredito Ministro Conselheiro fazer este auto, em que assinou com o Respondente, e Escrivão assistente, e eu o Desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, o que o escrevi e assinei.

Vasconcelos  
Francisco Luís Álvares da Rocha  
José Caetano César Manitti  
Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

9<sup>a</sup> Inquirição – Rio, Cadelas da Relação  
– 04-07-1791

(.....)

E sendo-lhes lido ao dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier e Domingos de Abreu Vieira, ambos presentes, e que mutuamente se reconheceram, do que dou fé com o ministro escrivão assistente, o juramento do dito Domingos de Abreu, prestado na Devassa, tirada pelo Desembargador José Pedro, a folhas cento e duas verso, na parte em que declara – que o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, e Alferes Joaquim José da Silva Xavier disseram perante ele que tinham falado para entrar na sedição, e motim aos capitães da tropa paga da Capitania de Minas Maximiano, e Manoel da Silva Brandão; e o dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier dissera que ele da sua parte tinha falado para entrarem na conjuração, e motim aos oficiais da tropa paga seguintes: o Capitão Antônio José de Araújo, o Tenente Antônio Agostinho Lobo Pereira, o qual ficara de falar a seu sobrinho, ou parente, José de Vasconcelos Parada e Sousa, ao Alferes Matias Sanches Brandão, ao Tenente José Antônio de Melo, e ao Alferes Antônio Gomes Meireles – E tendo ambos ouvido e entendido o dito depoimento na parte que fica escrita, disse o acareante Domingos de Abreu com toda a segurança e certeza, que era verdade tudo quanto havia deposto; e o acareado Joaquim José da Silva Xavier só conveio, em que tinha falado ao Capitão Maximiano, e que aos mais oficiais nomeados poderia ter falado, dizendo-lhes sucintamente que estava para se lançar a derrama, e que tanto haviam de apertar com o povo, que havia de haver algum levante; porém, que não tem certeza dos oficiais, a quem por este modo falou; e disputando o acareante e acareado entre si, persistiu firme sem hesitação o acareante Domingos de Abreu ter dito a verdade, e que o acareado lhe dissera sem dúvida alguma, o que declarou naquela parte em seu juramento; e este ainda que persistiu em que não tinha dito ao acareante, o que ele depôs, contudo não mostrou igual firmeza nas instâncias e argumentos, que lhe fez o sobredito Ministro Conselheiro; e não podendo concordar-se o acareante e acareado, ficando cada um no que fica referido; houve o dito Conselheiro esta acareação por feita; e sendo-lhes lida e suas respostas, as acharam conformes com o que respondido tinham; e tendo-lhes o dito Conselheiro deferido juramento dos Santos Evangelhos, pelo que respeitava a terceiro, debaixo dele declararam ter dito a verdade; estando ambos neste ato livres de ferros, do que dou fé com o Escrivão assistente; e de tudo mandou fazer este auto, que assinou com o acareante, e acareado, e Ministro Escrivão assistente; e eu Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, o que o escrevi e assinei.

Vasconcelos  
Francisco Luís Álvares da Rocha  
José Caetano César Manitti  
Domingos de Abreu Vieira  
Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

E tendo mandado o dito Conselheiro recolher à sua prisão ao Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira, logo no mesmo dia,





Em 28/8/1785 – sete semanas após a diplomação de Maciel e Sá Bittencourt em Coimbra – Jefferson escreve a Monroe uma carta contendo uma sugestão oportuna: argumenta em favor da remessa de um Ministro norte-americano a Portugal, visando obter, da Corte, autorização para o acesso de navios pesqueiros a portos brasileiros, numa evidente intenção de aproximar os dois povos.

Simultaneamente, apresenta ao embaixador luso em Paris, De Lusi, um projeto de Tratado Comercial entre os Estados Unidos e Portugal – visando, também os objetivos já expressos ao seu Governo.

Nove semanas mais tarde, Jefferson recebe indiretamente, uma resposta. John Adams, embaixador norte-americano em Londres, fora procurado por um plenipotenciário da Corte de Lisboa, o Cavalheiro Pinto. Portugal desejava um Tratado Comercial com a jovem República americana; excluía, porém, o autor Jefferson das tratativas. Também não admitiria, em hipótese alguma, o pretendido acesso ou *ped-à-terre* em sua Colônia mais rica. Essa carta, datada de 5/11/1785, foi imediatamente respondida, em 27 do mesmo mês e ano.

Na resposta, Jefferson se congratula com Adams pelo andamento do projeto de Tratado e por ter, finalmente, 1 “sólidos benefícios” a oferecer aos “nossos constituintes” (os brasileiros, ex-integrantes do Pacto dos Doze de Coimbra? E o “sólido benefício” poderia ser um convite, escrito em separado, para os jovens cientistas estagiarem na Inglaterra?)

Não tendo prosperado as tratativas oficiais, os meses seguintes podem ter sido usados para o preparo de outras medidas, pré-revolucionárias.

O primeiro semestre de 1786 é mudo; no segundo, porém, chega a Jefferson o primeiro dos bilhetes de Vendek, datado de Montpellier, 9 de outubro de 1786. O portador é professor de Medicina daquela Universidade, Mr. Vigarons, Conselheiro do Rei. A segunda carta segue, datada de 21/11/1786; as idéias ali expressas muito se assemelham às citadas nas denúncias, contidas nas falas e inflamados discursos republicanos do Alferes Xavier.

3. *Que é Vendek?*: No Sumário de perguntas feitas ao fazendeiro Francisco Antônio de Oliveira Lopes – primo do ex-estudante de Montpellier, Vidal Barbosa, constam informações que, registradas em Auto em separado, a mando do Governador de Minas (Barbacena), não foram, ao que tudo indica, por ele enviadas ao Rio nem a Lisboa. Preferiu oficializar a versão de Vidal – que reduziu a Missão Vendek a um ato isolado, de um estandante doentio, desejoso de se notabilizar; na mesma data dessas declarações (8/7/1789), Vidal afirma saber que aquele estudante, José Joaquim da Maya Barbalho, já havia falecido na Europa. Declarou saber, também, que o Ministro da América Inglesa, desconsiderara totalmente a proposta de Maya – numa única entrevista mal sucedida (21/3/1787).

A versão do fazendeiro Oliveira Lopes (casado com uma prima de Vidal, Dona Hipólita), contradiz, frontalmente, tais declarações. Narrou ele, em detalhes, as conversações ocorridas na França pré-revolucionária, entre o embaixador e dois emissários, especialmente enviados do Brasil, visando negociar apoios internacionais à emancipação da Colônia.

De posse das informações levadas pelos dois emissários, Jefferson redige o já citado relato sobre a situação brasileira – e pede instruções ao seu Governo (4/5/1787). Cerca de 5 meses mais tarde, a resposta terá sido enviada a Paris; segundo Oliveira Lopes, um dos emissários protestou contra uma das condições colocadas: o Brasil receberia soldados mercenários, mas deveria adquirir peixe seco (bacalhau) e o trigo excedente

americano. Sendo inafastável esta condição, o emissário Vendek tomou providências: transfere-se de Paris (nov./dez. 1785) a Lisboa, visando obter autorização para a construção de um armazém “...para recolher trigo”, no porto do Rio de Janeiro (AHU, Cod. 197, fls. 223, v.). No mesmo Códice e fls., estão registradas referências a outras duas petições: edificações na praia dos Mineiros (desembarque de gado) e captação de águas do Córrego Catete e Rio Andaraí.

Esta última, feita simultaneamente às outras duas, permite datar as três petições do Alferes: o pedido à Rainha foi feito em janeiro de 1788 – ou Dona Maria I não estaria remetendo cópias ao Rio, com as três Cartas-régias que seguiram na bagagem dos novos Governadores, na nau-de-guerra N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Belém e São João Batista (referida no item 1 deste).

Desta seqüência de fatos e documentos, verifica-se que – as condições colocadas por Jefferson ao emissário Vendek, em Paris, ao final de 1787, são agilizadas, semanas mais tarde, por Joaquim José da Silva Xavier, em Lisboa, de onde retornaria, imediatamente, à Colônia natal.

No texto Tiradentes Face a Face coloca-se a hipótese, em verificação, de ter sido o *semi-clérigo* Pe. José da Silva e Oliveira Rolim o segundo emissário, citado por Oliveira Lopes. Verifica-se, também, a eventual participação de Francisco Xavier Machado, porta-bandeira subordinado a Tiradentes e seu tradutor (ou intérprete?) do Francês; este militar luso, talvez sem licença prévia, encontrava-se em Lisboa e ali recebeu Passaporte para o Brasil, em 2 de fevereiro de 1788, às vésperas da partida da nau-de-guerra N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Belém. Xavier Machado, dois anos mais tarde, seria o portador de uma cópia da Devassa de Minas, despachada diretamente por Barbacena à Corte, pelo porto da Bahia...

São muitos os indícios que associam o vulto do emissário Vendek ao do Alferes Xavier, guardião da bandeira do 6<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria, sediado em Vila Rica.

4. *Diálogo de Libertadores*: Examina-se, neste item, alguns bilhetes, trocados entre Vendek e Jefferson. Nota-se a preocupação de Vendek em se fazer associar ao doentio estudante Maya. Nas 3 cartas conhecidas, Vendek refere-se ao precário estado de saúde de Maya, um enfermo em fase terminal. É inadmissível a idéia de que o emissário brasileiro pudesse ser encarregado de tarefa tão árdua, se fosse, como Maya, um paciente às vésperas da morte. Parece viável ter sido usado o nome de Maya como *cortina de fumaça*, encobrindo e protegendo, generosamente, a ação arriscada de seus patrícios.

Na segunda carta, Vendek expõe a dramática situação da Colônia (“...oprimida pela força – que é o único direito que os eu-

mês e ano continuou as perguntas com o Alferes Joaquim José da Silva Xavier pela forma seguinte.

E sendo-lhe lidas as perguntas antecedentes, e suas respostas; e perguntado se estavam conformes, e se as ratificava?

Respondeu, que estavam conformes, e que as ratificava.

Foi mais perguntado, quem era o doutor pequenino das partes do Sabará; e o doutor de Minas Novas, que se acharam presentes na prática, que em certa ocasião houve sobre o levante em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada; o que devia declarar com toda a verdade, por constar que ele Respondente estivera presente, e juntamente nessa ocasião?

Respondeu, que é falso que estivesse presente em alguma ocasião em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, nem doutor algum pequenino do Sabará, nem doutor de Minas Novas em ocasião, que ele Respondente aí se achasse; porque nunca nas ditas conversações estiveram mais que as pessoas que tem declarado; nem ele Respondente conhece nenhum doutor pequenino das partes do Sabará, nem doutor de Minas Novas.

Foi mais perguntado, quem era a pessoa pela qual mandou convidar para a sedição a Francisco Antônio de Oliveira Lopes?

Respondeu, que nunca mandou convidar para entrar na sedição a Francisco Antônio de Oliveira Lopes; nem ele Respondente sabia que o dito Francisco Antônio fosse convidado, ou tivesse prestado o seu consentimento para a sedição.

E sendo instado, que dissesse a verdade, porquanto constava, por haver quem dissesse, que ele Respondente tinha mandado convidar por certa pessoa a Francisco Antônio de Oliveira Lopes para entrar na sedição?

Respondeu, insistindo no mesmo, que tem declarado; e que não pode haver pessoa, que com verdade diga que ele Respondente convidou para o levante ao dito Francisco Antônio de Oliveira; porque está certo de que nunca tal fez.

E por agora houve o dito Ministro Conselheiro estas perguntas por findas, as quais sendo lidas ao Respondente achou conformes com as suas respostas; e deferindo-lhe juramento, pelo que respeitava a terceiro, do que dou fé, debaixo dele declarou ter dito a verdade; e declaro com o Escrivão assistente que neste ato esteve o réu livre de ferros; e de tudo mandou o dito Conselheiro fazer este auto, em que assinou com o mesmo Respondente, e Ministro Escrivão assistente, e eu Francisco Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, que o escrevi e assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

(1) Até esta ocasião o Tiradentes tinha sido interrogado na Fortaleza da Ilha das Cobras. Daí foi transferido para a cadeia da Relação e, em outubro de 1791, para os aposentos preparados no Hospital da Ordem Terceira da Penitência, localizado no Largo da Carioca, esquina da Rua do Piolho (atual Carioca). No Livro de Receita e despesa do Hospital, referente ao período 1763/1804, consta a seguinte rubrica, relativa a uma nota de despesa – “Ano de 1792 – Despesa que teve o Ir. Tesoureiro Manuel Dias de Lima com Administração do Hospital desta Venerável Ordem 3<sup>a</sup> da Penitência, desde 1<sup>o</sup> de outubro de 1791 até o último de setembro do ano acima: caiar e consertar o hospital depois de saírem os presos 19\$550.” Aí estiveram detidos até o dia da leitura da sentença os seguintes réus da Conjuração Mineira: Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, Coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, Coronel José Aires Gomes, Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo, Capitão José de Resende Costa, Capitão Vicente Vieira da Mota, Alferes Joaquim José da Silva Xavier e Tabellião Faustino Soares de Araújo. (HGM)

10<sup>a</sup> Inquirição – Rio, Cadelas da Relação – Acareação com Francisco de Paula Freire de Andrada e Pe. Carlos Correia de Toledo – 07-07-1791

(.....)  
E sendo-lhe lidas as perguntas antecedentes, e perguntado se estavam conformes, e se as ratificava?





ropeus têm sobre a América." (sic), pede socorro à América por ter sido esta a nação que "...nos deu o exemplo" e porque, habitando o mesmo Continente, julga que os brasileiros e norte-americanos são, "...de uma certa forma, compatriotas."

Esta imagem, panamericana, apareceria em vários escritos de Jefferson. Em carta a Lafayette (4/8/1820), diria: "...Eu me alegraria em ver fortas do Brasil e Estados Unidos navegando juntas como confrades de uma mesma família e perseguindo o mesmo ideal."

Nas já referidas declarações do fazendeiro Oliveira Lopes, consta a notícia de que o embaixador instruíra os emissários quanto à forma de iniciar e conduzir o levante. Sugeria que, em lugar de aguardar a Derrama, apressassem os Quintos \_ num ato de provocação.

Pouco antes de ser preso no Rio, Tiradentes buscava reforços, nos quartéis, visando impedir que os Quintos fossem levados a uma fragata \_ que estava por aportar àquela cidade. Impaciente com a inércia local, exasperava-se: "Ah, se eu me apanhasse em Minas!" Consta dos Autos, também, a notícia, extremamente reveladora, de que estava em poder de Tiradentes, um diário, em Inglês, narrando os eventos ocorridos na América, quando da libertação do domínio inglês. Em consulta feita em Washington, evidenciou-se que tal diário deveria ser um manuscrito \_ porque não houve publicação, impressa, de tal documento. É tentadora a hipótese de que as instruções de Jefferson a Vendek, aludidas por Oliveira Lopes, podem ter sido manuscritas. O Alferes, conversando com Abreu Vieira, reveladora que havia correspondência com "potências estrangeiras", e, a outro amigo, referira sua confiança numa "...pessoa muito grande e de muito saber, que nos encaminha."

Examina-se, também, neste ensaio, a estranha viagem de Jefferson ao Sul da França, aos portos do Mediterrâneo até Nice, subindo dali aos Alpes Marítimos, até Torino e Milano, descendo a Gênova e retomando o litoral até Marseille (de onde tenta enviar o relatório sobre o Brasil), dali a Nimes e Montpellier (onde Maya sobrevivia), Toulouse, Bordeaux, Nantes e Lorient (portos do Atlântico!) \_ retornando a Paris em 10 de junho/1787. Dez dias depois, redige outra carta sobre o Brasil! O embaixador estivera 102 dias ausente de seu posto. Ao seu Governo, alegara dois motivos para essa viagem: fazer uma estação-de-águas em Aix-en-Provence e conhecer um tipo de máquina de beneficiar o arroz. O primeiro não ocorreu: ele passou, apenas, 4 dias em Aix \_ o que não caracteriza uma estação e, quanto à máquina, concluiu que a mesma era absolutamente igual à usada na América.

É impossível admitir que a exaustiva maratona tivesse, apenas, os dois alegados pretextos.

Finaliza-se o último item visado nesse ensaio, com observações quanto a dois documentos, assinados por Tiradentes, datados de 1787: um recibo de soldos (segundo trimestre) e uma procuração ao Dr. Gregório P. S. de Albergaria, para que este recebesse soldos (terceiro trimestre). Este, datado de "Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1787", por ser uma procuração, tem a seguinte anotação: "Reconheço, Mxdº." Trata-se, nos dois casos, de papéis avulsos \_ não de registros em Livro, o que vale dizer que podem ter sido redigidos e assinados em qualquer local, não comprovável. (Cabe lembrar que foi concedido Passaporte para o Brasil a Vidal, em Lisboa, julho/1787).

Faz-se, ainda, referência a uma Certidão, extraída, a mando de Barbacena, pelo Sargento Pedro Afonso Galvão de São Martinho. É o primeiro documento que esse militar as-

sina, já na qualidade de substituto de Freire Andrade no posto de Comandante da Tropa de Vila Rica! Seis dias antes, esse Inconfidente fora preso. O novo Comandante, ex-Sargento, era cunhado de José Álvares Maciel (pai e homônimo do ex-estudante de Coimbra), que, por sua vez, era sogro do ex-Comandante Freire Andrade! O enredado parentesco desses personagens, ligado às estranhas condutas de Barbacena, explica e, ao mesmo tempo, esconde a latente intenção de dissimular a viagem de Tiradentes à Europa. Quando Galvão de São Martinho, a posteriori, atesta que o Alferes saíra de Vila Rica, rumo ao Rio, em 2 de março de 1787 (ainda sob Governo de Luiz da Cunha Menezes), parece tentar demonstrar a impossibilidade de ter o mesmo participado da única

(segundo Vidal) entrevista entre Maya e Jefferson, ocorrida em Nimes, em 21 daquele mês e ano! Preocupado em dissimular as negociações havidas e a viagem dos dois emissários, a conduta de Barbacena parece indicar que ele tinha algo a temer, se tais notícias fossem divulgadas...

Os meandros e manipulações desse Governador, evidentes nos Autos e no Rasgunho da Defesa (11º doc.), exigem um acurado estudo \_ hoje apenas esboçado.

5. *Conclusões:* A extensão e a complexidade dos temas abordados indicam a urgência de um *reexame necessário* e o início, imediato, de todo um processo de Reavaliação da Inconfidência. Deverão ser convocadas, para essa tarefa, Universidades interessadas (palestras e seminários) e, redesenhado o perfil do Patrono Cívico da Nação e de seus partidários, deverão ser distribuídos resumos, redigidos em linguagem adequada aos níveis escolares indicados pelo Ministério da Educação.

(Campinas, SP)

O Alferes, conversando com Abreu Vieira, reveladora que havia correspondência com "potências estrangeiras" e, a outro amigo, referira sua confiança "...numa pessoa muito grande e de muito saber, que nos encaminha."

Respondeu, que eram as mesmas respostas, que tinha dado, que estavam conformes, e que as ratificava.

Foi perguntado, se sabe quem falou, e induziu Domingos de Abreu Vieira para entrar na sedição, e motim?

Respondeu, que não sabe com certeza quem falou, e resolveu a Domingos de Abreu Vieira para dar o seu consentimento para entrar na sublevação; que é verdade que ele Respondente falou ao dito Domingos de Abreu para que quisesse entrar no levante; porém nessa ocasião o dito Domingos de Abreu virou as costas, benzendo-se da posição dele Respondente; e que a primeira pessoa, a quem ouviu dizer que o dito Domingos de Abreu entrava no levante, foi ao Padre José da Silva e Oliveira Rolim; porque estando ele Respondente em uma ocasião com o Padre José da Silva conversando no levante em casa do dito Domingos de Abreu, de quem o dito padre era hóspede, sucedeu entrar no quarto em que estavam conversando, o dito Domingos de Abreu; e então disse o dito Padre José da Silva a ele Respondente, aqui está o velho que também está capacitado para entrar na sedição.

Foi mais perguntado, as vezes que em casa de Domingos de Abreu falou com este, e com o Padre José da Silva e Oliveira Rolim; e as práticas, que nessas ocasiões houve?

Respondeu, que algumas vezes falou no levante em casa de Domingos de Abreu Vieira, conversando com ele e com o Padre José da Silva e Oliveira Rolim sobre a matéria; o que seria até duas vezes, segundo sua lembrança; porém, que como tem passado tanto tempo, desde então até agora, a ele Respondente não lembra, as palavras que cada um disse; mas que naturalmente, falando-se no levante, cada um diria o que sabia; e que sem estar presente o dito Domingos de Abreu, algumas vezes mais foi ele Respondente visitar o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, e falaram na sublevação; mas que a ele Respondente não lembra com certeza, quantas vezes foi visitar o dito padre à casa de Domingos de Abreu, que poderia ser até quatro vezes, e que também lhe não lembra com formalidade as práticas, que então tiveram, respectivas ao levante.

Foi mais perguntado, se com efeito o Capitão Maximiano e mais alguns oficiais da tropa entravam no levante; o que agora devia confessar não persistindo na negativa, em que é convencido pelos sócios, a quem ele mesmo Respondente confessou, que o dito Capitão Maximiano e os mais oficiais, que já lhe foram nomeados, estavam firmes para entrar na sublevação?

Respondeu, que nesta matéria não tinha mais que dizer do que aquilo mesmo que já tem declarado nas respostas às perguntas, que sobre esta matéria lhe foram feitas.

Foi instado, que dissesse a verdade, que tinha desfigurado em parte, e em outra parte negado; porquanto tendo confessado haver falado para entrar no levante ao Capitão Maximiano, acrescentou que ele depois de ficar pensativo, lhe respondeu que se soubesse que ele Respondente falava de verdade, e seriamente, iria denunciá-lo; quando pelo contrário consta que o dito Capitão Maximiano prestara o seu consentimento para entrar na sublevação, e motim; tanto assim, que estando ele Respondente com os mais sócios conversando no levante em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, e entrando o dito Capitão Maximiano, pararam os sócios com a conversação, em que estavam, e então dissera ele Respondente, que podiam continuar; porque o dito Capitão era dos nossos; cuja expressão só podia ter lugar, por estar ele Respondente certo de que o dito capitão tinha prestado o seu consentimento para o levante; pois se ele lhe tivesse dito, que havia de denunciar a ele Respondente, não devia querer que os sócios falassem naquela matéria na presença do dito capitão; nem havia de afirmar, que ele era do seu partido.

Respondeu, que tudo o que consta na instância, é falso; porquanto, nem o Capitão Maximiano ou Maximiliano, entrou nunca em casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula



## Irmandade do Santíssimo Sacramento

## História da Música nas Irmandades de Vila Rica

Francisco Curt Lange

Esta Irmandade é a mais antiga da paróquia de Ouro Preto, tendo sido fundada em 1712, por decisão de D. Francisco de São Jerônimo. Este Bispo mandou Provisão de Aprovação e Confirmação do Compromisso. Em 1738 estabeleceu-se novo Compromisso, devido a algumas reformas introduzidas no Interior, isto por D. Antônio de Guadalupe. Este instrumento renovado somente foi revalidado pela Rainha Maria I.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento tomou posse do trono, repartindo as despesas pela metade com a Irmandade do Pilar. Quando o Santíssimo Sacramento se expunha no trono, cabiam duas terças partes de cera à Irmandade referida, e quando a solenidade corria por conta da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, a anterior nada teria a ver com ela. Também a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e a de Santo Antônio contribuíam proporcionalmente nas despesas, assim, por exemplo, nas que originava o órgão.

Das duas torres da Igreja, a da esquerda, se olhamos em direção à fachada, foi construída pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, e a outra, a da direita, pela Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. Na construção definitiva da Matriz, a do Santíssimo Sacramento concorreu com três quartas partes das despesas, e a de Santo Antônio com o resto. Esta magnífica casa de Deus, autenticamente colonial, recebeu ao correr do Século XVIII doações de extraordinário valor, procedentes de possuidores de grandes riquezas. Nos primeiros tempos da formação de Vila Rica, as dificuldades foram às vezes insuperáveis para trazer desde o Rio de Janeiro os produtos mais essenciais para levantar o arraial mais tarde vila, e para sustentar uma povoação em constante crescimento. Citamos o exemplo da obtenção de livros para a administração das Irmandades. O Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Manuel de Almeida Costa, teve de dividir o único livro de que dispunha em quatro partes: das páginas 1 até 80 para as *Eleições*, de 80 até 128 às *Resoluções da Mesa (Acórdãos)*, *Ajuste com o Capelão*, e *Fábrica*; de 129 até 152 às *Entradas* que receber o Tesoureiro, e desde a de 153 em diante às *Despesas* que tiver o mesmo. Explica-se, por conseguinte, que em outros casos, quando as páginas do livro ficavam completas, até conseguir-se outro no Rio de Janeiro, enchiam-se caprichadamente, sem respeitar a ordem correlativa das páginas, todos aqueles lugares em branco ainda visíveis, causando bastante confusão, especialmente no *deve e haver*. Como se sabe, nos tempos heróicos, todos os artigos de primeira necessidade e ainda mais o que não o fossem, tiveram que ser trazidos do Rio; podiam ser objetos de culto ou peles para os tambores, pequenos órgãos ou bronze e estanho para os sinos, e quase todos os alimentos, divididos em secos e molhados, fazendo-se extremamente difícil a subida para as Minas Gerais em tempos de chuva. Um pitoresco episódio revela, para dar um exemplo: o hoje famoso compositor, regente e contralto Francisco Gomes da Rocha teve de pedir as perucas que ele usava nos serviços de música, ao Rio de Janeiro.

Da poderosa Irmandade do Santíssimo Sacramento somente nos foi possível examinar um Livro de Receita e Despesa, cobrindo o período de 1755-1816 e que se transforma de 1807-1808 em diante em Livro de Recibos; e outro, de 1749-1806, que é somente Livro de Recibos, completando-se bastante os dois. Qualquer um deles deve ser considerado como 2º Livro da série que começou pouco depois de ter sido ereta a confraria, e que se acham, ao que parece, incompletos. Desconcertante é aquela modalidade de apresentarem os tesoureiros somas globais do gasto em determinada festividade religiosa, impossibilitando desta forma o conhecimento das despesas por música, e também os nomes dos regentes.



O que chama a atenção é a regularidade com que foi incorporada sempre a música às festividades, assim como os períodos prolongados, quase sem interrupção, que foram confiados aos respectivos regentes, fácil isto de observar: em 1751 finaliza o Padre Antônio de Souza Lobo; em 1758 João Barbosa Gomes; logo depois de um período de atuação de vários regentes, como o Padre Antônio de Meirelles, inicia o seu ciclo Julião Pereira Machado, para abandoná-lo em 1776 e dar lugar a Inácio Parreiras Neves e 1785, para este continuar até 1792. A seguir as alternativas são maiores, aparecendo alguns regentes, menos ou mais conhecidos por nós, na sua capacidade profissional. Os velhos iam morrendo, deixando lugar para gente mais jovem.

Graças a estes dois livros foi possível desvendar o mistério que envolvia a figura de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita. Este desapareceu do Tejuco em 1798, sem deixar rastro. Acharo-lo estabelecido por espaço de ano e meio na Vila Rica onde fez termo com a Ordem de Nossa Senhora do Carmo, regendo também na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Ouro Preto. Encontramos as quantias por ele recebidas no segundo dos livros mencionados desta confraria e uma procuração em favor do seu amigo Francisco Gomes da Rocha, autorizando-o a cobrar os seus haveres no Carmo, quando o tejuco teve de partir para o Rio de Janeiro. A autorização para cobrar o ordenado do José Joaquim Emerico se acha no correspondente Livro de Termos do Carmo, com data de 1º de setembro de 1798, folhas 44 verso e 45, seguida do texto deste documento. Uma nova icógnita envolveu esta grande figura da criação musical de Minas Gerais, até que foi possível localizá-lo na Ordem Terceira do Carmo no Rio de Janeiro, porém somente como organista. Morreu na capital do Brasil no começo de 1805.

O organeiro, (neste caso reparador ou consertador), e organista mais apreciado naquele período em Vila Rica, foi Caetano Rodrigues da Silva, regente ativo e rabeça (violino), fora de dúvida o primeiro *spalla* naqueles conjuntos, muito procurado. Seguiu-o, ou talvez também atuasse paralelamente, Jerônimo de Souza Lobo.

Como consertadores, houve diversos que se ocupavam de tarefa tão delicada. Fazia-se necessário, em região tão distante, enfrentar situações de emergência e aprender o mecanismo do órgão. Uma vez entregues, estes instrumentos foram abandonados à sua própria sorte, porque duvidamos existisse no Rio, naquele período, um organeiro-construtor e reparador. Falando em termos gerais, os instrumentos foram de dimensões reduzidas, o da Sé de Mariana e da Matriz de Tiradentes importados da metrópole – mas houve mais de um padre engenhoso, os construindo no local, como o do Carmo do Arraial do Tejuco. A Matriz de Ouro Preto deve ter trazido do Rio e construído, não se sabe onde, o primeiro órgão chegado às alturas próximas do Itacolomi. Um assento que aparece no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santo Antônio, referindo-se a 24 de dezembro de 1721, dá como en-

em ocasião que ele Respondente estivesse com os mais sócios, falando no levante, nem era possível, que ele Respondente, ou alguma outra pessoa dissesse, que podia continuar a conversação por ser o dito Capitão dos nossos; porque não tendo ele lá ido nessa ocasião, não cabia, nem tinha lugar semelhante expressão.

E logo no mesmo ato mandou o dito Conselheiro vir à sua presença a Francisco de Paula Freire de Andrada, e o Vigário da Vila de São José, Carlos Correia, também presos nos segredos das mesmas cadeias; os quais ambos, sendo presentes como o acareado dito Alferes, se reconheceram mutuamente, do que dou fé; e pelo dito Conselheiro lhes foi deferido juramento a uns, e outros, pelo que respeita a terceiro, debaixo do qual prometeram dizer a verdade, do que também dou fé; e lhes fez acareação pela maneira seguinte.

E sendo-lhes lida a acareação feita entre o Vigário Carlos Correia, e o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire, sobre entrar o Capitão Maximiliano, ou Maximiano em casa do acareante Francisco de Paula Freire de Andrada na ocasião, em que se falava no levante, e que parando a conversação pela chegada do dito capitão, dissera então o acareado Joaquim José da Silva Xavier, que podiam continuar, porque o dito capitão era dos nossos; persistiram firmes os acareantes Francisco de Paula Freire, e Carlos Correia de Toledo, no que cada um disse na dita acareação; e o acareado Alferes Joaquim José da Silva, depois de repetir o mesmo, que tinha dito na sua resposta, querendo recorrer ao subterfúgio, de que havia equivocação nos acareantes; porquanto, quem entrara em certa ocasião em casa do acareante Francisco de Paula, estando se falando nas preciosidades da América, fora ele Respondente; e que então parara a conversação, fazendo o acareante Francisco de Paula sinal para isso a seu cunhado José Álvares Maciel; de cujo subterfúgio sendo convencido, por ser impossível, que entrando em sua casa o acareado se equivocasse, julgando que era o Capitão Maximiliano, aos quais devia conhecer muito bem, e da mesma forma o acareante Carlos Correia; – nem o sinal, que o acareado diz que o acareante Francisco de Paula Freire fizera a seu cunhado, para que parasse a conversação pela chegada dele acareado, podia equivocar-se com a voz – de poder continuar a conversação por ser o dito capitão dos nossos – à vista do que o acareado Joaquim José da Silva, ouvindo a firmeza com que os acareantes persistiam no que tinham dito, principiou a vacilar, e por fim ficou em que podia ser verdade tudo quanto os acareantes dizem nesta matéria; mas que a ele acareado lhe não lembra de modo algum nada do que os acareantes diziam nesta acareação.

E por esta forma houve o dito Ministro Conselheiro esta acareação por feita, a qual sendo por mim lida ao acareado, e acareantes, acharam estar conforme, com o que cada um respondido tinha, e declaro, que a este ato estiveram, uns e outros, livres de ferros, do que dou fé com o Ministro Escrivão assistente: de tudo mandou o mesmo Conselheiro fazer este auto, em que assinou com os acareantes, e acareados, e o Escrivão assistente; e eu Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, o escrevi e assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Francisco de Paula Fr.º de Andr.a

Carlos Correia de Toledo

Joaq.º José da S.ª X.º

11ª Inquirição – Rio, Cadelas da Relação – 15-07-1791

(.....)

E sendo-lhes lida as perguntas antecedentes, e perguntado, se estavam conformes, e ratificava as suas respostas, com as declarações que constam da acareação?

Respondeu, que estavam conformes, e que as ratificava como tinha respondido com a declaração feito por ele na acareação.





tregue a Luís da Cunha, "de música e organ", a subida quantia de 192 oitavas de ouro.

Dos fundidores de sinos foi possível achar uma série de nomes que vão engrossar os que aparecem em outros livros das Irmandades. Os sineiros constituíam também grêmio, embora menos numeroso que os dos outros ofícios.

Devemos ainda adicionar que as despesas da Semana Santa se acham geralmente reunidas em forma global, que em muitos anos constituía quantia fixa: 250 oitavas de ouro, incluindo as endoenças. Quase nunca se assentavam em detalhes, as despesas da procissão do Corpo de Deus. Também aí empregou-se o sistema da contabilidade global. O movimento de dinheiro chegava num ano além das 1.250 oitavas de ouro, mas foi caindo progressivamente, atingindo em 1789-1790 apenas a 500 e poucas oitavas. Em 1786-1787 voltou ao auge com 1610 1/4 oitavas e 7 vinténs, sem que fosse possível para esse aumento achar uma explicação razoável. As quantias pagas por música mantêm-se, como estamos vendo, por mais tempo, mas também sofrem diminuição no começo do Século XIX, tornando-se muito notória a progressiva decadência da mineração, e conseqüentemente, a da música profissionalmente desempenhada.

É bastante difícil discriminar exatamente a sucessão dos pagamentos e as suas respectivas quantias, porque estes se efetuaram não poucas vezes com atraso. Além disto as quantias nos assentos do Livro de Receita e Despesa nem sempre condizem com os do Livro de Recibos. Fizemos o possível para achar a verdade, pois houve também nesta Irmandade, reiteradas falhas na contabilidade.

As despesas por música se referem quase sempre às festividades do Corpo de Deus e ao Jubileu das 40 horas ou Triduo, em raros casos às Matinas de Natal. A quantia menor do ano fiscal correspondia ao Corpo de Deus e à Procissão, a maior ao Jubileu. As de Natal eram pequenas e a sua execução foi entregue a um conjunto limitado de executantes.

Em 1810-1811, o pagamento do serviço de música se fez em benefício da Irmandade de Santa Cecília, de acordo com a resolução dos músicos que tocaram para a festividade do Corpo de Deus. O serviço foi de 20\$000, tendo sido previamente estipulado. Ainda não se sabe com certeza qual foi a percentagem que o regente, os seus cantores e instrumentistas entregaram à Irmandade de Santa Cecília. Em Lisboa chamou-se esta contribuição ou percentagem "o tostão da Santa".

Julião Pereira foi regente muito cotado. Há uma confusão com respeito ao filho dele, também músico. No transcurso deste documentário, o pai apenas teve por hábito assinar como Julião Pereira, mas sabe-se perfeitamente que o seu segundo

sobrenome foi Machado. Na folha 92 do Livro de Recibos assinou com os dois sobrenomes. Também José Theodoro Gonçalves (de Mello) deixou o seu segundo sobrenome, assinando algumas vezes só com os seus dois nomes: José Theodoro. Salvando exceções, Inácio Parreiras Neves assinava com o primeiro sobrenome abreviado.

José Bonifácio Caetano da Silva foi, sem dúvida alguma, irmão de Caetano da Silva, cobrou a quantia de 40 oitavas de ouro em nome do regente e colocou também um novo fole. A deformação do sobrenome Castro em Crasto alastra-se através de toda nossa documentação, porém no período de 1787-1788, ele assinou no Livro de Recibos da Irmandade do Santíssimo Sacramento uma só vez como Castro. Inácio Parreiras Neves assinou uma única vez in extenso no período 1788-1889; o nome e sobrenome sempre aparecem abreviados. A assinatura dos dois Marcos Coelho Netto se acha em 1796-1797 novamente com tt, em 1793-1794 com um, e em 1796-1797 novamente com dois. Deve interpretar-se esta atuação como correspondendo alternativamente ao pai, ao filho e novamente ao pai? Já assinalamos que o filho assinava com um t (Neto). Jerônimo de Souza Lobo também deformou uma vez o seu sobrenome, escrevendo Soiza em lugar de Souza.

Extraído de *História da Música nas Irmandades de Vila Rica*, vol. 1, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, Francisco Curt Lange, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - 1979, Belo Horizonte.

## A sentença

(trecho relativo a Tiradentes)

A sentença de Tiradentes: "Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constitui chefe, e, cabeça na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberania, e Suprema autoridade da mesma Senhora que Deus guarde. Manda que com barão e pregão seja levado pelas ruas públicas desta cidade ao lugar da força, e nela morra morte natural para sempre e que separada cabeça do corpo seja levada a Vila Rica, donde será conservada em

poste alto junto ao lugar de sua habitação, até que o tempo a consuma, que seu corpo seja dividido em quartos, e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares mais públicos, principalmente no da Varginha e Cebolas, que a casa da sua habitação seja arrasada, e salgada, e no meio de suas ruínas levantado um padrão em que se conserve para a posteridade a memória de tão abominável réu, e delito, e que ficando infames para seus filhos, e netos lhe sejam confiscados seus bens para a Coroa e Câmara Real. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1892."

Declara porém mais, que refletindo melhor, se lembrava que era verdade ter chegado naquela ocasião o Capitão Maximiliano; e que o Respondente dissera que podia entrar, por ser familiar da casa, e que por isso podiam continuar na conversação; mas o dizer que era dos nossos, perseverava em dizer que lhe não lembrava, na forma que declarou na acareação.

Foi novamente perguntado pelas mais pessoas, que ele Respondente sabe que entravam no levante, e a quem tinha induzido para o dito fim; porquanto consta que além das pessoas que tem declarado, havia outras, a quem ele Respondente tinha induzido para o partido do levante; tanto nesata cidade, como em Minas Gerais, e em São João del-Rei; o que agora deve declarar sem reserva alguma como era obrigado.

Respondou, que nem nesta cidade, nem em Minas Gerais, em São João del-Rei, induziu pessoa alguma para entrar no levante, nem sabe que para isso fossem por outros convidados; nem em São João del-Rei tem amizade com alguém; e suposto que nesta terra conheça algumas pessoas, por conta da sua habilidade de pôr e tirar dentes, com nenhuma tem amizade particular, e a nenhuma falou para o levante além do Ajudante João José Nunes Carneiro, como já dito tem.

Foi perguntado, quem eram as pessoas de maior representação que conhecia nesta cidade?

Respondou, que eram Possidônio Carneiro, e Antônio Ribeiro de Avelar, por ter ido à casa dos mesmos por conta da dita habilidade de pôr e tirar dentes.

Foi mais perguntado, se algum deles falou em alguma ocasião sobre a riqueza, e preciosidade do país de Minas; que era a forma com que ele Respondente principiava a sondar os ânimos para falar depois no levante?

Respondou, que nunca falou aos ditos em nada disso.

Foi instado, que dissesse a verdade, porquanto constava que ele Respondente tinha em Minas Gerais, em São João del-Rei, sessenta pessoas prontas para auxiliarem o levante; e que assim o dissera ele Respondente a alguns dos seus sócios?

Respondou, que não os tinha, nem disse tal a pessoa alguma.

E logo no mesmo ato mandou o dito Conselheiro vir à sua presença o Vigário Carlos Correia de Toledo para fazer acareação ao Respondente, e sendo aí se reconheceram mutuamente um e outro, e ambos, sendo-lhes deferido o juramento pelo que respeita a terceiro, do que dou fé, debaixo dele prometeram dizer a verdade; e lhes fez a acareação pelo modo seguinte.

E sendo-lhe lida a acareação feita com o acareante Carlos Correia de Toledo e Joaquim Silvério dos Reis, que se acha no apenso das perguntas feitas ao acareante Carlos Correia de Toledo, na qual disse o mesmo acareante, que tinha ouvido em casa de Francisco de Paula Freire de Andrada ao acareado Joaquim José da Silva Xavier, que na Comarca de São João del-Rei havia mais de sessenta homens que seguiam o partido do levante, aos quais tinha reduzido ele acareado; e que entre eles havia muitos de grandes possibilidades, e que estavam prontos a concorrer para este negócio, e gastarem até o último real; e sendo ouvido por ambos acareantes; e acareado: Disse o acareante, que lhe parecia ter ouvido dizer ao acareado, em casa de Francisco de Paula Freire de Andrada, que tinha na Comarca de São João del-Rei mais de sessenta homens, os quais estavam prontos para o levante, e que isto é o de que tem a lembrança que podia ter ouvido ao acareado, e o mais que disse na acareação feita com Joaquim Silvério dos Reis, não sustena agora pois que poderia dizer então, o que não tinha dito, pela grande perturbação, em que ficou com dito Joaquim Silvério naquele ato, por acrescentar contra ele acareante na sua denúncia, o que ele acareante lhe não tinha dito; e que pelo contrário lhe não sucedera aquela perturbação com Inácio Correia Pamplona, e que se continuasse a viver, ficaria sempre seu amigo; porque o dito o Pamplona não denunciou senão o que ele Vigário acareante



# Eu, Tiradentes

Pascoal Motta

Erigida a República, aparecia redigida lei de encerrar importação de negro africano, sua exploração nesta terra a troco de qualquer um de nada. Temia o grupo confederado reação da parte magnata, daqueles proprietários, justos por haverem os ditos senhores de empregar gasto em mais na manutenção do serviço necessário do negro, os mais ricos, renitentes de nada abrir mão. Nesse encargo havia de ser procedida tal medida paulatinamente, igual aumentava o Cônego Luís, a poder de ciência de lei, humanidade cristã verdadeira. Primeiro, o projeto almejava libertar mulato, lhe oferecer foro de cidadão com direitos, deveres comuns dos brancos, mais ainda em vista dessa raça de pessoa já andar indo tomando posição na sociedade dos nominados limpos de sangue.

De bastante, discutia lição dos começos da Capitania de Minas Gerais; nela ainda me aprazo em referir, aqui chegando lembrança na cabeça.

Milhares, multidões, levas de aventureiros ganham as Minas Gerais no começo da Capitania, nos princípios desta centúria, na procura de ouro; depois na cata dele: paulista, carioca, baiense, pernambucano, goiano, tantos quantos de demais partes do País. Vilas inteiras perdiam seus habitantes com a sua população correndo de mala e cuia pelos caminhos na direção do ouro, do amarelo brilho dele, da nobreza que ele traz. Com sol, com chuva, com calor, com frio, dia, noite, dia, bandos de portugueses, montados, a pé, bandos de ciganos, bandos de judeus, de mistura demais raças de cor, posses, credos, cada qual querendo, afoito, insofrido, a achada fortuna, de graça, de mão beijada, ali entregue a quem chegar primeiro. Gente de variada dignidade, de adequado ofício, de toda laia. Subia aos píncaros o preço dum negro, nas grimpas. De roldão, tudo embolava num provarê avassalante, derrubando tudo, tudo destruindo, comendo tudo, tudo bebendo. Metade da soma do povo português atravessou o Oceano Atlântico para a América, só para o Brasil, digo. E Minas vendo seu chão sarapintar de choupana em clareira de mata derrubada, casa ao redor de cruz, ermida, capelinha de taipa. Depois, arraial, depois vila; cidade; capitania se dividindo para seu melhor governo delas. Desordem, de especial feição, truculência, impestava a terra mineira; de diferente modo não conseguia suceder. Que de refreio suportava autoridade oferecer, se mesmo padre amancebava com, a mais catita mulata, a mais trigueira, dengosa, ágil no reboledo do lundum, do batuque? Desordem no corpo, desordem no espírito. Brigas com pau, com faca, com bacamarte de boca de trombeta; briga com pedra, com mão, com dente. Solta, entornava a cachaça; quem possuía fêmea escondesse camuflada em fundo de mata, que o desejo carnal estruge irrefreado. Villa Rica, em desde seu nascimento, virou fervente caldeirão, entornando pecado na borda.

Mais sofredor mesmo, o esvravo: a morte ronda a senzala, ponto deles recolhidos de fora do difícil trabalho, parecem com banzo da terra natal perdida para todo sempre; saudade de seus queridos entes largados em África, para trás, na violência; tirados de lá, separados também em demais partes do Brasil. Um foge, se agrega, floresce quilombo, verdadeira cidade fortificada, de modo impedir acesso inimigo; um mandado capitão-do-mato, força militar. Rebelam, fogem, matam, em represália, defesa. O caído capturado pode ser queimado em carne viva, cortada mão, orelha, por causa de vingança, razão de escarmento. Ciganos, naquele corre-corre. Roubam pelos caminhos, saqueiam viajantes de seus haveres, té de roupa do corpo. Alastra furiosa guerra entre tais elementos, naquele começo da Capitania, dos Emboabas dita, relembra ainda neste tempo, acontecia como sendo das primeiras



projetadas, frente ao invasor estrangeiro que em Minas somente paulista, mineiro da nata haviam direito. Emboabas, com esta palavra índia denominados, de motivo por puro desquite, desforço, ojeriza contra qualquer advindo de fora, do Norte, do Rio de Janeiro, como de demais pontos, com invasão da terra das Minas, feito se o ouro encontrado não bastasse para todos tantos, com sempre burra, bruaca vazias. Viajar assim, só bastante armado, rodeado de guarda, em grupos conhecidos, combinados entre si na defesa comum. Minha pobre Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

No desempenho do ofício de tropeiro, de mascateador, acabo detido por um miliciano, desfeito de apoucados haveres, tirante tropa constituída da soma de dez burros de carga, três cavalos de sela, respectivas arreatas, apetrechos de condução de diversos víveres, tais como carga de rapadura, de farinha, de sal, de almocrafe, de bateia, de tecido, de botas manufaturadas no Rio de Janeiro, o além do mais de comedoria, de vestimenta. Precisava a tropa descarregar, regressar ao ponto de partida, de idêntico carregada, no ganha-me de tempo, despesa, sendo que não faltava vinha ser carregamento de rapadura, barrilzinho de ótima cachaça, saco de café, embrulhado de carne de sol.

Numa dessa, sucede um capataz maçuado exemplar um negro; revido em cima do dito cujo de cara reinol. Soco sua branquela cara, depois surro com o relho de couro cru retorcido, o cujo, dele mesmo tomado, na raiva com tal injustiça em cima dum pobre coitado infeliz escravo. Não chegava o desgraçado haver saído com violência de sua terra nativa, atravessado mar, no meio da mais imensa sujidade, com fome, com sede, para trabalhar no Brasil de graça, só a troco de mínguado sustento, a troco de nem vintém, sem quase descanso: precisa ainda apanhar cruelmente? Tal sucesso ocorreu na passagem pela Villa do Bom Sucesso das Minas Novas, parte de morada de meu futuro comprade, o Coronel Domingos, padrinho, mas tarde em Villa Rica, de batismo de minha pequena Joaquina. Ele agora de triste lembrança.

Esse um sucedido que no depois seguinte volta a nele referir. Aquilo de reinol surrar negro impedido, manietado, no tronco em pública praça, ferveu o sangue aqui nas veias, aumentou a dose da braba raiva pelos abusivos desmandos, a impunidade deles, em nossa própria terra, que eles, os portugueses, não despenderam, como asseverava o Cônego Luís, um real no gasto para possuir nem derramaram uma gota de sangue em sua defesa de invasão holandesa, francesa, de Norte a Sul. Quem enfrentou de peito aberto, decidido, o estrangeiro? Só brasileiro, incluso negro, o índio, e ninguém mais.

Outro repetido canto de galo. Segue a madrugada com a Lua caminhante, redonda, no limpo céu. Um sossego no descanso de Vossas Mercês, enquanto pratico necessidade física, por caridade da guarda. Depois, recomeçamos: esta falação distrai sentido na direção da forca; vale testemunho.

(De *Eu, Tiradentes*, Pascoal Motta, Editora Lê, 1990, Belo Horizonte)

com ele tinha passado; e o acareado Joaquim José da Silva Xavier negou que tal pudesse ter dito na presença do dito acareante; e deu em razão, que se tal dissesse na presença do acareante, não deixaria também de os declarar pelos seus nomes ao acareante, o qual por ser Vigário naquela Comarca, certamente os havia de conhecer; e no que o acareante, e acareado disseram neste ato persistiram firmes: E por esta forma houve o dito Conselheiro esta acareação por feita, a qual sendo por mim lida acharam estar conforme, com o que respondido tinham, e declaro com o Ministro Escrivão assistente, que o acareante e acareado estiveram no mesmo ato livres de ferros, do que damos fé; e de tudo mandou o dito Conselheiro, fazer este auto, em que assinou com o acareante e acareado, e Ministro Escrivão assistente; e eu o Desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão, que o escrevi, e assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Carlos Correia de Toledo

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>

E logo no mesmo ato sendo lidas as perguntas ao Respondente, dito Joaquim José da Silva Xavier, as achou estarem conformes com o que respondido tinha; e declaro com o Escrivão assistente, que no mesmo ato esteve também o Respondente livre de ferros; e mais declaro, que nas ditas perguntas vão cinco ressalvas, três com emendas, e quatro (sic) com entrelinhas; o que passa na verdade; e de tudo mandou o dito Conselheiro fazer este auto e declarações, e assinou o mesmo auto com o Respondente, e Ministro Escrivão assistente; e eu Francisco Luís Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão que o escrevi e assinei.

Vasconcelos

Francisco Luís Álvares da Rocha

José Caetano César Manitti

Joaq.<sup>m</sup> José da S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup>



# José de Oliveira Fagundes, o advogado que defendeu Tiradentes

Jacques Guilherme Alves Jorge

Sr.: "Está aí o dia 21 de abril, data em que se reverencia a memória de Tiradentes. Todos nós conhecemos aquele que, na expressão de Salomão Jorge, tinha a mesma cabeça sonhadora do Nazareno, e que, assumindo para si toda a responsabilidade da conjuração que se iria deflagrar, foi preso e processado com os seus companheiros, sendo ele o único a cumprir a pena de morte.

Mas pouco ou quase nada se fala do advogado que o defendeu. Qual o seu nome? Em que circunstâncias aceitou a causa? Se pelo exercício do Direito, como dizia Ihering, tem-se que lutar, pelejou aquele bacharel até o fim? Conta-nos Rodolfo Garcia, na sua explicação contida nos 'Autos de Devassa da Conjuração Mineira', na edição promovida pelo Ministério da Educação em 1938, no seu volume sétimo, que: **José de Oliveira Fagundes, o admirável advogado dos Inconfidentes**, perante a alçada merece especial relevo nestas linhas. **Por mal da história bem pouco se sabe a seu respeito. Era natural do Rio de Janeiro. Filho de João Ferreira Lisboa, segundo apurou Inocêncio Francisco da Silva (Dicionário Bibliográfico Português, pág. 84, Lisboa, 1860; do assentamento de sua matrícula na universidade de Coimbra, formou-se ali, em 1778 e, regressando ao Brasil, foi advogado nos auditórios do**

Rio de Janeiro e de partido da Casa de Misericórdia. (Os grifos são nossos). José de Oliveira Fagundes foi, portanto, não somente o advogado de Tiradentes, mas de todos os implicados. Por imposição legal os réus deveriam ter um defensor. Mas quem teria a coragem suficiente de aceitar o patrocínio de uma causa que desagradava a Coroa e, por isso mesmo, imprevisíveis seriam as conseqüências desta aceitação? Mas José de Oliveira Fagundes aceitou-a e foi nomeado advogado de todos os envolvidos, pelo desembargador conselheiro Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho, e, mesmo debaixo de notória pressão dos juizes que iriam funcionar no processo, produz em cinco dias uma alentada defesa, demonstrando entre outros fatos a impossibilidade física e material de se realizar a rebelião, a distância das casas e fazendas onde se reuniam os conjurados, e cujas conversações não redundaram em qualquer malefício. Sustentou aquele causídico que, consoante doutrina clássica, especificamente citada, nestas circunstâncias não se configurava o crime de lesa-majestade. Até mesmo o tema insanidade serviu de matéria à defesa. Mas historicamente não se desconhece que tudo estava predestinado. E veio o que tinha de vir: todos os réus foram implacavelmente condenados, e as penas principais variavam entre degredo para África e 'morte natural' pela força.



Prolatada a decisão condenatória, no prazo de 48 horas, José de Oliveira Fagundes interpõe embargos ao acórdão, não clama agora pela liberdade dos acusados, pugna obstinadamente pelas suas vidas. Os embargos simplesmente não são recebidos. O zeloso advogado lança então derradeiro apelo e deduz segundos embargos, recurso que lhe é admitido interpor, mas com uma advertência: **Que o faça no prazo improrrogável de meia hora.** O incansável patrono não se abate. Confia que lhe resta ainda um grão de direito. E, dentro daqueles **30 minutos**, apresenta o recurso, e invoca as **Escrituras**. Deus, diz ele, 'para cruelmente castigar a Caim, não lhe quis tirar a vida pelo fratricídio, mas impôs-lhe a pena de o seguir sempre seu delito'. A rainha, como não se ignora, comutou as penas capitais que haviam sido impostas, excetuando-se a de Tiradentes. Na verdade, a defesa de José de Oliveira Fagundes não havia terminado ali; ela se projetou no espaço e no tempo, porque, 30 anos após a execução de Joaquim José da Silva Xavier, o simples alferes brasileiro, um príncipe português proclamaria a independência do Brasil." **Jacques Guilherme Alves Jorge, Capital.**

Estado de São Paulo, 19-4-1986

## Representações do Alferes

### I - TIRADENTES

Em 11 de abril de 1966, o presidente Castelo Branco baixava o decreto nº 58.168, que estabelecia "como modelo para reprodução da figura de Tiradentes a efigie de Joaquim José da Silva Xavier existente em frente ao Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro". A partir daquela data, o alferes da Inconfidência Mineira devia ser apresentado oficialmente como um barbudo, decisão que não agradou a muita gente, pois logo teve início a reação contra essa iniciativa. Já o saudoso Augusto de Lima Júnior tivera a iniciativa de defender um Tiradentes sem a barba.

### II - REAÇÃO

O tempo foi passando, mas o assunto não se encerrou. Em outubro do ano passado, o historiador mineiro Waldemar de Almeida Barbosa, iniciava uma campanha pela revogação do decreto, logo apoiado por seus companheiros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O movimento foi ganhando dimensão e passou a ser apoiado por outros Institutos Históricos, como das cidades de Campanha, São João del Rey e de outros Estados. Historiadores da cidade sul-mineira de Ouro Fino, chegaram a dirigir um abaixo-assinado ao presidente da República, e, no Rio, a pretensão passou a ser apoiada por um ex-colega de curso militar do presidente Geisel, o cel. Hubens Macena, diretor da Revista de Engenharia Militar e estudioso de assuntos históricos.

### III - REVOGAÇÃO

Agora, através do decreto nº 78.101, o presidente Ernesto Geisel, revogou o decreto de Castelo Branco, "considerando a manifestação autori-

zada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com o apoio de instituições mestres igualmente dedicados à História do Brasil" e também "que o Conselho Federal de Cultura entende recomendável a preservação da liberdade criativa no tratamento artístico do tema, reputando inconveniente a admissão oficial de modelos sempre produto da imaginação e de interpretação subjetiva".

O Diário Oficial da União já publicou o novo decreto, o que significa que Tiradentes agora pode ser apresentado com ou sem barba, sem a obrigatoriedade da figura que lhe fora imposta pelo decreto de abril de 1966.

Eis na íntegra o decreto nº 78.101, de 20 de julho de 1976, publicado no Diário Oficial de 21-julho-1976:

Revoga o Decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966, que estabeleceu modelo para reprodução da figura de Tiradentes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

Considerando a manifestação autorizada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com apoio de instituições e Mestres igualmente dedicados à História do Brasil, e

Considerando que o Conselho Federal de Cultura entende recomendável a preservação da liberdade criativa no tratamento artístico do tema, reputando inconveniente a admissão oficial de modelos que serão, sempre, produto da imaginação e da interpretação subjetiva,

DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 58.158,

de 11 de abril de 1966, que estabeleceu, como modelo para reprodução da figura de Tiradentes, a efigie de Joaquim José da Silva Xavier existente em frente ao Palácio Tiradentes, na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

Ernesto Geisel  
Ney Braga

Na verdade, convém deixar bem claro, a reação que se operou em Minas, não foi apenas contra a fixação de um modelo único para a reprodução da figura do Alferes; é que esse modelo único era horrivelmente feio e alheio à realidade histórica. Os primeiros artistas convocados para reproduzir a figura de Tiradentes, logo após a proclamação da República, Décio Vilares, Antônio Parreiras, Leopoldino Joaquim de Faria, R. Vila Lobos etc; sem saber como apresentar-lhe a face, acharam natural atribuir-lhe a fisionomia de Cristo. Desta forma, os primeiros artistas imprimiram à face do protomártir características nitidamente judaicas; isso em nada diminui sua glória, é verdade; mas foge à verdade histórica. Tanto assim que um desses primeiros artistas, R. Vila Lobos, escrevendo ainda no século passado, depois de confessar que todos os artistas que pintaram a face de Tiradentes, basearam-se na de Cristo, acrescentava: "Assim, talvez, para o futuro, o tipo histórico de Tiradentes tenha que ser modificado, no sentido de ponderar em seu semblante os traços característicos dos nossos sertanejos sulistas, em detrimento do tipo judaico com que é geralmente



apresentado" (Jornal do Comércio, Rio, 21-abril-1899).

Ora, a estátua de autoria de Francisco Andrade, erigida em frente ao antigo Palácio da Câmara dos Deputados, no Rio, é cópia fiel dos primeiros artistas do início da República. E justamente essa estátua foi fixada, como modelo, para reprodução da efígie do Alferes-Mor do Brasil, pelo decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966, do Presidente Castelo Branco.

Outra circunstância: temos no Brasil, como patrono do Exército, a figura varonil do Marechal Duque de Caxias; como patrono da Marinha, o Almirante Tamandaré, fardado naturalmente. A simbolizar o soldado do mar; como patrono da Aeronáutica, Santos Dumont, o pai da Aviação, que é apresentado de terno, colarinho e gravata. Existem ainda os patronos das diversas armas: Brigadeiro Sampaio, da Infantaria; Marechal Osório, da Cavalaria; Marechal Mallet, da Artilharia; Tenente-Coronel Cabrita, da Engenharia; Marechal Rondon, das Comunicações; Capitão Frei Orlando, do Serviço de Assistência Religiosa no Exército, assim por diante. E, no meio dessas figuras marciais e viris, O Patrono Cívico da Nação Brasileira era apresentado como um velho cabeludo e barbudo com a corda no pescoço. Este poderia, isto sim, ser o patrono dos condenados.

Essas as razões que levaram os historiadores mineiros a pleitear a revogação do ato do Pres. Castelo Branco.

Comentando o decreto do Presidente Ernesto Geisel, nosso colaborador Waldemar de Almeida Barbosa publicou, no ESTADO DE MINAS de 4 de agosto último, o seguinte comentário:

O presidente da República, atendendo a pedidos de historiadores mineiros, acaba de baixar decreto, revogando ato anterior do presidente Castelo Branco, que impunha um modelo único para reprodução da efígie de Tiradentes: o velho cabeludo e barbado, com a corda no pescoço. Sempre me pareceu deprimente a apresentação do Patrono Cívico da Nação com a corda da força no pescoço. Ele poderia ser, sim, o patrono dos condenados. Além disso, aquela fisionomia caracteristicamente judaica, que lhe atribuíram os primeiros artistas, no começo da República, foi reproduzida pelo escultor Francisco Andrade, na estátua erigida em frente ao Palácio da antiga Câmara dos Deputados, do Rio, justamente a estátua que fora tornada modelo oficial e único para reprodução da figura de Tiradentes, pelo decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966.

Mais feia que essa, somente a inaugurada em Belo Horizonte, na administração Amintas de Barros, em 1962, obra de Aristochen Meschesi, e que, na opinião de Alberto Deodato, só serve para infundir aos meninos medo, horror, muito pavor, e até receio de estudar a história da Inconfidência Mineira.

No final do ano passado, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, dirigiu ao presidente Ernesto Geisel o primeiro pedido, no sentido de ser revogado o ato do presidente Castelo Branco. Os argumentos apresentados eram irresponsáveis. Na mesma ocasião, o Instituto enviou ao presidente da República o volume XV de sua revista, com um trabalho nosso sobre o assunto.

Outras entidades e mesmo particulares apoiaram o pedido: o Instituto Histórico de São João del-Rei, de Campanha, o Instituto de História e Arte, a Revista de Engenharia Militar e historiadores de Ouro Fino.



No último apelo que dirigimos ao presidente, em abril último, fizemos uma advertência séria: é possível que, no futuro, algum pesquisador venha a procurar saber os motivos que levaram o presidente Castelo Branco a assinar aquele decreto; pior ainda, é possível que os descubra, trazendo uma névoa a obscurecer a memória do Marechal, que apenas foi ludibriado em sua boa fé.

O presidente da República procurou ouvir o parecer do Conselho Federal de Cultura; e este manifestou-se a favor da revogação do decreto, contra a imposição de um modelo único, entendendo recomendável "a preservação da liberdade criativa no tratamento artístico do tema".

Final, no dia 20 deste mês de julho, o presidente Ernesto Geisel assinou o decreto nº 78.101, que revogou o ato do presidente Castelo Branco.

Agora, nas escolas e nos quartéis, não há necessidade de vermos aquela figura horrenda do velho cabeludo, barbado, com a corda no pescoço.

(Extraído da Revista de História e Arte, nº 09, BH, 1.976, P. 149-154)

## Vozes Intertextuais do Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles

Miriam Carvalho

O objetivo principal desta leitura consiste em mostrar o quanto Cecília Meireles se valeu dos AUTOS DE DEVISSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA<sup>(01)</sup> na composição do *Romanceiro da Inconfidência*. Vê-se, a partir daí, que Cecília analisou significativamente as personagens. Diz ela: "Vejo tudo, sinto, ouço. Conheço cada personagem como conheço você. Vejo como se sentam, como Cláudio coloca os óculos, e Tiradentes pega o bolicão. Sei como são as mãos de Gonzaga, sei que o Pe. Rolim tem um jeito especial de olhar de banda, e sei que Alvarenga fala de queixo empinado, quase sempre em Latim."<sup>(02)</sup> Para mostrar as vozes do ROMANCEIRO seguiremos a orientação de Júlia Kristeva<sup>(03)</sup> - a teoria da intertextualidade - que procura definir a permutação de textos, a *inter-textualité*. "O significado poético remete a outros significados discursivos de modo a serem legíveis, no enunciado poético, vários outros discursos. Cria-se, assim, em torno do significado poético, um espaço textual múltiplo, cujos elementos são suscetíveis de aplicação no texto poético."<sup>(04)</sup>

Constitui, pois, a intertextualidade num processo de relacionamento dos diferentes discursos no espaço intertextual; e denomina-se intertexto o lugar do espaço intertextual.

Nesta perspectiva - acrescenta Kristeva - "é claro que o significado poético não pode ser considerado como dependente de um único código. Ele é ponto de cruzamento de vários códigos (pe-lo menos dois), que se encontram em relação de negação um com o outro."<sup>(05)</sup>

A fim de proceder a uma investigação dessa natureza - as vozes do Romanceiro da Inconfidência -, selecionamos as personagens dos romances que nos parecem evidenciar um diálogo mais claro com os intertextos onomástico e histó-

rico perfeitamente identificáveis em sua unidade repetitiva.

Examinemos, primeiramente, o intertexto onomástico. Os nomes mais sugestivos da Inconfidência Mineira se deixam ler no espaço intertextual dos romances.

Esses nomes (que se encontram ligados ao episódio histórico da Inconfidência) estão repetidos no espaço intertextual do R.I. - aqui denominado intertexto onomástico. Ligados ativamente à produção dos romances citados, os nomes dialogam com os dados do texto histórico, colaborando fundamentalmente na modelização do Romanceiro. Nessa perspectiva, é possível admitir o intertexto onomástico profundamente entrelaçado com os dados do intertexto histórico. Na impossibilidade de apontar todos os dados do intertexto histórico que marcaram decisivamente as personagens, contentemo-nos em desvelar alguns que evidenciam o diálogo entre textos.

Apontemos o intertexto histórico, tendo-se em vista os dados pesquisados nos Autos de Devassa da Inconfidência ligados aos nomes dos incondidentes. Seguindo a ordem do intertexto onomástico, comecemos com Tiradentes, ou seja:

JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER

"Principal motor da projetada sublevação. Homem que amotinava o povo. Homem que tentava corromper a tropa com sacrílegas doutrinas. Homem que andava trabalhando para todos. Sai de suas bases genuínas de ação e vai a caminho do Rio. No Rio, é seguido por dois granadeiros disfarçados, cercado, portanto, de sentinelas de noite e de dia. Tais sentinelas, para melhor disfarce, tinham cortado os bigodes e por serem grana-

deiros, não poderiam cortá-los sem uma ordem especial. Aos olhos do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos, Tiradentes é louco. Desejando partir para Minas e sem obter a devida licença, passa a exclamar incessantemente: "Ah! Se eu me apanhasse em Minas!" No dia de sua prisão, encontra-se armado com o seu bacamarte, entregando-se a fim de evitar mortes inúteis."<sup>(06)</sup>

Observemos a presença desses dados em alguns romances do R.I. Tais romances estão intertextualizados em função do nome Tiradentes. Os romances *Do Animoso Alferes* e *Do Riso dos Tropeiros* recolhem os dados da animosidade, da projetada sublevação, tornando-se eco da voz do Vice-Rei na caracterização de Tiradentes - é um louco. Voltemos a atenção para esses romances:

### DO ANIMOSO ALFERES

Discute. Reflete.  
Brinda aos novos tempos!  
Soldados, mulheres,  
estalajadeiros,  
- a todos diverte.  
(Por todos trabalha,  
a todos promete  
sossego e ventura  
o animoso Alferes.)  
(...)  
E baixo, na terra,  
ninguém o protege:  
é o talpídeo, o louco,  
- o animoso Alferes.

### DO RISO DOS TROPEIROS

Passou um louco, montado.



Passou um louco, a falar  
que isto era uma terra grande  
e que a ia libertar.

Passou num macho rosilho.  
E, sem parar o animal,  
falava contra o governo,  
contra as leis de Portugal.

(...)

Já o romance *Das Pilatas* não ignora o caminho do Rio, percorrido por Tiradentes, recolhendo os ecos de seus vastos sonhos:

"Vou-me a caminho do Rio,  
minha boa camarada,  
meter canoas de frete,  
levantar moinhos d'água;  
quando voltar, volto rico,  
e essa gente desgraçada  
que padece em terra de ouro,  
por minhas mãos será salva."

"Vou-me a caminho do Rio,  
minha boa camarada:

No romance *Do Suspiroso Alferes*, a exclamação de Tiradentes – "Ah! se eu me apanhasse em Minas..." – adquire um novo matiz semântico emocional, seguindo as diversas estrofes:

Terra de tantas lagoas!  
Terra de tantas colinas!  
No fundo das águas podres,  
o turvo reino das febres...  
"Ah! se eu me apanhasse em Minas!"  
Nos palácios, vãos fidalgos.  
Santos vãos, pelas esquinas,  
Pelas portas e janelas,  
as bocas murmuradoras...  
"Ah! se eu me apanhasse em Minas!"  
(...)

(Que vens tu fazer, Alferes,  
com tuas loucas doutrinas?  
Todos querem liberdade,  
mas quem por ela trabalha?)  
"Ah! se eu me apanhasse em Minas!"  
(...)

O intertexto histórico dos dois granadeiros disfarçados (bigores rapados) que acompanham Tiradentes dia e noite assume valor indicial relevante na história do Alferes: Tiradentes se aproxima da imagem de Cristo – o inocente – assim como Silvério dos Reis se aproxima de Judas – o traíçor:

#### DAS SENTINELAS

De noite e de dia,  
por todos os lados,  
caminham dois homens,  
que vão disfarçados,  
pois são granadeiros  
e – sendo soldados –  
alguém lhes permite  
bigodes rapados.

Ai, pobre Alferes,  
que gira inocente,  
sonhando outro mundo,  
amando outra gente...

(...)

(Esses vultos que me seguem,  
Joaquim Silvério, quem são?

(...)

Responde, Joaquim Silvério,  
quem nos leva à perdição?)

(...)

Observemos ainda o intertexto histórico – *andava trabalhando para todos* – recolhido nos Romances - *Da Reflexão dos Justos* e *Do Silêncio do Alferes*"

#### DA REFLEXÃO DOS JUSTOS

Foi trabalhar para todos...  
– e vede o que lhe aocntece!  
Daqueles a quem servia,  
já nenhum mais o conhece.  
Quando a desgraça é profunda,  
que amigo se compadece?  
(...)

#### DO SILÊNCIO DO ALFERES

"Vou trabalhar para todos!"  
– disse a voz do alto da estrada.  
Mas o eco andava tão longe!  
E os homens, que estavam perto,  
não repercutiam nada...  
(...)

Finalmente, no Romance de Maio de 1789, a prisão de Tiradentes aparece intertextualizada nestes versos:

– Foi preso um simples Alferes,  
que só tinha um bacamarte.  
(...)

Vimos, até agora, a palavra utilizada nos romances na relação da unidade migratória do intertexto onomástico e histórico.

Viu-se, ainda, que a apropriação do intertexto onomástico, Tiradentes, Joaquim Silvério, Francisco Antônio, etc; se realiza em termos de uma reelaboração ilimitada do dado histórico, isto é, os intertextos surgem com uma nova voz (ou um conjunto de vozes) fazendo soar de forma diferente as vozes dos inconfidentes, tirando-lhe entonações diversas.

Desta forma, os romances citados são gerados na relação com os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Um diálogo que não apenas requer absorção, mas reelaboração de dados históricos, arrancando-lhes outros sentidos, num movimento complexo de uma afirmação e de uma negação simultâneas.



As personagens extraídas do texto histórico e inseridas na estrutura poética apresentam em nível do texto a capacidade de reduzir as redundâncias do modelo real. Esclarecido este enfoque, talvez, não seja impertinente lembrar que a palavra artística modeliza o inconfidente, essa personagem que o texto poético instaura nos limites do seu espaço de construção.

#### BIBLIOGRAFIA

(01) – Para esse tipo de abordagem, confrontamos alguns romances do R.I. com o texto histórico dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1977, v. 1,2,8,9. Os textos históricos dos inconfidentes, colocados no trabalho, foram elaborados segundo a visão crítica dos "Autos de Devassa", tomando com base os Autos de perguntas e outras referências históricas, recolhidas na obra examinada.

(02) – Carta de Cecília Meireles, sobre seu trabalho de pesquisa, à Lúcia Machado de Almeida, publicada no MINAS GERAIS – Suplemento Literário – de 05/06/76, p.3.

(03) – KRISTEVA, Júlia – *Introdução à Semanálise*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 165.

(04) – Idem, ibidem, p. 174.

(05) – Idem, ibidem, p. 174.

Obs: Usamos a sigla "R.I" em vez de *Romanço da Inconfidência*, ao longo do trabalho.

(06) – Dados históricos pesquisados nos AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA – Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1977, v.8, p. 13,25-6,28,37,106,108,113,115,120,132,150,156,162,168,183,190,192,196,198,255-6,260,263,273,298,304,312,331,371,374. Também foi feita uma pesquisa no v. 2, p. 9,16-7-9,20 a 26-9,30-39,45-7-9,50-2-4-7-8,69,70-1-3 a 78,81-4-6,-92,110-9,129,130-2-3-5-8,143-6-7,151-4,-160,210-6-8-9,221-2-4-5-6-8,232-1-3-4-5-6-7,367,-370-1-2-8-9,394-9,432-3,445,450,460-5,470-1-2-4 a 480-3-5-6-8,490-2-5-6.

Este artigo, bastante extenso, parte de uma tese, sai, aqui, apenas com o que se refere ao Tiradentes, uma vez que o estudo abrange todo o poema de Cecília Meireles.

## Tiradentes Um retrato que se esboça

Pascoal Motta

Inúmeros são os depoimentos a respeito do Alferes Joaquim José, tanto de seus companheiros inconfidentes, como de demais pessoas que com ele tiveram contato social, até culminar com sua prisão no dia 10 de maio de 1789, no Rio de Janeiro. Ao longo dos dez volumes do Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, publicados pela Câmara dos Deputados – Governo de Minas Gerais contém mais de uma centena de depoimentos que envolvem Tiradentes sob os mais diferentes comentários. Até o momento, esses depoimentos são a única fonte em que se possa colher traços para um perfil do Alferes Xavier, principalmente quanto ao seu papel na Conjuração de Minas, naquele final de século XVIII. Fisicamente, pouco se disse a respeito de Joaquim José. Todavia, matéria em outra parte desta edição procura reunir depoimentos posteriores, que traçam de modo mais ordenado a conformação psicofísica do Inconfidente. Afinal, um retrato, que ainda se esboça.

"Até que ultimamente, calando-se por algum tempo, se levantou dizendo-me adeus e retirou-se, deixando-me o conceito de louco, pois sem ter comigo amizade, menos qualidade alguma de experiência pois nunca nos correspondemos, chegou a tocar em tais proposições e a retirar-se quando quis, sem me recomendar segredo ao menos, nem mostrar temor de mim pela inconfidência." (*Carta do Ajud. João Nunes Carneiro*, Rio, 10-5-1789)

"...levantou-se o dito Alferes Tiradentes como um louco e dando passos pela sala a dizer que os cariocas eram vis, fracos, ridículos, por isso sofririam tanto e que ele estimaria todos fossem açotados como vis negros; que se todos fossem do seu humor e esforço, não sofreriam tanto e podiam viver independentes do Reino..." (*Carta-denúncia, Mônica Antônia do Sacramento e Valentim Lopes da Cunha, ao Vice-Rei*, Rio 15-5-1789)

"... que em sua casa esteve homiziado um alferes de Cavalaria Paga de Minas Gerais, Joaquim

José da Silva Xavier, com o qual não tinha antecedente amizade e só algum conhecimento, o qual foi para casa dele, testemunha, na noite do dia sete do presente mês (maio), não levando outros móveis, mais do que um bacamarte, do qual só passado tempo ele deu testemunha, fé e foi preso por ordem do Ilmo. e Exmo. Vice-Rei, na noite do dia 10." (*Domingos Fernandes da Cruz*)

"... onde se fecharam, aí estiveram e conversaram três horas pouco mais ou menos; no fim delas tornaram a descer a vir abrir, e fechar a porta da rua, o que ele também ouviu e sendo pela manhã disse a ele, testemunha, Luís Manuel, criado do dito Cap. Manuel Joaquim Fortes, que com ele veio de S. Paulo, que quem batera à porta fora um oficial da Cavalaria Paga de Minas Gerais (Joaquim José da Silva Xavier), a quem não sabe o nome e abrindo-lhe a porta subira para a sala e estivera conversando com o dito Cap. Manuel Joaquim Fortes..." (*Antônio de Moraes*)



"... disse que nada sabia, mais do que falar-se na ocasião em que foi preso o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, uns que ele preso por contrabando de diamantes, outros por ouro em pó, outros que por ter ele falado em sublevação dos povos de Minas e outros, finalmente, diziam ser porque ele falava em liberdade..." (Manuel Joaquim de Sá Pinto Rego Fortes, Vila Rica)

"... em diferentes ocasiões moveram conversação a respeito do seu governo e sempre o dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier mostrava grande descontentamento do governo do sobredito Ilmo. e Exmo. Visconde de Barbacena; repetidas vezes lhe ouviu ele, testemunha, estas formais palavras: - Se todos fossem do meu ânimo, mas lá está a mão de Deus - e se ficava." (...) "... porém, nunca o dito estalajadeiro quis dizer a ele, testemunha, o nome do dito oficial; só dizia que falava com muita liberdade, mas pelo tempo que disse a ele, testemunha, que o dito oficial tinha passado para o Rio de Janeiro, que seria, segundo disse ele, pelo meio da Quaresma, pelos sinais que ele, testemunha, lhe perguntou de que não era moço e já tinha cabelos brancos (...) ... o dito oficial era o Alferes Joaquim José da Silva Xavier." (...) "... e entrou o dito oficial (Tiradentes) a dizer que as Minas estavam perdidas, que os Governadores e Capitães Gerais vinham insinuados de Portugal para acabrunharem os homens e não os deixar levantar a cabeça; que cada três anos vinha um Governador, e Capitão General e todos iam cheios de dinheiro; que traziam uma máquina de criados e que cada um deles ia à proporção cheio, e da mesma forma os ministros; que os filhos de Portugal eram senhores do ouro que se tirava nesta terra, e que depois de cheios, também voltavam para Portugal; que desta forma, sempre esta terra estava miserável, porque tudo saía dela a tempo que não sendo assim, se podiam calçar de ouro as ruas." (...) "... o sobredito oficial (Joaquim José da Silva Xavier) se deitara ao dito clérigo, que parecia o queria coser e lhe dissera: sabe o que diz o sr. doutor, isto não é levantar, é restaurarmos a nossa terra, que fazem de nós negros." (...) "... que presumia serem os principais o Dr. Tomás Antônio Gonzaga, o Dr. Cláudio Manuel da Costa, o Cel. Inácio José de Alvarenga Peixoto, o vigário da vila de S. José, Carlos Correia de Toledo, o Pe. José da Silva e Oliveira Rolim, o Cônego Luís Vieira da Silva e o Alferes da Cavalaria, Joaquim José da Silva Xavier..." (...) "... sobre cuja resposta disse o dito Dr. Cláudio Manuel da Costa a ele, testemunha, que nas Minas não havia gente; que os americanos ingleses foram bem sucedidos porque acharam lá só três homens capazes para a campanha, e que nesta Capitania de Minas não havia um só, e que unicamente o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, andava feito cortavento, mas que ainda haviam de cortar a cabeça a ele." (...) "... andando ele, testemunha, a passear com o dito cônego, lhe disse este que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha

o Tiradentes era um homem animoso e o abandonou; e que se houvesse muitos como ele seria o Brasil uma República florente..." (...) "... veria em poder do dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier uma lista de toda a povoação desta Capitania, a qual ele trazia no bolso, mostrava sem temor, a qual era de perto de quatrocentas mil pessoas divididas em classes, brancos, pardos, e negros, machos e fêmeas..." (...) "Se fosse em Portugal, Deus nos livre que tal se soubesse (do levante); ao que o dito (JJSX) alferes respondeu cheio de paixão: não diga levantar, é restaurar e repetiu umas poucas vezes estas palavras, como ele, testemunha, também ouviu na dita ocasião." (...) "... que o dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier era quem depois de dado este mortal golpe, havia de trazer a dita cabeça à parada." (Basílio de Brito Malheiro do Lago, Vila Rica, 8-7-1789).

"... que na Vila de São José ou na de São João de-Rei se fizeram um banquete em casa de quem ele, testemunha, não sabe, nem por que ocasião no qual assistiram Joaquim Silvério dos Reis, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o vigário da Vila de São José e outros..." (Mathias Sanchez Brandão, Vila Rica, 30-7-1789).

"... o referido alferes (JJSX), entrando em certa ocasião em casa dele, dito tentente lhe dissera na conversa que com ele teve, que vinha de três em três anos um General governar esta Capitania que um de seus criados iam cheios de ouro; e que outros seus criados vinham encher-se; que quin-

tos iam para Portugal todos os anos assim como os demais interesses da Capitania e os nacionais dela a trabalharem para tudo isto sem terem que do ar suas filhas nem irmãos." (José Vasconcelos Parada e Sousa, Vila Rica, 30-7-1789).

"... ao que o dito alferes (JJSX) respondeu que antes fosse um diabo o governador da Capitania, porque ele e todos os mais Generais, o que vinham cá fazer era encherem-se de dinheiro, e que se o dito General Ilmo. e Exmo. Luís da Cunha Meneses, seu antecessor, mais depressa viria esta Capitania a ser uma República... (...) "... porém desta expressão do dito alferes não fez ele, testemunha, caso algum, tanto pela qualidade da pessoa que a dizia, que era reputado como louco, como ser ele, testemunha, homem rústico, ocupado unicamente na sua agricultura e lavoura." (José Aires Gomes, Vila Rica, 30-7-1789). "... só disse que o dito Alferes (JJSX) era um mariola em falar em semelhantes coisas..." (...) "... que em tropa de bestas no caminho e assiste na Cidade de Mariana, que o dito alferes (JJSX) o encontrara na Cidade do Rio de Janeiro e lhe dissera que carregasse sua tropa de bem pólvora para as Minas porque ela, agora havia de ter nesta Capitania boa saída..." (idem).

"... perguntando a um homem de copote que estava a seu lado (na Casa da Ópera) e o não conhecia nem conhece, que razão haveria para se dar uma pateada a um oficial, lhe respondeu este que o dito oficial (Joaquim José da Silva Xavier) era um louco de Minas que andava naquela cidade dizendo que havia de fazer aquela terra feliz; o que ele, testemunha, àquele tempo atribuiu às pretensões que trazia o dito alferes de meter na dita cidade as águas dos rios Andaraí e Maracanã; porém, depois que ouviu dizer, que o dito alferes se achava preso na Cidade do Rio de Janeiro, que pública e geralmente ouve dizer, que o dito alferes pretendia excitar uma sedição e motim nesta Capitania, chegando o seu desaforo a andar convidando sócios pelas tavernas, na qual sedição não tem ouvido dizer nem sabe que tivesse sócios..." (...)

"... que nessa ocasião em que tão somente conversaram, foi sobre a venda de uma lavra que o dito alferes (JJSX) queria fazer, ao que o dito Manoel Antônio de Moraes respondeu que a não queria comprar, porque quem tinha lavra boa a não vendia..." (...) "... porquanto tendo ele, testemunha, emprestado o dito mapa a pessoa que lhe não lembra e restituindo-lho, estava com ele na mão, na ponte de São José desta vila, e chegando o dito alferes (JJSX), lhe perguntou que papel era aquele; ao que ele, testemunha, respondeu mostrando-lho; vendo ele, dito alferes, o que era, lhe pediu o dito mapa e ele, testemunha, lhe deu sem malícia alguma, sem entender que ele pudesse servir para coisa alguma..." (José Joaquim Rocha, Vila Rica, 30-7-1789).

"... que aquele oficial (JJSX) andava convocando o povo para conseguir a liberdade e fazer a República e que já tinha quarenta e tantos homens; e lhe bastavam duzentos, do que o dito Joaquim da Rocha não fez caso, por sempre conhecer por louco o dito alferes." (...) "... chegando o dito alferes do Rio de Janeiro a esta vila, entrou nela a falar sem reserva que esta Capitania podia viver independente do governo de Portugal; que podia ser uma República e conseguirem a liberdade; tanto assim que, por esta razão uns lhe chamavam - o República e outros - o Liberdade - e que, posteriormente precisando ele, testemunha, do préstimo e habilidade que o dito alferes tinha de tirar e pôr dentes foi por esta razão diferentes vezes à casa de João Rodrigues de Macedo (...) principiou a engrandecer a bondade, fertilidade e riqueza desta Capitania por ter diamantes, ouro e produzir com pouco trabalho muitos mantimentos; que só lhe faltava ter fábricas para não precisar coisa alguma vinda da Europa; que se tivesse outro governo e fosse uma República, assim como a América inglesa, seria o país mais feliz do mundo." (...) "... depois do que foi saindo o dito alferes (JJSX), dizendo que não encontrava senão homens vis, e baixos, incapazes de uma ação heróica; porém, que havia de armar uma meada tal, que em cem anos se não havia de desenredar..." (Vicente Vieira da Mota, Vila Rica, 03-08-1789).

"... que ele bem sabia que estava preso, e que haviam de ser asneiras de Joaquim Silvério dos Reis e do Alf. Joaquim José da Silva Xavier, por al-



cunha o Tiradentes (...) eram uns todos (...) ... mereciam cachorros na cabeça..." (Silvestre Gomes Correia Falcão, Vila Rica, 6-8-1789).

"... o dito alferes Joaquim José da Silva Xavier se enfureceu, e levantando-se de repente, entrou a calçar as botas e disse a ele, testemunha, umas poucas de vezes que não havia de pagar a derrama, porque havia de haver levante..." (João Dias da Mota, Vila Rica, 7-8-1789).

"Quando o dito alferes (JJSX) se queixava de que nas Minas não havia gente para se porem em liberdade, e fora da sujeição de Portugal, o dito piloto (Antônio de Oliveira Lopes) lhe respondeu que em tendo onzê pessoas fizesse conta com ele, que faria a dúzia." (João da Costa Rodrigues, Vila Rica, 7-8-1789).

"... disse que sabe pelo ver que o alferes Joaquim José da Silva Xavier fomentava sedição e motim contra o Estado, tanto que ele, testemunha, pediu cartas para o Rio de Janeiro para pessoas que pudessem auxiliá-lo no seu intento, dizendo e asseverando que tinha as pessoas principais desta vila e que também tinha da Capitania de São Paulo, de forma que contava com uma outra Capitania, explicando que as tinha fechadas em uma mão; que só lhe faltava o Rio de Janeiro, em cuja pretensão queria entrar..." (Salvador de Carvalho do Amaral Gurgel, Vila Rica, 7-8-1789).

"... que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier havia de ser quem havia de cortar a cabeça ao Ilmo. e Exmo. Visconde de Barbacena, Governador e Capitão General desta Capitania, e que a havia de mostrar ao povo, dizendo - esta era a cabeça de quem nos governava; daqui em diante, viva a liberdade - que depois subiria um homem eloquente a um lugar alto para fazer a oração ao povo, em que lhe mostrasse e lhe persuadissem da futura liberdade." (Domingos Vidal Barbosa, Vila Rica, 7-8-1789).

"... encontrando-se na rua com o Tenente Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, este o convidara para que fosse à sua casa, e indo com efeito encontrou nela o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Dr. José Álvares Maciel, o Cap. de Cavalaria Maximiliano de Oliveira Leite, e um doutor pequenino, cujo nome não sabia, das partes de Sabará e outro doutor de Minas Novas, cujo nome também ignorava: que todos juntos entraram a tratar que se havia de fazer o levante, quando se lançasse a derrama para ficar este país feito uma República..." (Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Vila Rica, 7-8-1789).

Posteriormente, encontrando o dito alferes (JJSX) na rua, ele, testemunha, lhe perguntou qual era a receita de fazer pólvora a qual lhe disse; mas que não podia fazer conta fabricar-se nesta Capitania, por ser caro o salitre; ao que o dito alferes disse que havia salitre em Minas Novas..." (José Álvares Maciel, Vila Rica, 13-8-1789. Nota do E.: Maciel ainda não estava preso, o que viria a acontecer no dia 9 de setembro daquele mesmo ano).

"... estando em casa dele, testemunha, c Pe. José da Silva e Oliveira Rolim foi procurar o dito padre o alferes de Cavalaria Paga desta Capitania, Joaquim José da Silva Xavier, e estando ele, testemunha, presente, entraram a falar na sedição e motim que se premeditava... (...) "... aí disse o dito alferes (JJSX), que os três heróis deste atentado e rebelião eram o Ten. Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, o Cel. Inácio José de Alvarenga Peixoto que concorria com quatrocentos ou seiscientos homens para esta sublevação e motim, e ele dito alferes que tudo, ele testemunha, viu e presenciou." (...) "O dito Alferes Joaquim José da



Silva Xavier disse que ele, da sua parte, tinha falado para entrarem na conjuração e motim que se premeditava fazer aos oficiais da tropa paga desta Capitania..." (...) "... que gastasse pouco dinheiro na obra, que nesta vila andava mandando fazer nas suas casas; porque a nova capital havia de ser na Vila de São João del-Rei e que nesta vila se havia de fazer uma Universidade como a de Coimbra e quanto a ele, testemunha, lhe parece que o principal motor e cabeça desta sedição e motim era o dito Alf. Joaquim José da Silva Xavier..." (Domingos de Abreu Vieira, Vila Rica, 1º-9-1789).

"... estando nesta Vila lhe falaram o Des. Tomás Antônio Gonzaga, o Cel. Inácio José de Alvarenga Peixoto, o Dr. Cláudio Manuel da Costa, José Álvares Maciel, filho do Cap.-mor desta Vila, o Afl. Joaquim José da Silva Xavier que era o autor principal de tudo..." (Luís Vaz de Toledo Pizza, Vila Rica, 2-9-1789).

"depois das ditas prisões ouvir dizer pública e geralmente que o dito Alferes da tropa paga desta Capitania, Joaquim José da Silva Xavier, homem que se diz ser de pouca capacidade dizia na Cidade do Rio de Janeiro que nesta Capitania de Minas Gerais se pretendia fazer um motim ou sedição." (João de Sousa Barradas, Mariana, 4-9-1789).

"Que igualmente pretendia, segundo disse a ele, testemunha, o dito Luís Vaz de Toledo (Pizza), todos os sobreditos conjurados e amotinadores fazerem desta Capitania uma República dividida em várias províncias, cuja capital havia de ser a Vila de São João del-Rei..." (José de Resende Costa, Arraial da Lagoa Dourada, 12-9-1789).

"... por alcunha o Tiradentes, que era o mais apaixonado por esta sedição e motim..." (José de Resende Costa (filho), Arraial da Lagoa Dourada, 12-9-1789).

"... depois de cuja resposta lhe disse o dito Alferes (Joaquim José da Silva Xavier) que este país era rico, e que a não irem todos os seus haveres e riquezas para fora, seriam grandes as utilidades de todos os seus habitantes; mas que tempo viria em que houvesse alguma sublevação ou levante e ficariam livres da sujeição dos Ministros que faziam insolências aos povos, e de pagarem derramas e outras imposições mais." (Antônio da Fonseca Pestana, Vila Rica, 16-9-1789).

"... foi ter ouvido pública e geralmente, que o dito alferes (Joaquim José da Silva Xavier) publicamente e sem reservas, falava do motim e sedição que podia fazer-se nesta Capitania..." (Pe. Manuel Rodrigues da Costa, Faz. do Registro Velho, 25-9-1789).

"... encontraram no caminho, no lugar que se declara a testemunha referente ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o qual disse ao dito Cel. Joaquim Silvério dos Reis neste encontro - que se levava muito dinheiro para a Fazenda Real, que não fosse tolo, que o não metesse nela, porque lhes havia de ser necessário para outras coisas - e disse mais - que cá tinha para o Rio de Janeiro trabalhar para todos..." (Patrício Ferreira, Rio de Janeiro, 26-10-1789).

"O Alferes Joaquim José da Silva Xavier era o



principal motor da projetada sublevação, o que mostrava o maior empenho e eficácia na execução dela e o que amotinava o povo e pretendia corromper a tropa, já com enganosas esperanças adequadas aos interesses de cada um..." (Visconde de Barbacena)

"... um daqueles indivíduos (JJSX) da espécie humana que põem em espanto a própria natureza. Entusiasta com o afêro de um quáquer, empreendedor com o fogo de um Dom Quixote, habilitado com um desinteresse filosófico, afoito e destemido, sem prudência às vezes e outras temeroso ao ruído da caída de uma folha, o seu coração era bem formado." (Frei Raimundo de Penaforte)

## O TROPEIRO XAVIER EM MINAS NOVAS

Sérgio Faraco

Um dos aspectos mais impressionantes do mito Tiradentes é a obstinação com que seus biógrafos reincidem na ficção para encobrir-lhes as tropelias e outras atitudes *non-gloriosas*. Veja-se o episódio de sua prisão em Minas Gerais, que desde o alvorecer do século XX vem sendo descrito com o recurso da imaginação.

Depois de obter a Carta de Emancipação (1767) e antes de entrar para o Regimento de Cavalaria em Vila Rica (1775), Joaquim José da Silva Xavier militou no comércio estradeiro, conduzindo tropas de mulas pelo interior da capitania. Numa dessas viagens esteve em Minas Novas, antigo arraial do Fanado a 65 léguas de Vila Rica para o Norte, pequena vila cujos habitantes viviam da mineração, da criação de gado e da cultura do algodão, e onde assistia Domingos de Abreu Vieira, mais tarde padrinho de uma filha do alferes (Joaquina) e réu também da Inconfidência. Em Minas Novas, o tropeiro envolveu-se em complicações que determinaram sua prisão. A informação correspondente vem de Alberto da Silva e Oliveira Rolim, que a 20 de fevereiro de 1790, no quartel da Infantaria em Vila Rica, depõe no processo dos inconfidentes. A certa altura do interrogatório, refutando a insinuação de que desejava o casamento de sua filha com o alferes Xavier, ele declara:

"... nunca tal pensou nem se falou; nem ele Respondente jamais conviria em tal; pelo conhecimento que tem da conduta, e morigeração do dito Alferes; o qual pelo seu comportamento esteve preso em Minas Novas, de onde veio com pouco, ou nenhum crédito; e tendo ele Respondente todo este conhecimento não fica verossímil consentisse em tal casamento."<sup>(1)</sup>

A notícia é incompleta. Alberto Rolim informa que Tiradentes foi preso, que a causa da prisão foi sua conduta - que Rolim diz conhecer, assim como sua moral -, e que, em consequência, retirou-se da vila desacreditado. Não particulariza o comportamento que deu margem à prisão nem a natureza do crédito perdido, e, contra a moral do alfe-

res, faz uma insinuação genérica. Pois essa versão difusa, recompondo fragmentariamente um fato que nada acrescenta à História do Brasil, por atribuir certa dimensão humana e falível ao Patrono da Nação tem merecido de historiadores da Inconfidência, por assim dizer, um tratamento curilário.

Com efeito, desde o início do século certos estudiosos tomaram a iniciativa de *temperar* o informe de Alberto Rolim, assentando como causa da prisão um cometimento que, a par de elidir eventual desonra, acrescentaria outra auréola à romântica cabeça: Xavier foi preso, dizem nossos hermeneutas, por ter tomado o partido de um escravo que apanhava. Transcrevamos inicialmente um exemplo atual: A ninguém é lícito, por exemplo, negar a influência decisiva que sobre ele e suas inclinações revolucionárias exerceu o incidente ocorrido, na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas. O tropeiro atingira a vila, onde, em senhorial prédio, residia seu futuro compadre, o Ten. Coronel Domingos de Abreu Vieira. Num dia de sua estada ali, encontrou um português possuidor de escravos chicoteando barbaramente um infeliz negro. Esse, amarrado e urrando de dor, pedia clemência. Não se conteve Joaquim José. Entrou em luta corporal com o opressor do negro ferido, fez escorrer sangue do malvado e acabou preso por um miliciano, recolhido a infecta prisão e despojado dos haveres que portava consigo. Libertado ao fim de alguns dias, passou a votar incontida ojeriza ao nome português e aos desmandos que muitos lusos praticavam nas Minas, por se julgarem senhores da terra e do povo que a habitava."<sup>(2)</sup>

Como se vê, inúmeros são os dados que oferece o historiador: o negro era português, o escravo fora manietado e, "urrrando de dor", pedia clemência. Surge então o futuro alferes e lança-se contra o agressor do negro, esmurrando-o até causar-lhe certa hemorragia. Alguém chama a milícia e o jovem tropeiro, injustamente, é conduzido para a prisão.

Vejamos outro exerto: "Numa dessas viagens foi o então jovem tropeiro até Minas Novas, de passagem para Bahia. Lá chegando encontrou no rancho um comboio de negros com o seu dono, o mercador. Vendo os tratos cruéis que o perverso indivíduo infligia a um dos escravos, sujeitando-o a torturas, aplicadas furiosamente pelo desalmado senhor, que ao pobre negro, quase agonizante, ainda pisava furiosamente, investiu Joaquim José contra ele, derrubando-o e procurando libertar a vítima do façanhudo negreiro. Travou-se luta corporal entre Joaquim José e o comboio de negros e, afinal, sendo preso, livrou-se o perverso indivíduo, enquanto Joaquim José ficava detido e processado, perdendo por furtos e por despesas de bem arranjadas custas tabelioas, os demais animais que constituíam seu pequeno lote de burros de carga."<sup>(3)</sup>

Notável a contribuição deste autor, que logra complementar a descrição do episódio: embora agonizante, o escravo era pisoteado pelo "perverso indivíduo." Surge o tropeiro, trava-se a luta corporal e, detidos os contendores, apenas Joaquim José permanece na prisão e é processado, perdendo seus bens por furto ou para satisfação das despesas processuais, calculadas dolosamente pelo escrivão.

Tais relatos de dois estudiosos, ricos em pormenores e - marcadamente o último - tão palavrentos que até se parecem com verdades, não trazem a indicação da fonte. E esta, como o leitor certamente observou, não é a *Devassa*, não é o depoimento de Alberto Rolim, único papel coetâneo a registrar o fato. Para desfazer o impasse, retracemos no tempo, precisamente aos anos vinte, quando o sempre elogiado Lúcio José dos Santos fazia vir a público seu volumoso estudo sobre a Inconfidência. Diz o mestre: "Consta, além disso, uma prisão de Tiradentes na Vila de Minas Novas. Qual o motivo? Segundo Machado de Castro (o grifo é meu), deu causa a essa prisão o fato



de compadecer-se Tiradentes de um pobre escravo, que estava sendo barbaramente castigado. Da discussão calorosa que com o senhor do escravo travou Tiradentes, resultou a prisão".<sup>(4)</sup> Em 1945, na primeira edição de seu *Arraial do Tijuco - Cidade Diamantina*, Aires da Mata reiterava a indicação: "Em suas andanças, Tiradentes foi parar a Minas Novas. Aí esteve preso, não se sabe bem por quê. Segundo Machado de Castro (o grifo é meu), o motivo foi ter protestado contra o bárbaro espancamento de um escravo, com cujo senhor teve calorosa discussão."<sup>(5)</sup> Eis aí como a questão parcialmente se esclarece no tocante a heróica defesa do escravo, as narrativas de Olliam José, Agusuto de Lima Junior, Lúcio José dos Santos, Aires da Mata Machado Filho, e as demais que por esses brasis circulam reiterada e exaustivamente, menos ou mais fantasiosas, menos ou mais ornamentais, introduzindo o barroco na biografia do alferes, têm sua fonte intermediária única bem localizada, isto é, Eduardo Machado de Castro, que em 1902, para contestar Joaquim Norberto (*História da Conjuração Mineira*), publicou uma "narrativa popular" da conjuração na Revista do Arquivo Público Mineiro. E se vem de Machado essa garantia, tão subsistente que ilustrou uma geração de historiadores, o próprio Machado faça uso da pálvra. Ele assinala, com efeito, que ao escrever sua monografia não mediu esforços "a fim de trazer a limpo a verdade", e isto significa que estamos no limiar de uma grande descoberta, a fonte originária do indidente que eleva Joaquim José da Silva Xavier à condição de paladino da negritude. Transcrevamos sem demora o fragmento pertinente: "Na vila de Minas Novas foi preso um dia o Tiradentes, afirmam alguns (o grifo é meu), porque se compadecia desse pobre escravo, que era barbaramente castigado pelo seu senhor. Da discussão calorosa de Tiradentes com o senhor do escravo resultou a prisão de Tiradentes."<sup>(6)</sup>

Em que documentos, em que testemunho, onde, afinal, Machado de Castro foi recolher este relato, para trazer a limpo a verdade" e legá-las aos pósteros e à História? Ele não se peja de expressar sua fonte. Esta: *afirmam alguns*. Nada mais, nada menos. Afirmam alguns e dir-se-ia, como Pilatos: "O que escrevi, escrevi." Mas que História é esta, por favor, em que o pesquisador se abebera no manancial do Dr. Algum? Lúcio José dos Santos, a certa altura, reconhece que Machado de Castro "não baseou devidamente a tradição", mas nem por isso deixa de dar guarida ao folhetim, considerando-o "muito plausível." Já Aires da Mata, conquanto declare ignorar os motivos certos da prisão ("não se sabe bem por quê"), sai-se com esta preciosidade: "O certo é que tal prisão não lhe foi desonrosa." Opiniões pessoais, sem dúvida, mas a História do Brasil haveria de passar bem melhor sem o ministério do palpito.

A novela de Minas Novas, contudo, não se acabaria assim, tão facilmente, com a queda de uma máscara. Se faltava a prova, foi justamente este elemento imprescindível que Tarquínio J. B. de Oliveira, anotador e organizador da nova edição dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, reivindicou ter encontrado no processo, no mesmo volume e a menos de 100 páginas do depoimento de Alberto Rolim. O texto do Dr. Tarquínio é claro, categórico e, dir-se-ia, definitivo: "Em 1775, antes de sentar praça no novo Regimento

de Cavalaria Regular, (Xavier) fazia comércio em Minas Novas, pois aí foi preso ao defender um escravo contra maus tratos do dono, segundo depôs Alexandre da Silva (o grifo é meu), mais tarde escravo-secretário do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim."<sup>(7)</sup>

Não mais Machado de Castro, que "não baseou devidamente a tradição", mas o próprio processo, "segundo depôs Alexandre da Silva", e eis como o anotador dos *Autos*, com singela penada, supre todas as lacunas da versão, evidenciando o quem, o como, o onde. Ora, diz Alexandre da Silva sobre Tiradentes, no depoimento em referência: "Respondido que sendo ele ainda cativo de Manoel Soares Cardoso, residente em Minas Novas, aí conheceu aquele Joaquim José, ainda Paisano, o qual vivia de sua agência; e depois que o mesmo daí se retirou, nunca mais ele Respondente o tornou a ver, senão aquela única vez no Rio de Janeiro como declarado tem; e esta é a razão de seu conhecimento."<sup>(8)</sup>

O leitor há de reler o fragmento e perguntar-se, com assombro, se o autor deste artigo não reproduziu o depoimento errado ou, quem sabe, outra passagem do depoimento certo. Desgraçadamente, a resposta é negativa. Não suspeitemos, porém, da honestidade do ilustre pesquisador. Leitor e autor, devemos ambos um profundo respeito à memória do Dr. Tarquínio J. B. de Oliveira, laborioso investigador da História de Minas Gerais e, particularmente, da Conjuração Mineira, capítulo que amou e ao qual dedicou os últimos anos de sua vida. Como um preito a essa memória consideremos que, na remissão ao depoimento de Alexandre da Silva, ele apenas se enganou. Reconheçamos ainda, como parte da homenagem, ser difícil para um estudioso do processo recordar-se de todas as fontes de que se serve, principalmente quando elas não existem.

Ultrapassado o balanço da prova documental, cujo aparecimento, por certo, ainda estamos por comemorar, resta em aberto uma reflexão muito em voga, presente na obra de Lúcio José dos Santos, que por sua vez repete Machado, quando este assinala: "Se aquela prisão fosse desonrosa para Tiradentes, os temíveis homens da devassa tinham-se aproveitado dela para ultrajar o herói mineiro."<sup>(9)</sup> Mestre Lúcio, ainda opinando, considera "muito exata" essa observação, que sobre ser simplória, atropela a orientação imprimida ao processo na sua fase instrutória.

De fato (sim, porque *ex jure* não o poderiam), os inquisidores foram minuciosos até o enfado, e já me reportei alhures à transformação que sofreu o processo durante a formação da culpa. De processo judicial, que efetivamente o era, passou a ser conduzido como um processo administrativo, isto é, submisso o regramento instrumental às exigências que a consecução da verdade material impunha, não se detendo os juízes nem mesmo face à aberração jurídica, como era o caso de instruir dois procesos para um delito só. Mas a busca microscópica dessa verdade material (não refletida na sentença, uma peça política), que determinou inclusive a abertura de trabalhos paralelos (os casos do embaçado de Vila Rica e do suposto envolvimento de potências estrangeiras), aquele rigor enfadonho, mesquinho até, que presidiu os interrogatórios e todas as diligências, só se comunicava com fatos direta ou indiretamente relacionados com o corpo de delito, e não com outros per-



tinentes à atividade privada dos indiciados. Não recordaremos aqui, dada a sua extensão, a relação dos crimes praticados pelos conspiradores mineiros em seus afazeres usuais<sup>(10)</sup>. No entanto, nenhuma investigação foi aproveitada nessa direção, nem mesmo quando aqueles delitos foram expressamente relatados na *Devassa* por informantes insuspeitos. Numerosos crimes do padre José da Silva e Oliveira Rolim, v.g; são mencionados por seu próprio irmão: "... respondeu, que tem ouvido imputarem-se-lhe mortes; contrabando de ouro e diamantes, e furto de uns papéis (...) e finalmente que tinha intervindo para uma casa de moeda, que se achava estabelecida nos confins desta capitania..."<sup>(11)</sup>. Homicídios, contrabando, furto, falsificação de moeda... o inquisidor ignora essas atividades do reverendo e quer saber de outros fatos delituosos, aqueles de "mais agravante qualidade", isto é, os crimes políticos. A omissão dos juízes em relação à prisão de Xavier em Minas Novas denota apenas desinteresse, sinal de que não se tratava de fato político, mas penal ou cível, decorrente de cometimento na área de seus negócios ou de suas relações humanas. Omissão que, de resto, não autoriza uma atribuição de honradez ao que delinqüiu. Antes o contrário.

## NOTAS

(01) Auto de Perguntas Feitas ao Sargento-Mor Alberto da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica, 20 de fevereiro de 1790. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1936-38. v. 2, p. 461.

(02) JOSÉ, Olliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974. P. 30-1.

(03) LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*, 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1968. p. 68.

(04) SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972. p. 135-6.

(05) MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco. Cidade Diamantina*, 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia & EDUSP, 1980. p. 95.

(06) CASTRO, Eduardo Machado de. *A Inconfidência Mineira. Narrativa Popular. Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, (3/4):1077, 1902.

(07) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 2ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977. v. 9, p. 16. Nota.

(08) Auto de Perguntas Feitas ao Pardo Alexandre, Escravo do Padre José Silva de Oliveira. Vila Rica, 23 de novembro de 1789. *Autos*, 1ª ed. v. 2, p. 337; também: *Autos*, 2ª ed. v. 2, p. 371.

(09) CASTRO, op. cit; p. 1077.

(10) v. FARACO, Sérgio. *Tiradentes. A Alguma Verdade (Ainda Que Tardia)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 37 et seq.

(11) *Autos*, 1ª ed. v. 2. p. 456.

De *Tiradentes o Mito & a Nação*, Sérgio Faraco, Criad Edições Ltda; 1982.

## A Maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira

Paulo Gomes Leite

Em relatório datado de 30 de julho de 1799, o governador da Fortaleza da Ilha das Cobras, José Monteiro de Macedo Ramos, narra que, em 10 de julho do mesmo ano, desembarcaram da nau "Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio", no porto do Rio de Janeiro, 243 presos procedentes de Lisboa e com destino à Índia. Havia a recomendação de ficarem separados dos outros prisioneiros os dois cadetes Luís Antônio e Lou-

renço Pereira Pinto e Francisco Alvaro da Silva Freire.

Relata a seguir que este último, Silva Freire, contou a sua vida, dizendo que, com a idade de nove para dez anos, fora para a Inglaterra e que estudara Filosofia em Paris, voltando depois para Portugal, onde se formou pela Universidade de Coimbra. Sentindo, porém que a sua vocação era o comércio, foi estudar essa matéria na Holanda.

De regresso à sua pátria, submeteu-se a exame na Junta de Comércio, e havia dez anos que começara a comerciar em sociedade com Manuel Joaquim Jorge da Cunha. Sobre o motivo de sua prisão, disse que devia ter sido por algum contrabando, e que fora levado, no mês de março, para a famigerada prisão do Limoeiro, sendo transferido depois para outra cadeia, permanecendo in-comunicável até o momento do embarque. Após



narrar suas desventuras familiares, manifesta a suposição de ter sido denunciado por um cunhado, por ler jornais estrangeiros (as autoridades portuguesas temiam que as notícias sobre a Revolução Francesa pudessem alvoroçar os ânimos e subverter o Reino).

No fim do relatório, Macedo Ramos observa que Silva Freire se jactava de ter muitos amigos na Corte, que provavelmente lhe conseguiriam o perdão e a licença para voltar a Lisboa.

Da prisão, Silva Freire escreveu duas cartas a Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, que na época, era Conselheiro Chanceler da Relação do Rio de Janeiro. Mandou-lhe também uma outra carta, pedindo-lhe que a entregasse a Modesto Antônio Mayer, Ouvidor de Vila Rica, ainda não empossado.

Em 1786, Luís Beltrão fora nomeado Fiscal dos Diamantes, passando a Intendente em 1º de dezembro de 1789. Foi suspeito de envolvimento na Inconfidência Mineira. Talvez temendo cair numa enrascada, mais que depressa entregou as três cartas ao Vice-Rei, Conde de Resende, que ordenou ao Desembargador dos Agravos da Relação do Rio de Janeiro, Dr. João de Figueiredo, que desse busca na cela de Silva Freire e no navio em que ele tinha vindo, bem como o interrogasse.

O conteúdo das cartas, principalmente da que era dirigida ao Ouvidor de Vila Rica, impressionou vivamente o Vice-Rei, que assim se manifestou sobre elas em ofício dirigido ao Dr. João de Figueiredo, datado de 02 de agosto do mesmo ano de 1799: "...acho, pelas cartas inclusas, e principalmente pela que dirige ao seu parcial e íntimo amigo Modesto, assaz patente o veneno que encobre em seu malévolo coração, pois que não só deseja, mas efetivamente espera ver a sua Pátria envolta na mesma confusão, desordem e ruína em que se vê submergida a França pelo transtorno da sua Monarquia."

No dia seguinte, 03 de agosto, o Conde de Resende escreveu outro ofício ao Desembargador dos Agravos, comunicando-lhe haver sido informado oralmente por Luís Beltrão de que o Alferes Vicente José de Azevedo, que ia para a Índia, lhe tinha prometido (a ele, Beltrão) entregar-lhe algumas cartas que Silva Freire escrevia a vários amigos de Lisboa, para Beltrão ao entregar ao nomeado Ouvidor de Vila Rica, Modesto Antônio Mayer, quando ele chegasse ao Rio, para o mesmo as remeter para Lisboa. Em seguida, o Vice-Rei determinou ao Desembargador João de Figueiredo que tentasse localizar as mencionadas cartas.

Em ofício de 27 de setembro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Resende assim começa: "Logo que pelas duas primeiras cartas que o preso Francisco Álvaro da Silva Freire escreveu ao Conselheiro Chanceler Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, e este me comunicou, vim no conhecimento de que o dito preso era um refinado Jacobino e Pedreiro-Livre e que a sua tenção era imediatamente que chegasse a Goa ou retirar-se para a Holanda ou para a França, como confirma em outra das cartas que vão apensas, assentei que..." (Arquivo Nacional, códice 68, volume 15, folha 184).

Houve quem interpretasse erroneamente esse trecho, dizendo que o Conde de Resende acobimou Luís Beltrão de "Jacobino e Pedreiro-Livre". Na verdade, a pecha foi lançada sobre Silva Freire, e não sobre Luís Beltrão. Tal lapso vem sendo repetido pelos historiadores.

Viajou no mesmo navio, de Lisboa para o Rio de Janeiro, um amigo de Silva Freire, Vicente Guedes, natural de Moçambique. Em seu depoimento, Silva Freire diz tratar-se de Vicente Guedes da Silva e Sousa, filho de um homem rico de Moçambique (folha 19 do "Auto de perguntas feita a Francisco Álvaro da Silva Freire"). Guedes ia para Moçambique como passageiro comum.

Na busca empreendida no navio "Conceição", foram encontrados no beliche de Vicente Guedes os seguintes livros:

- 1) "Lettres Cabalistiques".
- 2) "Lettres Chinoises".
- 3) Rousseau: "Emile".
- 4) Rousseau: "Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes".
- 5) Marmontel: "Contes Moraux".
- 6) Le Sage: "Histoire de Gil Blas de Santillane".
- 7) Cervantes: "Histoire de l'Admirable Don Quichote de la Manche".
- 8) Molière: "Oeuvres".

- 9) Voltaire: "Théâtre".
- 10) Lucrécio: "De la Nature des Choses".
- 11) Helvetius: De l'Homme, de ses Facultés Intellectuelles et de son Education".
- 12) Helvetius: "De l'Esprit".
- 13) "Letters".

- 14) "The English and French Letter".
- 15) "The Travels of Cyrus".
- 16) "Hudibras".
- 17) Condillac: "Oeuvres Philosophiques".
- 18) "Recueil Historique et Chronologique des Faits Mémoires pour Servir à l'Histoire Générale de La Marine et à celle des Découvertes".

20) "Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade".

21) "Armínio ou Alemanha Libertada", poema heróico pelo Barão de Schonaich".

23) "Dictionnaire Géographique Portatif".

24) "Antônio Jacinto de Araújo: "Aritmética Prática e Especulativa".

25) Francisco e Paula Medina: "Poesias Líricas".

Foram apreendidos os livros de nº 1, 2, 3, 4, 11, 12, 13 e 16 e liberados os outros. O Dr. João de Figueiredo apreendeu os de nº 13 e 16 sob a alegação de que eram escritos em inglês, língua que ele desconhecia, e sugeriu ao Conde de Resende que os enviasse, para exame, a alguém que soubesse a dita língua.

Não se sabe como Vicente Guedes conseguiu obter os livros de Rousseau e Helvetius, pois eram proibidos em Portugal e suas colônias.

Em Paris, o "Emile" foi atacado sob a alegação de que tentava destruir "a verdade das Sagradas Escrituras" e a autoridade da Igreja. O Parlamento ordenou que o livro fosse queimado no pátio do Palácio da Justiça, o que aconteceu em 11 de junho de 1762. Foi expedida ordem de prisão contra Rousseau, que fugiu para a Suíça. Mas lá também seria perseguido. Em 19 de junho, o Conselho de Genebra condenou o "Emile" e o "Contrato Social", acusando-os de serem livros ímpios e blasfemos, e de tentarem solapar os fundamentos da religião cristã. As obras foram ali também queimadas e sua venda proibida. No mês seguinte, Rousseau recebeu ordens de deixar Berna, sob pena de ser preso.

No "Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens", Rousseau, ao discorrer sobre um dos estágios da desigualdade, o despotismo, mostra que esse estado justifica a revolução e o regicídio: "... o déspota só é senhor enquanto é o mais forte e, assim que se pode expulsá-lo, absolutamente não lhe cabe reclamar contra a violência. A rebelião que finalmente degola ou destrona um sultão é um ato tão jurídico quanto aqueles pelos quais ele, na véspera, dispunha das vidas e dos bens de seus súditos. Só a força o mantinha, só a força o derruba;" (Editora Abril Cultura, 2ª edição. São Paulo, 1978. Pág. 280).

O Abade Raynal, que tanta influência exerceu sobre os inconfidentes, também defende o direito à rebelião e justifica o regicídio. Essas idéias, que comprometiam seriamente a estabilidade do Trono Português, assentado sobre as bases falsas da desigualdade e da intolerância, ao circularem freqüentemente entre os portos de Lisboa e do Rio de Janeiro, apesar das proibições e da vigilância, revelam não só as falhas de fiscalização naqueles portos, como também a avidez de conhecimentos e informações dos "jacobinos" e "pedreiros-livres" que pretendiam alcançar as mesmas conquistas já obtidas pelos norte-americanos e pelos franceses.

Além dos livros citados, acharam-se ainda no beliche de Vicente Guedes seis cadernos, contendo alguns deles textos maçônicos, manuscritos, escritos em francês. Eis o seu conteúdo:

- 1º caderno: um catecismo da Maçonaria.
- 2º caderno: uma cópia imperfeita do 1º caderno.
- 3º caderno: ritual maçônico de recepção do que pretende ser Mestre; história abreviada de Hiram, Adoniram e anotações diversas.
- 4º caderno: cartas em prosa, provavelmente copiadas das que Rousseau publicou com o título de "La Nouvelle Heloise".
- 5º caderno: duas cartas em verso português e dois sonetos, segundo o Dr. João de Figueiredo "de doutrinas perniciosas aos princípios e fins da nossa Religião".



6º caderno: uma carta escrita em português.

Foram encontrados mais alguns papéis, irrelevantes, inclusive uma carta de uma Avó para um Neto, que deve ser o Silva Freire, de acordo com o seu conteúdo.

Os autos do processo de Silva Freire encontram-se no Arquivo Nacional (Vice-Reinado, caixa 491). Constituem-no depoimentos de Silva Freire e de outras pessoas, ofícios do Vice-Rei, termos de busca e apreensão, o relatório do Governador da Fortaleza da Ilha das Cobras. Estão apensos ao processo as cartas dirigidas a Luís Beltrão, Modesto Antônio Mayer e a várias outras pessoas; os seis cadernos e outros papéis. Acha-se também anexada uma carta de Silva Freire a Simão Pires Sardinha, bastante suspeito de envolvimento na Inconfidência Mineira.

Nota-se nas cartas escritas por Silva Freire um sinal maçônico constituído de três pontos em forma de triângulo (∴). Esse conhecido sinal, identificador dos maçons, está sempre apostado à sua assinatura e aparece também num trecho da carta dirigida a Simão Pires Sardinha, parcialmente redigida em linguagem cifrada, em que se percebem algumas expressões estereotipadas, de provável sentido convencional e que se repetem nas outras cartas.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, a carta a Simão Pires Sardinha. Atualizamos a grafia e desfizemos as abreviaturas, mas conservamos as formas lingüísticas próprias do português do século XVIII.

"Rio de Janeiro 19 julho 1799

Amigo e senhor.

Finalmente acho-me neste continente, e bem contra minha vontade. Até aqui bem tenho passado, porque a bordo achei amigos que me procuraram um tratamento como passageiro o mais atendido. Na Ilha das Cobras, em que me acho, tenho sido assaz distinguido pelo Governador e seu filho, que me dá toda a liberdade. A sua casa é o meu quartel: em toda a parte acho homens honrados. Na Índia espero também encontrá-los no pouco tempo que espero ali demorar-me, e, certamente, meu amigo, a 1ª que de mim receber há de ser de lugar mais perto de Vossa Mercê do que este em que me acho, mas há de ser lugar seguro. Eu saberei fazer a escolha, e os meus inimigos não terão a glória de verem por inteiro os desejos cumpridos.

"Conhecendo ser meu amigo, tomo a liberdade de escrever-lhe e dar-lhe parte do por que tenho passado e pretendo fazer, e, confiado na sua bondade, atrevo-me a recomendar-lhe Madame Nonninis, aquela pobre e honrada senhora, a quem certamente hei de fazer alguma falta, por lhe tratar do seu negócio, única escora da sua subsistência, que me persuado terá dado fim.

"Tenha saúde e viva contente, se isto pode ter lugar, mas a sua quinta concorre muito para a felicidade da sua vida.

Adeus.

(a) Francisco Álvaro da Silva Freire."

Como se vê, é uma carta bem escrita, e nela Silva Freire manifesta a certeza de se evadir da Índia, tão logo chegasse lá. É que vê "homens honrados", por toda parte. Esses "homens honrados", seguidos do sinal maçônico, certamente são maçons, que poderiam ajudá-lo a fugir do exílio.

Os três pontos formando um triângulo, apostos à sua assinatura, identificam-no como maçom. Por sê-lo, Silva Freire já tinha sido preso pela Inquisição.



Um trecho do caderno de maçonaria de Vicente Guedes explica o uso constante que os maçons fazem do número três. Damos, a seguir, a tradução do francês da passagem sob o título de "Observações sobre os diversos usos da Maçonaria".

"1º Há irmãos que, nas cartas que escrevem, põem um esquadro, um compasso ou algum outro símbolo da Ordem em cima, embaixo ou ao lado da sua assinatura. É assim que o usa o autor da carta dedicatória do segredo dos franco-maçons, mas é uma abuso introduzido pela ignorância ou pela ostentação dos noviços. Um franco-maçom bem instruído que escreve a um irmão deve empregar apenas esta fórmula: Eu o saúdo pelo número ordinário, e aí acrescentar três.

"Esse número ordinário é o número três. Sa-be-se que os franco-maçons, na loja e à mesa, fazem tudo por três. Mas, quando é uma loja que escreve a outra, então alguns apõem os símbolos de que falei..."

O processo de Silva Freire é um documento histórico bastante elucidativo, pois nos fornece a teoria e a prática da Maçonaria no fim do século XVIII, bem como revela a aliança do Iluminismo com a Maçonaria, que navegavam juntos pelos mares, tirando o sossego do governo português, assustado, por certo, com a teoria do regicídio, de Rousseau, e com os triângulos pontilhados. E a intemperança epistolar do jacobino português não só mostrava que ele permanecia devoto do Grande Arquiteto do Universo, como também que Simão Pires Sardinha, Luís Beltrão e Modesto Antônio Mayer rezavam pela mesma cartilha.

O triângulo maçônico, que já aparecera há dez anos atrás na bandeira criada pelos inconfidentes mineiros, ressurgia nas cartas de Silva Freire, inclusive nas destinadas a Luís Beltrão e Simão Pires Sardinha, suspeitos de envolvimento na Inconfidência e que novamente apareciam, dessa vez como maçons, o que fortalece a hipótese de ter sido a Inconfidência Mineira um movimento ligado à Maçonaria.

Num período de 10 anos, de 1789 a 1799, Simão Pires Sardinha e Luís Beltrão aparecem sempre metidos numa trama de cunho libertário, iluminista e maçônico, mas o papel desempenhado por eles é secundário e obscuro.

No movimento de 1789, nota-se a influência de Raynal, defensor do regicídio, e nos acontecimentos de 1799 a presença de livros de Rousseau, também defensor do regicídio.

Silva Freire, que aparece nos autos como um "apaixonado dos franceses", lembra a figura de Tiradentes. Com efeito, Freire é um articulador exaltado e temerário, que acaba sendo vítima da sua incontinência verbal.

Luís Beltrão favorece Silva Freire, mas, com sua experiência dos episódios de 1789, não se deixa pegar e entrega as cartas altamente comprometedoras ao Conde de Resende, negando qualquer envolvimento com o jacobino e pedreiro-livre português. Mais uma vez consegue escapar.

Contra todas as evidências, Silva Freire, em seu depoimento, nega ser maçom (embora admita já ter sido) e nega que os destinatários das cartas fossem maçons, mas o conteúdo destas, sua linguagem cifrada e a profusão de triângulos pontilhados mostram, inegavelmente, que se trata de cartas de maçom para maçons. Seria totalmente descabido escrever cartas ininteligíveis para leigos, ainda não iniciados nos mistérios da temida sociedade secreta. Ademais, toda pessoa, antes de ingressar na Maçonaria, tinha de fazer um juramento solene, com a mão sobre a Bíblia, no qual declarava que só falaria de assuntos maçônicos com os irmãos da entidade e prometia jamais revelar os segredos da Maçonaria. Eis um trecho do juramento que se encontra no caderno de Vicente Guedes: "Pela minha honra, eu prometo e me obrigo diante de Deus e desta honorável companhia jamais revelar os segredos dos maçons e da Maçonaria nem ser a causa direta ou indireta de que o referido segredo seja revelado, gravado, impresso em qualquer língua ou quaisquer caracteres. Prometo também só falar de Maçonaria a um irmão, depois de um exato exame. Eu prometo tudo isso sob pena de ter a garganta cortada, a língua arrancada, o coração despedaçado", etc. Diante de tão severo juramento, supõe-se que Silva Freire não se pusesse a fazer três pontinhos para qualquer um.

Simão Pires Sardinha, nascido no Tijuco (atual Diamantina), em 1752, era filho da famosa Chica da Silva, escrava do pai do Pe. Rolim, e do Dr. Manuel Pires Sardinha. Uma filha da segunda união de Chica da Silva (com o Desembargador João Fernandes de Oliveira), Quitéria Rita, foi amante do inconfidente Pe. Rolim, com quem teve cinco filhos. Portanto, Sardinha era cunhado do Pe. Rolim, que foi também maçom (foi enterrado, em 1835, com paramentos maçônicos).

Quando Tiradentes foi para o Rio, levou uma carta do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada para Simão Pires Sardinha. Levou à sua casa alguns livros ingleses, pedindo-lhe que traduzisse alguns trechos. Algum tempo depois, Sardinha devolveu os livros e, percebendo o objetivo de Tiradentes, aconselhou as pessoas a evitá-lo, dizendo que ele estava doido ("Autos de Devassa da Inconfidência Mineira", Edição da Câmara dos Deputados e do Governo do Estado de Minas Gerais. 1976. Volume I, pág. 190; vol. II, pág. 75). Sardinha conhecia os planos de Tiradentes, mas só o denunciou depois da sua fuga, apesar da obrigação existente naquela época de as pessoas delatarem uma conspiração, sob pena de serem punidas.

Em sua denúncia da conjuração, Francisco Xavier Machado relata que Simão Pires Sardinha lhe pediu que avisasse a Tiradentes que tivesse cuidado, porque estava sendo seguido por dois soldados (A.D.I.M; II, 475).

Depois que os conjurados começaram a ser presos, Sardinha pediu autorização ao Vice-Rei para ir à Metrópole e viajou o mais depressa possível. É significativa a sua fuga, ainda mais sendo tão apressada. Foi interrogado em Lisboa, por meio de carta precatória. Seu depoimento, que aliás não foi incorporado aos Autos de Devassa, é cheio de contradições e afirmações inverossímeis. Declarou que não tinha nenhuma amizade com Tiradentes e que só o conhecera de vista, em Minas (A.D.I.M; II, 460,8), o que entra em choque com a declaração de Francisco Xavier Machado, que, em sua denúncia, afirma que entre Tiradentes e Sardinha havia uma "boa e íntima amizade" (A.D.I.M; II, 477).

Perguntado se tinha pedido a F. X. Machado que avisasse Tiradentes de que ele estava sendo seguido, Sardinha respondeu que não se lembrava... (págs. 461-462). Mas, pressionado pelas perguntas, acaba admitindo que pedira para avisar Tiradentes "meramente por compaixão e por não desejar o seu precipício, pois sabia as loucuras e despropósitos que ele dizia" (pág. 462, 14).

Durante o interrogatório, afirma duas vezes que denunciara Tiradentes ao Vice-Rei, frisando que o fizera "ainda muito antes das prisões" (pág. 460,8 e pág. 462,14). Disso ele se lembrava bem...

As contradições são evidentes. Sardinha diz que mandara avisar Tiradentes por compaixão e, ao mesmo tempo, afirma que o denunciou antes das prisões. Onde está a compaixão?

A desabalada carreira de Sardinha para a Corte não passou despercebida ao inquiridor, que lhe pediu que se explicasse. Sardinha procurou justificar-se o mais que pôde, alegando que fora para a Metrópole para tratar de negócios com seu irmão, cuidar de seus interesses e tratar de um reumatismo gotoso em Caldas da Rainha... (pág. 464,18).

Simão Pires Sardinha despertou suspeitas no Visconde de Barbacena, que, em ofício ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, escreveu: "Lembra-me também dizer-te que uma das pessoas de quem se pode desconfiar é Simão Pires Sardinha, não só pelo seu caráter e princípios, mas pela grande amizade que tinha com um dos dois de quem tu muito desconfiava e com razão julgaste suspeitosos." (A.D.I.M; VIII, 188).

Que "princípios" seriam esses? Por acaso iluministas e maçônicos? Os dois indivíduos mencionados são provavelmente o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada e José Álvares Maciel. Este, também maçom, fora colega de Sardinha na Universidade de Coimbra.

Apesar da advertência do Visconde de Barbacena, o Vice-Rei autorizou a ida de Sardinha para a Metrópole, onde, depois de seu contraditório depoimento, o cunhado do Pe. Rolim (maçom) e colega de estudos e de Maçonaria de Álvares Maciel nunca seria molestado.



Simão Pires Sardinha sabia da conspiração, conhecia os planos de Tiradentes, seu íntimo amigo, não o denunciou antes de sua fuga e procurou salvá-lo. É verdade que o tachou de louco, mas esse foi um lugar comum entre os inconfidentes e suspeitos de inconfidência, que, aliás, participaram também da loucura libertária. A diferença entre eles e Tiradentes é que este manifestava abertamente a sua "loucura", enquanto que a dos outros era mais discreta e recatada.

A proteção de Sardinha a Tiradentes, mais do que uma pretensa compaixão, foi uma questão de princípios. Mas que princípios eram esses? A carta do Visconde de Barbacena alude aos princípios de Sardinha, mas não os especifica, apenas os condena. Os autos de devassa nada esclarecem a esse respeito, de modo que é fora deles, em outros autos (nos de 1799) que devemos buscar a explicação. Mas o processo de Silva Freire revela apenas a ligação de Sardinha à Maçonaria, sem nada esclarecer a respeito da sua ideologia política. Já o processo de 1789 nos fala da pregação republicana de Tiradentes sem dizer se ele era maçom ou não. É verdade que Joaquim Felício dos Santos, nas "Memórias do Distrito Diamantino" (v. 4ª edição, Editora da Universidade de São Paulo e Editora Itatiaia. 1976. Pág. 166), afirma que Tiradentes introduziu a Maçonaria no Tijuco, quando por lá passou, indo da Bahia para Vila Rica, mas, como não há documentação que comprove tal fato, ele deve ter tido apenas como uma hipótese. Como Joaquim Felício escreveu o livro em 1864, não muito longe, portanto, dos acontecimentos, deve ter-se baseado na tradição oral, que, se não confere autenticidade ao fato, pelo menos fornece uma importante hipótese de trabalho.

O Conde de Resende tachou Silva Freire de jacobino e pedreiro-livre. Usando sua terminologia, poder-se-ia dizer que Tiradentes era jacobino e Simão Pires Sardinha pedreiro-livre.

Vimos em 1799 o jacobinismo aliado à Maçonaria. É possível que dez anos atrás o mesmo também ocorresse, pois a Maçonaria, como organização secreta, era um meio ideal de congregação das forças jacobinistas. Além disso, a Maçonaria sempre assumiu uma posição de luta contra os regimes totalitários. Era natural, portanto, que os jacobinos procurassem ingressar na Maçonaria, e que os maçons, por sua vez, buscassem a aliança com os jacobinos.

Se isso se deu com Tiradentes e Sardinha não sabemos. É certo, porém, que os princípios de ambos tinham algo em comum: eram condenados pela monarquia portuguesa. Essa afinidade de princípios é que teria levado Sardinha a proteger Tiradentes.



# Costumes e usanças no tempo de Tiradentes

Cida Chaves

Tiradentes não era, como às vezes se diz, um mulato claro. Era filho de pai português e mãe brasileira. Família que surgiu abastada, no Sítio do Pombal, do que também desde logo se revelou proprietária. A mãe de Tiradentes, Antônia da Encarnação Xavier, nasceu em 12.4.1721 na Vila de São José (um ano depois de desmembrada da Província de São Paulo), filha legítima do português Domingos Xavier Fernandes e de D. Maria de Oliveira Sá, nascida na cidade de São Paulo. Os nomes de família indicam por si mesmos uma posição elevada da origem portuguesa e paulista. Diogo de Vasconcellos tem boas palavras para esse *patriciado*, no seu livro *História Antiga das Minas Gerais*.

Tiradentes teria, sim, como convém por um lado à sua origem bandeirante, um sangue indígena (mameluco?), o que pode explicar o seu nomadismo de alferes, o seu grande apego à terra e o seu conhecimento de *raizeiro*. Neste aspecto se destaca a imediata influência de um conhecimento indígena. A mãe, como modernamente se acredita, é a grande transmissora da cultura oral e a fonte primeira para os valores religiosos, atávicos e nacionais no sentido da linguagem do corpo e do calor do sangue.

Para se mostrar o que se fazia, mas também o que se tinha e se usava é bom atentar para os bens relacionados no testamento do pai de Tiradentes. Domingos da Silva Santos deixa bens no valor de dez contos e quarenta e seis mil e novecentos e trinta e cinco réis (Réis 10:046\$935) para repartir entre seus herdeiros. Neste valor estão incluídos 35 escravos de Angola e Benguela, que hoje, só os escravos, valeriam 274 milhões de cruzeiros (Cr\$ 274.000.000,00), em cálculo do preço de oitavas de ouro em março de 1992. Esses escravos valiam em média Rs 150\$000 (réis cento e cinquenta mil réis); ora, as duas casas da família, em São José del-Rei valiam apenas Rs 280\$000, sendo elas forradas, assoalhadas e cobertas de telhas.

O nível social da família, sua usança de baixelas de prata e estanho, como se relaciona no dito testamento, era alto e de bom gosto. Os bens móveis, incluindo a famosa Nossa Senhora da Ajuda e outras imagens, também despertam interesse nos estudiosos. Eles mostram as devoções e a importância dada às coisas do sagrado, sendo de recordar-se que Tiradentes veio a ter dois irmãos padres, alargando-se o convívio eclesiástico da casa paterna.

Estas relações, bem barrocas, ricas e quem sabe retóricas, correspondem a uma abastada e bem arranjada capela, onde se encontravam cálice e patena, no valor de Rs 25\$000, um prato e suas galhetas, no valor de Rs 9\$600, ou ainda "ornamento roxo e seo frontal", valendo Rs 40\$000; outro "ornamento" ou paramento, no montante de Rs 6\$000, bem como 5 portadas de cortinas de damasco, 2 castiçais de prata de Rs 3\$000; finalmente ali se encontravam um missal, um crucifixo e 6 imagens, incluindo a de Nossa Senhora da Ajuda, a qual, só ela, valia Rs 8\$600.

Para 35 escravos do sexo masculino, ocorria apenas a escrava Isabel, negra-mina, com 2 "creolas, Antônia e Clara", suas filhas naturais, sendo Antônia filha de Isabel. Isto evidencia que a Fazenda do Pombal era u'a mineração, onde o braço é essencialmente masculino. Além disso, ainda hoje existem vestígios de 2 aquedutos que levariam água do Rio Carandaí para a dita fazenda. Daí, nossa suspeita bem mineira, de que as 34 oitavas de ouro em pó, relacionadas no valor de Rs 40\$800, no testamento, eram um peso mui exíguo. Haveriam escondido o restante do ouro em pó, ou as pepitas levadas pelos aquedutos?

Animais, quase não os havia: uma vaca, dois porcos e 2 cavalos.

O relacionamento da família com o poder reli-

gioso era expressivo. Chegava a um débito, constante do inventário, de Rs 390\$550, maior que o valor das duas casas juntas e seus sítios na Vila de São José.

Se certa a pesquisa e doutrina de Fustel de Coulanges, em A Cidade Antiga, segundo a qual as famílias se enraízam no solo onde se abrigam os ossos dos antepassados, os gastos de Rs 87\$600 somente com o funeral da defunta D. Antônia indicariam que a família era portadora de uma antiga tradição.

As custas judiciais montam a Rs 49\$285 em 07.07.1757, quando é cumprido, finalmente, o testamento de Domingos da Silva Santos.

Cada herdeiro afinal, em face da *meação* e das dívidas civis, religiosas e judiciais, aufere apenas Rs 483\$187, preço de 3 escravos ou de 3 casas semelhantes às duas antes referidas, em S. José del Rei.

Tiradentes foi um elemento bem representativo de sua época, de seu meio, da cultura política e religiosa e das atividades econômicas da região. Recebeu herança de Rs 483\$187 e, ao morrer, seqüestraram-lhe Rs 797\$979, valor de diversos bens como um relógio inglês de "duas caixas de prata" no valor de Rs 12\$800 e um "machinho castanho Rosilho", avaliado em Rs 10\$000. Ele foi, portanto, também, trabalhador e próspero. Não se lhe pode reduzir a altitude humana, ou seu tipo de mineiro antigo.

Os Silva Xavier não desapareceram na voragem da História, estando os descendentes de sua irmã caçula, D. Antônia Rita de Jesus Xavier, espalhados por toda Minas Gerais, Norte de S. Paulo e Rio de Janeiro. D. Antônia Rita deixou numerosíssimos herdeiros, casada que foi com Francisco José Ferreira de Souza, "abastado proprietário da vasta Fazenda de Piahy, sita no distrito do Arraial Velho, termo de Queluz, Minas (hoje Cons. Lafaite)". Este termo pertencia à Comarca do Rio das Mortes, hoje a de S. João del Rei.

Escrevendo-se a História não se tem a liberdade da obra de ficção, embora as perguntas permaneçam mesmo ao arripio dos fatos. Isto servirá pelo menos para futuras pesquisas sobre o pouco conhecimento que se tem da vida real dos grandes vultos da Inconfidência. As linhas gerais constantes do saber oficial parecem pobres demais, ou ocultam algo que destoa da grandeza dos nossos primeiros povoadores. É certo que eles eram cidadãos atualizados, marchando dentro das idéias mais progressistas do seu tempo. Não eram apenas devedores do fisco colonial nem somente vítimas da anunciada derrama, nem eram mestiços incultos, revoltados e visionários.

Entre esses nossos antepassados avulta Joaquim José da Silva Xavier, personalidade rica, dotado de muitas facetas, como o seu próprio meio familiar de proprietários, padres e mineradores. Sua vivacidade intelectual o levava a ler a constituição americana, a ser dentista, a exercer os seus conhecimentos mineralógicos. Em 1774, o Tiradentes é recomendado, pelo governador Luiz da Cunha Menezes, ao Cel. Manoel Rodrigues da Costa, para a sua expedição de interesse minero.

Xavier da Veiga, nas suas *Efemérides Mineiras*, diz que a família do Alferes era laboriosa, honesta e estimada, parecendo, porém, reduzir ou ignorar o testamento acima analisado dizendo que esta família era de "modestos recursos". Ainda assim, Tiradentes não era o tipo do indivíduo revoltado, do desajustado ou do ambicioso corroído pela inveja.

O Pombal está hoje esquecido junto ao Rio das Mortes. Suas ruínas, no entanto, não escondem a grandeza dos velhos tempos e nem silenciam as muitas perguntas que direta ou indiretamente estão feitas. Ali estão os aqueclutos, as paredes de pedras, talvez alicerces, e uma placa recente...



Nos guias turísticos, nos mapas, a omissão. As águas continuam a rolar sobre o silêncio que vem se aprofundando numa angústia de história existencial, de tempo vivido, criado, condicionado para o futuro das gerações como a nossa, atenta, algo perplexa, ou surpresa...

## CONSULTAS

Arthur V. de Rezende e Silva \_ Genealogia Mineira, 4ª parte. A Família Tiradentes, Ed. Sfreddo & Gravia Ltda. \_ 1939.

Diogo de Vasconcellos \_ Hist. Antiga de Minas Gerais, 1º e 2º volumes. História Média de Minas Gerais \_ Ed. Itatiaia, INL e MEC \_ 1974.

Fustel de Coulanges \_ A Cidade Antiga.

Barão Homem de Mello \_ Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 66, 1ª parte, "Inconfidência Mineira" 1904.

Xavier da Veiga \_ Efemérides Mineiras.

Pascoal Motta \_ Eu, Tiradentes \_ Ed. Lê S.A. \_ 1990.



# O Militar

Olliam José

As atividades de tropeiro, embora proporcionadas ao gênio expansivo de Joaquim José, não o satisfizeram. Apesar de exercidas num período de nove anos, não lhe deram sequer o necessário para adquirir alguma economia ou a tranqüilidade com que sonhava, desde a infância, sua dominante instabilidade vocacional, filha, sem dúvida, do temperamento que o marcava e do meio em que viveu e lutou. Realmente, incorporou ele a sua formação moral muito da inquietude que abalava as populações presas ao mister da mineração, descritas quase sempre como extrovertidas, aventureiras, seminômades e voltadas para as desforças e vinganças.

Pensou então noutra profissão. E a que lhe surgiu como viável de pronto e capaz de aplacar-lhe a insatisfação da alma foi a militar. Era alto, espadado, gozava saúde física e mental e possuía ótimos conhecimentos sobre os caminhos da Capitania e os hábitos predominantes de seus povos. Mais ainda: não lhe faltava disposição para a luta e a idade lhe era favorável.

Como conseqüência, pediu e obteve permissão para assentar praça na Companhia de Dragões de Vila Rica, uma das três existentes em Minas. Com isso, passou a viver na localidade que mais o atraía nas viagens e cujo meio lhe parecia favorável a vitoriosa carreira de armas.

Joaquim José não se enganou. Até o posto de Alferes, avançou com celeridade. Assim, em 1776, quando da reorganização, por D. Antônio de Noronha, das forças militares da Capitania e da criação do Regimento de Cavalaria Regular, com sede em Vila Rica, teve, de acordo com o autorizado pela Ordem Régia de 27 de abril de 1775, sua classificação nessa patente e agregação à 6ª Companhia, cujo Capitão era justamente o pai de Marília de Dirceu, Balthazar João Mayrink.

Nas fileiras, percebendo 142\$350 — cento e quarenta e dois mil e trezentos e cinquenta réis — segundo consta do Códice 311, anexo 9, do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, tinha nessa importância anual meios para viver satisfatoriamente. Por outro lado, fez-se logo admirado dos superiores e querido de companheiros e subordinados, pela presteza, lealdade e generosidade que sabia colocar em suas atitudes. A maioria dos colegas e subordinados o louvava quase sem restrições, e os superiores o distinguiam pela exatidão e rapidez com que dava cumprimento às ordens recebidas. Seu gênio expansivo fazia-o atenuar com chistes e brincadeiras as naturais severidades da disciplina militar. E, como curador e dentista que era, desde a juventude, aliviava as dores de enfermos e curava, às escondidas do cirurgião oficial, as mazelas corporais que se abatiam sobre a soldadesca freqüentadora dos bordéis.

Da exatidão com que ele cumpria as ordens recebidas, ficou à História, como exemplo, o caso da acidentada prisão dos três irmãos Vidal de Barbosa, proprietários da Fazenda de Juiz de Fora, por se haverem negado a entregar às autoridades o casal de fugitivos, João Rodrigues e Arcangela Luiza do Espírito Santo. Os irmãos, entre os quais figurava o futuro conjurado Dr. Domingos Vidal de Barbosa, eram ricos e poderosos socialmente, e não acreditavam que simples alferes pudesse vencer-lhes a resistência. Joaquim José não se atemorizou com isso e, sem levar em conta a reação da numerosa escravaria dos irmãos fazendeiros, efetuou a prisão desses e executou fielmente a missão transmitida pelo próprio Governador da Capitania, nesses termos categóricos:

"Ao Alferes Joaquim José da Silva Commd. e da Patrulha do Matto. Ordemno que remeta a esse Reg.º da Paraibuna prezo, e a ordem do Excelentíssimo V. Rey, ao Dezertor João Roiz, i igualmente a rapariga Arcangela Luiza do Espirito Santo, que com elle fugio dessa para esta Capitania. Deos guarde a Vm.ce Va. Ra. 28 de Setembro de 1784. Luiz da Cunha Menezes — Snr-Coronel Luiz Alz. de Freitas Bello."<sup>8</sup>

Tais qualidades e aptidões não eram comuns nas rudes casernas da Capitania. Por isso, missões especiais foram atribuídas ao Alferes Joaquim José. Assim, acompanhou Dom Rodrigo, José de Menezes, em suas famosas viagens ao Cuité e ao Itamarandiba, quando, para garantia da pessoa e autoridade do Governador, se fez necessário reunir uma escolta de militares cuidadosos, leais e dispostos até ao sacrifício da vida. Em outra ocasião, 24 de dezembro de 1781, recebeu do Governador da Capitania, que falava em nome da Rainha, a incumbência de ser Comandante da Patrulha do Mato e de livrar a Serra da Mantiqueira dos assassinos e ladrões que, em quadrilhas, assaltavam os sítios e fazendas e despojavam de seus haveres os que transitavam no caminho de Vila Rica para o Rio de Janeiro. Em diligências ariscadas<sup>9</sup>, prendeu, no correr de dois anos e em patrulhamento exercido desde a Mantiqueira até o Registro do Paraibuna, nas divisas de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, não poucos malfeitores, fez outros fugirem para regiões desertas da Capitania e garantiu o trânsito de tropas e pedestres. Finalmente, em 21 de abril de 1784, recebia, juntamente com o Sargento-Mor Pedro Affonso Galvão de São Martinho, do Governador Luiz da Cunha Menezes, a importante missão de estudar "o sertão para a parte de Leste desta Capitania", porque o Alferes "tem intelligencia menerologica". No correr dessa audaz penetração, deveria especialmente: examinar os terrenos para a verificação da existência ou não de ouro aproveitável; calcular a capacidade dos sertões do Leste para receber populações; levantar a extensão provável das áreas planas e das florestas onde se pudessem fundar novas localidades; medir a capacidade de navegação dos rios; levantar mapas e cartas minuciosas da região; recensear os povoadores dessas áreas e fornecer a distância em que se achavam da Capitania do Rio de Janeiro; delimitar as fronteiras entre essa Capitania e a de Minas<sup>10</sup>.

É evidente a finalidade com que o Governador da Capitania de Minas Gerais ordenava essas pesquisas nos Sertões do Leste e a importância da missão confiada ao Alferes e a seu superior. Constituíam esses sertões as chamadas "áreas proibidas", onde se esperava existissem valiosas reservas de ouro e pedras preciosas. A princípio, não desejavam as autoridades o devassamento dessas terras, mas tiveram que alterar tal política. E o fizeram quando perceberam, depois de 1750, que ondas sucessivas de desiludidos da mineração, nas bacias dos ribeiros de Vila Rica, Mariana, Guarápiranga e seus respectivos e extensos territórios, desciam as Serras de São Geraldo, São José e outras elevações ramificadas da Mantiqueira, para localizarem-se nos sertões em que surgiriam, poucas décadas depois, vilas e cidades que, entre outras, hoje se chamam Rio Pomba, Visconde do Rio Branco, Ubá, São Geraldo, Astolfo Dutra, Muriaé, Cataguases, Leopoldina e Mar de Espanha. Era, efetivamente, impossível, em face dessa migração irresistível, manter o Leste fechado ao acesso da civilização. Logo, o melhor que se poderia fazer era conhecer com segurança tais regiões e dar-lhes o destino que realmente tiveram.

Apesar dos esforços que desenvolvia como militar, não ultrapassou Joaquim José o posto de Alferes. Sofreu preterições que tinha na conta de injustas e clamorosas. E, a respeito delas, queixar-se-ia aos companheiros de farda e, mais tarde, nos depoimentos prestados perante os devassadores da Conjuração, nestes termos esclarecedores: Ficara ele profundamente magoado "por ter sido preterido quatro vezes, parecendo a elle respondente, que tinha sido muito exacto no Serviço, e que achando-o para as diligencias mais arriscadas, para as promoções, e augmento de Postos achavam a outros, que se podiam Campar, por mais bonitos ou por terem Comadres, que servissem de empenho".<sup>11</sup>

A referência a *comadres*, inserida no trecho acima, dá a entender mais do que o desejou o Al-



feres. Revela que o elemento feminino dispunha de força junto aos chefes militares e outras autoridades governamentais. Não a força da virtude ou da sã amizade, mas a resultante da licenciosidade de costumes, da satisfação dos impulsos passionais, a força para subornar, para promover incapazes, para obter despachos tendenciosos, a força desnorteadora do sexo.

Essas queixas do Alferes, longe de lhe apenarem a figura, lembram que ele não conseguiu ver-se promovido, em treze anos nesse posto, dão-lhe a verdadeira dimensão humana, a do homem colocado em seu tempo, do homem que sofria e protestava contra aquilo que julgava ser indigno nas autoridades.

Diante desses desabafos de Joaquim José, cabe ao historiador e biógrafo tomar posição e buscar-lhes as causas determinantes. E elas existiram, podendo ser reconhecidas e lembradas.

Em primeiro lugar, contribuiu para o estacionamento dele no posto de alferes o reduzido grau de instrução que possuía. O argumento desapareceria, no entanto, se houvesse boa-vontade dos superiores para com o reclamante. Tanto isso é verdade que havia, na "tropa paga", oficiais superiores a ele, que, em nada, o ultrapassavam quanto à instrução.

O segundo argumento, e o decisivo a nosso ver, está no conhecimento que as autoridades já reuniam sobre as conversações revolucionárias mantidas pelo Alferes Joaquim José, desde o governo de Luiz da Cunha Menezes. Alguns superiores viram nisso uma indisciplina perigosa, outros suspeitavam que as proposições sediciosas nasciam de prováveis perturbações mentais. E todos acordavam em que não se deveria promover o oficial incriminado, antes que se dissipassem esses temores.

As preterições, que tanto magoaram o Alferes, tiveram pelo menos um efeito prático, além da esfera militar: levaram-no a solicitar e conseguir longa licença do serviço e a adquirir, para exploração de riquezas minerais, uma propriedade nas redondezas do Porto de Menezes, junto ao Caminho Novo do Rio de Janeiro, na Freguesia de Simão Pereira, e composta de oito sesmarias de terra, incluindo capoeiras, matos, águas, casas e senzalas. O êxito ainda aqui não lhe sorriu. O trabalho na fazenda, realizado por três escravos e duas escravas, não alcançou resultados positivos, agravando as desilusões de Joaquim José, que seriam maiores ainda quando, já preso, teve notícia de que lhe haviam seqüestrado, em 14 de junho de 1789, essa propriedade<sup>12</sup>, que seria também conhecida pelo nome de "Rocinha da Negra" e viria a pertencer à importante Família Carqueira Leite, sob cuja administração se tornaria poderoso fator de progresso agrícola na região e chegaria a ter um cemitério com artísticas sepulturas de mármore, ainda existentes e guardando os restos mortais de nobres e ricos proprietários.

8 Códice 241 — S. G., fls. 34-v do Arquivo Público Mineiro.

9 No correr delas, servia-se de uma bússola, a "agulha de marear pequena", a que se refere o auto de seqüestro, à página 323 do vol. 5º, dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, edição da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 7 volumes, 1936 a 1938.

10 Revista do Archivo Mineiro, ano II, 1897, págs. 347 e seguintes.

11 Depoimento de 18 de janeiro de 1790, em Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, vol 4º, págs. 45-46.

12 Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 5º, pág. 328.

De Tiradentes, Olliam José, Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1985.



# Documentos da Inconfidência/Tiradentes

A Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXIX, abril de 1978, estampa a Contribuição Bibliográfica para a História de Minas Gerais, "cuja primeira parte foi publicada nesta Revista em dezembro de 1976". Essa edição engloba o Período Colonial/Inconfidência Mineira. E no relacionamento de documentos, de modo especial, o que se refere a Tiradentes, num volume de 294 páginas, ficando expresso que na Contribuição não constavam documentos manuscritos, Autos de Devassa, Memória do Êxito que teve a Conjuração de Minas, entre outros, mas indicados competentemente.

Francisco Iglésias, na Apresentação dessa edição da Revista, refere-se ao compilador dos documentos: "Confirma-se mais uma vez o mérito do trabalho de Hélio Gravatá, bibliógrafo autor de dezenas de levantamentos referentes a fatos, obras, personagens ou autores." E mais adiante: "Como se vê, pelo simples índice, a pesquisa foi vultosa e cobriu todos os aspectos. O interessado tem aqui o melhor guia para tratar do episódio, roteiro e sugestões para novas pesquisas ou tratamento do assunto. (...) Como quase toda bibliografia, não é seletiva; suas datas extremas são 1819 (3 volumes de History of Brazil, de Robert Southey), até escritos de 1976. O autor sabe que

seu trabalho não é completo e receberá como contribuição qualquer reparo ou lembrança."

## Sumário da Revista

1 - DOCUMENTOS: publicados em livros e inéditos. 2 - BIBLIOGRAFIAS. 3 - LIVROS E OPÚSCULOS: autores brasileiros e autores estrangeiros. 4 - CAPÍTULOS E REFERÊNCIAS EM OBRAS: autores brasileiros e autores estrangeiros. 5 - VERBETES EM ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS. 6 - ARTIGOS, DISCURSOS, CONFERÊNCIAS, ETC.: autores brasileiros e autores estrangeiros. 7 - COMEMORAÇÕES DE 21 DE ABRIL EM OURO PRETO. 8 - LEGISLAÇÃO: Imperial e Republicana, Estadual. 9 - ROMANCES, NOVELAS, CONTOS: autores brasileiros e autores estrangeiros. 10 - TEATRO: autores brasileiros e autores estrangeiros. 11 - POESIAS: livros de poetas brasileiros e de poetas estrangeiros, trechos de poemas. 12 - FILMES. 13 - ICONOGRAFIA: livro e artigos, monumentos em Ouro Preto, 1867, em Ouro Preto, 1894, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, bustos, murais, quadros, placas e numismática. 14 - OBRAS EM ELABORAÇÃO E INÉDITAS.



## Tiradentes, patrono da nação

LEI Nº 4.897 - DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o Patrono da Nação Brasileira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2.º - As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e as empresas concessionárias de serviços públicos homenagearão,

presentes os seus servidores na sede de seus serviços a exelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efigie do glorioso republicano.

Parágrafo único. As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3.º - Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. Castelo Branco, Juracy Magalhães, Paulo Bósio, Arthur da Costa e Silva, Octavio Bulhões, Newton Tornaghi, Ney Braga, Flávio Lacerda, Eduardo Gomes, Raymundo Britto, Walter Peracchi Barcelos, Mauro Thibau, Roberto de Oliveira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias.

(Diário Oficial de 13 Dez. 65)

## TIRADENTES

# Patrono das polícias civis e militares

## I — Dia das polícias

Decreto-lei 9.208, de 29 de abril de 1946 Institui o Dia das Polícias Civis e Militares, que será comemorado a 21 de abril.

O Presidente da República,

considerando que, entre os grandes homens da história pátria que mais se empenharam pela manutenção da ordem interna, avulta a figura heróica do Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) o qual, anteriormente aos acontecimentos, que foram base de nossa Independência, prestara à Segurança Pública, quer na esfera militar quer na vida civil, patrióticos serviços assinalados em documentos de tempo e de indubitável autenticidade,

considerando que a ação do indômito promártir da Independência, como soldado da Lei e da Ordem, deve constituir um paradigma para os que hoje exercem funções de defesa da Segurança Pública, como sejam as Polícias Civis e Militares, às quais incumbe a manutenção da ordem e resguardo das instituições:

usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição decreta:

Artigo único - Fica instituído o Dia das Polícias Civis e Militares, que será comemorado todos os anos a 21 de abril, data em que as referidas corporações, em todo o país, realizarão comemorações cívicas que terão como Patrono o grande vulto da Inconfidência Mineira.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

EURICO G. DUTRA  
CARLOS COIMBRA DA LUZ



# Tiradentes, um do signo de escorpião

Zely Coutinho

O signo de escorpião tem como regente o planeta Plutão (Hades), que na Mitologia representa o deus dos mortos, o príncipe das trevas. No corpo humano, escorpião rege os órgãos sexuais, sendo o escorpionino, por isso, erótico e também sujeitos a doenças venéreas.

Escorpião situa-se no mandala zodiacal entre os signos sociais e é um signo fixo da água, buscando, portanto, o controle ou segurança das próprias emoções. Entretanto, o escorpionino procura a realidade do relacionamento e não o enfoque da sociedade. O seu relacionamento é forte, dramático, intenso, vital – ou fatal e inescapável –, porque, como controlador de emoções, ele sente a necessidade de penetrar profundamente no seu semelhante para conhecer a verdade oculta e fazer a transmutação de seus valores. Daí, a sua ligação com a psicologia, o sexo e o orgasmo.

O escorpionino heróico tem sangue-frio, é audacioso, resistente e auto-suficiente; é um tolerante que não suporta fraqueza de caráter; é o investigador nato que cava as coisas para ver o que há por dentro. Há, também, o escorpionino ciumento e o vingativo que, entretanto, não perdem o seu carisma nem a sua capacidade de auto-regeneração. Tem ânsia de viver intensamente, pois considera melhor sentir-se mal do que nada sentir. Por isso, gosta da luta, porque as emoções chegam ao auge; quer chegar perto da morte para conhecer-lhe o gosto e retornar à vida. Gosta do encontro sexual, onde um parceiro se rende totalmente ao outro no orgasmo regenerador.

Esse signo zodiacal só pode ser compreendido numa dialética que instaure uma formidável ambivalência em torno da vida e da morte. De um lado, o sofrimento, o mal, o drama, a ferida, o abismo, o absurdo, o nada, que levam à decrepitude que espreguiça tudo que tem vida, e, de outro, a transmutação dos valores materiais em valores espirituais, ocasionada pela putrefação da morte.

Como a Fênix, que renasce das cinzas, e como a aguardente extraída da putrefação, o escorpionino, na dor e na luta remobiliza a energia e prepara o renascimento da vida interior e dos valores subjetivos.

O escorpionino é quase sempre mal compreendido porque conhece a natureza relativa das coisas e declara não haver diferença entre o bem e o mal. Pode descer ao inferno e voltar puro, regenerando-se.

Podemos dizer que, em escorpião, está a antecâmara da criação. O lugar onde se combinam o pensamento criador e o desejo de expressão. E encontramos, ainda, nesse signo, um duplo caráter de transição entre o espiritual e o material e, nessa ordem de idéias, podemos uni-lo aos símbolos da revolta dos anjos e da queda de Adão e Eva.

Profissões:

Coveiro, farmacêutico, médico, parteiro, gine-



cologista, dentista, químico, psicólogo, psiquiatra, policial, agente secreto, criminologista, ocultista, espeleólogo.

Conhecendo a natureza humana através de sua aguda capacidade de percepção, o signo de escorpião é o elemento-chave para virar a mesa e fazer de uma derrota a sua vitória final. E foi o que aconteceu na Inconfidência. Sabendo que, pela sua posição social, ele seria o bode expiatório por excelência, Tiradentes, que nada tinha de ingênuo, aceitou *in totum* a culpa, pois já que estava condenado a priori, que o fosse com dignidade. O futuro seria a sua recompensa.

Livros Consultados:

BARBAULT, Anne. Introdução à Astrologia. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1987.

RIBEIRO, Anna Maria da Costa. Conhecimento da Astrologia. Rio de Janeiro, Hipocampo, 1986.

Revista Planeta. Escorpião, Horóscopo. Editores Três Textos de André Barbault.

NE: Conforme matéria publicada nesta edição (Flamarion, Jorge, Tiradentes), "Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nasceu em 1746 na Fazenda Pombal, que ficava à margem do Rio das Mortes, no município de S. João Del Rei. Foi batizado a 12 de novembro desse mesmo ano..."

## Alferes Joaquim José da Silva Xavier

Vila Rica - 25-05-1789

Bens seqüestrados (excerto)

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de setecentos e oitenta e nove anos, nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, em casas de morada do Padre Francisco Ferreira da Cunha, onde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Sabará, José Caetano César Manitti, comigo Tabelião ao diante nomeado, e sendo aí, o mesmo Ministro deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, em um livro deles, a Dona Ana Ferreira, irmã do dito padre, por este se achar ausente, em que pôs sua mão direita, sub cargo do qual lhe encarregou que debaixo do mesmo declarasse todos os bens que na dita casa se achavam, pertencentes ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, ausente na Cidade do Rio de Janeiro, e recebido por ela o dito juramento, debaixo do mesmo declarou que os únicos bens que existiam nesta casa, pertencentes ao dito Alferes, eram duas caixas ou canastras de couro preto, em que julga que estarão os seus trastes, e bem assim uma escrava, Maria de nação angola, com uma cria de dois anos por nome Jerônimo, e que os mais bens pertencentes ao mesmo Alferes se haviam de achar nas casas de sua residência, na rua de São José, de que ficou de posse o Cadete Francisco Antônio Roquete, e que não sabia de mais coisa alguma pertencente ao dito Alferes, e de como assim o disse, assinou com o dito Ministro e eu João Dias Rosa, Tabelião, que o escrevi. – Manitti – Ana

(...) ... bens pertencentes ao seqüestrado Alferes Joaquim José da Silva, cujos bens se depositaram na mão de Luís Antônio de Barros, que deles se deu por entregue, sujeitando-se às leis de fiel depositário, a quem eu Tabelião notifiquei... Lista dos trastes que foram achados nas casas em que morava o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, seqüestrados: cinco pratos de pó de pedra branca, duas tigelas com suas tampas irmãs, quatro pires com cinco tigelas de Castela, sete pratos

de estanho pequenos e três grandes, dois frascos de vidro grandes e duas garrafas finas pequenas, uma palmatória de latão, uma escumadeira, um caldeirão pequeno de obre com sua tampa, um coco de cobre, um candeeiro de latão velho, um almofariz de bronze com sua mão, uma espada sem bainha, três barris de arcos de ferro e mais um com arcos de pau sem tampa, um capacete de couro liso sem prata, uma carteira só com duas fiavelas de prata, uma cana com seus arcos de prata, uma peneira de seda, uma folha de chá e outra folha com sua tampa com oito paus de chocolate, quatro livros, três de oitavo e um de quarto, uma rede branca de algodão, uma teliz de couro forrada de baeta amarela, um chairrel e umas capeladas de pano azul já usadas, forradas, de linhagem, com seus galões de prata, também usados, com cercadura encarnada, três fardas de pano azul forradas de amarelo, de escravos, uma em bom uso e duas velhas, uma cama de vento com sua esteira, uma gamela grande e outra pequena, duas cangalhas, dois coldres de couro, cujos trastes foram por mim entregues por ordem do dito Desembargador... (...) ... foram abertas duas caixas de viagem encouradas, que, eu Tabelião, junto com o dito Ministro, o Doutor Manitti, havíamos feito conduzir da casa do Padre Francisco Ferreira da Cunha, no dia de hoje, onde elas se achavam, por ser informados de que as mesmas caixas e o que nelas se achavam, pertenciam ao seqüestrado, dito Alferes Joaquim José da Silva Xavier, e aí se abriram as mesmas caixas com as chaves delas, e dentro nas mesmas se achavam os trastes e bens seguintes – Item três pedaços de lemiste preto rasgado – Item três pedaços de pano azul ferrete fino, e novos, item um dito de pano grosso, também azul, item um boldrié de veludo preto usado espiguihado de prata, item uma casaquinha castanha e calção de cabaia cor de fogo já usada, com espequilhas de prata, item uma véstia e calção de cetim cor de fogo, com raminhos brancos, espequilhado de prata, tudo já usado,

item uma casaca, jaleco e calção de brilhante de seda rosa borda com abotoadura de palheta e lan-tejoulas de prata, item um dito calção e véstia sem mangas de seda cor de flor de pessegueiro também bordada de retrós... (...) item seis colheres de mesa de prata..., quatro facas com seus cabos de pau preto, e guarnições de prata, item três garfos irmãos (...) item cinco colheres de metal branco de chá, item uma tenaz do mesmo metal, item duas navalhas de barba novas, item dois cortes de cetim bordados de forro de prata para sapatos, item um dito também bordado de cetim para beca – roupa branca – item um lençol de pano de linho usado (...), um pedaço de pano de barba, um par de meias de seda pintada (...), eu Escrivão seqüestraste dois créditos que neste Auto me foram apresentados, pertencentes ao seqüestrado, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, sendo um de que é devedor Luís Pereira de Queirós, pedestre, da quantia de duzentos e vinte mil réis, com três recibos passados no mesmo crédito, escritos pelo mesmo seqüestrado, e outro crédito de que é devedor... (...).

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e nove anos, aos quatorze dias do mês de junho do dito ano, ao pé da Rocinha da Negra, na parada chamada Porto do Meneses, Freguesia de Simão Pereira, no Caminho novo do Rio de Janeiro, aonde eu Escrivão... (...) ... seqüestro e apreensão em um sítio com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, do mesmo Porto de Meneses e barranco do Rio Paraibuna, com todos os seus pertences de matos virgens, capoeiras, em que se compreendem oito Sesmarias, de uma a outra parte do rio, e assim mais com todas as terras e águas minerais compreendidas dentro das ditas Sesmarias, serviços de regos e água para o monjolo... (...) ... tudo pertencente ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier...

De Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, vol. 6, 1982.



## Cláudio Manuel fala de Tiradentes

Todos os presos por inconfidência, em 1789, depuseram a respeito do Alferes Xavier, e seria exaustivo colher todos esses depoimentos para esta edição comemorativa dos duzentos anos do Tiradentes, extraí-las das inquirições. Aqui apenas algumas declarações do poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa, em sua única inquirição, na Casa do Contrato, em Vila Rica, no dia 2 de julho de 1789.

"Foi mais perguntado se, em algumas vezes, o Dr. Gonzaga se achava em sua casa, dele respondente, o tinha ido ali ido procurar Alf. Tiradentes. Respondeu que: algumas vezes, em casa dele, Gonzaga, lhe dava o seu mulato recado de que o mesmo Alferes o procurava. E este dizia que o

mandasse embora, que lhe não queria falar; que era homem que lhe aborrecia; e que um homem daqueles podia fazer muito mal à gente pelo seu fanatismo. No que conveio ele, Respondente, dizendo-lhe que daquela natureza eram os Ravailac, os Jacques, e os Damiens. Foi mais perguntado se ouviu a alguns destes chefes dizer a fala que se havia de fazer ao povo no dia da sublevação. Respondeu que: nessa ocasião que já tem referido (...) e o Tiradentes estar a seu lado para a convencer (a tropa)... (...) ... que o Ten. Cel. Francisco de Paula se dispunha a fazer à tropa uma fala de missionário, mas que Tiradentes dizia que não devia ser assim. E acrescentara estas palavras: "Meus amigos, ou seguir-me, ou morrer. E ele já pronto a cortar cabeças..."



## Um alferes em família

Joaquim José da Silva Xavier, ao longo de seus quarenta e seis anos de vida foi tropeiro, mascate, raizeiro, tirador de dentes (fazia também dentaduras), boticário, militar, revolucionário. Também teve seus casos de amor, sua vida familiar, como amante, como companheiro, como pai. Vale, nesta oportunidade da celebração dos duzentos anos de sua morte na forca por ter tramado a independência do País, sua situação familiar, constante nos Autos de Devassa e notas a essa referência por Tarquínio J.B. de Oliveira a respeito.

"Situação familiar de Joaquim José da Silva Xavier. Era solteiro e tem uma filha natural por nome Joaquina, de menor de idade, que vive pobremente em companhia de sua mãe nesta vila." (Estado das Famílias dos Réus, por José Caetano César Manitti, 1791).

Em nota, na página 346, do vol. 3, dos Autos

de Devassa, Tarquínio J.B. de Oliveira observa: "O único romance documentado na vida de Tiradentes é o com Antônia Maria do Espírito Santo (n. Vila Rica, 1770; f. Dores do Indaiá). Era filha do falecido alcaide de Vila Rica, Antônio da Silva Pais, cc. D. Maria Josefa da Silva. Tiradentes alugou casa na Rua de São José (atual sítio da Associação Comercial) do Pe. Joaquim Pereira de Magalhães, na qual instalou Antônia (1786). Aí nasceu Joaquina (1786), cujo padrinho foi Domingos de Abreu Vieira, futuro inconfidente. Tendo cometido a imprudência de partir para o Rio deixando a meninota às soltas, com uma escrava por companheira e ama da filha, Tiradentes, ao regressar (26-8-1788), sofreu profunda mágoa ao saber que prevaricara. Devolveu-a à mãe viúva, considerando desfeito o vínculo. À sogra putativa generosamente cedera, na Rua da Ponte Seca, o terreno havido da Câmara para construção de sua casa.

para garantia da filha, passara 200\$000 rs. ao Cadete José Pereira de Almeida Beltrão, seu colega de regimento."

Quanto aos bens deixados por Tiradentes, ainda Tarquínio J.B. de Oliveira quem registra no volume acima citado, na página 347: "O patrimônio de Tiradentes estava longe de ser minguado ou indiferente. A parte seqüestrada total superou os 700\$000 rs; ficando de fora talvez o principal: as 8 sesmarias no Porto do Meneses, barranco do Rio Preto, defronte ao Registro hoje denominado Afonso Arinos, com casas de vivenda, senzalas e monjolo, que o sócio João Alves Ferreira arranhou comprovante de ter adquirido; e a botica da Ponte do Rosário que ficou para o sócio Pe. Francisco Ferreira da Cunha. Os bens existentes em Vila Rica (pouco mais de 50\$000 rs.) foram arrematados por ordem de João Rodrigues de Macedo: uniformes, arcas e objetos de uso pessoal."

## A Viagem Secreta

Sérgio Faraco

A última novidade a circular entre os admiradores de Tiradentes, sobretudo no meio universitário, é que em 1787 ou no ano seguinte ele andou em Portugal. Essa novidade é mais velha do que o século, já estava esquecida e foi reavivada nos anos sessenta em artigo de M. Rodrigues Lapa no Suplemento Literário Minas Gerais. A viagem do alferes a Lisboa, diz o notável especialista gonzagueano, "é uma hipótese de trabalho em que resolutamente acreditamos", acrescentando que "Tiradentes foi a Portugal no intuito de arranjar fundos para a sua revolução"<sup>1</sup>.

Rodrigues Lapa apóia-se em documentos e conta como progrediu sua convicção:

Sucedeu porém que, rebuscando um dia os papéis do Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos a prova de que a viagem a Portugal foi, pelo menos, projetada, requerida e concedida. Em requerimento do ano de 1787 pedia licença para vir a Portugal por um ano, a fim de tratar dos negócios de sua casa, prejudicados com falta de assistência pessoal; e requereu novamente em 1788, por ter estado doente, segundo alegava. Parecia, com isto, confirmar-se a estada do alferes em Portugal. Essa convicção foi singularmente robustecida por um curioso

documento que encontramos na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde se lê, em nota à margem, este informe sobre o conjurado: "Tiradentes, autor e cabeça, falador etc; inimigo de Gonzaga, preterido quatro vezes, sendo bom militar, pobre, tudo confessou. Entusiasta pela América Inglesa, chegara da Europa e ocupava-se de um trapiche em Andarauihy". Se tudo está certo nessa nota, revelando perfeito conhecimento do condenado, era natural que se não inventasse a viagem a Portugal, o que seria absurdo e descabido: a estada de Tiradentes em Lisboa só podia resultar ou de conhecimento direto ou de uma notícia que se propalara.

Concede o ensaísta português que, nos Autos de Devassa, não há uma única alusão a essa viagem, mas crê ter encontrado no mesmo lugar um documento que implicitamente a admite. É a certidão das licenças obtidas pelo alferes no regimento em que servia, passada a 10 de outubro de 1789, em Vila Rica, pelo novo comandante da unidade, sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho:

Certifico que Joaquim José da Silva Xavier, Alferes da 6ª Companhia do dito Regimento, saiu desta

Capital para o Rio de Janeiro em 2 de março de 1787, com dois meses de licença, e depois teve mais dois meses de prorrogação, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Luis da Cunha Meneses, que era Governador e Capitão General desta Capitania; além do dito tempo, o mesmo Alferes se demorou no Rio de Janeiro, por moléstias e outras causas, até que se apresentou no Regimento em 28 de agosto de 1788. Teve segunda licença de um mês para ir ao Rio de Janeiro, que principiou em 10 de março de 1789, à qual excedeu; o que tudo consta dos Mapas de Mês do Regimento. E do livro mestre consta, a fls. 19, em que está o assento do dito Alferes, que em 10 de maio de 1789 foi preso na Ilha das Cobras do Rio de Janeiro, à ordem do Ilmo. e Exmo. Vice-Rei do Estado, e o mandou entregar à justiça<sup>2</sup>.

Tiradentes, na primeira licença, esteve afastado de sua unidade durante um ano e meio – argumenta Rodrigues Lapa –, e nisso "parece residir a chave do enigma": antes do início da licença ele encaminhara um projeto de reforma do abastecimento d'água do Rio de Janeiro e solicitara permissão para passar ao reino por um ano, pois "sendo preciso, ele próprio iria à corte de Lisboa explicar e defender seu plano" (\*). Observa,



porém, que a partida não teria ocorrido antes de 1º de outubro de 1787, uma vez que nesse dia, no Rio, Tiradentes passava procuração para que em Minas lhe recebessem os soldos do terceiro trimestre. A disponibilidade do alferes em outubro faria dele um possível passageiro do navio mercante *Nossa Senhora de Belém e São João Batista*, que por aqueles dias zarpou do Rio para Lisboa com grande carregamento de azeite de peixe, chegando à capital portuguesa a 13 de dezembro e ficando pronto para o regresso em 23 de maio de 1788. E arremata:

*De qualquer maneira, se o alferes se deslocou a Portugal nos princípios de outubro de 1787, tendo chegado a Lisboa em meados de dezembro (...), tinha tempo de sobra para tratar de suas "dependências", como se chamava então as necessidades e negócios particulares, e voltar ao Brasil em abril ou maio do ano seguinte, chegando em agosto no Rio de Janeiro. Estava, para todos os efeitos, dentro do prazo de sua licença, concedida em despacho de 11 de setembro de 1787.*

## II

A idealização de Tiradentes como um homem viajado e por isso culto, preparado para liderar uma insurreição no Novo Mundo, tem alguns antecedentes. Segundo Rodrigues Lapa, o primeiro autor a avançar esta matéria teria sido o romancista português Camilo Castelo Branco, em *O Demônio do Ouro*, onde o alferes é embarcado num navio que vem do Pará com destino ao Maranhão.

Entre os passageiros, narra Camilo, distinguia-se um brasileiro de Minas, chamado Joaquim José da Silva Xavier, mais notório pela alcunha de Tiradentes. Trajava insígnias militares; falava com os diversos passageiros em suas línguas e revelava cópia de conhecimentos hauridos em prolongadas viagens na Europa e Estados Unidos. Com o estadista Sackville conversava em correto inglês<sup>3</sup>.

Rodrigues Lapa convém em que o retrato é "falseado", no que está certo. Equivoca-se, porém, ao atribuir a Camilo a primazia da invenção. O romance é de 1873, mas no mesmo século XIX outros autores citam andanças europeias do alferes, antes de Camilo e tão aereamente quanto ele: Saint-Hilaire e Richard Burton.

Diz Saint-Hilaire que "pelos princípios da revolução francesa, parece que um indivíduo, que viajara à Europa, costumava externar em conversa idéias muito imprudentes e perigosas"<sup>4</sup>. São evidentes a desinformação e a confusão do sábio. Louvando-se em outros viajantes<sup>5</sup>, refere-se a Tomás Antônio Gonzaga como tendo sido ouvidor em São João del-Rei. No caso, confundiu Gonzaga com Alvarenga Peixoto, e no que nos interessa, fez uma só pessoa de Tiradentes e José Álvares Maciel. Este chegara da Europa, fazendo fermentar aqui as idéias de libertação que se discutiam no Velho Mundo, mas quem as externava em falas desabridas, a ponto de ganhar do povo os apelidos de *Liberdade* e de *República*, era o Tiradentes.

O relato de Burton é apenas engraçado. Escreve ele que, segundo a tradição, Tiradentes "estudou em escolas militares da França, e ali amadureceu o projeto de uma Pan-América, acrescentando Minas à lista das repúblicas encabeçadas pelos Estados Unidos"<sup>6</sup>. Não fundamentou a tradição nem o poderia, pois reconhece o disparate e adiante corrige com uma anotação: "A tradição é falsa. Ele nunca saiu do Brasil"<sup>7</sup>.

## III

Esses pioneiros, felizmente, não tiveram seguidores, e com o silêncio da documentação judicial a matéria tenderia a esgotar-se não fosse a interpretação que dá Rodrigues Lapa aos papéis que leu no Arquivo Histórico Ultramarino. São dois requerimentos que Tiradentes protocolou na ouvidoria do Rio, solicitando permissão para ir a Portugal. Diz o requerimento mais antigo, de março de 1787:

*Senhora: Diz Joaquim José da Silva Xavier, Alferes da Cavalaria em Minas Gerais, que tendo algumas dependências de sua casa nessa Cidade nas quais estão cada vez mais deteriorando-se os seus bens por causa da falta de sua assistência, precisa que V. Majestade conceda licença por tempo de um ano para vir a essa Corte, findo o qual se recolhe logo a continuar a exercer o real serviço; portanto: pede a V. Majestade seja servida facultar-lhe a licença por tempo de um ano, graça esta que V. Majestade tem concedido em iguais circunstâncias.<sup>8</sup>*

Em Lisboa, o Conselho Ultramarino deferiu o pedido em sessão de 4 de setembro de 1787, e quatro dias depois expediu a respectiva provisão.

O outro requerimento é de fevereiro de 1788:

*Senhora: Diz Joaquim José da Silva Xavier, Alferes da Cavalaria em Minas Gerais, V. Majestade foi servida conceder-lhe um ano de licença, por provisão passada por esse Régio Tribunal de 7 de setembro do ano próximo passado, para o Suplicante vir a essa Corte tratar de negócio muito interessante à sua casa de que se lhe pode seguir ruína com a falta de sua assistência; e como por moléstia maior não pôde o suplicante utilizar-se da graça de V. Majestade lhe liberalizou, pretende novamente que tenha o seu devido efeito mandando-lhe V. Majestade passar a mesma por segunda via para poder transportar-se a essa Cidade, como tanto se lhe faz preciso. Pede a V. Majestade seja servida mandar se lhe passe a dita provisão na forma requerida<sup>9</sup>.*

O despacho do Conselho: "Expedida por segunda via em 22 de agosto de 1788".

## IV

Ao propor uma data e até mesmo um navio para o transporte do herói, Rodrigues Lapa não especifica se, no seu entendimento, a viagem foi legal ou clandestina, de sorte que precisamos discutir essas duas possibilidades.

No curso de 1787 é certo que Tiradentes não fez uma viagem regular a Lisboa. Primeiro porque ele próprio o diz em documento remetido à corte (segundo requerimento), solicitando, por isso, a renovação da permissão. Segundo, porque o arazoado de março de 1787 só veio a ser apreciado no Conselho Ultramarino em sessão de 4 de setembro, expedida a provisão a 8 do mesmo mês. Essa autorização não poderia chegar ao Rio antes do final do ano e seria de todo impossível que alguém viajasse para Lisboa no fim de novembro ou início de dezembro, e já em fevereiro pudesse estar de volta ao Rio. Mais: estar de volta para peticionar nova autorização, sob o pretexto de não ter viajado...

Também em 1788 a hipótese da viagem regular não é demonstrável. Em fevereiro, no Rio, Tiradentes encaminhou o pedido de segunda via da provisão. Em Lisboa, o Conselho manifestou-se em agosto, no dia 22, e a condição legal, portanto, somente em novembro estaria no Brasil. Ora, pela certidão das licenças militares sabemos que desde 28 de agosto o alferes se achava em Vila Rica. Ele deixara o Rio quinze dias antes, na escolta do desembargador Pedro José de Araújo Saldanha, que vinha assumir a ouvidoria na capital de Minas<sup>10</sup>.

A viagem clandestina é mais problemática. Se o conspirador, em 1787, desejava cumprir importante missão em Lisboa, tão secreta que a ida para lá não poderia ser legal, por que requereu em março, justamente, a autorização para partir? De resto, tendo chegado ao Rio em março de 1787, em maio ele ainda estava na mesma cidade, pois solicitou prorrogação de sua licença no regimento. E se fosse em maio para Portugal? Contando-se os dois meses e pico de uma boa travessia, a volta ao Brasil seria em fins de outubro ou começo de novembro, mas já vimos que em 1º de outubro, ainda no Rio, o alferes passava um documento ao seu procurador por causa dos soldos. Rodrigues Lapa supõe então que Tiradentes partiu nos primeiros dias de outubro, no sobredito navio, retornando em agosto do outro ano. Impossível. Se partisse em outubro, não teria condições de regressar ao Rio em fevereiro de 1788 para fazer, como fez, o segundo pedido. Acresce que seria uma tolice do alferes viajar em outubro ilegalmente, pois estaria fora do país quando a provisão expedida em setembro chegasse ao Rio no final do ano.

Admitamos ainda, para argumentar, que Tiradentes teria ido a Lisboa não em 1787, mas após a apresentação do segundo requerimento, em fevereiro de 1788, a tempo de retornar a 13 de agosto, data em que foi com a escolta para Vila Rica. Também aqui a especulação não prospera, pois no começo de junho ele se encontrava na capital do Brasil e foi apupado num teatro conforme testemunho do sargento-mor José Joaquim da Rocha<sup>11</sup>. A 19 do mesmo mês ofereceu à ouvidoria do Rio outra petição, tratando de negócios que pretendia realizar (o dos moinhos). Em julho esteve com José Álvares Maciel, que voltava da Euro-



pa. E a 13 de agosto, como vimos, já ia na estrada para Minas. Daí em diante são bem conhecidos e documentados os seus passos.

A outra prova circunstancial invocada por Rodrigues Lapa, um rabisco anônimo e sem data à margem de um manuscrito, ainda que se lhe revele a precariedade, perde seus efeitos face à compacta impossibilidade de maiores deslocamentos do alferes, mas é curioso observar que ele contém 10 informações biográficas e 9 delas, até nos termos usados, nos remetem aos *Autos de Devassa*. Isto significa que o escriba anônimo leu o processo e não que, necessariamente, conhecia Tiradentes, como quer Rodrigues Lapa. Ao que tudo indica, não conhecia, pois a única notícia que dá, não provinda dos autos, é falsa: a da viagem à Europa. Uma grande boataria tramitou junto com o processo e foi decerto um desses cochichos que conjugou, na imaginação popular, Tiradentes com Maciel, enganando o rabisgador de manuscritos e até um sábio francês...

Dito isto, fica esclarecido se Tiradentes foi ou não foi a Lisboa, junto com a carga de óleo de peixe, no navio mercante *Nossa Senhora de Belém e São João Batista*. Por enquanto, não. Tomou o barco errado, quem sabe, e ainda estará no convés daquele navio costeiro, a cavaquear em correto inglês com o estadista Sackville...

**De O Processo dos Inconfidentes — Verdade ou Versão** —, de Sérgio Faraco, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1990

## NOTAS

- 1) LAPA, M. Rodrigues. Tiradentes em Lisboa? *Suplemento Literário Minas Gerais*. Belo Horizonte, (120):2, 14 dez. 1968.
- 2) ADIM-2, v.1, p. 292-3.
- 3) CASTELO BRANCO, Camilo. *O Demônio do Ouro*, 5ª ed. v.1, p. 182-3. apud LAPA, loc. cit.
- 4) SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia & EDUSP, 1975, p. 93.
- 5) SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia & EDUSP, 1981, v.1, p. 189.
- 6) BURTON, op. cit; p. 292.
- 7) *Id.*, p. 298.
- 8) MATHIAS, Herculano Gomes. *Tiradentes Através da Imagem*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1969, p. 14/6; tb. ADIM-2, V.8, p. 25.
- 9) MATHIAS, op. cit, p. 16/8; tb. ADIM-2, V.8, P.106.
- 10) ADIM-2, v.9, p.27.
- 11) ADIM-1, v.3, p. 329; tb. v.1, p. 118.

(\*) Rodrigues Lapa inverte as datas. Os dois requerimentos foram apresentados depois e não antes do início da licença, pois é no curso dela que Tiradentes segue para o Rio (N. do A.).



# Seqüestro dos bens de Tiradentes na Ilha das Cobras

Por ordem vocalmente dada pelo Desembargador Conselheiro Juiz da Comarca, o Escrivão da Ouvidoria Geral do Crime passará à Ilha das Cobras e aí, sendo-lhe apresentadas pelo Governador da mesma Ilha as peças de prata que constam da relação inclusas, fará nelas seqüestro, e se continuarão nelas os mais termos da arrematação. Rio, 10 de maio de 1792.

## Auto de seqüestro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e dois anos, nesta Cidade do Rio de Janeiro, eu Escrivão, depois de ter passado à Ilha das Cobras e aí haver recebido os trastes que constam da relação retro, em observância do determinado na Portaria do Desembargador Francisco Álvares da Rocha, com o Meirinho da cidade Inácio Pereira Sarmiento, procedi a seqüestro nos referidos trastes que são pertencentes aos réus da Inconfidência e haviam ficado na mesma fortaleza, na ocasião em que chegaram a ela presos, cujos trastes são os seguintes, a saber:

de Joaquim José da Silva, o Tiradentes:

Um par de esporas (de prata) com suas fivelas, pesa trinta e nove oitavas, e um quarto, importa em . . . . .	3\$925
Mais um par de fivelas de calção de pedras de massas, valem quatro mil réis . . . . .	4\$000
Mais duas navalhas de barbear, valem . . . . .	\$320
Mais um espelho, vale . . . . .	\$160
Mais uma bolsa com uns ferros de tirar dentes, vale oitocentos réis . . . . .	\$800
Mais um marcão, vale . . . . .	\$640
Mais um canivete, vale . . . . .	\$030
Mais uma fivela de pescocinho, pesa quatrocentos e trinta réis . . . . .	\$430
Mais uma boceta de chifre, vale . . . . .	\$040
Soma - dez mil trezentos e quarenta e cinco réis. . . . .	10\$345

Nota do E. Marcão ou agulha de marcar pequena. O canivete era pequeno de aparar penas. Além das duas navalhas aqui referidas, mais duas foram seqüestradas em Vila Rica, na casa onde residia o Alferes.

De Auto de Devassa da Inconfidência Mineira, edição da Câmara dos Deputados/Governo de Minas Gerais, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 6, 1982, Belo Horizonte.



## Representação do drama lírico

Augusto de Lima Júnior

A Associação Comemorativa do Centenário da Independência, por unânime aquiescência de seus membros e dos representantes dos governos dos Estados, na sua última reunião do ano passado, resolveu, por proposta do seu então Secretário Geral, o inolvidável Castro Menezes, incluir no seu programa a representação do drama lírico *Tiradentes*, do maestro Manoel Joaquim de Macedo.

Lavrou-se a ata do que foi deliberado: os jornais a publicaram; mas até hoje nada se sabe das providências que se tenham tomado para os efeitos dessa resolução, inclusive o da consulta ao maestro da partitura, atualmente na Bélgica, para onde foi sob os auspícios e com o auxílio dos governos da União e de Minas a fim de concluir o seu trabalho.

É sabido que o compositor brasileiro tem recebido diversas propostas para a montagem da peça e sua representação na Europa. Ainda há pouco, escrevia-me um amigo de Bruxelas, que nova proposta recebera de um empresário francês, para fazer representar o *Tiradentes* em diversas capitais, inclusive a do Brasil, correndo, porém a metade das despesas por conta do maestro, o que era impossível nas condições precárias de finanças em que ali se acha o nosso pátrio, esgotados, desde antes da guerra, os recursos que daqui levava durante o governo do saudoso presidente Affonso Penna.

Esses entendimentos dos empresários com o compositor brasileiro não se fundavam em meras aventuras aleatórias, mas na certeza do mérito artístico do trabalho e na probabilidade do seu êxito - comercial. O governo do Brasil não subvencionaria a estada de um artista na Europa sem a certeza do seu mérito, que realçasse o seu nome no estrangeiro. Affonso Penna e João Pinheiro, o Congresso Nacional e o Congresso Mineiro não endossariam nos meios musicais e intelectuais de Bruxelas uma obra de fancaria, senão um trabalho já aqui julgado pelos competentes, de valor e digno de auxílio.

Desse valor puderam aquilatar e o proclamaram em tempo pela imprensa belga os seus principais órgãos em que se manifestaram as maiores autoridades em crítica musical naquele país, em seguida à execução, no Teatro *La Monnaie*, da profonia e de outros trechos da ópera *Tiradentes*, onde Manoel Joaquim de Macedo recebeu, além dos aplausos da numerosa assistência, fervorosos cumprimentos do Rei Alberto, que honrou a festa artístico-musical com a sua presença, e felicitou o nosso então ministro Oliveira Lima pelo êxito completo da partitura do maestro Macedo. É preciso que se saiba, para realce dessa demonstração, que o soberano belga, não é somente um rei cavaleiro, um herói na guerra, um Marco Aurélio na paz, mas além de tudo, um dilatante das artes e, especialmente, da música. Não fora a guerra, e o *Tiradentes*, montado sob os seus auspícios, faria

a sua estréia no Teatro *La Monnaie*, estando já o libreto traduzido para o francês em primorosos versos de Victor Orban.

Não admira, portanto, que alguns empresários se tenham empenhado na montagem dessa ópera nacional, e que a Associação Comemorativa da Independência a incluísse no seu programa, por iniciativa daquele fulgente artista que se chamou Castro Menezes, cuja organização privilegiada tanto vibrava a todas as correntes do Belo e do Bom Gosto.

Se o Brasil quer comemorar no Teatro Lírico a sua independência com assunto nacional e com autor nacional, que lhe fale da independência nacional, nacionalíssima é a oportunidade de escolher o mais nacional dos seus assuntos, o que glorifica aquele mesmo que denominou o *protomártir da independência nacional*.

Mas isto não se faz com simples conversa: providenciar-se, desde já, para a cenografia, escolha de figurinos para o guarda-roupa, organização do elenco de artistas e distribuição dos papéis, tudo sob a direção do autor da peça, de combinação com o empresário.

24 de Julho de 1920.

De *Noite de Sabbado*, de Augusto de Lima, Editor Alvaro Pinto, Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.



# Oratório Tiradentes, cem anos depois

Foram necessários cem anos para que a Ópera Tiradentes, composta pelo ex-presidente de Minas Gerais, Augusto de Lima, pudesse ser apresentada ao público. A peça foi composta com a finalidade de homenagear o centenário da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em 1892. Agora, a duzentos anos da morte por enforcamento do Alferes, o Governo de Minas iniciou, no último dia primeiro de abril, comemorações oficiais com a estréia do Oratório Tiradentes, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

A obra tem música de Manoel de Macedo e libreto de Augusto de Lima, que saiu da biblioteca da Escola de Música da UFMG para ser executada como abertura do Projeto Liberdade e Cidadania, Tiradentes Vivo, da Secretaria de Estado da Cultura. A produção é da Fundação Clóvis Salgado com a participação da Escola de Música e Secretaria da Cultura e Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. O espetáculo é o resultado de trabalho de cerca de trezentos participantes, em que o maestro Magnani, com uma equipe, fez o levantamento histórico, preparou partituras, reduzindo de quatro

para duas horas a duração do espetáculo. A coreografia ficou a cargo de Raul Belém Machado. A orquestra é formada com músicos da Fundação Clóvis Salgado, Coral Lírico da FCS, músicos e intérpretes convidados e da UFMG, sendo a encenação com regência do maestro Roberto Duarte.

A ópera apresenta vinte e oito papéis em sua maioria masculinos, à exceção do de Marília de Dirceu, encenada pela soprano Maria Lúcia Godoy, além da personagem Perpétua. Entre os principais papéis, além de Tiradentes, os do Visconde de Barbacena, Joaquim Silvério dos Reis e Padre Xavier. Tiradentes é interpretado por Inácio di Nono e por José Carlos Leal; o Visconde de Barbacena por Amin Feres e Lucas D'oro; Marília de Dirceu, interpretação ainda de Elizete Gomes, enquanto Vânia Soares e Mara Alvarenga; Tomás Antônio Gonzaga, por Tadeu Miranda Gomes; Joaquim Silvério dos Reis, por Sebastião Ferreira; Clóvis Carneiro, interpreta Cláudio Manuel da Costa e Aduardo Coppoli, Alvarenga Peixoto, entre outros. (ZSD)



## Tiradentes (Poema Lírico em 4 atos) (excerto)

Augusto de Lima Júnior

EM VILA RICA

CENA I

(O cenário representa o interior de uma "Intendência", onde os empregados do Fisco vão recebendo os contribuintes e descontando o quinto real. Ouve-se, ao fundo do palco, o coro dos contribuintes, a princípio lamentoso, depois forte e ameaçador. Ao coro dos contribuintes responde o coro dos empregados do Fisco. Sobre diversos móveis estão dispostos sacos de moedas e barras de ouro. Ouve-se, de trecho em trecho, o ranger da balança a pesar o ouro. Há, ao lado, uma oficina de fundição, donde partem sons compassados de martelos, no começo isolados e depois acompanhando os coros).

CORO DOS CONTRIBUINTES

Da aurora à tarde, ao sol ardente,  
O nosso braço a trabalhar,  
E vindo a noite encontra a gente  
Filhos sem pão, sem fogo o lar...

CORO DOS EMPREGADOS

Graças ao trono onipotente  
Que a plebe vil faz trabalhar!  
Deus quer o povo obediente  
E fêz os reis para mandar!

CORO DOS CONTRIBUINTES

Da aurora à tarde, ao sol ardente,  
O nosso braço a trabalhar;  
Mas o ouro vai, como torrente,  
Encher o fisco a transbordar...

(Agitação crescente)

OS DOIS COROS (fortíssimo)

Os contribuintes:

Um dia o povo há de a corrente  
Que o prende aos reis despedaçar!

Os empregados:

Deus quer o povo obediente  
E fez os reis para mandar!

(Ouve-se o toque de alarma dos guarda, ao fundo.

Cessado o tumulto e restabelecido o silêncio,  
o porteiro apregoa).

O PORTEIRO

A milícia cumpriu o que devia,  
De insolentes contendo a rebeldia.

CORO DOS EMPREGADOS

Deus quer o povo obediente  
E fez os reis para mandar!

CENA II

(Tiradentes aparece, visivelmente contrafeito e ao avistar o intendente, não contém um movimento de cólera, que reprime antes de percebido; dissimulando seu pensamento, dá-lhe conta das ordens que cumprira como comandante da guarda).

TIRADENTES (concluindo)

Tudo em paz, tudo em paz,  
Motim de pouco vulto.

O INTENDENTE

Que dizeis, comandante? Eu sinto oculto  
Nesse rumor indício de ações más.  
Falai falai! que providências destes?  
Quais eram os cabeças? Quais prendestes?

TIRADENTES

Cabeças não havia... vozes ocas.  
A um simples gesto meu, tudo calou-se,  
E, dentro em pouco a turba dispersou-se  
Em paz pelas montanhas e barrocas.

(Monologando com amargura)

E eles foram cantando o triste canto  
Que há de acordar a natureza inteira;  
Há de o céu recolher o triste pranto  
Desta oprimida geração mineira!

O INTENDENTE

Fizestes mal, em paz, mandando  
Desses revéis o ousado bando!  
Mas não compete a mim tomar-vos

conta,

E se a mim competisse, em pouca monta  
Reputaria vossa indisciplina  
Conhecendo vossa alma peregrina.  
Em vosso coração tomai cuidado,  
Não quebre as normas rijas do soldado.

(Em tom de reserva)

Muito maior serviço hoje preciso  
De vosso zelo, lealdade e siso.  
Deveis saber das colossais rapinas  
De que tem sido vítima a Fazenda.  
Alguns dos exatores destas Minas  
Fazem da profissão balcão e venda;  
Nenhum, porém, iguala na ousadia  
A Silvério dos Reis...

TIRADENTES

Senhor, que me dizeis?

O INTENDENTE

A verdade: o jardim da fidalguia  
Também germina plantas venenosas...

TIRADENTES

E é para ressarcir tão graves danos  
Que se exigem impostos sobre-humanos  
Das classes operosas!  
E querieis, senhor, que ainda há pouco  
Eu derramasse o sangue dos plebeus!

O INTENDENTE

Silêncio comandante! Assim quer Deus:  
Os ricos sobre os pobres  
Sobre a plebe sem nome erguem-se os nobres,  
Como sobre a nobreza o rei domina;  
'E tal a lei divina.  
Mas, surge o tempo: a tarde vem sombria  
Enquanto o sol se esconde...  
E eu vou dar parte ao General Visconde  
Dos sucessos passados neste dia.

(Vão-se retirando os empregados, depois de ouvido o toque de Trindades).

Durante minha ausência, aqui ficai  
E atento vigiai,  
Não venha a plebe vil, sedenta de ouro,  
Assaltar as riquezas do tesouro.  
(Retira-se o intendente, depois de apertar a mão de W Tiradentes).

De Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais,  
Augusto de Lima Júnior, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955.



# Últimos momentos dos inconfidentes de 1789

Frei Raimundo da Anunciação Penaforte

## 1 - DA INCONFIDÊNCIA DE MINAS

1.1 - O horroroso fato da alta traição concebida na Capitania de Minas Gerais (1) causou tanta fermentação nos ânimos de todos os confederados quanto foi ansiosa a expectativa em que estiveram até cabal decisão e manifestação de tão temível como inesperado movimento - efervescência de paixões fomentadas aos peitos do ódio e da raiva. (2)

1.2 - Engrossavam-se os conceitos sobre a infidelidade premeditada, à medida que chegavam presas as vítimas daquele ódio e raiva e das abraçadoras chamadas da libertinagem. A comisseração - primeiro e natural efeito que, nos casos adversos, sente a plebe frágil, indiscreta e mal instruída - falava pela boca do erro em seu abono, tendo pelo mais feroz e abominável dos homens o coronel de auxiliares Joaquim Silvério dos Reis Leiria Guites, declarado denunciante (3) da concebida perfídia.

1.3 - Alguns - em cujos peitos pulsava o amor da pátria e corria o mesmo sangue pelas veias - chamavam a esse conluio "ajuntamento de poetas", querendo significar com isto ser fabulosa a projetada revolução, assim como fabulosos eram os mistérios da poesia (4). Aqueles, porém, que ditavam mais maduramente, atribuíam à inconsideração nascida da vaidade, do orgulho e da riqueza, e a uma vida dissipada (5) este tão melindroso assunto.

1.4 - Divididos os conceitos, aumentava-se a indecisão do juízo que se devia formar de caso tão implicado, ainda mesmo apesar de tantas formalidades observadas por juizes imparciais e incorruptos, e de tão aparatosa exterioridade - de que se valeram a prudência, a vigilância e a iluminada política dos Exmos. Vice-Rei do Estado e General das Minas (6) (7).

1.5 - Quase dois anos durou essa indecisão, até que chegou a esta cidade, véspera do natal de 1790, uma Alçada composta de três ministros - revestidos os adjuntos do caráter de desembarcadores da Suplicação: Antônio Dinis da Cruz e Silva, agravante; Antônio Gomes Ribeiro, agravista; e Sebastião Xavier de Vasconcelos, Juiz da Alçada, com Carta de Conselho para exercer o lugar de chanceler nesta Relação. Então ficaram todos os recursos em um só juízo - este era condenatório, e logo se principiou a olhar para todos como para infames réus. Depois de escrupulosas inquirições feitas pelo respeitável Chanceler na presença de um novo escrivão, que era o Desembarcador da Relação Francisco Luís Álvares da Rocha, e do ministro que formara o primeiro processo em Minas, José Caetano César Manitti (8), para o que foi mandado positivamente vir, seguiram-se as conferências nas quais se qualificaram os crimes e se arbitraram as penas análogas. Para elas, foram chamados alguns ministros desta Relação - para o que vinha autorizada a Alçada e, com tanta ampliação, que se liam na Carta Régia as seguintes expressões: "dispensando em qualquer legalidade ofendida que se encontrar nas devassas (...)" (9).

1.6 - Concluíram as conferências no mês de janeiro do presente ano de 1792. Procedeu-se a dizerem os réus de sua justiça, vistas as culpas. Encarregou-se de arrazoar esta causa o Bach. José de Oliveira Fagundes, como advogado da Santa Casa de Misericórdia; ajustou, o chanceler e juiz, que em particular dissessem os demais advogados a favor dos réus, contanto que as razões produzidas fossem apresentadas debaixo do nome do dito Fagundes.

Então, foram lidos - com bastante assombro e admiração - os clementíssimos e piedosíssimos sentimentos de nossa augusta Soberana sobre os seus vassallos, que muito melhor se manifestaram no fim desta causa; e nos encheram da mais viva e excessiva alegria, como veremos.

1.7 - Aparece na testa dos autos que, depois de autorizar os ministros da Alçada e os demais, manda:

"que sejam sentenciados e condenados com pena última os cabeças da conspiração e os que começaram e mantiveram os conventículos;

"que os sacerdotes réus fossem sentenciados segundo a qualidade de seus crimes, porém que a sua sentença não fosse declarada e que, retidos em prisões fortes, esperaríamos a sua última e real determinação (10);

"que outras penas fossem impostas àqueles que souberam e não denunciaram tamanha perfídia (...)" (11).

1.8 - Que arrazoado formaria um bacharel, provado tamanho crime, uma realizada conspiração!... Revolveu as entranhas desta causa para ver se encontrava os princípios influxivos e mostrá-los (ainda) mais minuciosos nos seus influxos do que na verdade apareciam; mas afinal implorou a clemência da Soberana - único refúgio em crime tão atroz e tão bem provado, pelos mesmos réus, com miudeza pueril, confessado. Pueril miudeza, digo, porque a mínima circunstância e as palavras mais indiferentes que houve e se disseram, nas suas conversações secretas, substanciaram a sua confissão jurídica (12).

## 2 - DO JULGAMENTO

2.1 - Esperava-se, todos os dias não feriados, a conclusão da sentença; e já a demora ia servindo de fundamento para se julgar que este grande fato esperaria da Corte a sua última resolução, trazendo-se - para fundamento da conjectura - a retenção de dois navios prontos a partir para a Europa, por mandamento do Juiz da Alçada, nos últimos dias das acareações; não embargando, estes acres juízos, a autoridade de uma Alçada, que ficaria sem natureza se dependesse da Corte a resolução do seu objeto, e frustrado o seu fim para que a Soberana a mandara. Até que, no dia 18 de abril do presente ano, se juntaram os ministros da Alçada e os demais adjuntos da Relação com o seu presidente, o Exmo. Vice-Rei D. José de Castro, Conde de Resende, em relação extraordinária.

2.2 - Fecharam-se pelas oito horas da manhã e - consumidos de certo em esbulhar e qualificar os crimes, em proporcionar e economizar as penas, e em lavrar o acórdão - rompeu-se a assembleia pelas duas horas da madrugada do dia quinta-feira, 19 do dito mês. Entrou na Cadeia o Des. Francisco Luís Álvares da Rocha, como escrivão deputado para essa ação, rodeado dos inferiores ministros da justiça e acompanhado de onze religiosos do Convento de Santo Antônio, expressamente mandados chamar para ouvirem a sentença e serem os confortadores dos réus em transe tão arriscado para a humanidade - e não menos por ser este um costume determinado e autorizado (13).

2.2 - Já noite antecedente tinham sido transferidos os réus de diferentes segredos para a Cadeia. Em uma das salas, chamada "Oratório", apareceram algemados onze réus. Bordavam os quatro lados desta sala os soldados, cujas armas estavam carregadas de pólvora e bala. Postada - e igualmente guarnecida de bala e pólvora - estava a guarda que defende a Cadeia, reforçada com mais de cem homens, prontos à primeira voz do comandante. Duas horas consumiu a espevitada leitura da sentença, cujas citações, combinações e textura dão honra a seu autor.

Viram-se então provadas as perdas deliberações dos execrandos réus, e tanto, que só a simples leitura bastaria para todos os condenarem.

Aparece nela, como principal autor, Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes (14), alferes que fora da Cavalaria Paga de Minas Gerais; em segundo lugar, Francisco de Paula Freire de Andrada, Tenente-Coronel Comandante da dita Cavalaria (15); em terceiro, Inácio José de Alvarenga, Coronel de Cavalaria Auxiliar e ex-Ouvidor do Sabará (sic) (16); em quarto, José Álvares Ma-



ciel (17); em quinto, Luís Vaz de Toledo, Sargento-Mor de Auxiliares; em sexto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Coronel de Cavalaria Auxiliar; em sétimo, José de Resende Costa, Capitão de Auxiliares, e seu filho do mesmo nome em oitavo lugar (18); em nono, Domingos de Abreu Vieira, Tenente-Coronel de Auxiliares (19); em décimo, Domingos Vidal de Barbosa (20); e em undécimo, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel (21).

Todos estes foram sentenciados à morte natural na forca, com infâmia para sempre até seus netos - se os tiverem.

Além disto, o infame Tiradentes teria cortada a cabeça e seria esquartejado o seu cadáver; a cabeça seria afincada em um poste alto no lugar da sua habitação, e os quartos se poriam: um, no lugar chamado das Cebolas; outro, na Borda do Campo; outro, na Varginha; e outro, em *(Carijós, omitida no texto)*; até se consumirem. As suas casas seriam arrasadas e salgado o terreno, e - não sendo próprias - se comprariam a expensas do confisco para o referido fim, em cuja área se levantaria um padrão para perpétua memória de tamanha perfídia. (23)

2.3 - Semelhantemente seriam truncados os cadáveres de Francisco de Paula, cuja cabeça seria elevada num poste, arrasadas as casas de sua habitação, sendo próprias, e salgado o terreno (24); os de Inácio José de Alvarenga, de José Álvares Maciel e de Luís Vaz de Toledo - e as cabeças seriam pregadas em postes nos respectivos lugares de suas habitações.

Para lugar da execução, designava a sentença o campo chamado da Lampadosa, e mandava que se armasse uma forca mais alta que de costume.

Por este mesmo acórdão foram condenados a degredo não perpétuo e parte de seus bens confiscados, ou multados (25): Tomás Antônio Gonzaga (26); Vicente Vieira da Mota, Capitão de Auxiliares; José Aires Gomes, Coronel de Auxiliares; Antônio de Oliveira Lopes, Piloto; João Dias da Mota, Capitão de Auxiliares; e Vitoriano Gonçalves Veloso, mulato forro.

Todos estes réus de segunda ordem embarcaram a sentença, e seus embargos foram opostos e decididos alguns dias depois da execução da sentença na pessoa de Tiradentes; e obtiveram alguma mitigação.

Não menos foram sentenciados por falsos acusadores: Fernando José Ribeiro e José Martins Borges; e sua sentença (deste) foi açoites; e levado a barço e pregão pelas ruas a rodear três vezes a forca; e degredo perpétuo para Angola (*sic; esta pena se aplicava ao primeiro; ao segundo, galés*).

2.4 - Ficaram purificados e livres de culpa e pena: Manuel Joaquim Fortes de Sá Pinto Rego (*sic; de Sá Pinto Rego Fortes*), Capitão de Cavalaria dos Voluntários Reais de São Paulo, que morreu ainda não purificado, mas suas exéquias foram com pompa; Francisco José de Melo, que faleceu na prisão em Minas; Faustino Soares de Araújo, inquiridor; Manuel da Costa Capanema, sapateiro; Manuel José de Miranda; João Francisco das Chagas; e Alexandre, mulato escravo do Pe. José da Silva.



2.5 - Consta da sentença que os infames cabeças da revolução queriam levantar uma república livre e independente cuja capital seria a Vila de São João del Rei; a sua bandeira teria por armas três triângulos em alusão à SS. Trindade, cujo mistério era da maior devoção do Tiradentes, como diremos, se bem que ao réu Alvarenga parecia mais próprio um índio quebrando as cadeias com a letra "libertas quae sera tamen". (27)

As leis fundamentais seriam traçadas pelo infame réu e infeliz suicida Dr. Cláudio Manuel da Costa (28).

A senha para a revolução seria "tal dia é o batizado", que seria o em que se lançasse a derrama (29).

Pela noite alta, se gritaria por toda Vila Rica "Liberdade!", a cuja voz acordaria Francisco de Paula e, à testa do seu Regimento - que o adorava, - conduzindo-o com artifício, daria tempo ao Tiradentes para cortar a cabeça ao General (30); e, trazendo-a pendurada pelos cabelos, gritando sempre "Liberdade!", o infame Paula se trocava em patrocinador e defensor dela, de aplacador - que fingia ser - dessa insurreição.

A todos os cativos se daria então liberdade, para mais engrossar a revolução.

Alvarenga, Oliveira e Toledo, na frente de seus escravos e de outros aventureiros ou pescadores em águas turvas - que facilmente traíram o seu partido, - levaram a chama da liberdade revolucionária à Cidade de Mariana, às Vilas de São João del-Rei, de São José, e por este meio se firmaria a república (31).

### 3 - AS CENAS DO ORATÓRIO

3.1 - Ouvidos tão nefandos projetos, e definidos como realizados por um tribunal tão imparcial e tão iluminado, retirou-se o desembargador.

Então se via representada a cena mais trágica e cômica (32) que se pode imaginar. Mutuamente se pediram perdão e o deram. Porém, cada um fazia por imputar a sua última infelicidade ao excessivo depoimento do outro. Como tinham estado, há três anos, incomunicáveis, era neles mais violento o desejo de falar do que a paixão que uma tal sentença cravaria em seus corações. Pareciam-lhes sonho o que ouviram.

Nesta liberdade de falarem e de se acusarem mutuamente estiveram quatro horas; mas quando, pelas onze horas, lhes lançaram aos pés pesados grilhões e grossas correntes, atadas a colares de ferro, que se iam prender nas grades das janelas desta sala e que, para maior comodidade, se deitaram nas camas estendidas por todo o pavimento da sala - que costuma mandar fazer a Santa Casa de Misericórdia, - única postura menos incômoda para quem está tão manietado e grilhado, abateram-se-lhes os espíritos. E principiaram a meditar mais apaixonadamente sobre a sua infeliz sorte.

3.2 - Os religiosos que assistiam nunca mostraram tanta caridade nem tanta comiseração, nem tanta abundância de sentimentos espirituais, como nessa vez. Houve, destes, alguns que levaram em pé onze horas, sempre consolando, sempre admoestando, sempre persuadindo e sempre confortando.

Parece que a Providência pôs na boca de alguns destes religiosos, dos quais muito pouco se esperava, palavras de vida; e tanto, que um dos réus, de conhecida literatura e o que mais filosofava no meio de seus transportes, disse: - "Que nunca pensará encontrar tantos conhecimentos em religiosos que, pela sua reforma, não se entregavam a estudos." Como se a ciência, que admirava, não fosse aprendida na escola da oração mais do que nas aulas.

Deus, assim como se apraz em conversar com os singelos de coração, também só aos ignorantes comunica a sua sabedoria. Tudo que é de uma vida contemplativa e espiritual põe em espanto a mira daqueles que, deixando a conversação dos homens, começam a articular a linguagem dos anjos. Entre, pois, amortecidas esperanças de vida e claros indícios de uma inevitável morte, estiveram estes espíritos, de mil fantasmas agitados, preparando-se para receber o Santíssimo Viático - que recebido foi com toda a efusão de suas contritas almas, ao que parecia. Ouviram, na sexta-feira, pelas onze horas da manhã, a ratificação da sentença da morte, não admitidos os primeiros embargos pela natureza do crime; contudo, reserva-

va-se para alguns a execução da sentença para seu tempo. Subiram à altura dos mares; a tempestade os submergia. Aqui apagou-se a esperança de muitos, fundada em meros indícios, se bem que alguns réus não se abateram totalmente - apesar de tantos aparatos de uma irremediável morte.

Residem, no coração dos homens, uns certos pressentimentos cujas causas nos são ocultas. Porém, se quisermos ser fiéis à nossa fé, ela nos ensina que entre as nossas almas e as secretas disposições da Providência há um mútuo comércio, donde resultam aqueles presságios que nós mesmos chamamos batimentos do coração. Seja o que for, contudo, o mais esperançado foi o mais eloquente persuasor de uma irremediável morte. Sim, Alvarenga levantou a voz e, falando aos principais culpados, disse: - "Meus amigos, aquela exceção não se entende comigo, nem com Vms.; apenas Vidal e Salvador escaparão do laço."

3.3 - Quando, pela meia hora, apareceu o mesmo ministro, o seu rosto vinha transformado e ninguém empregava nele os olhos que não respeitasse a terrível majestade da justiça.

Abriu os autos e leu: - "Não são admitidos os últimos embargos, pelas razões expendidas nos primeiros..."

Um mortal suor os lavou; e tragaram a última gota do fel.

... "mas, vista a Carta da Rainha Nossa Senhora..." Tornaram à vida.

... "comuta-se aos réus, exceto Tiradentes, a pena de morte em degredo perpétuo para os lugares da África. E se tornarem à América, morrerão irrevogavelmente morte natural da força para sempre." (33)

3.4 - A pena não pode pintar os extremos de alegria que se deixaram ver, tanto nos réus como nos outros presos da Cadeia e na infinita gente que estava esperando pela última e fatal decisão! Os gritos e louvores e as ações de graça se elevaram ao céu. Uns, admirados, celebravam tão inaudita piedade da Soberana; outros, mil vivas repetiam. Qual perguntava ao outro: - "Que é isto que ouço? É verdade?" Tal exclamava: - "Quem tal disseral!"

Os presos, com toda a efusão de seu coração, entoaram a Salve Rainha e prosseguiram com um terço de Nossa Senhora. Finalmente, todos diziam a uma só voz: - "Que clemência! Que piedade! Só vós, Senhora, nascestes para governar. Que felicidade a nossa sermos vassallos de uma Rainha tão cheia de comiseração de seu povo! Governai-nos, Senhora. Vós nos cativastes."

Em verdade, este perdão firmou muito mais o direito de vassalagem no coração de seu povo do que a justiça - ainda que revestida da clara luz do dia - que castigaria delito semelhante.

Resplandece nesta clementíssima providência o inato amor que consagra a Soberana aos seus vassallos, qual o termo de mãe para os seus filhos. Não menos em jogo de política - tão necessária aos príncipes - com o qual pretende atrair a si os corações de seus colonos, já atendendo-os, já confundindo-lhes os ânimos como para lhes mostrar evidentemente a infidelidade de alguns, já com o terror dos últimos castigos, já finalmente com mitigar estes mesmos castigos até chegar ao excesso de dispensar nas leis ordinárias.

3.5 - No meio de tão vivos transportes de alegria, só o Tiradentes estava ligado de mãos e pés - que justamente foi declarado por último sedutor - e testemunhou esta não esperada metamorfose; mas tão corajoso como contrito, respondeu ao diretor que o confortava até aqui: - "Que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes a quem contaminara. Que isto mesmo intentara ele, nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem dele só, a vítima da lei."

Com estes sentimentos, cada vez mais exercia em sua alma as luzes de uma graça triunfadora. Estas luzes reluziam por entre palavras, ações e os gestos do semblante.

### 4 - DA EXECUÇÃO DE TIRADENTES

4.1 - Amanheceu o dia 21 de abril, que lhe abria a eternidade.

Entrou o algoz para lhe vestir a alva, e - pedindo-lhe como de costume o perdão da morte, e que a justiça é que lhe moveria os braços e não a



vontade - placidamente voltou-se para ele e lhe disse: - "O, meu amigo, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés." O que, feito com demonstração de humildade, com as mãos despiu a camisa e vestiu a alva, dizendo: - "Que o seu Redentor morrerá por ele, também nu."

Então, viram aqueles que talvez tratasse de bagatela este fato, qual foi o peso em que o tomaram os que devem vigiar sobre os sagrados direitos dos Reis: fazer temer e respeitar a sua suprema autoridade e conservar o sossego público.

4.2 - Soaram com alegria os instrumentos bélicos. De seus quartéis marcharam os regimentos, que guarneciam esta praça, com os seus respectivos uniformes maiores; e foram postar-se nos lugares determinados. O Regimento de Moura bordava toda a Rua da Cadeia, de uma e outra banda. Continuava o Regimento de Artilharia até o Largo da Barreira de Santo Antônio, chamado Campo da Lampadosa. Avulsas patrulhas demandavam continuamente este largo, apartando o indizível concurso do povo - que cada vez mais se apinhava.

Os demais Regimentos estavam postados em figura triangular, deixando uma praça vazia na qual estava a força elevadíssima, de sorte que a escada - por onde se subiria a ela - tinha mais de vinte degraus. E as colunas dos Regimentos reforçaram-se, depois das outras que bordavam a dita Rua; e marcharam na retaguarda de todo o acompanhamento que seguia o réu.

Dava a tropa as costas ao patíbulo; as cartucheiras estavam providas de pólvora e bala.

4.3 - Comandava este Campo o Brig. Pedro Álvares de Andrade - que tinha dado o risco dessa postura em ordem aos respectivos chefes dos Regimentos.

Em soberbo e bem ajazado cavalo, o brigadeiro percorreu todo o Campo observando o alinhamento da tropa. Ao lado do brigadeiro, ricamente montado, ia D. Luís Benedito de Castro como Ajudante de Ordens do Exmo. Vice-Rei, seu pai. A sua guarda de respeito era de dois soldados de cavalaria; e dois sargentos-mores - igualmente bem montados - acompanhavam o Ajudante de Ordens para as expedições que fossem necessárias.

4.4 - Defronte da Cadeia estava postado o Esquadrão que serve de guarda de corpo aos Exmos. Vice-Reis, formado das duas companhias já ditas. Estava, sobre as armas, a guarda da Cadeia, reforçada como já dissemos.

Chegada que foi a Irmandade da Misericórdia com a sua colegiada, procedeu-se à procissão. Sendo este um ato fúnebre, neste dia foi ele o mais brilhante e aparatoso.

Abria caminho, por entre o desfile dos Regimentos que bordavam as ruas - a Primeira Companhia do Esquadrão; seguia-se o clero, a Irmandade e os religiosos que rodeavam o padecente, repetindo os salmos próprios para estas ações.

Causava admiração a constância do réu e, muito mais, a viva devoção que tinha aos grandes mistérios da Trindade e da Encarnação, de sorte que, falando-se-lhes nestes mistérios, se lhe divisavam as faces abrasadas e as expressões eram cheias de unção - o que fez com que seu diretor não lhe dissesse mais nada senão repetir com ele o símbolo de Santo Atanásio.

O valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava, os solilóquios que fazia com o crucifixo que nas mãos levava, encheram de extrema consolação aos que lhe assistiam.



4.5 - Os ministros da justiça formavam um respeitável e majestoso ajuntamento. Os meirinhos guardavam o réu e o executor. Após estes, ia o juiz de fora, montado em brioso cavalo; era de prata a ferragem dos arreios, e as crinas iam trançadas e rematadas com laço de fita cor-de-rosa. Apostava o ouvidor da comarca no asseio, riqueza e melindre de sua cavalgada, com o juiz de fora. Sobre todos, aparecia o desembargador ouvidor geral do crime: os arreios de seu vistoso cavalo eram de prata dourada; de veludo escarlate e franjas de ouro, as gualdrapas e os estribos dos arreios.

Fechava este acompanhamento a Segunda Companhia do Esquadrão. No coice desta procissão vinha o carretão que traria os quartos, depois de feita a execução - puxado por galés.

4.6 - Pelas onze horas do dia - que o sol descoberto fazia ardente - entraram na praça vazia, por um dos ângulos da figura que faziam os Regimentos postados, o réu e o demais acompanhamento dos ministros da justiça, dos Irmãos da Misericórdia, do clero e dos religiosos.

Ligeiramente, subiu os degraus; e sem levantar os olhos, que sempre conservou pregados no crucifixo, sem estremecimento algum, deu lugar ao carrasco para preparar o que era necessário; e, por três vezes, pediu-lhe que abreviasse a execução.

Não desistiram os sacerdotes de dirigir a Deus os auxílios tão necessários para avivar a fé, a esperança e a caridade em transe tão arriscado.

4.7 - O guardião do Convento de Santo Antônio - que também acompanhava os seus súditos - inflamando-se desmarcadamente em caridade e em justiça, subiu a escada e daí admoestou os espectadores: - que não se deixassem possuir só pela curiosidade e do assombro, mas que implorassem de Deus a última graça para quem, tão constante, ia pagar o seu delito e que, assim mesmo, nã servido de objeto da clemência da Soberana que o não punia mais gravemente - e não meios da iluminada justiça de seus ministros, que se não agravaram a pena. (35)

4.8 - Repetido pelo mesmo padre guardião o credo, viu-se suspenso de uma das traves da forca o corpo do infame réu - cuja alma descanse em paz.

Seguiu-se a fala do costume (36), feita por um dos religiosos, que toda foi fundada no verso 20, capítulo 10 do Eclesiastes: "In cogitatione tua regi e detrahas (...) quia ut aves coeli portabunt voem tuam, et qui habit pennas debit sententiam." Nem por pensamentos traíras a teu rei, porque as mesmas aves do céu levarão a tua voz e manifestarão teus juízos."

Acabada a fala, se desfez a figura triangular e, destroçando, os regimentos se meteram em uma só coluna e, fazendo alto, mandou o brigadeiro ler um discurso diante dos soldados sobre a fidelidade devida aos soberanos, engrandecendo a clemência e piedade e a justiça da Soberana.

Deram três vivas à Rainha e se recolheram aos quartéis.

4.9 - O povo foi inúmero e, se não fossem as patrulhas avulsas, sem dúvida ele mesmo ficaria esmagado debaixo do peso de sua imensa massa. Como se abala o povo para ver o que deve precaver!

As janelas estavam quase vindo abaixo de tanto mulhero. Cada uma apostava com outra o melhor asseio. Não permitiu a Providência que a curiosidade roubasse a maior parte deste espetáculo: foi tal a compaixão do povo à infelicidade temporal do réu que, para lhe apressarem a vida eterna, ofereceram voluntariamente esmolas para dizerem missas por sua alma; e só nessa passagem, tirou o Irmão à bolsa, cinco doblas.

Era impossível que este fato, com as suas circunstâncias, não tocasse vivamente os corações dos bons e fiéis vassalos; e que vassalos, cristãos não descobrissem nele uma particular providência e que não adorassem a nossa Soberana!

### 5 - EPÍLOGO

5.1 - Assim o sentia a Câmara desta cidade, que determinou se pusessem luminárias nas três noites seguintes, e que se fizesse uma ação de graças - para o que escolheram a Igreja dos Terceiros Carmelitas.

Por convite da mesma, fez pontifical de manhã o Exmo. e Revmo. Bispo Diocesano; e, de tarde, repetiu o M. Rev. Pe. Mestre Sr. Dr. Fernando Pinto, carmelita, uma nervosa oração fundada sobre três pontos - dados pelo Ilmo. e Iluminado Juiz da Alçada e Chanceler para que não se misturassem, com os transportes do povo, os verdadeiros que deviam surpreender os ânimos e corações dos bons e fiéis vassalos - e foram: 1º) Render graças a Deus pelo benefício que fez aos povos de Minas Gerais, em se descobrir a infame conjuração a tempo, que foi dissipada sem que fosse posta em execução e sem que se seguissem as perniciosíssimas consequências que dela resultariam; 2º) Por não ser contaminada esta cidade do contágio da dita infame conjuração; 3º) Persuadir ao povo fidelidade, amor e lealdade a uma Soberana tão pia e tão clemente; e rogar a Deus que lhe conserve a vida e o império.



5.2 - Concluiu-se esta ação com o *Te-Deum Laudamus*, no fim do qual disse as orações do ritual o mesmo prelado. Assistiu a este ato a hierarquia de que se esmalta esta cidade, e não menos o Vice-Rei e sua Exma. Esposa, e demais famílias em tribunas separadas. Ardiam duzentos círios - que trocaram a noite em dia, pois se entrou por ela, por ser dilatada a música e se ter acabado muito tarde o pontifical.

5.3 - A armação foi a mais rica e a mais bem ordenada que tem havido, para o que concorreu muito a elegante arquitetura da igreja. Sobre o arco cruzeiro estava o seguinte emblema: a Soberana sentada, ornada do manto régio e empunhando o cetro; a justiça, de um lado, e uma figura representando a cidade, de outro, profundamente inclinada, arrojando aos pés do Trono cadeias em sinal de vassalagem e lealdade.

5.4 - Finalmente, a pena não pode pintar o contentamento, a alegria e o prazer que se divisavam no rosto de todos; e a voz comum, que por muitos dias se ouvia, dizia: - "Nunca se viu tanta clemência!"

Esta universal e sincera expressão formará para sempre a fidelidade deste povo à nossa augusta, pia, fidelíssima Rainha - que Deus conserve por dilatados anos.

De *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira / Frei Raimundo da Anunciação Penaforte - Últimos Momentos dos Inconfidentes de 1789*, pelo frade que os assistiu em confissão. Com notas do autor, edição da Câmara dos Deputados/Governo de Minas Gerais, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 9, 1977, Belo Horizonte.

NOTA DO E.: Por motivos de espaço não saem, aqui, as Notas referidas no crédito.

# Número um do MINAS circula e homenageia Tiradentes

O número 1 do MINAS GERAIS, que circulou no dia 21 de abril de 1892, em Ouro Preto, fazia parte das comemorações, todo o País, do Centenário de Tiradentes. Além de artigos a respeito do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, várias solenidades foram programadas para o dia, e aconteceram, como, aque, entre outras, "O Estado perdoou a diversos réos militares de polícia que se achavam em cumprimento de sentença." E ainda réus civis: "... o dr. vice-presidente do Estado perdoou 21 condenados reclusos em diversas cadeias do Estado e comutou a pena de outros tantos." O MINAS daquele dia anunciava, também, que depois da segunda sessão legislativa ordinária do Congresso... "terá lugar a cerimônia de assentamento da primeira pedra do monumento a Tiradentes." E as festividades em Ouro Preto com as ruas e praças "elegantemente ornadas com festões e galhardetes e iluminadas à noite."





# Tiradentes: 200 anos

Waldemar de Almeida Barbosa

O transcurso do bicentenário do mártir de Tiradentes é a oportunidade que se oferece para estudos de problemas históricos dos mais polêmicos. É sabido que, de todos os episódios de nossa História, existem duas versões: uma, a dos compêndios escolares, é a História oficial, escrita de acordo com o poder dominante. Outra, a História documentada, aparece às vezes como irreverente. De modo geral, a Universidade apóia a segunda, e repudia a primeira. Com relação à Inconfidência Mineira, especialmente quanto a Tiradentes, a Universidade aprova a primeira e repele a segunda. Tentaremos explicar a origem desse fenômeno.

Em 1870, verificou-se um recrudescimento na propaganda republicana no Brasil. Surgiu no Rio o jornal A República. Foi fundado no Rio o Clube Republicano, a semente de outros clubes republicanos, que se multiplicaram principalmente em São Paulo. Foi divulgado o Manifesto Republicano, assinado por 58 líderes republicanos. Esse manifesto foi transcrito em O Jequitinhonha, de Diamantina, hebdomadário, que, em seguida, se declara órgão dos republicanos. Um dos signatários do Manifesto Republicano, o médico Pedro Bandeira de Gouveia, publicou, em 1872, um livreto em que levantou uma campanha no sentido de se erguer, no Rio de Janeiro, uma estátua a Tiradentes, considerado o mártir do ideal republicano.

Um monarquista apaixonado, Joaquim Norberto de Souza Silva, alto funcionário do Ministério do Reino, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se fez amigo pessoal de D. Pedro II, que não perdia as sessões daquele sodalício, julgou-se no dever de combater as idéias republicanas. Imaginou que a melhor maneira de debelar a onda republicana seria destruir-lhe o ídolo, aniquilar Tiradentes. Anunciou pela imprensa que ia provar que Tiradentes não merecia uma estátua na Capital do Império. Localizou, num canto do seu ministério, um saco que continha os sete volumes dos Autos da Devassa. Lê-os à procura de argumentos contra Tiradentes. Achou abundância deles. O que mais se encontra nos Autos da Devassa são acusações a Tiradentes. Não satisfeito, deturpou depoimentos, de outros transcreveu trechos isolados, com modificação do sentido das palavras, falsificou episódios, afinal, escreveu um libelo contra Tiradentes. Publicou em 1873 a sua História da Conjuração Mineira. 1

Durante várias décadas, foi a obra de Joaquim Norberto a fonte única de que se serviram nossos escritores, especialmente os historiadores. Os compêndios escolares seguiram a mesma onda. O que neles aprendemos foi o que convinha à Monarquia em 1873. A campanha contra Tiradentes continuou com Assis Cintra, em São Paulo, e José Domingos Codeceira, em Pernambuco. Assis Cintra chegou a divulgar um documento forjado contra Tiradentes, tendo sido desmascarado por Feu de Carvalho.

Mais recentemente, em A Devassa da Devassa, de Kenneth Maxwell, são repetidas várias teses de Joaquim Norberto, cujo livro não está mencionado na bibliografia do brasileiro. Vamos lembrar alguns exemplos.

Segundo Joaquim Norberto, a conspiração achava-se estruturada, bem planejada, quando Tiradentes, ao encontrar-se com José Álvares Maciel, no Rio, no seu regresso da Europa, aderiu ao movimento. Norberto garante que foi Álvares Maciel quem converteu Tiradentes à idéia de libertação.<sup>2</sup>

É exatamente o pensamento exposto por Kenneth Maxwell: "Tiradentes parece ter-se engajado efetivamente na perspectiva de uma revolta nacionalista, a partir dessa con-

versa" (com Maciel).<sup>3</sup> Em outro local, o brasileiro é categórico: "Maciel tinha sido o lançador da idéia."<sup>4</sup>

Vamos demonstrar como os dois autores estão equivocados.

I – O português José Joaquim da Rocha, em seu depoimento, declarou que estava no camarote do teatro da Ópera, no Rio, em junho de 1788, quando entrou o Alferes Joaquim José. Logo que ele foi visto pela platéia, esta passou a vaiá-lo. Indagou a razão daquela *pateada* a um oficial e foi informado: ele "anda falando em sedição", a fim de "fazer esta terra feliz." Ora, se em junho era Tiradentes tão conhecido do povo carioca, por suas idéias de sedição, como poderia ele ter-se convertido em agosto, quando Álvares Maciel chegou ao Rio?

II – Não podemos basear-nos nos depoimentos dos inconfidentes, tais e tantas são as falsidades neles contidas. Mas quando acontece uma concordância nas respostas (eles estavam incomunicáveis), é admissível aceitar a informação como verídica. Ora, Francisco de Paula, José Álvares Maciel, Pe. Rolim, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira afirmaram ter sido Tiradentes o primeiro que lhes falara em conspiração.

III – José de Resende Costa (filho), depois de anos de exílio, regressou ao Brasil, foi deputado à Assembléia Constituinte (1823), deputado à 1ª Legislatura da Câmara (1826) e, em 1839, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escreveu algumas informações sobre os participantes da Inconfidência Mineira. Entre outras coisas, escreveu: "Tiradentes principiou a manifestar seus princípios, no governo de Luís da Cunha Meneses..."<sup>5</sup>

Se José Álvares Maciel chegou ao Rio em companhia do Visconde de Barbacena, o sucessor de Luís da Cunha Meneses, é lógico que a informação de José de Resende Costa desmente as afirmações de Norberto e Kenneth Maxwell.

IV – Pe. Manuel Rodrigues da Costa foi uma vítima da Inconfidência Mineira. Ficou provado que ele tinha conhecimento da conspiração e não a denunciou, tornando-se culpado, de acordo com as Ordenações Filipinas. Regressou ao Brasil em 1804, foi também deputado à Assembléia Constituinte e eleito para a primeira legislatura da Câmara dos Deputados. Até sua morte, em 1844, viveu na sua fazenda do Registro Velho, perto de Barbacena. Anos mais tarde, o vigário colado de Barbacena, Pe. Joaquim Camilo de Brito, nome respeitado em toda a província, publicou o depoimento que lhe fizera o Pe. Manuel Rodrigues da Costa. Pe. Joaquim Camilo de Brito começa dizendo-se honrado em ter convivido com o Cônego Manuel Rodrigues da Costa, nos últimos cinco anos de vida deste. Refere-se ao colega de batina como "autoridade na matéria, não só por sua respeitabilidade, ilustração e critério, como por ter sido uma das vítimas do suspeito ódio da tirania então reinante." Pe. Joaquim Camilo de Brito reproduz as palavras ouvidas do Pe. Manuel Rodrigues da Costa, cidadão livre de um país livre, sobre Tiradentes: "A alma do movimento, o Leônidas, que preparava a elite dos novos espartanos para este grande cometimento, era o Alferes do Corpo Militar de Cavalaria Mineira Joaquim José da Silva Xavier. Era ele o único propagandista da idéia na província e fora dela, para o que lhe davam facilidade as freqüentes viagens que fazia nela e à Corte."<sup>6</sup>

V – Na noite de 17 para 18 e durante o dia 18 de abril de 1792, foram recolhidos ao Oratório da Cadeia Pública do Rio os onze principais cabeças da Inconfidência Mineira: Joaquim José da Silva Xavier, Francisco de



Paula, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Luís Vás de Toledo, José de Resende Costa (pai), José de Resende Costa (filho), Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira, Domingos Vidal de Barbosa e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. Onze franciscanos – um para cada réu – ali permaneceram de pé, desde o dia 18 até a madrugada do dia 20. Dos onze franciscanos, dois deixaram a narração do que viram e ouviram: Frei Raimundo Penafort e frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro. Ambos portugueses, fiéis vassalos, mostram-se horrorizados com o *nefando crime* de sublevação, escandalizados com *louco desejo de liberdade*. Frei Raimundo Penafort fora o confessor de Tiradentes e o visitara com regularidade, durante os três anos em que estivera na masmorra. Transformou-se em real admirador do Alferes. Eis como a ele se referiu: "Este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana que põe em espanto a mesma natureza. Entusiasta com o aferro de um Quaker, empreendedor com fogo de um D. Quixote, habilidoso com um desinteresse filosófico..."<sup>7</sup>

Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, Guardião do Convento de S. Antônio, inicia suas referências a Tiradentes com estas palavras: "Este homem indigno é de nossas memórias, mas, se ficar de todo no esquecimento, nenhum fruto tiraremos de seu exemplar castigo." É a linguagem de um fiel vassalo da rainha. A verdade, entretanto, é que o frei Guardião viu-se fascinado pela figura do Alferes. Parece que descurou do inconfidente que estava a seu cargo, e concentrou sua atenção nos gestos e nas palavras de Tiradentes. Informa que, terminada a leitura da sentença, que condenou à forca os onze réus, na madrugada do dia 19, seguiu-se a cena mais trágica e cômica que se pode imaginar. Uns clamavam, outros choravam, e cada um *fazia por imputar sua última infelicidade ao excessivo depoimento do outro*. Como estiveram três anos incomunicáveis, era neles mais violento o desejo de falar. No meio daquele tumulto, o frade ouviu e anotou estas palavras de Tiradentes: "Eu sou a causa da morte desses homens. Desejaria ter mais dez vidas e podê-las dar por todos eles. Só Deus me ouvira, só eu morreria, não eles." Acrescenta o frei Guardião que Tiradentes "muitas vezes pediu perdão aos outros." Seria o caso de se perguntar a Norberto e Kenneth Maxwell: Perdão por quê?

Na madrugada seguinte (20 de abril), apareceu novamente no Oratório o ministro da Alçada, que leu nova sentença, bem curta, e que inicialmente fazia referência à carta régia de 15 de outubro de 1790, anexada aos Autos em 20 de abril de 1792. Essa carta ordenava que só fosse condenado à morte quem tivesse envenenado o povo com idéias de independência. Essa segunda sentença determinava: a sentença de morte só será executada no réu Joaquim José da Silva Xavier, "por ser o único que, na forma da dita carta, se fez indigno da real piedade." Informa Frei Jesus Maria do Desterro que eram "indescritíveis os transportes de alegria" dos onze réus, inclusive de Tiradentes, que se pôs a dar os parabéns aos outros. O frei Guardião, que não tirava os olhos de Tira-





dentes, ouviu e registrou estas palavras: "Agora morreria cheio de prazer, pois não levaria após si tantos infelizes a quem contaminara. Que isso mesmo intentara ele nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem dele só a vítima da lei."<sup>8</sup>

A tese central, em torno da qual gira todo o livro de Norberto é a seguinte: Tiradentes conseguiu ser admitido entre os inconfidentes, mas não tinha acesso junto aos principais elementos do movimento. Só um exemplo: "Os conjurados se calavam à sua chegada, quando conversavam sobre questões que tinham a pelo."<sup>9</sup>

É precisamente a opinião de Kenneth Maxwell: "Na verdade, o Alferes nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos amplos do movimento. Inconfidentes importantes haviam evitado relacionar-se com ele."<sup>10</sup>

Tentaremos mostrar que os inconfidentes, nos seus depoimentos, procuravam mostrar que não conheciam Tiradentes, apesar das provas em contrário. É bem diferente.

Pe. Rolim, depois de identificar-se no primeiro interrogatório, começou o segundo, realizado em 20 de outubro de 1789, ouvindo estas perguntas: Quem o visitava em Vila Rica? Com quem conversara? Pe. Rolim menciona alguns nomes: Francisco de Paula, Tomás Antônio Gonzaga... Mas o ministro insiste: Quem mais? A insistência é tal, que o Pe. Rolim acaba por mencionar também o nome "de um alferes do Regimento Pago, de nome Joaquim José da Silva Xavier, cujo alferes (sic) ele não conhecia." O ministro indaga o assunto da conversa. E o Pe. Rolim declara que ele fora especialmente à procura de Domingos de Abreu Vieira, em cuja casa estava hospedado. O ministro já sabia de estreita amizade que havia entre o Pe. Rolim e o Alferes, pelos depoimentos do próprio Domingos de Abreu Vieira. Parece que fica brincando com o padre. Seguem-se o 3º, o 4º, o 5º, o 6º interrogatórios, com o Pe. Rolim sempre a negar que conhecesse o alferes. Afinal, no 7º, o ministro manda apresentar ao Pe. Rolim duas cartas suas dirigidas a Domingos de Abreu Vieira (apreendidas em casa deste). Nas duas cartas, uma de 20 de abril de 1789, outra de 30 de maio, o padre pede notícias do alferes Joaquim José e, em ambas, acrescenta que não escrevia diretamente a ele, porque supunha que ainda estivesse no Rio. O pior é que na última carta, depois do nome do Alferes Joaquim José, lê-se uma frase bastante comprometedora: "Sobre uma recomendação do dito, não havia dúvida de que havia grande contentamento e vontade." Pe., Rolim não tem saída. É forçado a reconhecer que são suas as cartas. E apresenta uma desculpa bem curiosa. O escrivão anotou: "Não nega as expressões da carta, mas ingenuamente confessa que as mesmas nada mais foram que uma indiscreta produção de jatância e vaidade."<sup>11</sup>

Alvarenga Peixoto esteve presente às duas reuniões oficiais dos conspiradores. A primeira, realizada na casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, em 26 de dezembro de 1788, constou apenas de uma exposição feita por Tiradentes. Essa exposição, parece, era considerada importante, porque, tendo-se atrasado, foi Alvarenga chamado por um bilhete do Pe. Carlos de Toledo. Alvarenga esteve presente também à segunda reunião, realizada poucos dias depois na chácara do Tenente-Coronel. Tomou parte nos debates. Deu palpites. Discutiu. Apresentou a sugestão de Cláudio para a bandeira da nova república: um índio a quebrar os grilhões que o prendiam, com a legenda: *Aut libertas, aut nihil* (Ou a liberdade, ou nada). Tiradentes apresentou a idéia do triângulo, símbolo da Santíssima Trindade, e viu seu projeto aprovado por todos. Pois bem, no início do seu segundo interrogatório, Alva-

renga Peixoto afirma que não conhecia o Alferes Joaquim José. Para confirmar sua declaração, narra que, certa vez, estava na casa de João Rodrigues de Macedo, quando chegou um oficial feio e espantado. Perguntou quem era e foi informado: era o Alferes Joaquim José. Nos interrogatórios posteriores, Alvarenga narra pormenores das duas reuniões e à exposição feita por Tiradentes dá o nome de *cena depravada*.

O Cônego Luís Veira da Silva teria feito rasgados elogios a Tiradentes, segundo consta dos Autos: "Se houvesse muitos como ele, o Brasil seria uma república florente." No seu depoimento, ao referir-se a ele, fala em um alferes por alcunha o Tiradentes, *de cujo nome não se lembra*.

Se o simples fato de conhecer Tiradentes podia ser considerado crime, pior seria ter-lhe amizade. Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, ao ser interrogado sobre o alferes, foi logo declarando "que não tinha a "menor amizade" ao dito alferes." Poderíamos continuar as citações indefinidamente. Em vários interrogatórios, como os de Joaquim de Sá do Rego Fortes, Domingos Fernandes Cruz, Ajudante João José Carneiro, Manuel José de Miranda, logo no início, aparece a declaração de que "não tinha amizade alguma" ao Alferes.

Conclusão: ou Norberto e Kenneth Maxwell não leram os Autos, ou então usaram de má fé.

Outra tese de Joaquim Norberto, repetida por outros autores, inclusive por Kenneth Maxwell, era a de que Tiradentes era figura muito secundária no movimento. Textualmente: "Dando a Alçada a supremacia da conjuração a Tiradentes, que passava por louco aos olhos de todo o mundo, buscou mais desmoralizá-la do que puni-la."<sup>12</sup>

Eduardo Frieiro, escritor notável, resolveu invadir o campo da História, e escreveu que Tiradentes era um *pobre coitado*, o único condenado à morte, porque não teve quem por ele intercedesse. Kenneth Maxwell designou-o como o *mais socialmente inseguro*.<sup>13</sup>

José Domingos Codeceira, num livro inglês - *A Idéia Republicana no Brasil* - em que procura achincalhar Tiradentes, com o fim de demonstrar que os pioneiros da idéia da república no Brasil foram os pernambucanos, criou a expressão *bode expiatório*. O livro de Codeceira é uma reprodução sem aspas da obra de Joaquim Norberto. Não está mencionado na bibliografia de *A Devassa da Devassa*, mas o autor, Kenneth Maxwell, duas vezes, em dois locais diferentes, usa a expressão *bode expiatório*.<sup>14</sup>

Tiradentes não era absolutamente um *pobre coitado*, nem o *mais socialmente inseguro*, porque seus bens, levados à praça, renderam quase o dobro dos de Francisco de Paula, que tinha casa no centro de Vila Rica e uma chácara na periferia. É verdade que a fazenda dos Caldeirões não foi incluída no seqüestro, porque fora o dote da esposa. Mas também entre os bens seqüestrados a Tiradentes não foram incluídas as oito datas minerais que tinha no Porto de Menezes, junto ao Rio Preto, com casas de vivenda, engenho, senzala. Se Tiradentes fosse o *pobre coitado* descrito por Norberto, Codeceira, Eduardo Frieiro e Kenneth Maxwell, como explicar ter sido ele o autor da exposição feita na primeira reunião oficial dos conspiradores, realizada em 26 de dezembro de 1788? Se Tiradentes fosse o *bode expiatório*, não teriam cabimento os termos do ofício do Visconde de Barbacena de 11 de julho de 1789, dirigido ao ministro Martinho de Melo e Castro. Eis o que escreveu: "Todos os presos acima mencionados estão mais ou menos culpados na Devassa e prévios interrogatórios, principalmente o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, cujo delito já tem bastante prova, constando geralmente de uns e outros processos que ele era o primeiro motor da projetada sublevação, o que mostrava maior empenho e eficácia, na execução dela,

o que amotinava o povo e pretendia corromper a tropa."<sup>15</sup>

O mesmo se pode dizer do relatório do desemb. José Pedro Machado Coelho Torres, que presidiu a Devassa no Rio de Janeiro, também datado de 1789: "Inclusa verá V. Ex<sup>a</sup> a lista dos réus principais. O alferes da Tropa de Minas Joaquim José da Silva Xavier foi quem espalhou a sediciosa proposição de que podiam as Minas ficar independentes, livres da sujeição real e uma república, porque tinham em si todas as produções."<sup>16</sup>

Não menos enfático era o relatório do escrivão da Devassa em Minas, Ouvidor José Caetano César Manitti: "Não se admite a menor contestação, segundo o que se deduz do processo e seus apensos, que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, era um dos mais empenhados e atrevidos em promover a intentada sublevação, para cujo fim agenciava o maior séquito possível, persuadindo e exagerando a uns a beleza, comodidade e riqueza deste país, que poderia agora ser independente, a outros, o abatimento e indigência em que jaziam, enquanto estavam presenciando saírem todos os anos para a Europa os tesouros da América."<sup>17</sup>

Ora, se já em 1789 era Tiradentes apontado como o réu principal e principal motor da sublevação, nada há que estranhar no seguinte item da sentença: "Mostra-se que entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as idéias de república foi o réu Joaquim José da Silva Xavier..."

(Belo Horizonte)

1 - História da Conjuração Mineira, de Joaquim Norberto de Souza Silva, Garnier, Rio, 1873.

2 - Silva, Joaquim Norberto de Souza - op. cit., p. 76.

3 - Maxwell, Kenneth - *A Devassa da Devassa*, Paz e Terra, Rio, 1977, p. 126.

4 - Maxwell, Kenneth - op. cit., p. 178.

5 - In: Rev. do IHGB, tomo 8, vol. 8, 1881. O documento está transcrito nos Autos de Devassa, vol. 9, p. 459.

6 - O artigo do Pe. Joaquim Camilo de Brito foi publicado em *O Movimento*, de Ouro Preto, transcrito em vários outros jornais e em Arquiocese de Mariana, do Cônego Raimundo Trindade, 2ª edição, vol. 2, 1955, p. 68/71.

7 - Últimos Momentos dos Inconfidentes de 1789, Pelo Frade que os Assistiu em Confissão. In: Rev. do IHGB, vol XLIV, Parte II, tomo 62, p. 140. A publicação foi transcrita na edição do INL da História da Conjuração Mineira e no vol. 9 dos Autos de Devassa.

8 - Memória do Êxito que teve a Conjuração de Minas e dos Fatos Relativos a Ela, Acontecidos Nesta Cidade do Rio de Janeiro... Dados sobre a fonte: os mesmos da nota anterior.

9 - Norberto - op. cit., p. 178.

10 - Maxwell, Kenneth - op. cit., p. 126.

11 - Autos da Devassa, vol. 2, p. 321.

12 - Norberto, op. cit., p. 396.

13 - Maxwell, Kenneth - op. cit., p. 145.

14 - Maxwell, op. cit., p. 215 e 222.

15 - Autos de Devassa, vol. 8, p. 192 e 193.

16 - Além de publicado nos Autos de Devassa, está o ofício acima transcrito no livro *A Verdade Sobre Tiradentes*, p. 61.

17 - Autos, vol. 8, p. 261.

Se o simples fato de conhecer Tiradentes podia ser considerado crime, pior seria ter-lhe amizade.

"Este homem indigno é de nossas memórias, mas, se ficar de todo no esquecimento, nenhum fruto tiraremos de seu exemplar castigo."

(Frei Jesus Maria do Desterro)



# Adeus, Minas Gerais

Imaginem, leitores, um filme que mostrasse Tiradentes desde o tempo de tropeiro, andando pelo sertão. O cachorro amarelo atrás dele. Depois a busca de ouro e diamantes. Não se sabe se ele encontrou pedras valiosas ou não. Queria ficar rico, sim, mas para ajudar, com o dinheiro, a independência do Brasil.

O filme mostraria com rapidez a época dele no exército, depois as viagens ao Rio de Janeiro. Ali conhecia muitas pessoas, algumas importantes, chegadas de outras países, com novas idéias. Falavam na América, a América se libertara da Inglaterra. Contavam da França, onde as palavras mais ouvidas eram: *liberdade, igualdade, fraternidade*. Tiradentes com isso se convence: o que deseja não é uma loucura. O mundo se modifica. O Brasil terá que ser livre.

Agora apareceriam as ruas de Vila Rica como eram naquele tempo. Vultos disfarçados, usando chapéu e capa, vão para o mesmo endereço. Batem de leve na porta. O pequeno escravo de Manuel Caetano abre, resabiado. Avisa para dentro que o pessoal *ai vem*. Na verdade, já vão entrando pela sala. Tiradentes os recebe, indica bancos, cadeiras. A luz é pouca, de candeia. Ambiente misterioso, não podem chamar a atenção da vizinhança.

Estariam na sala padres, militares, fazendeiros, proprietários de minas. E também poetas. O local das reuniões variava, cada vez aconteciam numa casa para não desconfiarem.

Alguns, como Tiradentes, queriam de uma só vez a independência, a proclamação

da República e a abolição dos escravos. Não achavam sentido nenhum em libertar o país continuando a haver escravos. Mas a idéia não agradava aos grandes proprietários de terras. Eles estavam ali, faziam parte do grupo, só para lutar pelo não-pagamento dos impostos. Falavam baixo, uns com os outros. Achavam que Tiradentes exagerava.

No filme, a bandeira da inconfiência seria mostrada com destaque. Branca, no centro o triângulo vermelho. E a frase:

*Libertas quae sera tamen*

Liberdade, ainda que tarde. Uma escolha certa. Até hoje ela se destaca entre outras bandeiras. Clara, simples, limpa.

O Alferes deve seguir para o Rio de Janeiro. Costuma deixar Vila Rica antes do amanhecer. Escreve um bilhete. Emocionado, a mão treme um pouco. Coloca-o num pacote de livros. Manuel Caetano está ali, vindo de longe. Tiradentes pede que vá embora no dia seguinte, levando o escravo. E também aquele pacote. Para quem? Mostra o nome que acabara de escrever. Um nome de mulher.

Faz outras recomendações. Divide dinheiro para isto, para aquilo. Se acaso for preso, quer que os amigos se salvem.

Assistindo-se ao filme deve-se entender que antes disso Tiradentes estivera várias vezes no Rio tentando aprovar projetos para a solução da falta de água. As autoridades mandavam esperar, às vezes nem o atendiam. As condições de vida da cidade não interessavam. Mas dessa vez deve ficar claro: Tiradentes viaja por outro motivo. Vai tentar



conseguir verbas e simpatias que ajudem a revolução.

Tiradentes olha para tudo: portas, corredor, varanda. Silêncio. Ele atravessa a casa sem saber se a verá breve ou nunca mais. No filme a casa deve ter quintal grande. O moleque de Manuel Caetano esquece uns marrecos lá fora, no cercado. O menino abre a cancela, deixa que a criação saia, solta.

Dourado tem que aparecer. Triste, pelos cantos. Já fora abandonado uma vez, desconfia de viagens. Mas escuta o chamado de Tiradentes, se anima.

Vamos pensar no filme terminando com Tiradentes no quintal. Ele olha o céu estrelado, sente um aperto no coração. O cachorro encosta a cabeça em sua perna. Talvez advinhe. Essa é mais do que uma simples despedida de Minas Gerais.

(De *Era Uma Vez Tiradentes*, Julieta de Godoy Leiteira, Editora Moderna, 1991, São Paulo, SP)

## Quadros de uma exposição: retratos com retoque

Maria José de Queiroz

À comemoração do bicentenário da morte de Tiradentes cumpre reconhecer que o desinteresse popular pela história de Minas reduziu a galeria dos Inconfidentes a dois pares: o amoroso – *Marília* e *Dirceu* e o antagonico – Joaquim José e Joaquim Silvério. Se no primeiro o inconsciente coletivo recuperou a tradição dos amores contrariados, identificou, no segundo o drama da paixão. E a esse novo drama não falta sequer o mesmo motivo torpe – a delação por dinheiro, para consagrar o contraste entre o amor ao próximo e a força injusta, numa encenação digna do Novo Testamento (1).

Esvaneceram-se, no entanto, por vagos e pouco nítidos, os traços de *Marília* e de *Dirceu* assim como se rechaçou ao limbo da história, a face abjeta do traidor. Só se preservou o retrato do Tiradentes: íntegro e de corpo inteiro. Envultado no mito pela paixão e morte na força, nossa retina garantiu-lhe gestos e postura estáticos, definitivos. É fácil entendê-lo. A sociedade crismada pelo grito da independência (1822), chamada a transformar em doutrina a criação da nacionalidade, não logrou entronizar no panteão nacional, durante a vigência do Império, a figura do herói. A Coroa, ainda que brasileira, não digerira a subversão de 1789...

Impedido de afeiçoar a imagem do Alferes à grandeza épica da sua rebeldia, o imaginário popular converteu-o em mártir, inscrevendo-o no seu hagiológico. O burel grosseiro, a corda ao pescoço, o rosto descarnado, a resignação, a complacência e, principalmente, a morte infame, precedida de ve-

xame público, conferiram-lhe as virtudes dos santos, dos redentores do gênero humano e dos salvadores da pátria.

Como a religião tradicional – o Catolicismo, tinha as respostas certas para as questões acerca da relação de causa a efeito, a moral do Evangelho: o ajustou-se ao sentimento social e legitimou a santificação do herói. Do resto se encarregaria o neo-catolicismo à Lamennais, que substituiu o Deus feito homem por um Homem investido de divindade. "Compreende-se, dizia ele, que o Cristo, o verdadeiro salvador do homem pela lei de vida que veio anunciar-lhe, e que ele sancionou pelo sacrifício voluntário, é o símbolo da humanidade que deve tender, num sacrifício semelhante, a realizar a união perfeita com Deus (...) o que seria, verdadeiramente, a realização do Homem-Deus."

Eis, portanto, como tudo começou. Não faltariam ao Romantismo – força atuante no Século XIX –, roupagens nem galas para revestir o nosso herói de facticidade própria. Vincando-lhe o perfil, já de si e por si amável e bom, a literatura se encarregaria de conferir-lhe a coerência do *loqos*. E foi ele, o *logos*, que determinou os retoques finais à figura que elevamos ao altar da nacionalidade.

Ao contemplar, hoje, com absoluta isenção dogmática, a pinacoteca literária da Inconfidência, chamam-nos a atenção a semelhança entre alguns retratos e a coincidência nos traços mais característicos de certos retratados.

Veja-se, por exemplo, *Gonzaga ou a Re-*

*volução de Minas*, de Castro Alves. Os amores de Maria Joaquina Dorotéia de Seixas – *Marília*, e de Gonzaga – *Dirceu*, servem, nesse drama, de contraponto à conspiração. Sugere-se, dentro do mesmo espírito, uma paixoneta do governador pela noiva do inconfidente. Mas isso não basta. O enredo, já melodramático, complica-se ainda mais com a história da escrava Carlota, cujo maior desejo é reencontrar o pai, o escravo Luís. Joaquim Silvério dos Reis, como não poderia deixar de ser, traz, na fisionomia e na conduta, a marca da hipocrisia e da traição. Denuncia-se, logo à apresentação, sua tendência para o mal. Por outro lado, Cláudio Manuel da Costa destoa, inteiramente, do retrato divulgado pelos historiadores. Cópia, isso sim, na vaidade e na futilidade, o Gonzaga descrito por Eduardo Frieiro em *Como era Gonzaga?*. Piegas, fala de festas e de esposais, tece louvores à sua Eulina, sonha com o amor, com alamedas sombrias, música ao longe, mãos trêmulas e lábios que sussurram... É o *dandy* da nobreza colonial.

A exemplo do traidor, *Tiradentes* antecipa, numa tirada premonitória, o seu fim trágico. Avisa, ao apresentar-se: "Às vezes um barão no colo de um homem é o toσό de ouro da sua realeza de mártir."

Embora não lhe atribua papel principal, não deixa Castro Alves de exaltar-lhe o destemor. Destemor que alcança as raias do delírio hugoano. Em transe, *Tiradentes* conclama: "Ah! Senhores! Fogo aos quatro cantos do continente, a foíce aos troncos do despotismo, a espada ao coração dos tiranos e deste incêncio tremendo voará, como das hecatombes romanas, não a águia que leve a alma do imperador, mas o condor que levante a liberdade do meu país."

É o sonho condoreiro da liberdade: o sonho de Castro Alves, poeta romântico.

Mas o seu herói é, a todos os respeitos, o autor das *Liras*. Cabe-lhe expressar, em lúcida síntese, as críticas dos inconfidentes à Metrópole. São suas palavras: "Quando o



escravo quer ser livre, quando o trabalhador quer ser proprietário, quando o colono quer ter direito, quando a cabeça quer pensar, quando o coração quer sentir, quando o povo quer ter vontade há um fantasma que lhe diz: Louçura, mil vezes loucura. (...) É a metrópole! É sempre a metrópole! E agora, senhores, é preciso que isto acabe."

Embora sinta que "é preciso que isto acabe", não sabe o que fazer. E conclui: "É preciso, mas como?"

Apaixonado, não deixa de pensar na noiva. Daí, a tácita censura do Alferes: "a nossa verdadeira noiva é esta pobre terra, que é nossa pátria." Mas *Marília* justifica-lhe o afeto. E logra restabelecer, numa frase sentenciosa, o necessário equilíbrio entre os dois amores – a pátria e a mulher, vaticinando-lhe a imortalidade: "Adeus! (...) – Teu cadáver será da pátria, teu coração meu, tua alma de Deus... parte para a agonia e para a glória."

Vence o lirismo romântico. E a peça termina com um poema dedicado aos infelizes amantes.

Quando o *Tiradentes* "tomba na guilhotina" (*sic*), Castro Alves exercita, à Hugo, o tema religioso, identificando o seu sacrifício com o de Cristo no Tabor: "Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão!" – que tomba "na guilhotina", "como a águia fulminada / pela garra pendurada, / como um troféu de Tabor." (2)

A última palavra – de quem poderia ser senão de Gonzaga? Nós o ouvimos murmurar o nome do país e o da noiva, aliando a dupla devoção: à *Marília* e à pátria (adotiva, no caso).

Cristo imolado, o Xavier não tocou a veia heróica de Castro Alves. A aura lírica, de que se banhava Gonzaga, sua fama de jurista, o amor pela brasileira Maria Joaquina Dorotéia foram suficientes para convencê-lo da sua grandeza. A posterioridade não confirmaria o Generoso empenho com lhe celebrou o heroísmo: Gonzaga é *Dirceu*, o *Dirceu* das *Liras* e de *Marília*. Basta-lhe essa glória.

O mineiro Augusto de Lima e o maranhense Viriato Correia também reelaborariam dramaticamente o tema da Conjuração.

No drama de Augusto de Lima, Cláudio Manuel da Costa é assassinado (3), Gonzaga comporta-se como apaixonado e *Marília*, *realista*, chama-o *demagogo*, exprobando-lhe "os devaneios vãos de liberdade."

Acentua-se aqui o perfil do noivo solícito e carinhoso e da noiva ciumenta – o melhor clichê do lirismo arcádico do Século XVIII. Gonzaga confessa: "Há uma fascinação irresistível / que me prende a um afeto de mulher, / De modo que, sequer / nem pensar outra cousa me é possível." E declara, preempório: "Tudo renunciarei – pátria e família, / Para morrer somente por *Marília*!"

Se Castro Alves conseguiu conciliar as duas paixões – do noivo e do cidadão, Augusto de Lima preferiu desfazer a aliança que prendia o poeta à pátria adotiva. Recalcam-se no seu retrato os traços com que *Dirceu* passaria à posteridade.

A grande inovação de peça de Augusto de Lima é o coro dos contribuintes. À maneira de *leit motiv*, o vozeio popular dá sustentação musical e dramática aos rumos da conspiração. Através desse coral recorrente é o povo que se manifesta; e é o povo que proclama, acusando, blaterando, a causa do ódio à Metrópole. Em *crescendo* paulatino, transformado em *fortíssimo* no epílogo, certifica-nos da verdade da máxima *vox populi, vox Dei*. Sobrepondo-se às últimas notas do hino português, ecoa ainda na sala ao cair do pano. É um *grand finale*, sem dúvida alguma.

Herói magnânimo, altruísta e despreendido, o Tiradentes de Augusto de Lima exige, para si, "o posto de maior perigo", certo de que "a morte é preferível à vergonha."

Atento à voz do povo, o autor põe na boca de um ajudante de ordens do Visconde de Barbacena o que se murmura na província: "Há um poder infernal, mágico, astuto, / Que arrasta os grandes e fascina a plebe! / Dizem que dele inspirações recebe, / Duran-

te longos êxtases videntes, o alferes Xavier, o Tiradentes."

Caracteriza-o singular carisma. Divino ou infernal, há um poder superior que lhe insufla ideais e lhe inspira palavras. É um iluminado. Em nada lembra, por isso mesmo, o protagonista da *comédia histórica* de Viriato Correia – Tiradentes.

Engajado numa causa popular, de alcance nacional, mostra-se ele consciente do seu papel. E não se intimida diante de quem quer que seja. Diz ao juiz: "O Brasil não respira, não caminha e não cresce, porque as algemas da Metrópole não o deixam caminhar, respirar e crescer. Vivemos segregados do mundo. (...) Enquanto lá fora, do outro lado do mar, há instrução, aqui o que existe é ignorância. E ignorância profunda, porque o governo leva o seu zelo ao rigor de impedir até a entrada de livros! (...) A riqueza não circula porque nem ao menos estradas o governo permite que se abram nesta terra! Não existe indústria porque, nesta terra, a Metrópole não consente que se abra uma fábrica! Não existe fortuna pública nem fortuna particular, porque o fisco tudo nos sorve, tudo nos arranca, até o último vintém."

Mas Viriato Correia não pára aí: incute também, nas personagens secundárias, igual consciência da realidade. Nada de arrebatamentos místicos nem de gestos gradiloqüentes. Todos se guiam pela razão. Só temos a lamentar a irrupção, em cena, da companheira do Alferes, Eugêncio Maria, e que é recebida como amiga de Bárbara Eliodora. A presença da mulher – fato inusitado – lesa a criação do herói. Considerado no entanto sob nova perspectiva – a do homem comum, que se preocupa com a família e que explica, burguesmente, que deve "dar um pulinho a casa", não se pode negar ao autor o direito de associá-la à conspirata (4).

É de Bárbara Eliodora a mais pertinente análise dos intelectuais que se reuniam para discutir as idéias francesas. À pergunta de Gonzaga – "por que é que estamos na conjuração?", ela responde: "– Por lirismo. Puro lirismo de poetas. Pura voluptuosidade de intelectuais. Requite de sibaritas. Com Tiradentes o caso é outro. Tiradentes é o símbolo do povo. Traz no peito o grito da alma popular. É o

único que, na realidade, sente a revolução. Talvez seja o único capaz de morrer por ela."

Pondo em dúvida a sinceridade dos conspiradores, incluído entre eles o próprio marido, Alvarenga Peixoto, ressalta: "Ele (o Tiradentes), de todos nós, é a única pessoa que tem a alma preparada para sentir a revolução, para fazer a revolução."

O Padre Rolim corrobora-lhe a opinião: "Tivéssemos nós dez Tiradentes, dez homens da sua atividade, de sua destimidez e da sua sinceridade, que a esta hora já estávamos com a revolução realizada."

Alvarenga discorda. Junta-se aos que lhe propalam a loucura. Que faz Carlos de Toledo? Apodera-se do juízo despectivo e promove a virtude o que o poeta tomara por vitupério. Retruca-lhe: "Sem os loucos não se fazem as revoluções. A loucura do Tiradentes é a loucura radiosa que leva à imortalidade. Ele é um inspirado."

Ao assimilar a loucura a poderes sobrenaturais, o autor nos remete, novamente, ao herói carismático: sua demência, de origem divina, aproxima-lo dos loucos videntes e dos profetas.

Mas Viriato Correia não confunde atos com boatos. Enquanto as demais personagens do drama nos dão testemunho do que era, na época, voz geral, o seu protagonista se mantém perfeitamente lúcido. E comporta-se como homem lúcido.

Explica com segurança: "Sente-se que todo mundo percebeu que chegou a hora de o país fazer a sua independência política." Não procede como o super-homem que arrosta o desconhecido nem como o mártir que inspira piedade: é o herói moderno. Isto é, o cidadão honrado que distingue o bem do mal, guiado pelo bom senso.

Claro que os nossos escritores não ti-



nam por alvo a totalidade individual de cada um dos conspiradores nem a sua relação dialética com o movimento libertário. Acontece no entanto que se contentaram, ao reinterpretá-lo, ou com uma representação excessivamente genérica ou excessivamente particular. E sabemos, pascalianamente, que quando se considera o todo não se vêem as partes e... *vice-versa*.

Atenta à caracterização do Tiradentes, Cecília Meireles recria-o no seu *Romanceiro da Inconfidência*. Nós os encontramos, menininho ainda, "contrito, de mãos postas", rezando a Nossa Senhora, na capela do Pombal. Depois, *animoso e hábil*, audaz, valente, já Alferes, no seu *macho rosilho*, "a alto sonho entregue."

Em versos de sabor andaluz, à maneira de Lorca, um cigano vaticina: "Vem montado no rosilho. / No rosilho vem montado. / Mas, atrás dele, o inimigo / cavalga em sombra, calado. / Vejo, no alto, o fel e o espinho / e a mão do Crucificado" (r. XXXIII).

Estendendo ao Tejuco a ganância de lucro dos reinóis, a poetisa inclui o contratador João Fernandes e sua amante Chica da Silva na história de Vila Rica. Os romances XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, passados no Tejuco, levam-nos a um giro pela lenda, em detrimento da unidade do *Romanceiro*, resguardada, porém, a unidade poética.

Retomam-se, no *Romanceiro*, as poses já delineadas nos demais retratos do herói, em que se observam – a facúndia: "Era um homem loquaz, / e quis fazer das Minas / uma grande Nação"; – a loucura: "E agora é um simples Alferes / louco, – sozinho e perdido"; – o martírio: "Vede o mártir como fita / sereno a sua desdita". É "o animoso Alferes", "que foi trabalhar para todos."

A beleza dos versos de Cecília Meireles, a sua intuição da intimidade do herói, no desalento da frase pungente – "Ah! se eu me apanhasse em Minas..." dão-nos a medida da sua sensibilidade poética. Mas não podemos deter-nos no estudo da receptividade criadora nem, tampouco, no exame da consciência reflexiva que lhe rege a criação. Andamos à procura de outras revelações, situadas no nível da consciência histórica.

Vamos adiante.

Agora, defronte de um novo retrato, convenha-se: "foi preciso esperar por Carlos Drummond de Andrade para que o Tiradentes ganhasse, na nossa lírica, a moldura exata. Muito sugestivamente, o seu poema se chama *Tiradentes* (com muita honra)." Não há lugar, nesse memorial, para choros nem lamentação. Os vícios e defeitos do Alferes, enumerados em todas as biografias, são, aqui, sua melhor armadura. É com eles que se defende. E avança no futuro "enchendo o vale / o plaino, o espaço / americano." Nada lembra nos seus versos o martirologio de Joaquim José da Silva Xavier. Numa extrema síntese, o poeta desfralda a bandeira da república utópica – "branca branca branca branca." A cavalo, "semeando a rebelião", o Tiradentes percorre "mil distâncias." Seu "pensamento-rastilho / idéia fixa / prego pregado no futuro: / liberdade / americana."

Nem tragédia grega, com o coral premonitório e o destino imóvel, nem drama cristão, sujeito às incertezas da condenação ou da salvação eternas: vemo-nos diante do Liberdade a tecer "a teia / que 100 anos não desfazem."



Cada um dos momentos vividos – antes assinalados como provação, se integram num fluir incessante cujo termo é a glória: "Aluado / de jogar pedra / de ser pateado / na Casa da Ópera / de morrer infamante, / despedaçar-se / distribuir-se / pelos caminhos / e consciências / viver na glória."

Na prosa de ficção, a figura do herói não se emoldurou com essa mesma fineza. Nem seria possível que isso acontecesse: a poesia tem singularidade e coerência próprias. Mas convém ressaltar que tampouco os nossos romancistas se têm mostrado particularmente sensíveis à sedução das idéias libertárias do século XVIII.

Neste passeio aleatório, ao Deus dará, não iremos além dos retratos que nos oferecem *Tal Dia é o Batizado*, de Gilberto de Alencar, de *Naquele Natal*, de Geraldo França de Lima, e *Eu, Tiradentes*, de Pascoal Motta.

Conhecedor das teorias de Joaquim Norberto, Alberto Rangel e de Eduardo Frieiro acerca dos acontecimentos de 1789, Gilberto de Alencar não incorre nos enganos dos ufanistas patrioteiros. Atento à lição da História, demonstra estar a par das controvérsias e das investigações em curso. Ao recriar o pequeno universo provinciano faz um corte no tempo. E procura pintar *d'après nature* valendo-se dos escritos da época. O que não quer dizer que submetta a imaginação à camisa de força da didática. Pode, até, cometer seus pecadinhos. Um deles, mero cochilo talvez, ao declinar Domingos de Abreu Vieira como padrinho da filha do Tiradentes, Joaquina – como se vê nos *Autos de Devassa* – e contradizer-se uma centena de páginas adiante.

Leia-se: "O português Domingos de Abreu Vieira era homem de índole pacífica (...), tinha algumas posses, batizara a filha de Tiradentes, de nome Joaquina." E a algumas páginas depois: "Os compadres eram dois: João de Almeida Beltrão e Domingos de Abreu Vieira. Este batizara a sua filha Francisca e aquele o seu filho João."

Não, não é difícil verificar que *Tal Dia é o Batizado* escapa à rigidez do documento e à observância sistemática das leis que regem o romance histórico de fins do Século XIX e início do Século XX. E muito ganhou com isso. Porque p

pode oferecer-nos uma interpretação pessoal da Inconfidência. Também o Tiradentes, menino traquinas, com seus *repentes*, adolescente apaixonado, miliciano atrevido, surge, antes de tudo, como criação própria (se bem que respeitados os riscos de representação coletiva e do retrato oficial). Leviano, desbocado, o Alferes destoa dos companheiros ilustres. Age como rústico atrevido, parlatão e inconseqüente. Para ele, "tudo era simples e fácil. Como (...) parecia seguro de tudo!"

Só o instinto romântico do autor torna verossímil, e mesmo natural, a sua metamorfose. A solidão da prisão permite-lhe juntar forças, unificar o que era disperso e desequilibrado. A rebeldia, a ira contra "os bananas" (era como se dirigia àqueles que aceitavam o *status quo*) torna-se heroísmo e sentimento humanitário. Fiel à palavra empenhada, nega tudo durante os primeiros interrogatórios. Quando se inteira de que os demais acusados haviam confirmado a tentativa de sedição, rompe o ajuste: não só confessa "com toda a dignidade e altivez" como toma a si a responsabilidade da iniciativa: "O único responsável sou eu! Eu é que tive a idéia, mais ninguém!"

"Ali estavam todos – explica o autor – e a consciência do Alferes lhe dizia que ali estavam por sua culpa e não passavam de vítimas de sua pregação apaixonada."

Geraldo França de Lima constrói o seu romance em tom de uma espera. É o *suspense* que grifa a importância do papel a representar pelo protagonista. Depois de explorar a ansiedade do leitor, demorando-se na descrição do ambiente de Vila Rica e na apresentação das demais personagens, precipita os acontecimentos fazendo surgir, diante de nós, o herói da Conspiração. O Alferes aparece no momento da explosão do apaiol de armas e assume a responsabilidade do gesto revolucionário. A queda do

"símbolo arrogante do despótico poderio colonizador", assistimos à sua partida. Segue-o Ana Rita de Cássia, que por ele se apaixonara. Essa visão original do herói informa um conceito patriótico, alheio ao epílogo punitivo. Contrário à reencenação do drama do crime e do castigo, o autor se volta contra a infâmia e contra a morbidez do cadafalso, da força e do martírio: propõe, no seu romance, a exaltação do varão integral. Deixamos o livro na certeza de uma nova aurora enquanto o Alferes, vitorioso, "some na noite firme, mais bela que nunca."

*Eu, Tiradentes* retrocede no tempo e substitui a efabulação novelística pela introspecção confidencial. A verdade que busca o longo monólogo de Pascoal Motta é a verdade pessoal, individual, da confissão autobiográfica. O leitor participa, enquanto testemunha, e enquanto confidente também, desse projeto de revelação da *natureza humana*, que Philippe Lejeune convencionou chamar de "pacto autobiográfico."

Num *descalar* (o neologismo é de Mário de Andrade e me parece aplicável ao monólogo do herói) ingênuo, ingênuo e intencionalmente prolixo, o autor desenreda, a pouco e pouco, a trama em que se embarça a vida do Alferes. Dando-nos a conhecer, na intimidade, o seu ideal de justiça, a sua visão dos homens e do mundo, manifesta, claramente, que o seu código moral se opõe ao código vigente.

Esse, o aspecto essencial do livro. E que confere ao Tiradentes não só uma linguagem nova (ou uma nova fala, se não nos rendemos à moda do *discurso*) como uma moral do sentimento, que nada tem a ver com a ética do heroísmo.

"Falo, falo, falarei", repete o herói. E explica: "Também existo de carne, osso, alma. Sou homem. Tremo por mais que disfarce. Pelo amor da Santíssima Trindade, Vossas Mercês me não permitem fraquejar calado; discorço no que de necessário é, assim torna íntimo o instante decisivo."

Com esse *Tiradentes*, homem humano, encerramos a nossa breve visita à galeria *Libertas quae sera tamen*.

De todas essas figuras, que a memória cristalizou em tom de gesta mineira, que nos resta, de fato, além do quadro mais ou menos nítido de *Marília* e de *Dirceu* e do retrato de corpo inteiro do Alferes Xavier? De tão limitada amostragem, que imagem reterá o nosso olhar?

Em boa verdade, as respostas a essas perguntas se encontram no pensamento do Século XIX. É dele que procede, clara ou sutilmente insinuada, a influência mais marcante na composição desses quadros e, muito principalmente, na composição e nos retoques do retrato do nosso herói, do nosso único herói.

De origem doutrinária, o pensamento do oitocentos se vincula a interesses e motivações extraliterários. Mas a força e importância das idéias no século, século unido pelo progresso e pela ciência, fizeram com que gravitasse, sempre, em tom dos sentimentos, da imaginação e da palavra. Essa é a razão por que as doutrinas penetraram tão fundamente na Literatura e ali tomaram residência, convertendo-se em geradoras da visão do mundo e do homem. Sua primordial influência encontra-se na convicção de que a única liberdade apreciável é a do Espírito, juiz do bem e do mal, e árbitro, portanto, da legitimidade do poder temporal. E como a liberdade, isto é, a liberdade regida pelo Espírito, só alcança a plenitude se exercida segundo a lei cristã, ela se abriga sob os designios de Deus e da Providência divina. Sob esse patrocínio, não é difícil deduzir, torna-se natural que o herói assumira a missão do predestinado e acabe por ascender ao altar da pátria.

A quantos pareça estranho que em tempos de formação da consciência liberal se condense a teoria romântica dos predestinados e dos profetas, relembraríamos a sedução irresistível da pregação de Lamennais, que conseguiu conciliar o exercício da autoridade católica com as doutrinas modernas e com o liberalismo.



A obsessão coletiva, que a Literatura expressa, determina e modifica, não representa mais do que uma variante na infinita gama de expressões da cultura. A política, a moda, o avanço científico, o estilo e a linguagem, a fé religiosa, a permanência dos mitos e sua reelaboração ao gosto do momento, a realidade econômica e social e até mesmo o nebuloso aranhão da consciência do indivíduo, tudo o que constitui o patrimônio de uma época, e que define o visto, o sentido e o vivido pela sociedade, deve ser apreciado e estimado no testemunho literário. Só assim estaremos aptos a avaliar-lhe a ressonância e a descobrir, à sua exumação, as injustiças cometidas e, também, às vezes, um que outro vislumbre da grandeza do passado.

Na galeria que acabamos de visitar, cujo acervo se formou sem qualquer orientação ecdótica, a imagem do Alferes não resulta apenas do bom uso da intuição criadora nem do talento dos autores: projeção de desejos íntimos, subtraídos ao sentimento coletivo da encarnação do herói, ela repete, na sua composição caleidoscópica, o povo que lhe amoldou o caráter e o conformou à sua noção de heroísmo.

Se o Alferes de Castro Alves não se assemelha ao de Carlos Drummond de Andrade nem o de Viriato Correia coincide, à perfeição, com o que foi pintado pelos mineiros Gilberto de Alencar, Geraldo França de Lima e Pascoal Motta, embora afeiçoados, todos, à nossa imagem, não

e porque a metáfora lhes escapasse das mãos. Seus protagonistas correspondem, cada um na sua circunstância, a uma soma ideal de qualidade que o tempo e o lugar atribuem à conduta do herói. E o conceito de heroísmo, vigente entre nós – atende-se nisso – ainda se banha nas águas do Século XIX. E atenção: também se inclui nesse conceito o *bom-selvagismo* e a ingenuidade bem dosada do protagonista de *Eu, Tiradentes*, criado por Pascoal Mota.

Visto e reproduzido com as tintas da paleta do século passado, o retrato do herói fixa na tela as cores da inquietação romântica, condicionando-lhe os gestos ao código que norteia a humanidade para os seus fins últimos.

(1) O que se confirma nos versos de Cecília Meireles: "Maldito seja tal homem: / tem vilania de Judas / com arrogância de Conde" (*Romanceiro da Inconfidência*, romance XXXVII).

(1) O que se confirma nos versos de Cecília Meireles: "Maldito seja tal homem: / tem vilania de Judas / com arrogância de Conde" (*Romanceiro da Inconfidência*, romance XXXVII).

(2) Veja-se que Castro Alves fala de guilhotina – instrumento adotado na França em 1792 (ano da morte do Tiradentes), por sugestão do Dr. Guillotin, membro da Constituinte francesa, e que já era empregado na Itália. E a esse lapso segue-se outro, o da referência ao monte Tabor onde se deu a transfiguração do Cristo. E não, como sugere o poeta, a sua crucifixão. Foi o Gólgota a colina escolhida para a crucifixão.

(3) Fato comprovado. Castro Alves ainda endossa a versão do suicídio do poeta, divulgada pela Coroa. No seu drama, é o próprio Cláudio quem declara: "Eu já lhes disse que tencionava suicidar-me."

(4) Embora seu nome verdadeiro fosse Antônia Maria do Espírito Santo e não tenha tido qualquer participação no movimento, mesmo porque, à época, já se havia separado do miliciano e vivia com a mãe.

NB. Leia-se, além dos autores citados, Pal Bénichou, *Les temps des prophètes. Doctrines de l'âge romantique*. Paris, NRF, 1977; *Oeuvres complètes de Lamennais*. Paris, Ed. Dubrée-Cailleur, 1836-1837.

Vejam-se, da autora, Joaquina, filha do Tiradentes (romance). São Paulo, Ed. Marco Zero, 1987, 297pp.; "Sobre a Inconfidência e o Tiradentes (1789-1989)", in, *Colóquio/Letras*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nov.-dez. 1989, nº 112, p. 39-48.



# O Tiradentes de cada um

Fábio Lucas

Do mesmo modo, cada opositor ou grupo de opositores haverá de elaborar seu discurso próprio acerca da idéia da Inconfidência e de seus adeptos.

Por último, os que ficaram por fora dos fatos e se prestaram a realizar o seu relato organizaram sua informação de acordo com as exigências do momento, seja a conveniência pessoal, seja a aderência ao espírito da época, ao conjunto de crenças dominantes ou à ideologia vigente.

Massas de notícias e de opiniões se combinam, se opõem e se ajustam para idear o que comumente se divulga como a Inconfidência Mineira.

É óbvio que se formam linhas dominantes que norteiam a fundamentação histórica e política do evento. Cada época evidencia pontos de vista que asseguram a imagem do contínuo histórico, ou seja, um relato conseqüente e consecutivo, obedecendo à lógica do tempo (a cronologia: um fato vem depois do outro) e à causalidade (um fato vem por causa do outro).

E a cadeia das épocas acaba fornecendo-nos o retrato da perseverança dos grupos dirigentes na dominação do saber, das mentes e da estrutura econômica. Infra e superestrutura são perpassadas pelos mesmos sinais da classe hegemônica ou dos grupos vanguardistas da classe dominante.

Já existem historiadores empenhados no desvelamento da chamada História oficial, tão arbitrária ou falsa quanto qualquer mito de extração patriótica ou popular, a serviço de interesses grupais ou do imaginário ingênuo.

A esse propósito, seria interessante investigar sulco que a Inconfidência Mineira abriu nos textos didáticos, de leitura obrigatória nos estabelecimentos públicos ou simplesmente recomendados para a formação intelectual da elite dirigente do País.

A primeira distinção viria do campo político: a Inconfidência Mineira é uma para a Monarquia e outra para a República, embora comportem nuances para cada período. É bom notar que, para muitos, a idéia da República já estava embutida no período monárquico.

Um olho dialético haveria de distinguir, por exemplo, o que foi a textualidade escrita, patrocinada pelo Imperador, e o que foi a textualidade oral, conduzida pela alma popular, alimentada pelas reminiscências dos fatos e aquecida pela imaginação pública.

Assim, enquanto Tiradentes se apresentava de cara medonha e de índole imprudente e irresponsável em alguns compêndios do período do monárquico, construía-se na mente do povo o vulto de um herói.

Durante a República, que resolveu adotar o herói oficialmente, o episódio da Inconfidência, de tintura republicana, encontrou guarida abundante, especialmente nos historiadores de Minas e dos Estados limítrofes, Rio e São Paulo.

Ao mesmo tempo, o trabalho de esvaziamento do episódio e de redução da grandeza heróica de Tiradentes competiu antes a alguns estudiosos norteados, em oposição à literatura de cordel, ao canção popular (a que se podem agregar os sambas-enredos das escolas de samba) e à idolatria do povo.

Certos pormenores nos dão a margem de relatividade dos textos historiográficos. Assim, no capítulo que Coelho Netto e Olavo Bilac dedicam à Inconfidência Mineira, no livro *A Pátria Brasileira* — "Para os alunos das Escolas Primárias" (Rio, Liv. Francisco Alves, 1940, 27.ª ed., p. 195) — é curiosa a certeza com que se referem ao autor das *Cartas Chilenas*.

Assunto de alta controvérsia até hoje, não obstante a crença geral de que tenha como autor Tomás Antônio Gonzaga, com a colaboração digamos técnica, de Cláudio Manuel da Costa, é descartada sumariamente com a atribuição das Cartas a terceira personagem, que encontra escassos defensores entre os estudiosos. Assim, relatando o encontro de José Joaquim da Maia com Thomas Jefferson, escrevem: "Maia faleceu quando pensava em voltar à pátria; veio, porém, Domingos Vidal Barbosa, chegando a

Minas quando essa capitania sofria com o governo de Luiz da Cunha Menezes, tão duramente tratado nas "Cartas Chilenas" de Alvarenga Peixoto" (ob. cit., p. 196, grifo nosso)

Sabe-se que, na demorada querela da autoria das *Cartas Chilenas*, Caio de Melo Franco chegou a apontar Cláudio Manuel da Costa como o provável autor.

De algumas afirmativas peremptórias está eivada a *História da Inconfidência* de Augusto de Lima Júnior (Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955). Assim, detendo-se na figura do poeta de Vila Rica, não deixa de comentar as *Cartas Chilenas*, de modo a atribuir-lhe a autoria, com a colaboração de Cruz e Silva e de Alvarenga Peixoto.

Interessante notar que Cecília Meireles, comparando o estilo de *O Hissopo* de Antônio Diniz da Cruz e Silva com as *Cartas Chilenas*, chegou a aventar a hipótese de que fosse esse poeta o verdadeiro autor das sátiras contra o Fanfarrão Minésio.

O critério de verdade como algo comprovável através de documentação constitui um embargo para se definir a historicidade da Conjuração Mineira. E que a verdade desliza por outros meandros. Cada grupo de participantes ou cada participante teria sua história própria a contar. Parte substancial dessa história ficou em sigilo, tornando-se campo fecundo para as mais diversificadas conjeturas.

Da *História de Minas Gerais, Resumo Didático* (Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972, Sesquicentário da Independência do Brasil), de Lúcio José dos Santos, autor de uma das mais notáveis e minuciosas histórias da Inconfidência Mineira, colhemos esta informação: "Lançada a derrama, sairia Tiradentes pelas ruas, a sublevar o povo. A senha convencional para o rompimento seria: *Hoje faço o meu batizado*."

Ora, a tradição reza como senha *Tal dia é o batizado*, expressão que encima, como título, um romance histórico de Gilberto de Alencar. Já Rocha Pombo, na sua *História do Brasil*, registra: "É tal dia o batizado."

Neste ponto, abrimos outro rumo na errância da notícia histórica e de sua conversão em ideologia ou em inspiração para o trabalho artístico. É que a opinião política e as convicções éticas, religiosas e filosóficas acabam no espírito se emaranhando às emoções e se ponvertendo nas vocações literárias, em expressão.

Temos toda uma via criadora motivada pela Inconfidência Mineira em nossa história literária. O tema desponta com os Românticos, iniciadores de nossa literatura patriótica.

Castro Alves chegou a produzir uma peça com o título *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, representada na Bahia, no Rio e em São Paulo, com êxito retumbante. Eis uma parte do anúncio publicado nos jornais de São Paulo: "Empresa Eugênia Câmara — Domingo, 25 de outubro de 1868 — Magnífico espetáculo — Entra em cena o primeiro ator brasileiro Joaquim Augusto Ribeiro de Souza — Subirá à cena pela primeira vez o drama histórico brasileiro em quatro atos de grande aparato, original do sr. Antônio de Castro Alves — *Gonzaga ou a Revolução de Minas*".

Muitos autores procuraram tematizar a Inconfidência, tanto na poesia quanto na ficção. Até eventualmente historiadores cultivaram a versão narrativa no teatro e no romance, o que pontua a forte aliança entre ficção e história. Exemplo disto é o próprio Augusto de Lima Júnior que, não contente com o empenho historiográfico, agregou à sua *História da Inconfidência Mineira* uma invenção teatral, o drama lírico *Tiradentes. O Amor Infeliz de Marília de Dirceu*. Igualmente ficção, já lhe havia ocorrido em 1936. Outro exemplo é o do historiador mineiro Martins de Oliveira que acabou ficcionando o episódio da Inconfidência Mineira com *O Mascarado de Vila Rica* (Rio, Ministério da Educação, Serviço de Documentação, 1964).

Muitos romances procuraram incorporar o clima do ciclo do ouro. Um dos mais notáveis é *Sinos da*



*Agonia* de Autran Dourado, verdadeiro cruzamento da mitologia grega com a mitologia mineira. Na verdade, o romancista evitou datar a sua narrativa.

Maria José de Queiroz romanceou a vida da filha de Tiradentes em *Joaquina, a filha de Tiradentes*, num esforço de reconstrução da época e de incorporar um destino às conseqüências da terrível repressão portuguesa.

Por último, Geraldo França de Lima publicou *Naquele Natal* (Rio, José Olympio, 1988), em que a atmosfera da Inconfidência se manifesta durante o Natal de 1788, quando Tiradentes se apaixonaria por Ana Rita de Cássia noiva prometida de Maniti, o implacável perseguidor e destruidor de quilombos.

Vale a pena ler *Naquele Natal*. Nos primeiros momentos, o leitor se aborrecerá com um ou outro diálogo, dado o postigo de certas falas e a explicação de algumas circunstâncias óbvias.

Mas reconhecerá no autor um ficcionista autêntico. A propósito de reconstituir o ambiente do Século XVIII, para o qual o glossário foi devidamente pesquisado, Geraldo França de Lima nos dá uma trama altamente bem urdida e nos oferece o clima de opressão, delações e heroísmos que se vivia na época.

Belo exemplo de romance histórico. O leitor se exime das exigências documentais para dar crédito aos fatos. E, ao mesmo tempo, se distrai com os episódios engendrados na trama, a que não falta um clímax que envolve o padre Rolim, a amada Ana Rita de Cássia, o astuto e feroz Visconde de Barbacena e o enamorado conspirador Tiradentes. O mito do herói positivo se constrói de modo admirável.

Recentemente, a Editora Lê, de Belo Horizonte, publicou, na série *Romances da História, Eu, Tiradentes*, de Pascoal Motta.

Assim, enquanto um estudo metódico dos livros didáticos nos daria, com clara evidência, o substrato ideológico das publicações, segundo os tempos e os interesses em causa, a leitura das obras de ficção, por igual, nos forneceria o poder da visão mítica e a capacidade que os artistas demonstram em sofrer e produzir a magia da informação idealizada ou motivada por fundamentos éticos ou políticos.

Assim, ao lado de uma Sociologia da Literatura, quer analisando a produção e a circulação das obras no meio social, quer pesquisando a homologia do conteúdo narrativo com as relações de produção em que a obra foi produzida, haveria de existir uma Sociologia dos temas literários, que englobe o estudo da sensibilização do público leitor pelos temas históricos que afetam a formação da nacionalidade.

Tiradentes, hoje, pode ser estudado na qualidade de mito, de herói e de personagem. O gramático e historiador Aires da Mata Machado Filho chegou a publicar uma pequena obra com o título *Tiradentes, Herói Humano* (Belo Horizonte, Edição Siderosiana, 1948), talvez para dizer que reverenciava mais o homem do que o mito. E conta, entre outras coisas, que a ditadura Vargas chegou a cancelar o feriado de 21 de Abril, num gesto típico de despotismo liberticida.

A legenda de nosso herói foi mais longe: inspirou um relato romancista do jornalista soviético O. Ignatiev, *Tiradentes* (URSS, 1966; tradução para o português por José Milhazes Pinto, Edições Progresso, 1988).

Joaquim José da Silva Xavier, tantas vezes evocado como herói e personagem nas páginas da História e da criação ficcional, tornou-se também patrono da polícia que, nos períodos ditatoriais, exerceu bestial função repressora. E mito, a alimentar a eterna aspiração de liberdade entre nós. Mito que a literatura popular exprime, na sua inconsciente expansão de energia emancipadora.



# Tiradentes, em Forma de Lamentação se Dirige ao Povo Infiel

Dantas Mota

1. E todos os anos, ali por volta do 21 de abril, AQUI comparecem uns homens ignorantes,
2. Os quais homens ignorantes, dizendo-se donos da vida e da República,
3. Promovem, nesta Praça, aonde continuo escondido, umas festas esquisitas, com rufares de tambores e luzes que se apagam,
4. Espécie de macumba cívica com a qual me mostro em absoluto desacordo.
5. Até porque essa gente não sente coisa alguma com isso.
6. E não sentindo, evidente que não sente qualquer emoção.
7. Daí por que, como tal, o que eles conseguem, mais uma vez, é aumentar esta minha tristeza de enforcado,
8. Emporcalhando a história e a vida,
9. Que uma e outra, para eles, são de tão pouca monta e valia.
10. Melhor, muito melhor, pois, fora que continuassem, como os seus antecessores, arrasando tudo, salgando tudo,
11. Inclusive a História e a Vida.
12. Tudo, menos as barbas.
13. Porque, além da Honra e do Respeito, arranjaram para elas um outro símbolo: O DO MEDO.
14. Por isto, as *barbas*, as *barbas*, as *barbas*, que em mim crescidas foram, alouradas um tanto, cerradas e crespas outro,
15. E que, agora, cobrem de neblina, com a sua carícia e a leveza, os chafarizes, as sacristias e as ruas de Vila Rica; o Itacolomi, o Cauê, o Acaba-Mundo e toda a Serra do Mar.
16. Afinal, como refinados ladrões (tanto que meus teres, confiscados, se destinaram ao pagamento das custas da minha própria condenação), acabaram roubando de mim, entre outras, as seguintes:

(arrolamento)

- a) — dois boldriês, sendo um de veludo preto espiquilhado de prata, e outro de pano azul coberto com galões ce-go de prata c/ correias e fivelas de prata;
  - b) — casaquinha castanha, e um calção de cambraia cor de fogo c/ espiquilha de prata;
  - c) — uma véstia de cambraia e calção de cetim cor de fogo c/ raminhos brancos, espiquilhado de prata;
  - d) — uma casaca jaleco e calção brilhante de seda rosa bordada c/ abotoadura de palheta e lantejoulas de prata;
  - e) — Um calção e véstia s/ mangas, de seda cor de flor de pessegueiro, bordada de retrós verde e botões de palheta de furta-cores.
  - f) — um jaleco de cetim azul-claro lavrado só com dianteiros;
  - g) — um dito de cetim azul-ferrete com alamares de prata;
  - h) — um dito de pano escarlate, espiquilhado de prata;
- ASSIM MAIS
- i) — uma farda de pano azul forrada de encarnado com alamares de fio de prata;
  - j) — um calção de pano azul-ferrete, uma casaca jaleco de ganga lavrada, e um jaleco e calção chita pintada de cham cor de cinza;
  - k) — dois calções, sendo um de belbute preto e outro de cetim riscado de preto;
  - l) — dois cortes de cetim preto bordados de fio de prata para sapatos;
  - m) — um outro também bordado de cetim, mas para beca;
  - n) — duas camisas de linho, 3 outras de bretanha fina com aberturas de renda; outra ainda de linho, 6 jalecos, 2 coletes, um par de meia de seda pintada, outro dito de seda branca, 3 ditos de algodão, um outro dito de linhas, 4 também de linho, uma correia de boldriê com fivela de prata coberta com espiquilha de prata e 3 oitavas de retrós branco, e amarelo.

17. Na lista da arrecadação.

constante dos bens pertencentes ao Tiradentes, Vê-se que, entre um xairol e várias capeladas de pano azul forradas de *linhagem*, com seus galões de prata e cercadura encarnada, E um teliz de couro, forrado de baeta amarela, existiam, solitárias, DUAS CANGALHAS Mas essas vocês deixaram, Vocês deixaram Para Mim e Para o Brasil, não é mesmo,

SEUS PUTOS?

ORAÇÃO EM FORMA DE TRENO

*"Recordare, Domine, quid acciderit nobis; intue et respice opprobrium nostrum".*

JEREMIAS (C.V-1)

1. Quando te lembrares de mim noutras prisões, ô infante ou moço da oficina, da escola e da caserna, considera, gravemente, e olha para este calabouço onde estou metido a ferros.
  2. E que as escaras deles advindas me dão este aspecto triste de dor e de pena.
  3. E que comigo, afinal, ninguém se encontra nesta prisão, salvo esta solidão.
  4. Ou, então, o Ouvidor Cleto, o qual, por vezes e sem ser esperado, juntamente com o Escrivão Manitti ou Roiz, aqui, comparece, alta noite, a me inquirir, estando eu já tristemente a dormir.
  5. E isto se tem verificado, às vezes noites a fio, nestes três anos de prisão, obrigando-me, também, vez ou outra, quando a madrugada, amarrotada, surge por detrás da grade, a fraquejar um pouco, com saudade da liberdade.
  6. O ferro, o ouro, o campo, a aguada, o algodão, a lã, o trigo, e a vida; a pequena fábrica, o tear e a forja, tudo isso vem se passando, com a nossa herdade, a estranhos, e as nossas casas a forasteiros.\*
  7. Fiquei órfão de pai e mãe muito cedo,
  8. E a nação, viúva de mim.
  9. E havendo já, nestas alturas, os maus dado a outrem tudo o que é dela,
  10. Vivemos agora de beber a nossa própria água por dinheiro, já que compramos, por preço aos estranhos, o nosso próprio lume.\*\*
  11. Os meus perseguidores estão de novo sobre o meu pescoço.
  12. E entre eles, condecorado por esse bezerrão infeliz chamado Dão João VI, se encontra, e com o hábito da ORDEM DO CRISTO a cobrir-lhe o peito, Joaquim Silvério dos Reis,
  13. O qual, agraciado, ainda, com o título de FIDALGO DA CASA REAL COM FORO E MORADIA, foi nomeado Tesoureiro da bula de Minas Gerais, Goiás e Rio, vivendo à minha custa e da sua traição.
  14. "Tanto que esse mesmo bezerrão (Dão João VI), por um decreto real mandava pagar ao Silvério, pela fazenda do Maranhão, a pensão anual, em 1808, de quatrocentos mil réis.
  15. "Silvério, contudo, escolou banqueiros, políticos e militares.
  16. "E, hoje, à semelhança do que se verificou com os hebreus diante dos egípcios e dos assírios, aos nossos atuais escravizadores, estendemos as mãos para nos fartarem de pão.\*\*\*
- \* *Oratio Jeremiae Propheiae.* \*\* Id. \*\*\* Id.
17. "Os quais escravizadores, transformados em *servos*, dominam sobre mim e sobre ti e não há quem nos arranque às mãos deles.\*
  18. "Por isto a pele dos meus irmãos nordestinos se enegreceu como um forno, por causa do ardor da fome.\*\*\*
  19. Havendo inclusive os insensatos e os cínicos que, vivendo de ócios e de ágios, ainda falem, com a tripa forra, em poupança.
  20. Porquanto o que eles exigem de mim e de ti é precisamente aquilo que não temos, isto é:



21. A possibilidade de poupar, vez que vivido temos, mas é de esmolar,
22. Pelo fato de termos a tripa vazia.
23. Daí por que, ENFORCANDO-ME, deixaram de reverenciar em mim não apenas as faces dos velhos, mas o pudor dos mancebos, obrigando-os a "moer", e a liberdade dos moços, pondo-os "a tropeçarem debaixo da lenha".\*\*\*
24. E fazendo isso, "forçaram as mulheres em Sião" bem como as virgens nas cidades de Judá.\*\*\*\*
25. Tal que nem se costuma fazer com certos donzelos no Parque Municipal de Belo Horizonte.
26. Por isto é que pelos montes de Minas, como se fossem os montes de Sião, que está assolado, "andam agora as raposas".\*\*\*\*\*
27. E não foi sem certa malincolia (pressentindo já tudo, inclusive a minha morte) que, no calabouço, num desvão úmido de parede, vi ficarem certos objetos amáveis e tão indispensáveis à minha higiene individual, e os quais, para aqui, três anos passados, eu trouxera, tais que nem o espelho, a fivela de pescocinho, o marcão, contendo os meus ferros odontológicos, o canivete, a boceta de chifre, e DUAS NAVALHAS.
28. QUE NÃO FORAM USADAS.\*

DAI AS BARBAS AS BARBAS AS BARBAS DA CORDA AO PESCOÇO NÃO MAIS PRECISO MAS COMO CRESCU "ASSUSTADORAMENTE" O NÚMERO DE LADRÕES E TRAIADORES NESTE PAIS. MULTIPLICADA (a corda), EXPEÇO-A A AMARFANHAR, SÁDICA, OUTROS TANTOS PESCOÇOS MACIOS E DELA TÃO NECESSITADOS. QUANTO AS BARBAS, NÃO. EXPOSTAS NESTA PRAÇA, AO SOL, À CHUVA E À NEVE DO ITACOLOMI, AQUI PERMANECERÃO. FINCADAS NESTE POSTE E NESTA PRAÇA, A ESPERA DOUTRA CARA E DOUTRA VERGONHA.

\* *Devassa*, Vol. 6º, p. 125.

De *Elegias do País das Gerais*, Dantas Mota, José Olympio Editora, Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro/Brasília, 1988.

Imprensa Oficial de Minas Gerais  
Trabalho, Informação, Cultura

Diretor-Geral da Imprensa Oficial

JOSÉ MARIA CAETANO DE FREITAS DA MATA MOURÃO

Chefe de Gabinete

FABIANO OLIVEIRA DE CASTRO

Diretor da Superintendência de Publicações e Divulgação

CLÁUDIO AMILCAR SOARES CHAVES

Diretor da Superintendência de Planejamento e Coordenação

ANTÔNIO MARTINS GUIMARÃES

Diretor da Superintendência de Finanças

FRANCISCO JOSÉ GONTIJO

Diretor da Superintendência Industrial

ALVINO ARIMATHEIA DE MATOS

Diretor da Superintendência Administrativa

MARCELO OLIVEIRA VASCONCELOS

Editor-Geral

WILMAR FARIA KRAUTZ

Editor do MINAS GERAIS em exercício

PASCHOAL MOTTA

Suplemento Literário

Secretário

PASCHOAL MOTTA

Diagramação

JOÃO GONÇALVES

MONTAGEM

RAQUEL MARIANI

Imprensa Oficial de Minas Gerais  
Telefone: (031) 273-2638 Telex:  
(031) 8227 Fax: (031) 273-3700

ASSINATURAS: (031) 273-8077  
(Capital e Interior)

Av. Augusto de Lima, 270 - CEP 30190  
Belo Horizonte - Minas Gerais



